

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

OLINDA BARCELLOS

**CUIDADOS, ACOLHIMENTO E FLORES: EMPODERAMENTO POLÍTICO DE
MULHERES E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2015

OLINDA BARCELLOS

**CUIDADOS, ACOLHIMENTO E FLORES: EMPODERAMENTO POLÍTICO DE
MULHERES E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Barcellos, Olinda

Cuidados, acolhimento e flores: empoderamento político de mulheres e desenvolvimento local no Rio Grande do Sul / Olinda Barcellos. -- 2015.
243 f.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Empoderamento político. 2. Mulheres políticas.
3. Desenvolvimento local.. I. Gehlen, Ivaldo,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

OLINDA BARCELLOS

**CUIDADOS, ACOLHIMENTO E FLORES: EMPODERAMENTO POLÍTICO DE
MULHERES E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Marta Júlia Marques Lopes
PGDR/UFRGS

Profa. Dra. Jussara Reis Prá
PPGCP/UFRGS

Profa. Dra. Elaine Beatriz Ferreira Dulac
ACADEPOL/PC/RS

Penso que eu e minhas quatro irmãs fomos as únicas, no universo das pessoas que convivemos, que foram educadas por uma mãe que valorizava mais o trabalho do que o casamento. Ela era uma mulher semi-analfabeta, foi casada com um militar, com quem teve seis filhos, nunca exerceu qualquer atividade laboral fora de casa, mas compreendia que o trabalho proporcionava autonomia e liberdade, o casamento não, pois tinha em suas palavras a frase “onde já se viu pedir dinheiro para marido!”. Nasceu na década de 1930, faleceu no início dos anos 90 e ficou viúva muito cedo, com apenas 43 anos. Com isso, precisou criar sozinha os seis filhos, sendo cinco mulheres, mas foi muito firme em suas ideias em uma época de forte cultura machista. Apesar das preocupações com o que as pessoas comentariam, enfrentou situações que desafiavam os padrões de moralidade da época. Seu principal ensinamento: “Devem trabalhar para ter o próprio dinheiro e ser livres, não deixem os homens mandar em vocês”.

*Dedico este estudo a minha mãe **Ironдина**, uma grande feminista sem ao menos saber o significado desta palavra.*

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a Deus e a Nossa Senhora por estar concluindo o curso de doutorado com a elaboração e defesa desta tese. Foi um projeto de vida que teve início a partir da alegria pela aprovação no PGDR, a qual eu insisti tanto, do contentamento da viagem para assistir as aulas, seguido do árduo trabalho de pesquisa e escrita. Mas nada realizei sozinha, foi um plano de vida que envolveu muitas pessoas.

Agradeço ao meu filho Bruno pela oportunidade de conviver com ele por 18 anos. Talvez ele nunca saiba o quanto me ajudou nessa caminhada do doutorado.

Ao meu filho Gabriel, que na sua eterna alegria, não demonstrava que sentia minha falta durante a hibernação que o curso exigiu. Meu miminho, sempre muito forte, nem por um momento deixou que eu caísse em desilusão, mesmo em momentos difíceis de disciplinas que exigiam tempo e dedicação. Com certeza, sem seu sorriso e calma eu nunca teria conseguido. Gabriel foi minha luz nessa caminhada.

Ao Toni, companheiro, parceiro de outras empreitadas, não seria nessa que iria me deixar sozinha, muito ao contrário, sua presença foi fundamental nessa conquista. As minhas irmãs e demais familiares, que mesmo não compreendendo especificamente minhas angústias, me ouviam atentamente e sempre me diziam: Tu vai conseguir. A minha amiga Luciane Rubin pelo incentivo ao ingresso, o estímulo dela foi essencial.

Muitas vezes, o maior estímulo e pensamento positivo vêm de pessoas que não estão perto fisicamente de nós, este foi o caso de uma pessoa muito especial na trajetória na minha vida, por quem tenho um carinho enorme, uma pessoa que quando eu falava sobre o doutorado na UFRGS, seus olhos brilhavam numa demonstração explícita de seu pensamento sobre a importância do estudo: Delegado Mario Wagner, minha gratidão eterna.

Agradeço ao Delegado Marcelo Arigony, muito mais do que um chefe, um verdadeiro líder e amigo. Deu muita importância ao meu estudo, compreendeu a fase que eu estava vivendo, valorizou minha pesquisa. Me ajudou intensamente!

A todos e todas as colegas e amigos da Polícia Civil, que de uma forma ou outra me ajudaram no curso, especialmente meus amigos: Jefferson, Astor, Denise, Bertolletti, Deloni, Carnelutti, Jucinara, Ana, com ideias quando eu já não conseguia raciocinar de forma coerente, André, Neli, Massa, Roscoff, Alessandra, Priscieli, Zanete, Del. Débora, enfim, amigos que fizeram parte dessa fase da minha vida. Agradeço de uma forma especial a amiga e colega Elisiane, que se desdobrou em duas para me ajudar quando precisei me afastar da Delegacia por um tempo.

Agradeço aos amigos da FADISMA, instituição que acreditou em mim há dez anos, ao Dr. Eduardo, aos queridos amigos Norberto, Fábio, Bruno, Ghidolin, Pietro, Locatelli, Daniel, Igor, Mário, Matheus, Mauro, Ledur, Sadi. Em especial, as minhas amigas, Luciane, Candisse, Liana, Marcelle, Silviane, Aparecida. Muito obrigada, gurias!!!

A minha amiga Carolina, o que seria de mim se não tivesse ela para contrariar?

Agradeço a Deus por ter me permitido conhecer e conviver com o Padre Antonio, mais que um chefe, Diretor da FAPAS, um amigo que na hora da necessidade, me chamou para conversar e me ajudou de uma forma tão carinhosa que nunca esquecerei. Muito obrigada Padre Antonio!

As amigas, colegas e coordenadoras Deborá e Ingri, muito obrigada, eu não conseguiria se vocês não tivessem me ajudado. A amiga e colega Aline, sem tua disposição em me ajudar a caminhada seria muito mais difícil.

Agradeço a todos os amigos e colegas da FAPAS pela amizade e companheirismo, valores essenciais na trajetória da vida, em especial: a Vanderleia, pela força espiritual quando eu desiludia com resultados diferentes do planejado, Eliete, conhecedora das dificuldades de um doutorado, Sheila, Arlene, Eunice, Alexandre, Deisi, Carmem, Edemar, Gabriela, Helio, Micheli, Paula, Renato, Ricardo, Jolair, RodrigoS, Pe. Sergio, Marcelo, Alceu, André, Camila, Carolina, Claudia, Cristina, Giovani.

Agradeço imensamente a todos meus alunos, pelo carinho e paciência que sempre me dispensaram. Agradeço as minhas amigas Márcia, Rosane, Luciane, Luciana, Núbia, Ivonete, Irione, Maria Luiza, Jussara, Maiara, Valéria Dias.

Aos meus colegas de doutorado, em especial a amiga Dani, minha parceira de angústia de orientação, e Alessandra, cujo sorriso ficará para sempre em minha memória. As gurias que nos protegem no PGDR: Elaine, Macarena e Danielle. As mulheres e homens que gentilmente cederam seu tempo para me ajudar na pesquisa.

As professoras Jussara Prá, Marta Júlia e Letícia Schabbach, que me ajudaram por demais quando da qualificação do projeto de tese. Sou eternamente grata e lembrarei sempre delas com muito carinho. A todos os professores do PGDR e do PPGE, sou muito agradecida pelo convívio e conhecimentos que adquiri com pessoas tão especiais.

Agradeço ao meu orientador, Professor Ivaldo, pelos conhecimentos, pela amizade, pela ajuda, pelo carinho de me receber aos finais de semana, pela paciência de ouvir minhas lamurias e contrariedades. Muito obrigada por sua preocupação com meu conhecimento.

Agradeço a Deus pelo presente que recebi na fase final do curso, Aninha!

RESUMO

Nesta tese objetivou-se identificar e analisar trajetórias de empoderamento político de mulheres que exercem funções de representatividade e suas compreensões sobre desenvolvimento local. O recorte analítico é qualitativo e fundamentou-se nos conceitos de empoderamento, chances de vida, capacitações e estado de confiança. O universo de pesquisa foram mulheres que assumiram cargos de prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras no Rio Grande do Sul, nas eleições de 2012. Também, buscou-se conhecimentos sobre o assunto com informantes qualificados, totalizando trinta e quatro pessoas entrevistadas por meio de um roteiro que abrangeu os seguintes aspectos: a trajetória familiar, educacional e profissional; a trajetória política, a participação em organizações de grupo; atuação na política, o estilo de fazer política; os significados e os compromissos com o desenvolvimento local; a participação política da mulher; e o estado de confiança e as expectativas do futuro na política. Os resultados demonstraram que a mulher ingressa na política por três vias: pela qualificação profissional, pela participação em movimentos sociais e para ajudar amigos e família; atua na política com especificidades da esfera privada, e sua compreensão de desenvolvimento local não distancia de seu entendimento de bem-estar em casa; não separa sua vivência em família com a atuação na política, dobrando sua carga de compromissos e atividades; suas expectativas quanto ao futuro político não são de continuidade, apesar de afirmar que está atuando muito bem na política. Com isso, concluiu-se que, além de traçar trajetórias diferentes, as mulheres atuam na política de forma diferente dos homens, por não conseguirem separar a vida privada da pública. Ou seja, jogam as regras que foram elaboradas por homens, mas de forma que a esfera privada não se distancie da pública. Não somam um número que representa uma massa crítica capaz de alterar relação de poder, mas quando estão no poder compreendem o desenvolvimento local como processo de construção de bem estar às pessoas, o qual inclui os cuidados com a cidade, o acolhimento às pessoas e ruas com muitas flores.

Palavras-chave: Empoderamento político. Mulheres políticas. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The present study aims to identify and analyze trajectories of women's political empowerment, that have representative roles, and their understanding about the local development. The analysis is qualitative and it is based in empowerment's concepts, life's chances, abilities and self confidence. The investigation took into account women that were mayors, vice-mayors and councilwomen in the state of Rio Grande do Sul in 2012 elections. Also, the information about the subject came from qualified people, thirty four people was interviewed with a script that included the following aspects: familiar, educational, professional and political ones, participation in groups organizations, performance in politics, the way of working in politics, the meanings and the commitment in relation to local development, women's participation in politics, conditions to gender equality, their self confidence and their expectations in politics. The results demonstrated that women joined to politics due to three ways: their professional competence, participation in social activities and to assist their friends and family. They work in politics with specificities from their private lives, and their understanding about local development is similar to their understanding about welfare at home, they do not separate their family living from their political performance, they duplicate their activities and commitments, they do not have expectations to continue in politics, in spite of their good work in this area, according to their opinion. Therefore, the conclusion is that women work in a different way in relation to men, because they can not separate their private lives from their public ones. In other words, they work according to the rules created by men in this area, but in a way that their private lives do not stay away from their public one. These women are the rate that represent a critical mass that can not change the power relation, but when they are in the power position they understand the local development as a process of construction of welfare to people, which includes the care of the city, welcoming people and streets with lots of flowers.

Key words: political empowerment. Political women. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Dimensões, unidades de análise e categorização das unidades.....	30
Quadro 2 - As mulheres pioneiras na política eletiva do BR e no RS (1928 – 2011).....	86
Gráfico 1 - Gráfico1. Mulheres eleitas prefeitas por região no Brasil (1996 – 2012).....	89
Gráfico 2 - Mulheres eleitas vereadoras por região e no Brasil (1996 – 2012).....	90
Gráfico 3 - Mulheres eleitas vereadoras – evolução Brasil (1996 – 2012)	91
Figura 1 - Participação feminina nas eleições brasileiras de 2010 e 2012.....	92
Gráfico 4 - Mulheres eleitas prefeitas no Rio Grande do Sul (1996 – 2012).....	96
Gráfico 5 - Proporção de mulheres e homens eleitos vereadores – resultado eleição 2012.....	97
Quadro 3 - Ações das mulheres políticas em prol da igualdade de gênero	116
Quadro 4 - Estado de confianças das mulheres políticas.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representatividade política feminina no Rio Grande do Sul (2008 e 2012).....	24
Tabela 2 - Representatividade feminina em sindicatos rurais e cooperativas agropecuárias no RS, em 2012.	25
Tabela 3 - Participação Eleitoral no Brasil (1894 – 1945).	83
Tabela 4 - Mulheres eleitas prefeitas por região e no Brasil (1996 – 2012).....	87
Tabela 5 - Percentual de Mulheres nos parlamentos dos países latino-americanos e os índices de desenvolvimento	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	– Amazônia
BR	– Brasil
CA	– Cooperativa do ramo agropecuário
CD	– Câmara dos Deputados
CDR	– <i>Comité de Defensa de La Revolución</i>
CEDAW/ONU	– Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher/Organização das Nações Unidas
CEPROL	– Centro dos Professores do Município
CFEA	– Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CFEMEA	– Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CONDESUS	– Consórcio de Desenvolvimento Sustentável
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPEG	– Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda.
CPLP	– Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRAS	– Centro de Referência da Assistência Social
CUC	– Peso conversível cubano
CUP	– Peso cubano
DCM	– Domicílios chefiados por mulheres
DPAV	– Declaração e Programa de Ação de Viena
ES	– Espírito Santo
FEE	– Fundação de Economia e Estatística
FETAG/RS	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FMC	– Federação das Mulheres Cubanas
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	– Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGECSA	– <i>Igualdad de Género para La Gestión con Calidad de La Seguridad Alimentaria</i>
IGP	– Instituto Geral de Perícias
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPU	– <i>Inter Parliamentary Union</i>

MP	– Mulheres Presidentas
NEI	– Nova Economia Institucional
OCERGS	– Sindicatos e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
ONG	– Organização não governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAEG	– Plano de Aceleração Econômica do Governo
PALMA	– Programa de Apoio Local para a Modernidade Agropecuária em Cuba
PCC	– Partido Comunista de Cuba
PIB	– Produto Interno Bruto
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	– Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PSD	– Partido Social Democrático
RDH	– Relatório de Desenvolvimento Humano
RN	– Rio Grande do Norte
RS	– Rio Grande do Sul
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Aprendizagem e Ensino
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENASP	– Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESCOOP/RS	– Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul
SF	– Senado Federal
SP	– São Paulo
SPD	– Partido Social-Democrata alemão
SPM	– Secretaria de Políticas para Mulheres
STR	– Sindicato de Trabalhadores Rurais
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
UBES	– União Brasileira de Estudantes
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UJC	– União de Jovens Comunistas
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância
WIT	– <i>Women in Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	COMO TUDO COMEÇOU: O QUE ESTA TESE TRATA	15
1.2	A PROBLEMÁTICA DA TESE: DA TRAJETÓRIA DE EMPODERAMENTO POLÍTICO DE MULHERES ÀS SUAS PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E ESTADO DE CONFIANÇA.....	20
1.3	OBJETIVOS	28
1.4	HIPÓTESES	28
1.5	METODOLOGIA.....	29
1.5.1	O campo empírico: localidades e participantes da pesquisa	31
1.5.2	As técnicas de pesquisa.....	33
1.5.3	Análise dos dados e informações	35
1.6	ESTRUTURA DA TESE	36
2	O EMPODERAMENTO POLÍTICO POR MEIO DE CAPACITAÇÕES, CHANCES DE VIDA E DE ESTADO DE CONFIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	38
2.1	O EMPODERAMENTO COMO INSTRUMENTO TRANSFORMADOR DA CONDIÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	38
2.2	CAPACIDADES HUMANAS, EMPODERAMENTO E EXPANSÃO DAS LIBERDADES	53
2.3	PRERROGATIVAS E PROVIMENTOS DO EMPODERAMENTO	63
2.4	ESTADO DE CONFIANÇA NA DEFINIÇÃO DAS ESCOLHAS	66
2.5	CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO COMO ALICERCES DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA	70
2.6	DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ESPAÇO DE FEMINILIDADE POLÍTICA	76
3	TRAJETÓRIAS E ESPECIFICIDADES DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA.....	82
3.1	TRAJETÓRIA NA POLÍTICA REPRESENTATIVA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	82
3.1.1	Mulheres no ambiente político brasileiro	82

3.1.2	Estruturação da política representativa das mulheres no Rio Grande do Sul	94
3.2	TRAJETÓRIAS, ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO POR MULHERES ELEITAS EM 2012 NO RIO GRANDE DO SUL	100
3.2.1	Trajetórias e especificidades na política	100
3.2.2	Significados, compromissos e ações para o desenvolvimento local	112
3.2.3	Percepção delas sobre elas na política e igualdade de gênero	117
3.2.4	Estado de confiança e projetos de futuro	121
3.3	EMPODERAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES: BREVE COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CUBA – CASOS ILUSTRATIVOS	124
3.3.1	A participação das mulheres na política representativa: casos ilustrativos.....	125
3.3.2	Contribuições de Palmeirais/Piauí e de Tejuçuoca/Ceará ao estudo sobre empoderamento político das mulheres	128
3.3.3	O empoderamento político das mulheres em Cuba.....	133
4	O DESENVOLVIMENTO LOCAL PELO OLHAR FEMININO: PARTICIPAÇÃO, LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE NO RS....	141
4.1	O ESPAÇO FEMININO NA POLÍTICA REPRESENTATIVA.....	141
4.1.1	O movimento feminista e o pós-feminismo.....	141
4.1.2	A política como espaço de poder para mulheres.....	146
4.2	PRECONCEITO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA REPRESENTATIVA	150
4.2.1	A participação como impulsor da igualdade de gênero	150
4.2.2	Barreiras e preconceitos que se reproduzem persistentemente	153
4.3	SIGNIFICADOS, COMPROMISSOS E CHANCES DE VIDA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	158
4.3.1	As mulheres e o desenvolvimento local: significados e compromissos.....	158
4.3.2	O desenvolvimento local como espaço de cuidado.....	161
4.4	RECONHECIMENTO DA LEGITIMIDADE E DA REPRESENTATIVIDADE ...	164
4.5	AS MULHERES POLÍTICAS EM CUBA – ENFOQUE COMPARATIVO	168
5	CAPACITAÇÕES, CHANCES DE VIDA E ESTADO DE CONFIANÇA DAS MULHERES EMPODERADAS POLITICAMENTE.....	174

5.1	REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ESPAÇOS DE DECISÕES POLÍTICAS	181
5.2	O ESTADO DE CONFIANÇA DAS MULHERES EMPODERADAS POLITICAMENTE: UM OLHAR PARA SI E PARA AS OUTRAS.....	193
5.3	A INSEPARABILIDADE ENTRE FAMÍLIA E POLÍTICA COMO ESPECIFICIDADE DA MULHER EMPODERADA POLITICAMENTE.....	201
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
	REFERÊNCIAS.....	214
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MULHERES ELEITAS....	225
	APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS ELEITAS EM 2012.....	226
	APÊNDICE C – RELAÇÃO DE INFORMANTES QUALIFICADOS NO BRASIL	228
	APÊNDICE D – RELAÇÃO DE INFORMANTES QUALIFICADOS EM CUBA	230
	APÊNDICE E – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO UNIVERSO DE ESTUDO	231
	APÊNDICE F – COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS DO UNIVERSO DE ESTUDO	232
	APÊNDICE G – MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL COM MULHERES ELEITAS EM 2010.....	233
	ANEXO A - LEI Nº 9.100, DE 29 DE SETEMBRO DE 1995	241
	ANEXO B – LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.....	242
	ANEXO C - LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.	243

1 INTRODUÇÃO

Não há natureza humana assexuada; há homens e mulheres. Falar de natureza humana sem falar na diferença sexual é ocultar que a “metade” das mulheres vale menos que a dos homens. Sob formas que variam consoante o tempo e o lugar, as mulheres têm sido consideradas como seres cuja humanidade é problemática (mais perigosa ou menos capaz) quando comparada com a dos homens. À dominação sexual que este preconceito gera chamamos patriarcado e ao senso comum que o alimenta e reproduz, cultura patriarcal. (Boaventura de Sousa Santos, 2010).

1.1 COMO TUDO COMEÇOU: O QUE ESTA TESE TRATA

Esta tese trata sobre mulheres, política e desenvolvimento. Quando uma mulher é educada desde criança ouvindo a mãe lhe dizer que pode e deve trabalhar, estudar e que quando quiser algo e lutar por isso vai conseguir, a compreensão de capacidade alcança níveis altíssimos, tornando possível até a conclusão de uma tese de doutorado, algo impensável considerando as condições socioeconômicas de infância. Quando alguma mulher, em algum lugar do mundo, pensou que poderia participar de um ambiente fora do lar, onde os homens discutiam e decidiam para o bem comum, teve início um movimento de atração e questionamentos sobre os porquês da sua ausência nesse ambiente, resultando numa conquista pelo direito de participar da política. Quando uma mulher passa a fazer parte da elaboração de políticas de desenvolvimento local, as experiências vivenciadas no lar serão refletidas em suas ações, e o desenvolvimento passará a ter outros significados para além do mero crescimento da produção.

Muitos estudos procuraram explicar com excelência o movimento das mulheres pela conquista de direitos, até então propriedade exclusiva dos homens (MILL, 2006; SCOTT, 1995; BANDEIRA e MELO, 2010; TOURAINE, 2011; BEAUVOIR, 2009). Outros pesquisaram com profundidade a mulher na esfera política (BLAY, 1979; PRÁ, 1992; COSTA, 1998; QUINTEIRO, 2002; MIGUEL, 2011, ORSATO, 2013). Na literatura, apresenta-se estudos sobre o alcance de políticas públicas na vida das mulheres, ou seja, ações de empoderamento, como é o caso da pesquisa de Hernández (2009) que examinou o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quanto ao empoderamento das mulheres trabalhadoras rurais.

A tríade mulher, política e desenvolvimento faz parte deste estudo que examina a trajetória do empoderamento político das mulheres e seus olhares sobre desenvolvimento

local. A mulher sujeito do desenvolvimento na esfera de decisão política é o foco deste estudo, sendo que verificar os significados do desenvolvimento para as mulheres políticas requer uma amplitude de análise que vai além do crescimento econômico de uma localidade e do aumento e diversificação da produção. O desenvolvimento relatado passa a ser entendido enquanto melhoria das condições de vida das pessoas no meio onde vive.

A participação e a liderança das mulheres políticas no desenvolvimento local contribuem para compreensão do significado desse desenvolvimento. Essa análise fundamenta-se em Amartya Sen (2010), que defende a participação e a liderança política, econômica e social das mulheres como aspecto crucial do ‘Desenvolvimento como liberdade’.

Sendo assim, examinar o papel das mulheres na esfera política é importante para compreender as características de novos atores políticos, com outras especificidades e comportamentos em relação à prática política até então estabelecida, possibilitando, assim, tornar o desenvolvimento local mais solidário e com mais equidade nessa representatividade política.

No século XIX, um marco importante na luta feminista no Brasil foi a publicação do livro de Nísia Floresta (1810-1985), em 1835, “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens”. A partir da segunda metade do século XX, principalmente, as mulheres vêm sendo protagonistas de uma mudança profunda na sociedade, pois conforme destacado por Araújo (2011, p. 96), “o século XX tem entre os seus efeitos o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e a ocupação de muitos espaços sociais”.

Nas relações de gênero, as mulheres não têm a igualdade de oportunidades respeitada, no entanto, têm-se destacado em vários espaços profissionais da vida e desempenham funções antes exclusivamente masculinas, como em instituições militares, motoristas de taxi, ônibus e caminhão, na construção civil e, em 2010, foi eleita a primeira presidenta do Brasil.

No âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal, diversos estudos têm analisado a atuação da mulher na sociedade e sua crescente e transformadora participação em busca de igualdade de condições. Diversas pesquisas que abordam temas como os impactos das políticas públicas para mulheres rurais, o perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres do campo e da floresta, a questão da autonomia e empoderamento da mulher, são indicadores da relevância desse tema, com estudos que questionam a existência da feminização da pobreza e os que centram a análise no papel das mulheres na política eletiva.

Outrossim, a igualdade de gênero é tema de pesquisa no relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012, publicação do Banco Mundial, o qual apresenta alguns

questionamentos como: por que a igualdade de gênero é importante para o desenvolvimento? Onde tem havido mais progresso em igualdade de gênero? O que fazer, além de uma agenda global para maior igualdade de gênero? Antes disso, como parte dessa agenda global, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa publicou um Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres na CPLP, em junho de 2010.

Considerando a evolução histórica e a relevância do tema que trata sobre a igualdade de gênero, esta tese tem a pretensão de explicar a trajetória de empoderamento político de mulheres. Portanto, para fundamentar a compreensão da realidade observada, nesta tese valeu-se dos seguintes conceitos: empoderamento, em razão do poder da representatividade política; chances de vida (provimentos e prerrogativas) de Ralf Dahrendorf; estado de confiança (expectativas) de John Maynard Keynes; e capacitações de Amartya Sen.

O conceito de empoderamento fundamentou o estudo por sua relação com controle, com ter consciência de sua capacidade ou condição. O poder é, em geral, entendido como a capacidade de dominar, e o empoderamento é a utilização positiva do poder, um poder que valoriza e afirma a condição de agente. Segundo Amartya Sen (2000) é um processo que oferece condições às pessoas para que possam escolher como querem conduzir suas vidas. A representatividade política é uma forma de poder e empoderamento está relacionado com controle e consciência. A definição de empoderamento tem relação com a noção de autonomia, pois refere-se à capacidade das pessoas de decidirem sobre questões que lhes dizem respeito.

Analisar o empoderamento que eleva o estado de confiança e as expectativas das mulheres que exercem funções de representatividade política é uma contribuição à pesquisa sobre relações de gênero, principalmente referente ao debate sobre a não existência de lugares específicos para mulheres, ainda que o foco deste estudo sejam as mulheres políticas. Pois, segundo Araújo (2011, p. 134), não existe, no plano legal, nenhum obstáculo à inclusão de mulheres na esfera política; “não existe, hoje, uma única razão ou fator que explique o porquê da permanência da sub-representação políticas das mulheres nos termos atuais”.

Empoderamento tem relação com o desenvolvimento das capacidades das pessoas para fazer ou deixar de fazer coisas que entendam ser apropriadas para sua vida (SEN, G. 2002). As pessoas tornam-se mais independentes, como também sua participação na localidade onde vivem possui mais qualidade, pois participam ativamente das decisões que envolvem a rotina da localidade, ouvem e são ouvidas. Pessoas empoderadas são pessoas mais livres, mais autônomas, principalmente nas esferas econômica, social e política.

Empoderamento é, ainda, uma abordagem sobre desenvolvimento humano que coloca

a pessoa no centro de qualquer processo de análise. Se empoderamento pode tornar as pessoas mais autossuficientes em relação à vida, com a autoestima mais elevada e com condições de ajudar os outros, essa categoria de análise tem espaço no rol das pesquisas, principalmente em se tratando de poder político.

Para analisar as condições de empoderamento, utiliza-se o conceito de chances de vida (prerrogativas e provimentos) de Ralf Dahrendorf (1992), no qual, prerrogativas, são direitos que permitem acessos e provimentos são os recursos (bens materiais e imateriais) que podem ser demandados por aqueles que possuem prerrogativas. Quando se tem prerrogativas e provimentos, as chances de vida são ampliadas, permitindo às pessoas terem condições de fazer as opções de escolhas.

Quando as pessoas têm capacidades para fazer suas próprias escolhas porque têm prerrogativas para tal, elas estão empoderadas, tem autonomia e são mais livres. Esse conceito permitiu analisar a relação entre as mulheres empoderadas politicamente e sua relação com a participação de outras mulheres que não vivenciaram as mesmas trajetórias em espaços de decisões políticas, tornando o ambiente público com mais chance de vida e com diminuição da desigualdade de oportunidades em termos de gênero.

A abordagem das capacitações segue a concepção de uma vida boa, um ciclo de vida completo dentro de um contexto social, quando as realizações humanas ocorrem por escolhas livres e racionais. O conceito de capacitações de Amartya Sen (2000) serviu de fundamento teórico para entender a inserção, participação e representatividade das mulheres que exercem funções de representatividade política no RS, bem como para examinar se essas mulheres que exercem essas funções produzem capacitações que resultam em mais qualidade de vida na localidade.

Para analisar como as pessoas tomavam suas decisões, o economista John Maynard Keynes utilizou o conceito estado de confiança. Mas, para Keynes (1996), os economistas não se dedicavam como deveriam ao estudo do que ele chamou de estado de confiança, pois existe uma precariedade de conhecimentos que servem para fundamentar as decisões. Keynes (1996) dedicou uma boa parte de seus estudos analisando o estado de expectativa psicológica, o qual ele resumiu em “*estado de expectativa a longo prazo*” (KEYNES, 1996, p. 159), das atitudes dos homens envolvidos em negócios.

Ainda, Estado de Confiança e Cidadania são conceitos relacionados, visto que a questão da responsabilidade e expectativa consta em ambos. Estado de confiança é, portanto, um conceito apresentado por John Maynard Keynes (1996) que está relacionado com as expectativas das pessoas em um prazo mais longo de suas vidas, com sua condição de sujeito

nas relações sociais e com as ações de agentes mediadores que possibilitaram o empoderamento e, conseqüentemente, a redução da incerteza. Ou seja, o estado de confiança é sempre o resultado de um julgamento individual influenciado pelo acesso ao conhecimento disponível para cada situação e tempo.

No conceito de Dharendorf (1992), cidadania é um conjunto de direitos (prerrogativas) e deveres, pois quando as mulheres têm acesso aos provimentos necessários à conquista de prerrogativa, elas têm, também, o de participar do pleito eleitoral, votarem e ser votadas. Com isso, conseqüentemente as chances de vida se elevam, contribuindo para reduzir a desigualdade de participação política de homens e mulheres. As cotas políticas colaboram para a promoção dessa cidadania.

O estado de confiança das mulheres que ocupam cargo político em municípios do Rio Grande do Sul com características rurais, em espaços de representatividade e responsabilidades e suas expectativas em relação ao futuro político, faz parte do mote deste estudo, sendo importante compreender as trajetórias de empoderamento político feminino e as ações políticas delas no desenvolvimento local para proporcionar clareza sobre o papel das mulheres no ambiente político masculino.

Neste estudo, o conceito de estado de confiança foi utilizado para fundamentar a discussão teórica neste estudo no que se refere às expectativas de representatividade política das mulheres quanto ao seu futuro político. Estado de confiança, empoderamento, capacitações e chances de vida foram os conceitos utilizados na construção do quadro teórico para examinar a participação das mulheres na esfera política eletiva. Esses conceitos possibilitaram um entendimento sobre o que incentiva e sustenta a participação das mulheres no espaço político e também no trabalho delas junto as localidades onde vivem.

A participação das mulheres em espaços de poder e decisão é um tema que está na agenda de pesquisa, é assunto crítico e onipresente a conquista do poder político, principalmente o de ser eleita, que ainda representa uma utopia para mulheres brasileiras (MATOS, 2011). Em pesquisa realizada pelo Ibope e pelo Instituto Patrícia Galvão, com objetivo de saber qual a opinião dos brasileiros sobre a presença das mulheres na política do país, verificou-se que 71% das pessoas consideram a reforma política importante para garantir o mesmo percentual de homens e mulheres (50%) nas listas de candidaturas dos partidos. Entre os entrevistados, 74% acreditam que somente existirá democracia efetiva com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão (JORDÃO e CABRINI, 2013).

No Rio Grande do Sul, nem 10% das prefeituras são ocupadas por mulheres, elas

representam apenas uns pontinhos na imensidão da representação masculina. Os dados não se alteram no restante dos estados brasileiros, as mulheres estão sub-representadas politicamente. O machismo de homens e mulheres ainda é muito forte na cultura brasileira, onde cada sexo/gênero tem um papel na sociedade e, na esfera política, o domínio é dos homens sob o disfarce de um discurso que as mulheres não gostam de política.

Portanto, tornou-se necessário compreender qual a trajetória de empoderamento das mulheres na política eletiva, as especificidades de seu trabalho, suas compreensões sobre desenvolvimento e suas expectativas em relação ao futuro na política. Identificar a trajetória de empoderamento político das mulheres, bem como suas ações, permitiu compreender como está sendo construído o espaço de poder e decisão política. Verificou-se que a investigação sobre o papel da mulher em funções de representatividade política no processo de desenvolvimento local ainda é deficitária.

Em relação a atividade profissional, além de ministrar aulas em duas faculdades particulares, exerço o cargo de Escrivã de Polícia da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, sendo que desempenhei a função de Escrivã, por oito anos, no município de São João do Polêsine, região central do RS, inserida numa microrregião conhecida como Quarta Colônia da imigração italiana; a qual, desde sua emancipação política, em 1992, tradicionalmente elegeu mulheres para a chefia do poder executivo desde sua emancipação. A Delegacia de Polícia Civil, nesse município, foi inaugurada em 2005, sendo que fui a primeira mulher a desempenhar o cargo de policial nessa delegacia, sentindo muito próximo algumas dificuldades nas relações com pessoas da localidade. Outrossim, estudei a política brasileira no curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro, na UFSM, em 2008, que colaborou com as reflexões sobre a relação entre mulheres políticas e desenvolvimento.

A inquietação na busca por compreender sobre alguns aspectos das práticas das mulheres no desenvolvimento local teve o poder de movimentar este estudo, objetivando respostas às questões apresentadas a seguir.

1.2 A PROBLEMÁTICA DA TESE: DA TRAJETÓRIA DE EMPODERAMENTO POLÍTICO DE MULHERES ÀS SUAS PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E ESTADO DE CONFIANÇA

Empoderamento é uma categoria de análise sobre desenvolvimento humano que coloca a pessoa no centro de qualquer processo de desenvolvimento. Neste estudo, essas pessoas são as mulheres políticas. Na literatura, tem-se apresentado estudos relacionados à

participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças em âmbito social e cultural dessa inserção no mercado, sendo que o conceito de empoderamento tem servido para sustentar teoricamente essa transformação. No entanto, são poucas as pesquisas sobre as mulheres na política eletiva e suas ações no processo de desenvolvimento local.

Uma revisão mais acurada sobre o termo ‘poder’ demonstra que ainda existe uma indefinição teórico-metodológica, que parece continuar a espera de um lugar próprio no âmbito das ciências sociais. A indefinição do conceito pode ter relação com a própria raiz desse termo, a qual desde há muito tempo tem sido alvo de debates e deve continuar, visto que permite várias interpretações.

Apesar das divergências, convencionalmente, poder está relacionado com a capacidade para dominar. No caso do empoderamento, o importante é que o poder seja utilizado de forma positiva, a fim de estimular outras pessoas, ajudando-as a conquistar a autoconfiança suficiente para que consigam por si, desafiar a ordem e os poderes de base mais rigidamente orientadora ou autoritária (FRIAS, 2006).

A efetivação do Empoderamento como instrumento transformador se dá pela conquista plena dos direitos de cidadania. Empoderamento está relacionado com o desenvolvimento das capacidades das pessoas, ou seja, com os poderes que elas têm para fazer ou deixar de fazer coisas. Empoderamento se traduz em prerrogativas, em capacidades das pessoas em controlar as coisas e as escolhas (alternativas) abertas por estas prerrogativas, o que Ralf Dahrendorf (1992) chama de provimentos.

No presente estudo, abordou-se a trajetória de empoderamento político das mulheres que exercem funções de representatividade política, em que prevalecem o interesse público, pois a política é construída no exercício da coisa pública. Para o exercício da coisa pública deve haver desprendimento de visões particulares. Segundo Araújo (2011), tal desprendimento é observado no masculino e ausente no feminino, que destaca a presença de uma dualidade na organização social. “Esfera pública e esfera privada; o masculino como o político, o público e o ‘para fora’; e o feminino como o fixo, o corporificado, o pequeno (doméstico e familiar) e o invisível” (ARAÚJO, 2011, p. 93).

Os homens e as mulheres são iguais em direitos e obrigações, conforme preceito constitucional. A construção de uma sociedade justa e democrática passa necessariamente pela igualdade entre mulheres e homens. No entanto, transformar o preceito constitucional em uma realidade de igualdade para homens e mulheres, é um desafio para governos e sociedade.

Segundo Nilcéa Freire¹, no Brasil ainda existe desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, “os indicadores de renda, trabalho, saúde, e representação política apontam para relações desiguais e hierárquicas de poder e distribuição de recursos entre homens e mulheres” (FREIRE, 2010, p. 03).

As atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres ainda têm sinais de invisibilidade, bem como as demais atividades não remuneradas desempenhadas por elas. A discussão sobre a desigualdade de condições no trabalho e renda entre homens e mulheres não é nova, diversos estudos relatam as condições de inferioridade no ambiente feminino quando comparado ao masculino.

Uma linha do tempo dos movimentos feministas das mulheres brasileiras é elaborada por Bandeira e Melo (2010) com o objetivo de mostrar que as mulheres estiveram presentes na história do Brasil. O estudo considera como marco inicial o ano de 1822 quando Maria Leopoldina de Habsburgo, princesa do Brasil, assumiu a regência do país em um período de afastamento do marido, D. Pedro.

O século XX foi marcado pela luta crescente das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos. Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz, médica, é eleita a primeira Deputada Federal do Brasil pelo estado de São Paulo. No mesmo ano, Almerinda Gama, trabalhadora negra, é eleita Deputada Classista para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Nas eleições estaduais de 1934, nove deputadas estaduais foram eleitas, mas nenhuma no RS (BARSTED, 2011).

Em 1989, o 1º Congresso Nacional das Trabalhadoras Rurais mobiliza trezentos e cinquenta mulheres delegadas. Onze anos depois, em 2000, é organizada a primeira Marcha das Margaridas, em Brasília, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A Marcha é uma homenagem a Margarida Maria Alves, paraibana, trabalhadora rural, defensora da luta das mulheres rurais por melhores condições de vida e líder sindical. Margarida foi assassinada há 30 anos e até então os culpados não foram punidos. O crime continua impune. Em 2014, ocorreu a Jornada das Margaridas, uma espécie de extensão da Marcha das Margaridas. Segundo informe da CONTAG (2013), na Jornada foi evidenciado o resgate do caso de Margarida pela justiça e por um julgamento justo.

Desde há muito tempo as mulheres têm participado ativamente de diversas atividades produtivas, com ou sem rendimentos, valorizadas ou não em sua casa por seus familiares e pela comunidade onde vivem. A última metade do século XX testemunhou o nascimento de

¹ Ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

novos direitos para as mulheres e não somente a extensão dos direitos existentes, pois não se trata apenas em direito ao voto ou mesmo remuneração igual para homens e mulheres que desempenham a mesma função, mas direito de ser protagonista de sua história, com erros e acertos (BARSTED, 2011).

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2013-2015 (BRASIL-SPM, 2013, p. 10) destaca que “as práticas patriarcais seculares enraizadas nas relações sociais e nas diversas institucionalidades do Estado devem ser combatidas no cotidiano de maneira permanente”. Neste trecho do plano, reafirma-se a presença secular de uma desigualdade de gênero como parte da história social brasileira. O PNPM-SPM (2013) apresenta e reafirma os princípios orientadores da política nacional, como: autonomia das mulheres; igualdade entre mulheres e homens; respeito à diversidade; combate à discriminação; universalidade dos serviços e benefícios ofertados e prestados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

O PNPM-SPM (2013) apresenta, ainda, como uma das prioridades o fortalecimento da participação social na formulação e implantação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero nos espaços de poder e decisão. Pois, apesar da população brasileira ser composta por 52% de mulheres, o Brasil encontra-se na 124ª posição no ranking da participação política das mulheres nos 190 países pesquisados, conforme informações da IPU (*Inter-Parliamentary Union*)². Ou seja, o Brasil ainda não pontuou 10% de representação política feminina.

O ambiente político, de cargos elegíveis de poder de decisão, é masculino, refletindo uma desigualdade de gênero característica da cultura patriarcal e nas relações sociais da história brasileira. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstram que os homens ocupam a maior parte dos cargos elegíveis. No site do TSE³, na lista onde constam os dados dos resultados de uma eleição, o cargo prefeito aparece em todos os municípios, independente se é homem ou mulher que está ocupando; ou seja, não consta a palavra prefeita quando mulher, e sim prefeito. Igual situação relativa à palavra eleito, independente de ser homem ou mulher ocupante do cargo. Isso é um exemplo da masculinidade política, onde ainda não se exercita uma linguagem de gênero.

Apesar de muitas mulheres terem conquistado espaço no campo econômico e político,

² Dados da União Inter-Parlamentar, com base em informações fornecidas pelos parlamentos nacionais em 01 de abril de 2015, de 190 países. Disponível no site: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> Acesso em 18 de abril de 2015.

³ Endereço eletrônico do TSE: <http://www.tse.jus.br/>

no decorrer do último século, tais conquistas não representam a realidade da maioria das mulheres. Uma vez que, se no plano legal houve a consolidação da cidadania, mais especificamente com a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, ainda existe a “sub-representação feminina” na política (ARAÚJO, 2011, p. 133). Ou seja, as mulheres ocupam cargo de poder político, mas ainda em número reduzido em relação aos homens.

Uma busca constante pela igualdade de cidadania é a marca das conquistas do século XXI no Brasil, como, por exemplo, o aprimoramento da chamada Lei das Cotas, em 2009. A primeira Lei foi publicada em 1997 (Lei nº 9.504) e a nova lei em 2009 (Lei nº 12.034). No entanto, na prática, os resultados são poucos relevantes (ARAÚJO, 2011), apesar de que, em 2010, um ano após a publicação da nova lei, foi eleita a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, na esfera estadual e municipal os resultados não foram animadores.

A representação feminina na política do Rio Grande do Sul, assim como em todo o país, é baixa quando comparada com a masculina. O baixo índice de participação e representação das mulheres nesses espaços de representação política é considerado um indicador para compreensão da situação de desigualdade de gênero e vulnerabilidade das mulheres na sociedade.

Na tabela abaixo, apresenta-se os números de mulheres eleitas em cargo de prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras nas eleições de 2008 e 2012.

Tabela 1 - Representatividade política feminina no Rio Grande do Sul (2008 e 2012)

Cargos	Eleições 2008			Eleições 2012			2008-2012
	Total de ME	Total eleitos (H e M)	% de ME do total	Total de ME	Total eleitos (H e M)	% de ME do total	Varição % (ME)
Prefeita	22	496	4,4%	35	496	7%	59%
Vice-prefeita	31	496	6,25%	46	496	9,26%	48%
Vereadora	561	4.583	12,24%	672	4.828	13,92%	19,8%

Fonte: TSE (dados de 2008 e 2012).

Legenda: ME – Mulheres eleitas; H e M - Homens e Mulheres.

Nas eleições de 2012, para chefe do Poder Executivo Municipal no Rio Grande do Sul, trinta e cinco mulheres foram eleitas prefeitas de seus municípios, representando em torno de 7% do total de municípios gaúchos. Houve um aumento da participação feminina, considerando os dados de 2008, quando vinte e duas mulheres foram eleitas prefeitas, representando 4,4% do total dos 496 municípios (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE, 2012).

Nas eleições de 2012, treze mil e sessenta e três candidatos disputavam cargos de

prefeitos nos municípios brasileiros, enquanto duas mil e vinte e uma candidatas participavam do pleito municipal. No Senado, dos 81 senadores, 13 são mulheres (16% do total); na Câmara Federal, dos 513 deputados federais, apenas 44 são mulheres (8,6%), conforme dados do TSE (2012).

As prefeitas representam em torno de 13,4% da representatividade política municipal em todo o país. No estado do RS, lócus central neste estudo, a situação de sub-representatividade feminina em cargos de poder político, principalmente para prefeitas eleitas em 2012, segue a composição encontrada no restante do país, com agravante de ser ainda menor o percentual de representação feminina. Foram eleitas quarenta e seis mulheres para o cargo de vice-prefeita no RS.

Verificou-se que a participação das mulheres na política é reduzida, permitindo afirmar que a cidadania participativa e representativa não é igualitária em gênero. Sem uma participação mais efetiva das mulheres nos espaços de poder político, a igualdade de gênero se torna fala vazia (ARAÚJO, 2011). Os dados das eleições de 2012, do TSE, mostram que trinta e cinco municípios gaúchos elegeram mulheres para prefeitas e 46 elegeram vice-prefeitas; número reduzido em comparação a presença masculina em cargos eletivos.

Em outros locais de decisão política, como em sindicatos e cooperativas, os resultados são semelhantes aos encontrados na política eletiva. As mulheres que exercem função de presidente de sindicatos e de cooperativas do ramo agropecuário também estão em minoria, conforme verifica-se nos dados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2 - Representatividade feminina em sindicatos rurais e cooperativas agropecuárias no RS, em 2012

Cargos	Total de MP	Total de instituições	% do total de instituições
Presidenta de STR	43	348	12,35%
Presidenta de CA	01	161	0,62%

Fonte: FETAG/RS – Sindicatos (2012) e sistema OCERGS-SESCOOP/RS - Cooperativas (2012).

Legenda: STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais; CA – Cooperativa do ramo agropecuário; MP – Mulheres Presidentas.

A Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda. (COOPEG) - é a única cooperativa que possui, atualmente, uma mulher na presidência da instituição. No estado do RS, tem 348 sindicatos de trabalhadores rurais, distribuídos em 23 regionais. As 43 mulheres presidentes de sindicatos atuam em 21 regionais (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL - FETAG/RS, 2012).

Em entrevista ao Instituto Patrícia Galvão, o professor demógrafo José Eustáquio Diniz Alves destacou que, apesar das mulheres serem a maioria da população e do eleitorado, tem uma representação de menos 10% no Congresso Nacional e que a paridade entre os sexos nas prefeituras pode demorar 150 anos no Brasil. Segundo o professor, a literatura internacional tem mostrado que a qualidade de vida e o nível de desenvolvimento de uma localidade podem melhorar quando as mulheres se fazem mais presentes na política. Que existe uma correlação positiva entre menor exclusão feminina e maior bem-estar da sociedade (ALVES, 2013).

Considerando que o desenvolvimento de uma nação é responsabilidade de toda a sua sociedade, formada por homens e mulheres, o PNPM-SPM (2013) apresentou como um dos objetivos, no tocante a participação das mulheres em espaços de poder e decisão, fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nesses espaços, por meio de mudanças culturais e institucionais, com vista a construção de políticas para a igualdade. A questão passa por construir o futuro de acordo com as vontades expressas da maioria dos atores sociais, homens e mulheres.

Para desenvolvimento tem-se um conceito multidimensional, com vários significados, como por exemplo, o bem-estar das pessoas que pode ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que analisa as capacidades de escolhas das pessoas em três dimensões da vida: renda *per capita*, educação e saúde (expectativa de vida). O IDH é um indicador mais amplo que o PIB – Produto Interno Bruto, que considera apenas o crescimento econômico da produção. No cálculo do IDH, a renda é apenas um dos pilares de cálculo (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2013). Já o desenvolvimento humano é um conceito que considera a ampliação das escolhas das pessoas para que estas tenham condições para serem e fazerem aquilo que desejam, é um conceito que tem como abordagem a perspectiva da liberdade, tese do Desenvolvimento como Liberdade do indiano Amartya Sen (2000).

Já o desenvolvimento local tem estreita relação com o comportamento e envolvimento das pessoas que vivem na localidade. Privilegia o espaço dos municípios. O desenvolvimento local é um conceito da abordagem *bottom-up*, que é caracterizada pelo poder de agente das pessoas da localidade no planejamento e tomada de decisões, ou seja, é uma abordagem de desenvolvimento que valoriza a iniciativa, o empreendedorismo das pessoas (BRAUN, 2012). O desenvolvimento rural segue a perspectiva do local, pois privilegia as pessoas da localidade e a diversificação da produção, “[...] é um processo que fortalece a região e, portando, é endógeno, em que os atores buscam a autonomia e o controle dos processos produtivos”

(SIMAN; CONCEIÇÃO; FILIPPI, 2006, p. 52).

O conceito de cidadania, de Alain Touraine (1994) e Ralf Dahrendorf (1992), foi utilizado como um catalizador dos outros conceitos, ou seja, como um sinônimo de responsabilidade, no sentido que cidadania é um conjunto de prerrogativas, que envolve condições de empoderamento, capacitações, estado de confiança e participação.

A noção de participação serviu para identificar a trajetória de empoderamento político das mulheres, se a participação feminina em movimentos sociais proporcionou as condições para o empoderamento político e também para analisar as especificidades das práticas empreendidas no desenvolvimento do local. A prática política se materializa por meio da participação política. As pessoas que são escolhidas para representar politicamente os demais indivíduos da sociedade possuem o poder político para trabalhar para a sociedade.

Assim, na construção do problema de tese considerou-se como foco central o empoderamento político das mulheres, mais especificamente, a trajetória, as especificidades da atuação, os significados e compromissos com o desenvolvimento local e suas expectativas em relação ao futuro na política. Os conceitos desenvolvidos por Dahrendorf, Sen e Keynes, sustentaram teoricamente esta tese para explicar a trajetória, a relação da mulher política com o desenvolvimento local e suas expectativas futuras.

Portanto, para o desenvolvimento desta tese partiu-se da ideia de que, independente de suas trajetórias de participação política, a atuação das mulheres e o envolvimento no desenvolvimento local refletem as experiências vivenciadas na esfera privada, lugar de que tem o domínio. Dessa forma, nesta tese procurou-se responder: Qual trajetória de empoderamento constituiu a vida das mulheres que exercem atualmente funções de representatividade política no RS, tornando-as cidadãs participativas, com maior poder de escolha e estado de confiança, e se sua atuação no desenvolvimento local apresentou características dessa trajetória?

Nesse sentido, os questionamentos específicos que orientaram o desenvolvimento desta tese foram:

Em que medida as mulheres estão participando efetivamente da política eletiva empoderadas politicamente, no sentido da presença feminina na esfera política no RS, e o que elas compreendem por desenvolvimento local?

Qual é o estado de confiança dessas mulheres empoderadas politicamente e quais suas expectativas em relação ao seu futuro e de outras mulheres na política eletiva?

Quais as especificidades apresentadas pelas mulheres que exercem funções de representatividade política atualmente no RS?

1.3 OBJETIVOS

Identificar e analisar trajetórias de empoderamento político de mulheres que exercem funções de representatividade no Rio Grande do Sul e seu entendimento na perspectiva do desenvolvimento local.

A partir desse propósito geral, estabelecem-se os objetivos específicos:

- a) analisar as condições que proporcionaram chances de vida na construção do estado de confiança das mulheres empoderadas politicamente, influenciando seu entendimento sobre desenvolvimento local;
- b) verificar o estado de confiança das mulheres que exercem cargo de representação política, as expectativas em relação ao seu futuro e de outras mulheres na política eletiva; e
- c) identificar e discutir as especificidades de atuação das mulheres na esfera da política eletiva na perspectiva do gênero.

1.4 HIPÓTESES

A representatividade feminina em funções eletivas emana da legitimação democrática conquistada através da participação em organizações, em redes solidárias, em movimentos/lutas sociais e em espaços de decisões políticas, as quais proporcionam sua inserção nos processos e políticas de desenvolvimento local de forma que a socialização de suas experiências prévias de trabalho e na responsabilidade do lar estejam presentes.

As mulheres, que ascendem a posições de representatividade política, interferem no desenvolvimento local na perspectiva de maior chance de vida e estado de confiança, referenciadas nas suas trajetórias de empoderamento, mas não vislumbram expectativas futuras de ascensão a cargos mais elevados da política eletiva, nem para elas e nem para outras mulheres.

Especificidades de gênero feminino como afetividade, sensibilidade, cuidado, comunicação e um olhar atencioso, seriam transferidas para o exercício de representatividade política, proporcionando que as conquistas femininas resultantes do empoderamento político sejam mais solidárias, principalmente com vistas à redução das desigualdades de gênero.

1.5 METODOLOGIA

Os conceitos que sustentaram teoricamente este estudo são os seguintes: Empoderamento; prerrogativas e provimentos, de Ralf Dahrendorf (1992); Capacitações ou desenvolvimento humano, de Amartya Sen (2000); e Estado de Confiança, de John Maynard Keynes (1996). A abordagem teórica utilizada na produção do conhecimento foi a hipotética-dedutiva, e o procedimento utilizado para coletar e analisar os dados é o qualitativo, visto que possibilita uma maior exploração do conteúdo subjetivo e é o mais adequado para compreender com profundidade e qualidade os fenômenos sociais, foco deste estudo.

A composição metodológica deste estudo está dividida em duas dimensões: teórica e empírica. A unidade de análise centralizou-se nas mulheres políticas que estavam exercendo cargos de representatividade política. Essa tese foi desenvolvida com base nas informações sobre a trajetória política das mulheres, as especificidades com que atuam na política, as compreensões sobre desenvolvimento, as ações empreendidas e suas expectativas em relação ao futuro na política.

A análise teve início a partir da observação sobre a representatividade das mulheres que exercem funções de política eletiva no estado do Rio Grande do Sul. A natureza qualitativa do estudo permitiu compreender a realidade social e econômica das mulheres políticas e do espaço territorial onde atuam, possibilitando avaliar com cuidado qualquer tipo de evidência, para então poder inferir conclusões válidas a respeito das trajetórias de empoderamento que lhes permitiram participar de forma ativa no processo de desenvolvimento local (CANO, 2012; LAKATOS; MARCONI, 2010).

A partir das observações sobre a representatividade feminina na política eletiva elegeu-se o grupo de participantes. As mulheres participantes deste estudo são algumas que se envolveram no processo de empoderamento político. Optou-se pelas eleitas em processo democrático para o cargo de prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras, e que atuam em localidades com características rurais, visto que a maioria das prefeitas atua em municípios pequenos, em contingente populacional. Todas, foram eleitas em resultado da legitimação democrática no Rio Grande do Sul nas eleições de 2012.

Para compreender a participação das mulheres políticas no desenvolvimento local, bem como operacionalizar a pesquisa, cada variável foi decomposta em um conjunto de indicadores que permitiu analisar as dimensões econômica, social e política da participação. O conjunto de indicadores buscou dimensionar a relação entre as especificidades do trabalho feminino na política e o desenvolvimento local a partir das dimensões escolhidas. O quadro

abaixo apresenta as dimensões, variáveis e os indicadores utilizados para a construção do roteiro de entrevistas.

Quadro 1 - Dimensões, unidades de análise e categorização das unidades

Dimensões	Unidades de análise	Categorização das unidades
Política	Empoderamento	- Trajetória de empoderamento político; - Participação em algum grupo social; - Presença de incentivadores à atividade política;
	Chances de vida	- Prerrogativas de inclusão da mulher no processo político; - História da mulher brasileira nos espaços de decisões Políticas; - Possibilidades de inclusão da mulher no ambiente político;
	Capacitações	- Formação educacional formal ou informal; - Demais qualificações;
Social	Estado de Confiança	- Limitações (obstáculos) de atuação na esfera política; - Considerações sobre o espaço político - masculinidade; - Representatividade feminina nos espaços de decisão política; - Expectativas das mulheres em relação a elas mesmas no espaço político (confiança e autonomia);
	Participação (Espaços de discussão, participação e decisão)	- Participação das pessoas da localidade na gestão do município, através de representantes; - Número de mulheres em espaços de decisão política;
	Sociabilidade (cidadania)	- Participação de outras mulheres nos processos de decisão política; - Desenvolvimento de políticas públicas de inclusão de mais mulheres nos espaços de poder; - Políticas públicas com vistas à igualdade de gênero; - Ações para redução da violência contra a mulher (criação de instituições de proteção e combate à violência contra a mulher);
	Feminilidades (especificidades)	- Ambiente privado <i>versus</i> ambiente público: afetividade, sentimento materno, carinho e solidariedade; - Especificidade feminina ou fraqueza? - Presença de preconceitos masculinos; - Houve mudanças de papéis?
Econômica	Desenvolvimento local	- Compreensões sobre desenvolvimento local; - Compromissos para o desenvolvimento local;
	Ações para mulheres rurais	- Ações que proporcionam empoderamento para mulheres rurais.

Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico (2013).

O eixo principal na tese foi identificar as trajetórias de empoderamento político das mulheres, as especificidades da atuação no desenvolvimento local e expectativas em relação ao seu futuro na política. Após a escolha dos conceitos que fundamentaram a discussão teórica e formalizaram os resultados, o que segue é a apresentação do universo de abrangência do estudo e das técnicas de coleta e análise dos dados.

1.5.1 O campo empírico: localidades e participantes da pesquisa

As participantes do estudo foram quinze mulheres entrevistadas, sendo seis prefeitas, duas vice-prefeitas e sete vereadoras, eleitas no pleito de 2012, no RS e atuantes politicamente. Dezenove pessoas, entre homens e mulheres, participaram desta pesquisa como casos ilustrativos, por conhecerem o assunto.

As mulheres políticas, prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras que participaram da pesquisa foram selecionadas da seguinte forma: primeiramente, delimitou-se o universo de pesquisa através da seleção dos municípios que elegeram mulheres prefeitas, trinta e cinco no total; após, verificou-se quais municípios elegeram mulheres para vice-prefeita, quarenta e quatro no total. Como a maioria dos municípios gaúchos elegeu pelo menos uma mulher para vereadora, a escolha das possíveis entrevistadas foi mais elástica. Em razão dos recursos de tempo e financeiro para a pesquisa de campo serem limitados, optou-se por entrevistar prefeitas, vices e vereadoras que atuassem próximas da cidade de Santa Maria, região central do Estado, local de residência da autora desta tese.

A partir do reconhecimento da escassez dos recursos relativos ao tempo e dinheiro, uma nova seleção se fazia necessária: a diversidade de características das mulheres políticas. Então, a seleção passou a contar com a escolha de mulheres políticas eleitas por diferentes partidos políticos e/ou coligações. As características que traduzem grau de diferenciação também se fizeram presente, como foi o caso de entrevistar a primeira prefeita negra do RS em uma cidade de descendência alemã. Outro exemplo de diferenciação foi a entrevista com a prefeita de São João do Polêsine, cidade que desde a emancipação, em 1992, elege mulheres para prefeitura.

As entrevistas foram feitas com base em um roteiro que abrangeu as dimensões política, social e econômica, contemplando os seguintes aspectos: a trajetória familiar, educacional e profissional; a trajetória política, a participação em organizações de grupo; atuação na política, o estilo de fazer política; os significados e os compromissos com o desenvolvimento local; a participação política da mulher, as condições à igualdade de gênero; e o estado de confiança e as expectativas do futuro na política.

As mulheres políticas participantes da pesquisa foram eleitas nos seguintes municípios: São João do Polêsine, Ivorá, Vera Cruz, Júlio de Castilhos, Dois Irmãos e Nova Santa Rita – prefeitas; Cachoeira do Sul e Dona Francisca – vice-prefeitas; Vera Cruz, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Santa Maria, Dois Irmãos e São Pedro do Sul – vereadoras. Ao contrário das prefeitas e vices, a maioria dos municípios do RS elegeu mulheres para o

legislativo, independentemente de tamanho demográfico ou localização geográfica no Estado.

Algumas características das cidades também colaboraram para delimitar o espaço geográfico da pesquisa, como por exemplo, a cidade de Nova Santa Rita, que é local de assentamentos e forte presença da agricultura familiar, em uma região que fica a 10 minutos de Canoas, segunda maior cidade do RS, em termos demográficos.

Outras cidades são locais de forte presença da agricultura familiar e/ou local de predomínio de cultivos da terra, podendo-se destacar como cidade com características rurais, como é o caso de Cachoeira do Sul, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Júlio de Castilhos, São Pedro do Sul, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz representando a região do fumo. Santa Maria, a cidade sede da autora desta tese, foi uma exceção a essas características, e a opção por entrevistar uma vereadora se deu em razão da mesma apresentar algumas ações com caráter de ineditismo, como, por exemplo, ter instituído a semana da mulher na cidade e também por diversas ações que a mesma desenvolve em prol das mulheres do município e em parceria com outras mulheres políticas da região central do Estado.

Além das entrevistas com as quinze mulheres políticas participantes da pesquisa, foram entrevistadas mais dezenove pessoas que, neste estudo, são definidas como casos ilustrativos, são elas: uma senadora, duas deputadas estaduais, um deputado estadual, uma presidente de Sindicato dos Trabalhadores Rurais e uma professora Coordenadora Executiva da Organização Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Todas essas tem vínculo eleitoral com o RS. Também foram entrevistadas três mulheres que estão presidentes de associações rurais e uma secretária da Gerência da Mulher, em Palmeirais, Piauí. Duas vereadoras do município de Tejuçuoca, Ceará. Essas pesquisas foram inseridas no estudo em razão da autora ter participado do Projeto Rondon⁴ no Piauí e no Ceará. Todos esses doze casos ilustrativos são brasileiros. Todas as pessoas que fizeram parte dos casos ilustrativos foram entrevistadas por atuarem na política ou por conhecerem, possuírem informações qualificadas a respeito do tema.

Finalmente, foram entrevistadas sete pessoas em Havana, Cuba, em razão de uma viagem de estudos do doutorado para esse país a fim de conhecer melhor a situação de empoderamento, são elas: quatro professores da Universidade de Havana, uma funcionária de Relações Internacionais da Federação das Mulheres Cubanas e uma funcionária do Ministério

⁴ “Criado em 1967, o Projeto Rondon nasceu de uma arrojada iniciativa de professores universitários: levar alunos em fase de graduação para a Amazônia, a fim de promover a integração e o conhecimento das diversas realidades nacionais. O nome foi dado em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, bandeirante do século XX que fazia expedições pelo sertão do País, estendendo linhas telegráficas. Ele foi um dos precursores na luta em defesa dos índios. “Morrer se preciso for, matar nunca” foi o seu lema e inspirou as Forças Armadas”. Informações disponíveis no site: <http://www.projettorondon.org.br/historia.html>

da Agricultura. O parlamento cubano é formado por quase metade de mulheres. Os relatos das entrevistas realizadas em Cuba também fazem parte da base de informações. As entrevistas foram descritas em português neste estudo. Entre os dezenove casos ilustrativos, dois são homens; um deputado estadual, em razão do envolvimento com o empoderamento das mulheres rurais e com a agricultura familiar, base econômica de grande parte dos municípios das mulheres políticas delimitados como núcleo central da pesquisa. Também um professor da Universidade de Havana, o qual apresentou os principais aspectos da política de Cuba.

Portanto, foram entrevistadas trinta e quatro pessoas, quinze mulheres políticas do RS e dezenove pessoas que estão atuando na política representativa ou se dedicam a estudar o empoderamento da mulher, no Brasil e em Cuba. O roteiro de entrevista para este estudo consta no Apêndice A.

1.5.2 As técnicas de pesquisa

Bibliográfica / Documental

Primeiramente, pesquisou-se os dados da representatividade feminina na esfera da política no Brasil e no RS. De posse dessas informações, foi possível verificar o déficit na quantidade de mulheres que atuam na política eletiva. A determinação dos conceitos que foram utilizados para explicar a participação das mulheres na política permitiu acesso a outras pesquisas realizadas sobre o assunto analisado. Escritos sobre o movimento das mulheres trabalhadoras e mulheres que traçam trajetórias na política fizeram parte do montante de publicações acadêmicas que serviram de fundamentação bibliográfica / documental.

Banco de dados

Os dados secundários que fundamentaram este estudo são os disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Senado Federal (SF), Câmara dos Deputados (CD), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEA), e outras fontes institucionais. Os dados analisados são das eleições de 2012.

Observação participante - a vivência da pesquisa

Para conhecer as experiências vividas pelas mulheres a pesquisadora, numa postura de observação e ouvinte, realizou visitas nos municípios onde as políticas atuam. Após a primeira seleção das mulheres políticas que seriam entrevistadas, passou-se a entrar em

contato com as assessorias das políticas, utilizaram-se os recursos do contato por e-mail e telefone.

A partir da resposta positiva do contato, a próxima etapa era tentar agendar outra entrevista no mesmo município, prefeita e vereadora, por exemplo, visto a necessidade de economia de recursos com as viagens para o trabalho empírico. Também foi possível agendar duas entrevistas em municípios próximos, uma de manhã e outra no início da tarde, igualmente visando a redução dos gastos.

Devido à agenda política dessas mulheres, muitas entrevistas foram realizadas nas primeiras horas da manhã; inclusive, teria de estar no gabinete da política às oito horas da manhã em uma cidade que ficava quase seis horas de viagem de Santa Maria.

Além de a entrevistada ter a agenda cheia e da distância que precisava percorrer, às vezes iniciava-se a entrevista, mas acontecia algum compromisso imprevisto que interrompia a entrevista por longo período, exigindo que a pesquisadora reiniciasse a conversa de forma que não se perdesse dados e prejudicasse a pesquisa. Outras vezes, a entrevista estava agendada para as oito horas da manhã, mas somente se efetivou no início da tarde.

A recepção das participantes foi muito positiva, no geral. Aparentavam estar apreciando muito serem entrevistadas sobre um assunto do qual são protagonistas. Algumas afirmaram se sentirem honradas por serem escolhidas para prestarem informações, por meio das entrevistas. Mostravam seu local de trabalho com muito orgulho, onde, quase sempre, exposto na mesa de trabalho, estava um porta retrato com foto dos filhos. Por meio das entrevistas foi sendo revelado o mundo que se estava procurando compreender, o mundo das mulheres empoderadas politicamente.

As entrevistas de cerca de uma hora e meia foram registradas com fotos autorizadas pelas participantes. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com duração média de 90 minutos. Uma prefeita chorou o tempo todo da entrevista, disse que estava muito emocionada por estar sendo impulsionada a lembrar de fatos relativos a sua família e os desafios que passou na vida, até conquistar seu cargo na política. Outras políticas registraram em redes sociais o encontro. A primeira prefeita negra mostrou à pesquisadora um rol de fotografias de ex-prefeitos que estavam expostas numa sala de reunião, eram todos homens, brancos, descendentes alemães, e ela mencionou orgulhosa de que agora iria ter ali naquela parede a foto de uma mulher, negra, de sobrenome Silva.

Em Havana, as entrevistas foram agendadas pela senhora Elena Diaz, Professora da Universidade de Havana, possibilitando o acesso e a recepção pelas entrevistadas. De todas as entrevistas, foram feitos registros no diário de campo como observações gerais, expressões

verbais e ações das mulheres políticas, a fim de captar elementos que pudessem ajudar a descrever a situação social da entrevistada. Essas notas sobre as mulheres colaboraram com o instrumento de pesquisa para uma descrição mais detalhada das observações registradas (GIL, 1995). As entrevistas em Havana contribuíram qualitativamente ao desenvolvimento do estudo.

Uma dificuldade enfrentada durante as entrevistas foi a necessidade de discernimento da pesquisadora em separar os diálogos que fazem parte do roteiro e são de interesse científico, dos discursos de caráter eminentemente político e pessoal. No entanto, apesar de alguns fatores limitantes inerentes ao trabalho de campo, trinta e quatro entrevistas foram realizadas, entre as participantes locais da pesquisa e os casos ilustrativos, possibilitando um leque de informações compatíveis com o assunto pretense nesta tese: a participação política das mulheres.

1.5.3 Análise dos dados e informações

A análise desta tese tem como fundamento central as narrativas/ respostas às questões da entrevista das mulheres políticas. Após a coleta das informações, foram feitas as gravações das 34 entrevistas, posteriormente a análise de conteúdo, técnica que permite a categorização das informações (CANO, 2012).

Todas as quinze entrevistas locais da pesquisa foram discutidas na análise. As respostas foram agrupadas por sequência de questões e então descritos e analisados os depoimentos mais significativos e sem repetição. As entrevistas que fizeram parte da base de informações qualificadas também responderam às questões descritas no roteiro e foram descritas e analisadas como informações complementares a construção do estudo desta tese.

O roteiro da entrevista contemplou questões referentes ao perfil das entrevistadas, a trajetória política que percorreram, a forma de atuação na política, os significados e ações de desenvolvimento local, a condição das mulheres na política, os entraves ao aumento da representatividade feminina, os fatores de sucesso, o estado de confiança e as expectativas em relação ao futuro na política.

A entrevista ilustrativa com um deputado estadual de Porto Alegre/RS teve por objetivo central ouvi-lo sobre questões referentes a existência ou não de preconceitos, por parte dos homens, com as mulheres que desempenham função na política eletiva. A entrevista com as presidentes de associações e sindicatos teve como objetivo investigar sobre possíveis trajetórias políticas eletivas, visto que já participam ativamente da política. Entre as quatro

presidentes de associações, apenas uma respondeu que não pretende se candidatar para algum cargo eletivo, as outras três disseram que sim, pretendem se candidatar a vereadoras.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

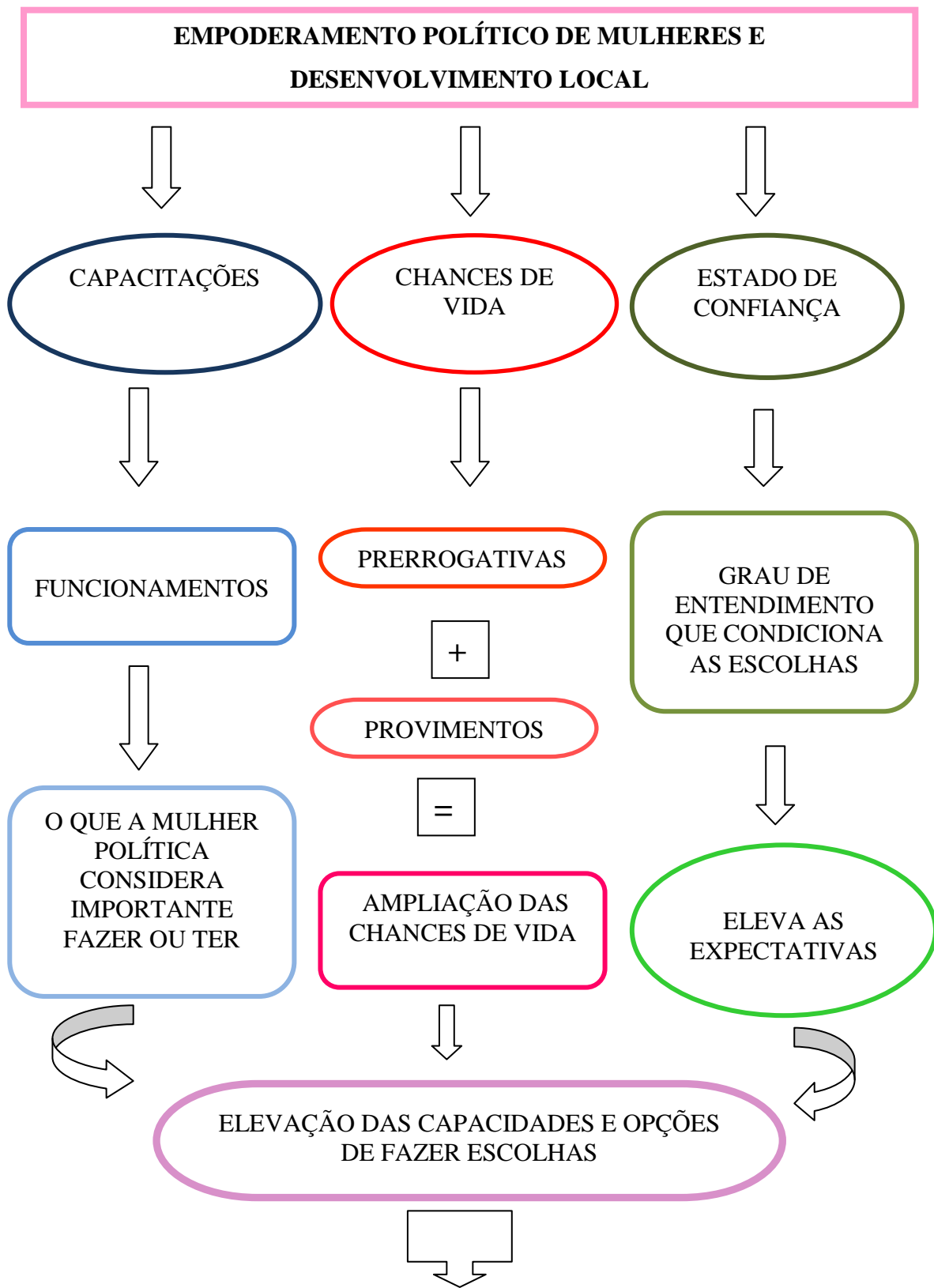
O estudo desenvolvido nesta tese está estruturado em quatro capítulos a partir desta introdução, na qual, é apresentado como tudo começou, seguido da problemática da tese, das hipóteses explicativas, dos objetivos geral e específicos, do método e dos procedimentos metodológicos e, por fim, a estruturação da tese.

No primeiro capítulo, apresenta-se o debate da tese, através dos conceitos de chances de vida que são os provimentos e as prerrogativas, de Ralf Dharendorf, capacitações ao Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, Estado de Confiança e expectativas de John Maynard Keynes. Os conceitos de empoderamento, participação e cidadania são utilizados para conectar as mulheres políticas ao desenvolvimento local.

No segundo capítulo, são descritos os principais resultados da pesquisa empírica feita com as mulheres analisadas. São apresentados dados sobre a trajetória das mulheres na política representativa no Brasil e no RS, após a estrutura da política representativa das mulheres no RS com os resultados das entrevistas sobre as trajetórias e especificidades de atuação política, os significados e compromissos com o desenvolvimento local, as percepções sobre a mulher na política e as contribuições à análise referente ao Brasil e Cuba.

No terceiro capítulo, apresenta-se uma análise sobre a participação das mulheres empoderadas políticas no desenvolvimento econômico. Na primeira parte do capítulo, é analisada a participação da mulher do núcleo central de pesquisa. Na segunda parte do capítulo, a abordagem analítica considera as entrevistas que compõem os casos ilustrativos.

No quarto capítulo, a participação da mulher na política é explicada a partir de três visões: primeiramente, a representatividade feminina em espaços de decisões políticas e seu envolvimento do desenvolvimento local, para tanto, o objetivo é explicar a trajetória de empoderamento político das mulheres a fim de compreender os significados, os compromissos e as ações de desenvolvimento local; em seguida, o estado de confiança e expectativas em relação ao futuro político, explicam as percepções das mulheres sobre a própria atuação, suas expectativas de futuro na política e como compreendem a baixa participação das mulheres na política representativa; e, por fim, as especificidades da mulher empoderada politicamente; nessa parte do capítulo propõe-se analisar como as mulheres atuam quando em cargo eletivo. Finalmente, as considerações finais sobre o estudo desenvolvido.



Explicações relevantes

- Trajetória de empoderamento
- Especificidades da atuação
- Significados e compromisso de desenvolvimento local
- Condições para a igualdade de gênero
- Estado de confiança e expectativas
- O futuro na política representativa

2 O EMPODERAMENTO POLÍTICO POR MEIO DE CAPACITAÇÕES, CHANCES DE VIDA E DE ESTADO DE CONFIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Se estiver equiparada em experiência e faculdades gerais uma mulher consegue habitualmente discernir muito melhor do que um homem aquilo que tem perante si. Ora, esta sensibilidade para o presente é a principal qualidade de que depende a aptidão para a prática, contraposta à teoria. John Stuart Mill - 1869 (MILL, 2006, p. 141).

2.1 O EMPODERAMENTO COMO INSTRUMENTO TRANSFORMADOR DA CONDIÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A literatura tem apresentado estudos relacionados à participação da mulher no mercado de trabalho e, principalmente, no processo de desenvolvimento local, bem como as mudanças em âmbito econômico, social e cultural dessa inserção no mercado, sendo que o conceito de empoderamento tem servido para sustentar teoricamente essa transformação. No entanto, ainda são limitadas as pesquisas sobre as mulheres nos espaços de poder político.

Uma revisão mais acurada sobre o termo poder, demonstra que ainda existe uma indefinição teórico-metodológica, que parece continuar à espera de um lugar próprio no âmbito das ciências sociais. A indefinição do conceito pode ter relação com a própria raiz do termo – poder – o qual desde há muito tempo tem sido alvo de debates e deve continuar, visto que permite várias interpretações. Apesar das divergências, convencionalmente, poder está relacionado com a capacidade para dominar, e no caso do empoderamento, o poder é utilizado de forma positiva.

O poder pode ser utilizado de forma aberta ou mais ou menos sutil dependendo do que estiver em questão. Apesar de em regra se pensar o poder como uma força ou instrumento coercitivo, importante no caso do *empowerment* é a utilização positiva do poder, ou seja, a capacidade que certas pessoas ou organismos possam ter para estimular outras, para as auxiliar a recuperar de situações graves, ou para lhes criar autoconfiança suficiente para que consigam por si, desafiar a ordem e os poderes de base mais rigidamente orientadora ou autoritária (FRIAS, 2006, p. 112).

Empoderamento como instrumento transformador. A efetivação se dá pela conquista plena dos direitos de cidadania. Empoderamento está relacionado com o desenvolvimento das capacidades das pessoas, ou seja, com os poderes que estas têm para fazer ou deixar de fazer coisas. Empoderamento se traduz em prerrogativas, em capacidades das pessoas em controlar

as coisas e as escolhas (alternativas) abertas por estas prerrogativas, o que Ralf Dahrendorf chama de provimentos. O conceito de empoderamento será analisado a partir de então.

Empoderamento está relacionado com o poder, esta é a primeira delimitação desse conceito. A palavra poder tem várias origens, como por exemplo, *poti*, a qual era aplicada ao chefe de família ou clã; *pótis*, no grego, que significa marido, capaz de, autoridade; *despotés*, senhor, chefe da casa, e demais significados relacionados com tirania. Independentemente das origens da palavra poder, esta exprime força, controle, regulação, persuasão, capacidade de controle, entre outras. “*El empoderamiento se relaciona, primero y antes que nada, con el poder, cambiando las relaciones de poder en favor de aquellos que con anterioridad tenían escasa autoridad sobre sus propias vidas*” (SEN, G. 2002, p. 2).

Diferentes correntes de pensamentos, e em épocas diversas, abordaram o conceito de poder. Cada pensador entendeu de uma maneira diferente, peculiar a cada linha de pensamento. O filósofo Michel Foucault entendeu poder como algo que se exerce em rede, ou seja, é relacional, são relações de poderes entre os indivíduos. Foucault não acreditava na existência de uma entidade que pode centralizar o poder; pois, para ele, o poder nunca estará centrado aqui ou ali, não poderá ser uma riqueza ou algum bem de propriedade certa, ou seja: “[...] o poder não se dá nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.” (FOUCAULT, 1982, p. 175).

Os indivíduos são nada mais que os efeitos do poder. O corpo, os gestos, os discursos e os desejos são os primeiros efeitos de poder e, sendo assim, o poder não pode ser aplicado ao indivíduo, apenas pode passar por ele. A relação entre indivíduo e poder é apresentada da seguinte forma: “[...] o indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é o centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1982, p. 183-184).

Quando o poder pertence a um grupo, tem caráter coletivo e é oposto da violência, pois esta ocorre quando se dá a perda de autoridade e de poder; esse pensamento pertence a Hanna Arendt (1999). O poder deve ser valorizado por si mesmo, pois não o é de apenas uma pessoa, mas sim de um grupo, e somente permanecerá em existência a medida que o grupo conservar-se unido. Quanto às mulheres políticas, o poder pertence ao grupo delas enquanto estas se mantiverem unidas e em prol de uma causa, como por exemplo, da busca constante pela efetivação do direito humano de igualdade de gênero; igualdade como sinônimo de não discriminação.

O emprego da violência é permitido na busca pelo poder, segundo o entendimento de Max Weber (1944). Poder existe em uma ação estratégica que alguém possa desenvolver o mais eficiente possível, e com os meios disponíveis para alcançar um objetivo específico. Os meios para alcançar o poder podem ser de natureza diversa, até mesmo o emprego de violência é permitido nesse caminho. Então, enquanto para Hanna Arendt poder é a não violência e sim o consentimento, para Weber (1944, p. 693) os meios para alcançar o poder podem perpassar pelo emprego da violência.

Os meios utilizados para alcançar o poder podem ser muito diversos, desde o emprego da simples violência até a propaganda e o sufrágio por procedimentos rudes ou delicados: dinheiro, influência social, poder da palavra, sugestão e engano grosseiro, tática mais ou menos hábil de obstrução dentro das assembleias parlamentares. (WEBER, 1944, p. 693).

Após essa breve escrita sobre poder, a tarefa seguinte é identificar a origem do conceito de empoderamento, o qual entende-se ser uma missão ainda não finalizada. Diversos autores relatam que a origem do conceito é disputada tanto pelos movimentos de mulheres como pelo movimento *American Blacks*, na segunda metade do século XX⁵. O termo empoderamento faz parte da retórica de movimentos sociais relacionados ao exercício da cidadania.

Então, qual relação entre Lutero e empoderamento? Em 1517, Lutero reuniu alguns professores da Universidade de Wittenberg, onde lecionava desde 1511, para discutir algumas questões que o atormentavam. Dessas discussões surgiram as Noventa e Cinco Teses que desejava debater, mas em latim a fim de que somente os estudiosos e sabedores dessa língua pudessem ter acesso e, como era de costume, disponibilizou na porta externa da Igreja e também enviou para o alto clero da Igreja Alemã. As teses de Lutero foram traduzidas do latim para o alemão e publicadas. As invenções de Gutenberg⁶ proporcionaram que as ideias de Lutero ficassem conhecidas em toda a Alemanha e Europa em poucos dias (HEWITT, 2007).

Lutero, escrevendo em alemão e não em latim, pretendia que cada cidadão comum tivesse acesso às escritas da Bíblia e assim ao amor e perdão de Deus, experiência que ele mesmo já havia experimentado. Para Lutero, nada podia substituir a leitura direta da escrita sagrada, devendo a mesma estar acessível a todos. A imprensa foi responsável pelos

⁵ Como por exemplo: Cecília Lorio, em *Empoderamento e direitos no combate à pobreza* (2002); Ana Alice Costa, em *Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres* (2000); Rute Vivian Angelo Baquero, em *Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual* (2012), entre outros.

⁶ Em 1499, Johannes Gutenberg, ourives e lapidador de joias, dava os últimos retoques na primeira impressora do mundo com tipos móveis, resultando em produção de livros com custos quase 400 vezes menores.

resultados positivos da reforma protestante, iniciada por Lutero e mais adiante pelo francês João Calvino. Gutenberg forneceu os meios para que as ideias de Lutero fossem acessíveis por mais pessoas.

Gutenberg amplificou a voz humana de tal modo que ela pôde ser ouvida em todo mundo. Ele forneceu os meios pelos quais uma pessoa pode se comunicar com as massas sem a interferência das estruturas institucionais. Finalmente, os indivíduos podiam falar, e ninguém podia silenciá-los (HEWITT, 2007, p. 90).

Lutero empoderou as pessoas mais humildes, ao cidadão comum, fornecendo informação, um elemento da liberdade. Assim, a Reforma Protestante faz parte da história do conceito de empoderamento, conforme prega Baquero (2012), quando defende que a Tradição do Empoderamento (*Empowerment Tradition*) tem suas raízes na Reforma Protestante, num movimento de luta por justiça. O conceito de empoderamento vem sendo construído a partir de visões de vários autores que tratam do tema, direta ou indiretamente.

O Empoderamento ocorre quando as pessoas têm consciência sobre as causas de sua situação e, para ser sustentável, deve modificar a autopercepção das pessoas e o controle sobre suas vidas. Quando ocorre a mudança de consciência e da percepção, sentimentos de esperança e entusiasmo afloram nas pessoas, antes adormecidas. No entanto, o empoderamento não é um processo neutro, ao contrário, prevê algum tipo de conflito social, pois está estritamente ligado a capacidade de crítica das pessoas (SEN, G. 2002).

Empoderamento não se dá a outra pessoa, ao contrário, ela deve empoderar-se a si própria. Isso quer dizer que o governo pode incentivar processos de empoderamento, mas não pode empoderar as pessoas. E, para que isso ocorra, os indivíduos devem ir além de seu pensamento como vítimas eternas, a fim de ocorrer um verdadeiro empoderamento, pois precisam cuidar uns dos outros.

Para el verdadero empoderamiento, las personas pobres deben ser capaces de ir más Allá de su conciencia de si mismas como víctimas eternas, trascendiendo su cualidad de otro, para cambiar su autopercepción hacia un mayor control sobre sus vidas y su medio ambiente. Este cambio interno en la conciencia, aunque catalizado en procesos grupales, es profunda e intensamente personal e individual (SEN, G., 2002, p. 4).

As abordagens participativas de baixo para cima são elementos importantes ao conceito de empoderamento, mas não são sinônimos, pois empoderamento é um fim em si mesmo, e participação e descentralização são apenas meios para um fim, que pode ou não ser empoderamento para as pessoas pobres. Não é um jogo de soma zero, pode haver ganhadores e perdedores.

El e empoderamiento (de aquellos que previamente carecían de poder en el orden social) es un fine en si mismo, mientras que la descentralización, los enfoques de participación desde la base hacia arriba, y en cierta medida, la participación, pueden ser vistos como médios para un fin. Ese fin puede o no puede ser el empoderamiento de los pobres (SEN, G., 2002, p. 4).

O papel das mulheres empoderadas que atuam na esfera de decisão política é cuidar uma das outras, visto que podem ajudar as que ainda não se perceberam como sujeitos com autonomia e poder para mudar a realidade em que vivem, principalmente referente à violência contra a mulher.

O conceito de empoderamento é composto por alguns elementos, tais como: processo de ganhar poder, principalmente pelo crescimento da autoestima; as pessoas se empoderam a si mesmas; não é um processo neutro, e sim repleto de conflitos; é um jogo que pode ter ganhadores e perdedores; o empoderamento individual se traduz no coletivo, somente se empodera quando em sociedade; e prevê participação.

O empoderamento ocorre em três níveis: o individual, o organizacional e o comunitário. O nível individual está relacionado com fatores psicológicos, como autoestima, temperamentos, traumas, experiências, vivências, alegrias e dores. Também é relacional, visto que considera a percepção dos outros sobre seu comportamento no ambiente onde vive. Ao nível individual, o empoderamento relaciona-se com o aumento da capacidade, com a autoemancipação e com forte ênfase no individualismo.

Trata-se de uma autoemancipação que se funda numa compreensão individualista de empoderamento, a qual enfatiza a dimensão psicossocial. Essa compreensão de empoderamento está presente na sociedade norte-americana, cuja cultura tem sido cooptada pelo individualismo e pelas noções individuais de progresso, orientada para o “self made man” (o homem que se faz por seu próprio esforço pessoal). A ênfase é no aumento do poder individual, medido em termos do aumento no nível de autoestima, de auto-afirmação e de autoconfiança das pessoas. Estratégias voltadas auto-ajuda e ao auto-aperfeiçoamento estão presentes nesse tipo de empoderamento (BAQUERO; BAQUERO, 2007, p. 140-141).

O empoderamento individual ou intrapessoal ocorrerá se as pessoas se sentirem competentes em dada situação, ou seja, perceberem que sua presença é relevante e que sua fala está sendo ouvida. Portanto, é relacional porque depende de uma avaliação das outras pessoas.

O empoderamento organizacional tem relação com o aumento da produtividade da empresa. Os administradores conhecem bem esse nível de empoderamento, visto que objetiva elevar o poder de participação e decisão por parte dos funcionários da empresa, fazendo com

que eles possam se sentir um pouco ‘donos’ na empresa, aumentando sua responsabilidade pela geração de lucros. O comprometimento dos funcionários para com a empresa se torna a variável mais importante de análise desse nível de empoderamento (BAQUERO, 2012; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007; SLACK, N. et al., 2009). A finalidade é aumentar a produtividade da empresa, pois é gerado na e pela empresa. Nas palavras de Rute Baquero (2012, p. 177), “trata-se de uma abordagem do processo de trabalho que objetiva a delegação do poder de decisão, autonomia e a participação dos funcionários das empresas, de modo que as decisões sejam mais coletivas e horizontais”.

O empoderamento comunitário está relacionado com a questão de atingir um objetivo definido pela comunidade, ou seja, é um processo que capacita um grupo de indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade para que possa articular interesses, com vista a conquista de direitos de cidadania, a defesa de seus interesses e tem condições para influenciar políticas e ações do Estado (BAQUERO, 2012). Portanto, em nível de comunidade, o empoderamento tem total relação com participação, decisão em conjunto e discussão de temas referentes ao seu local de vida. Wallerstein e Bernstein (1994) destacam a questão de ‘construir estratégias’, conforme a citação abaixo:

Empoderamento comunitário é o processo pelo qual os sujeitos – individuais e coletivos – de uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias e ações para atingir seus objetivos coletiva e consensualmente traçados. Todavia, o consenso não é produto de uma comunidade monolítica, cujos membros têm os mesmos e harmoniosos interesses, e sim de processos às vezes exaustivos de discussão e convencimento, sendo uma resultante de tensões e conflitos por recursos (WALLERSTEIN; BERNSTEIN, 1994, p. 496).

Algumas iniciativas são necessárias às estratégias de empoderamento da comunidade, como a prática de uma educação para a cidadania, a socialização e problematização de informações, e a tomada de decisões como resultado de um processo de averiguação, planejamento e execução de projetos e iniciativas sociais (BAQUERO; BAQUERO, 2007).

O empoderamento produz mudanças nas relações de poder em espaços sociais concretos, “nos quais os diferentes atores sociais e organizações interagem produzindo valores, tomando decisões e alocando recursos” (VILLACORTA; RODRIGUES, 2002, p. 52). Esses espaços sociais de ação para as estratégias são: a família, a comunidade, o local e o regional, o país e o global⁷. Os autores defendem que as estratégias de empoderamento devem ocorrer em um desses espaços, mas articuladas aos demais.

⁷ Família: questões relativas ao equilíbrio de poder entre gêneros, principalmente. Comunidade: várias famílias compartilhando acessos conjuntos à saúde, educação, moradia, saneamento etc. Local e regional: uma via de mão dupla no âmbito das ideologias diferentes, ou seja, a corrente neoliberal que transfere as decisões à

Para León (2013, p. 02), é necessário vincular a ação individual com a coletiva, para alterar as situações que reproduzem a posição de subordinação das mulheres, sendo fundamental a conexão com as lutas sociais.

El empoderamiento individual puede ser una simple y mera ilusión si no se conecta con las luchas sociales, con las preocupaciones de hacer democracia, de ampliar la ciudadanía de las mujeres y cambiar nuestras sociedades. Si bien es cierto que es importante reconocer las percepciones individuales, no se puede reducir el empoderamiento de manera que ignore lo político. Por tanto, el empoderamiento incluye no sólo el cambio individual, sino la acción colectiva. Por lo tanto, el empoderamiento es un proceso personal y político, cuyas aristas personales, íntimas, corporales, no pueden desvincularse de sus connotaciones políticas, de impugnación de las relaciones de poder vividas en el seno de relaciones familiares, en donde los sujetos viven cotidianamente y a su vez son parte del orden social. Por ello es fundamental vincular estrechamente el nivel individual con la acción colectiva, para alterar los procesos y estructuras que reproducen la posición subordinada de las mujeres como género. (LEÓN, 2013, p. 02, grifos nosso).

O significado do conceito de empoderamento passa por uma leitura das noções de agência, recursos e contextos. Poder de agência significa a habilidade para definir metas e atuar sobre elas. Recursos são pré-condições para exercer a agência. Contexto pode ter várias maneiras, como em nível de espiral defendido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (bem-estar, acesso, consciência, participação e controle); esferas ou partes de uma matriz (pessoal, familiar, mesonível, nacional, regional e global); dimensões (pessoal, relações próximas e ações coletivas) ou dimensões em nível de Estado, mercado e sociedade. Para tanto, o empoderamento é analisado como um processo com múltiplos componentes (LEÓN, 2013).

A categoria empoderamento envolve noções de democracia, direitos humanos e participação, além de outras, Freire e Shor (1986). Está relacionada com o agir como resultado da tomada de consciência da sua habilidade e competência sobre fatores da realidade, como econômicos (produzir, criar e gerir), políticos e culturais. A dimensão é individual e coletiva. O educador Paulo Freire faz uma relação entre empoderamento e

sociedade civil e defende a debilidade do Estado; outra, que defende a descentralização e um maior poder por parte dos municípios, para assim conseguir maior influência por parte dos setores mais populares na discussão dos problemas relativos ao espaço local. País: lugar de formulação de políticas públicas de caráter macro, como por exemplo, políticas que incentivam o empoderamento nas mulheres, nas crianças e adolescentes, trabalhadores rurais sem-terra, etnias minoritárias. Global: como consequência da globalização, o longe se tornou perto, e assim é possível ter informação sobre a enorme desigualdade que ocorre 'mundo afora'. Exemplo disso é o movimento que está ganhando adeptas no mundo inteiro, o das mulheres da Índia que não aceitam ser estupradas. Essa discussão ganhou forte repercussão no mundo inteiro quando foi noticiado o estupro coletivo (seis homens) de uma jovem indiana no transporte coletivo daquele país (VILLACORTA; RODRIGUES, 2002).

libertação, sendo está um ato social, nunca individual. O empoderamento individual é fundamental, mas a transformação ocorre como ato social.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade (FREIRE; SHOR, 1986, p. 71).

Utilizando a perspectiva de Paulo Freire sobre educação libertadora, Rute Baquero (2012) delimita o que entende por empoderamento, ou seja, é um processo no qual as pessoas tomam posse de si mesmas através da interação com outras pessoas, gerando pensamento crítico em relação à realidade, e, principalmente, possibilitando a transformação das relações sociais de poder no ambiente em que vivem⁸.

A antropóloga Sónias Frias (2006) analisa a situação das mulheres que trabalham no setor informal urbano em Maputo, capital de Moçambique, onde trabalha questões referentes a condição feminina na informalidade. Dentre os vários significados que a autora apresenta para o setor informal, *dumbanengue*⁹ (confiar nos próprios pés) é o mais apropriado para apresentar um setor da economia que vende seus produtos na rua. Empoderamento é um instrumento transformador da realidade e com capacidade de elevar os indivíduos à condição de interventor. Conforme a antropóloga:

Empowerment deve ser visto como um instrumento transformador, um instrumento com capacidade para levar os indivíduos mais excluídos a descobrirem em si próprios uma faceta válida e positiva que lhes permita a autoestima, a autodeterminação e a confiança necessárias para reclamarem o direito a fazerem-se ouvir, e a intervir na negociação de determinadas medidas que alguns organismos ou até os próprios governos possam querer determinar a seu respeito (FRIAS, 2006, p. 113).

Empoderamento está estritamente relacionado com o processo de trabalhar com as capacidades das pessoas. É uma relação diferente de poder, pois vem de baixo e pode reconhecer as pessoas que estão vulneráveis, para então iniciar um processo de empoderamento. “É um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de

⁸A autora destaca que a categoria empoderamento tem orientado trabalhos em diversos campos de conhecimento, como: educação, política, serviço social, administração, saúde comunitária, economia, psicologia, antropologia.

⁹“Comprar no *dumbanengue*, significa comprar no vendedor ou na vendedora de rua e é, corrente ouvirem-se expressões como, *comprei no dumbanengue*, ou, *isso é mais barato no dumbanengue*, o que, na realidade, significa comprar mais barato e no circuito informal” (FRIAS, 2006, p. 201 e 202).

capacidades dos atores – individuais, coletivos – a nível local e global, público e privado, para a sua afirmação como sujeitos e para a tomada de decisões” (LISBOA, 2002, p. 42).

A partir desse conceito, percebe-se a importância de serem efetuadas mudanças estruturais profundas, como, por exemplo, a conquista da casa por mulheres, que a autora destaca como “ponto de partida da produção da vida e das condições de existências das famílias, constituindo-se no primeiro passo do processo de ‘empoderamento’” (LISBOA, 2002p. 43).

Empoderamento também é analisado como uma questão de equilibrar o jogo, ou melhor, é uma maneira de reduzir a distância entre os indivíduos mais e menos vulneráveis. Para tanto, o conceito de autonomia, como a capacidade das pessoas poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, está vinculado ao conceito de empoderamento fazendo parte de sua definição.

Para os autores Horochovski e Meirelles (2007), como categoria empírica empoderamento é uma variável multidimensional, de escopo variável, desde análises em âmbito individual até ao nível global. Como consequência de seu caráter multidimensional, não pode ser generalizada. Existem graus de empoderamento, pois ninguém é totalmente empoderado ou ao contrário. A questão é busca pelo equilíbrio.

Entre esses dois extremos há uma miríade de possibilidades, enfim, de graus de empoderamento, na medida em que o mesmo pode ser dito para categorias que lhe são correlatas, como autonomia e emancipação – nunca se é totalmente autônomo ou emancipado (tampouco empoderado), pois todos os que vivem numa sociedade defrontam-se com coerções maiores ou menores. Tampouco se vive em condição de total heteronomia. A questão que normativamente se coloca é equilibrar o jogo, para que a distância entre os mais e menos empoderados se reduza (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 494).

Alberto Villacorta e Marcos Rodrigues (2002) definem empoderamento como uma perspectiva que coloca as pessoas excluídas no centro do processo de desenvolvimento sustentável, que significa que os agentes promotores desse desenvolvimento, as instituições econômicas que compõem o mercado e o Estado, estarão a serviços das pessoas excluídas. Tal definição tem sustentação na abordagem das capacitações de Amartya Sen (2000), analisada na sequência, onde o processo de desenvolvimento humano somente será efetivado se privilegiar as pessoas.

Não há desenvolvimento sustentável sem processos efetivos de empoderamento mediante os quais se incrementam os ativos e as capacidades dos pobres e excluídos para participar, negociar, articular e mudar não só sua própria condição mas a do seu meio, com o propósito de melhorar sua qualidade de vida e a da sua comunidade (VILLACORTA; RODRIGUES, 2002, p. 48).

A delimitação do conceito de empoderamento considera os seguintes elementos: a situação de pobreza e dominação é impedimento ao desenvolvimento; é um processo de criar e dar poder aos excluídos, o que implica reduzir poder de outros, gerando conflito; implica obter acesso e controle sobre si mesmo e sobre os recursos necessários; processo de construção e/ou ampliação das capacidades das pessoas para serem sujeitos do desenvolvimento sustentável¹⁰; é um processo que envolve autoestima (interno) e controle sobre o meio em que vive; é pessoal e organizacional, pois implica ações simultâneas e complementares de cima para baixo e vice-versa; não é um processo neutro; é um processo induzido e socialmente construído; é um elemento-chave para romper o ciclo da pobreza; e é uma estratégia de inclusão dos excluídos (VILLACORTA; RODRIGUES, 2002).

Portanto, o empoderamento é uma abordagem de análise que coloca as pessoas no centro dos processos de desenvolvimento. É um processo, no sentido que as pessoas assumem o controle de suas próprias vidas e tomam consciência de sua competência para efetuar as atividades necessárias a sua vida. É um processo relacional, visto que envolve relações com outras pessoas, e conflituoso, porque diz respeito a situações de dominação. As mudanças ocorrem em ambiente de conflito, nunca serão processos neutros. Prevê mudanças nas relações de poder, “[...] é fermento social: está mais para inovação criativa que para evolução controlada” (ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 11).

A transformação total não ocorre, pois quando a pretensão é mudar tudo, mas na realidade não muda nada, essa situação é chamada de *gattopardismo* – mudar tudo para não mudar nada. Romano e Antunes (2002) citam as práticas de instituições financeiras poderosas, a exemplo do Banco Mundial, como uma situação de *gattopardismo*.

Num dos recentes informes do Banco Mundial sobre empoderamento e redução de pobreza (World Bank, 2002) são apresentadas, vestindo a roupagem nova do empoderamento, centenas de atividades e iniciativas apoiadas e promovidas pelo Banco. A proliferação de exemplos é deslumbrante. Assim, hoje, o Banco Mundial se apresentaria como quem mais promove o empoderamento no mundo. Porém, um conhecimento mais cuidadoso da prática e dos resultados reais desses mesmos exemplos pode questionar essa visão otimista da adoção e difusão da abordagem de empoderamento pelos bancos e agências multilaterais (ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 10).

¹⁰ Construção e/ou ampliação das capacidades das pessoas excluídas para: “Assumir o controle de seus próprios assuntos; Produzir, criar, gerar novas alternativas; Mobilizar suas energias para o respeito a seus direitos; Mudar as relações de poder; Obter controle sobre os recursos (físicos, humanos e financeiros) e também sobre a ideologia (crenças, valores, atitudes); Poder discernir como escolher; Levar a cabo suas próprias opções. Tudo isso com o propósito de se converter em sujeitos do desenvolvimento sustentável” (VILLACORTA; RODRIGUES, 2002, p. 47).

O empoderamento parte do entendimento de que as pessoas se empoderam a si mesmas e de que os agentes externos, a exemplo do Estado, são responsáveis por criar um ambiente favorável para que isso ocorra. É um complexo processo social e político, não pode ser ensinado em curso, é preciso que ocorra a construção de respostas conjuntas e trocas de experiências. Dois riscos são inerentes a essa abordagem: como um tipo de ação coletiva, nos discursos de políticos, e propagação da individualidade extrema, no interesse atomizado do indivíduo e na ação racional egoísta.

A abordagem chamada de **Instrumental** se refere ao empoderamento como resultado, como a condição para que as pessoas influenciem em decisões que lhes dizem respeito. Também pode ser chamada de abordagem do ‘poder sobre’ ou ‘controle sobre’. O poder sobre refere a algo transferível, que pode ser tomável, além de ser finito, então se alguém adquiriu poder é por que outra pessoa perdeu. O poder sobre pode ser delegado de uma pessoa a outra. Então, se o poder pode ser delegado a uma pessoa, ele também pode ser tirado (LORIO, 2002).

Conceituações sobre poder e empoderamento envolvendo a ideia de força do ‘poder sobre’, surgiu com o movimento das mulheres, na década de 1970, nos EUA. O movimento *Women in Development* (WIT) defendia o fim da situação de dominação por parte dos homens e uma conquista de espaços sociais e políticos no universo feminino. “As mulheres deveriam conquistar e ocupar posições de poder” (LORIO, 2002, p. 22).

Nessa perspectiva, o receio que os homens podem ter a respeito da conquista de poder por parte das mulheres é justificado, pois se elas vão ganhar é por que eles vão perder. É um jogo de soma zero, pois nada é acrescentado, apenas transferido. Essa perspectiva não questiona como o poder é distribuído em uma sociedade, apenas a necessidade de empoderar aquelas pessoas que, naquele momento, têm pouco poder em relação às outras pessoas de seu ambiente.

O limite dessa abordagem de empoderamento é exatamente a questão da ética e do poder, principalmente em relações de sexo. A respeito dessa lacuna, a autora questiona: “[...] o empoderamento das mulheres deve necessariamente significar que os homens percam poder? Ou a perda de poder é algo que os homens devem necessariamente temer?” (LORIO, 2002, p. 22).

A abordagem **Processual** focaliza nos processos e não em resultados. Ocorre um processo de empoderamento quando as pessoas ou comunidades assumem o controle de seus próprios assuntos e tomam consciência de suas habilidades e competências para poderem produzir, criar e gerir (ROMANO, 2002). Assim, o empoderamento nessa ótica tem relação

com as capacidades das pessoas (poderes) para fazer ou deixar de fazer coisas, ou seja, são as oportunidades reais que as pessoas têm, conforme a tese do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen (2000).

O poder pode assumir outras formas como: *poder para*, *poder com*, *poder de dentro*. Todos levam a perspectivas diferentes de processos de empoderamento. O *poder para* é um tipo de poder que considera o desenvolvimento das capacidades do grupo, não havendo necessidade de haver conflitos de interesses, ou até mesmo guerra de vaidades pela posse de mais poder entre integrantes do grupo em questão. O *poder com* está relacionado com a questão do todo, ou seja, que o todo é maior que a soma das partes¹¹. Movimentos sociais conseguem mudanças. “Se este poder pode permitir que uma pessoa mantenha uma posição ainda que a grande maioria possa estar contra” (LORIO, 2002, p. 23).

O empoderamento é processo e resultado, visto que pode ser entendido como processo de ação social onde as pessoas se reconhecem como personalidades ativas, necessárias e participantes de uma discussão maior. O reconhecimento de si próprio, assim como o reconhecimento por parte dos outros, é uma variável muito importante no processo de empoderamento. É uma questão de identidade, a qual as mulheres políticas mantêm com as pessoas da comunidade e vice versa com elas.

Acredita-se que categoria empoderamento apresenta algumas características que contam como pontos positivos à escolha como análise de autonomia e capacidade de indivíduos. Primeiramente, tem caráter geral, é holística, resultado da sinergia entre o conjunto de atividades e ações; em seguida, mantém a prevalência das características locais em termos sociais, econômicos, culturais e políticos; após, é focalizada, no sentido que a pesquisa se detém em grupos vulneráveis ou excluída urbana e rural; na sequência, o caráter estratégico, pois se investiga as causas e práticas da falta de poder; posteriormente, a democratização, a participação, como meio e como fim do empoderamento; em seguida, o empoderamento depende da percepção das pessoas sobre si mesmas e sobre os outros, é um olhar para dentro de si; e, por último, as práticas de empoderamento devem e podem ser sustentáveis (ROMANO, 2002, p. 19).

Como estratégia de combate a pobreza, o empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. No entanto, necessita ser constantemente renovado para garantir que situações de pobreza e falta

¹¹ É o dito popular, “a união faz a força”; é a força da união das formigas, onde quando está sozinha é fraca, mas quando estão unidas, se tornam um exército, no sentido de poder.

de autonomia não retornem em um ambiente, visto que a abordagem do empoderamento está alicerçada no caráter dinâmico do processo.

O processo de empoderamento não é um caminho sem obstáculos, ao contrário, existem muitos pontos críticos a serem desvendados a fim de que ocorra o empoderamento. Não tem fim, é constante e contínuo, sendo necessária uma permanente vigilância. Esse processo apresenta alguns limites, os quais serão apresentados na sequência.

Insegurança econômica e incerteza – A dependência econômica e a incerteza sobre os passos futuros, muitas vezes, impede passos mais largos em direção à autonomia das pessoas envolvidas, principalmente as mulheres. Um exemplo do reconhecimento internacional sobre esse fato é o desenvolvimento do Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ligada a Organização das Nações Unidas – ONU (PECIGEM/CPLP, 2010).

Em 1995, em Pequim, os Estados Membros da ONU se comprometeram a avançar em estudos sobre o empoderamento das mulheres. Por meio de uma agenda de ações com o objetivo de eliminar os obstáculos da participação ativa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, com colaboração igualitária e completa nos processos de tomada de decisão em âmbito político, econômico, social e cultural. O conceito de empoderamento nesse documento ficou assim descrito:

Empoderamento das mulheres significa o desenvolvimento das suas capacidades para coletiva e individualmente controlarem suas vidas, identificarem suas necessidades, estabelecendo suas próprias agendas e solicitarem apoio e respostas por parte do Estado e da comunidade aos seus interesses (PLANO ESTRATÉGICO IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES - PECIGEM CPLP, 2010, p. 21).

Esse Plano Estratégico vem ao encontro do terceiro objetivo para o Desenvolvimento do Milênio, ou seja, promover a igualdade de gênero e a autonomização da mulher. A insegurança econômica e a incerteza foram reconhecidas por parte do PECIGEM/CPLP, tanto que o Eixo 10 do plano é *Empoderamento econômico das mulheres*, com os seguintes objetivos¹²: promover a igualdade de oportunidades para mulheres e homens no mercado de trabalho; e promover o empreendedorismo feminino enquanto estratégia para o empoderamento das mulheres e para a redução da pobreza e das desigualdades entre mulheres e homens.

¹² Conforme o que consta na página 54 do Plano Estratégico.

A fim de efetivar esses objetivos, uma das prioridades desse eixo é promover a criação de redes de mulheres empresárias da CPLP. Outro exemplo de pesquisa que faz referência a insegurança econômica como limite ao empoderamento é possível encontrar no estudo de Maria S. F. Novellino e João R. Balchior (2008, p. 18), sobre a feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil, quando concluem, entre outras respostas, que “há de fato o fenômeno de feminização da pobreza no Brasil. O alto número de DCM¹³ que são pobres fornece clara evidência do fato”.

Resistência dos grupos empoderados – Quem tem poder, dificilmente irá querer ter menos poder. A lógica desse limite é muito clara. Os empoderados, geralmente políticos e burocratas, tendem a resistir aos mecanismos de participação, pois os veem como ameaças às formas legais de participação (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Qualquer mobilização se torna indesejada em ambientes hostis, seja na esfera política, econômica ou social. No entanto, essa situação não pode impedir ações participativas, pois como já anteriormente destacado, esses processos de conquistas não costumam acontecer sem conflitos, não são processos de conquista neutros. Talvez o maior desafio nesse limite seja quanto aos grupos mais vulneráveis e com reduzida habilidade de participar de discussões em âmbito local, principalmente fazer-se ouvir.

Dificilmente as pessoas se empoderam espontaneamente. Essa afirmativa é presente em vários estudos sobre o assunto. Existe sim a necessidade do auxílio de agentes externos, como governos e movimentos sociais, principalmente. O empoderamento é um caminho de duas vias, pois precisa de um incentivo externo, mas também a pessoa ou grupos desempoderados precisam ser receptivos à mudança, e fortes suficientes para enfrentar a dinâmica constante de sustentabilidade dessa nova condição, agora com mais poder. Sobre esse assunto, a posição de Horochovski e Meirelles (2007) é a seguinte:

Indivíduos e grupos desempoderados raramente se empoderam espontaneamente. O auxílio de atores externos – principalmente de governos, mas também da academia, ONGs, movimentos sociais e outros – é essencial. Isso não quer dizer que o empoderamento seja um processo *top down*, em que os sujeitos simplesmente não são ouvidos (quando o é, normalmente não atinge seus objetivos). De outra parte, o empoderamento, no limite, depende dos sujeitos. Se esses resistirem às iniciativas dos agentes externos, não se obterá o empoderamento almejado, por melhores que sejam as intenções. Nesse sentido, uma postura de mediação, e não de determinação pura e simples do que deve ser feito, é mais eficaz para a consecução dos resultados pretendidos. (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 501)

¹³ Domicílios chefiados por mulheres.

A resistência, tanto por parte dos empoderados como por parte dos que não possuem capacidade de se fazer ouvir, precisa ser reduzida de forma lenta e constante, sem atropelos e imposições. Ou seja, é mais uma questão de convencimento e demonstração de outras possibilidades além das que estão acostumados a conviver. É um processo complexo e lento.

Alcance dos projetos – Muitas vezes, os projetos não alcançam seus objetivos por uma questão simples, não se traduzem em ações locais, ou melhor, não reconhecem as características das pessoas e lugares alvos de tais projetos. Falta conhecimento local, falta conhecimento do modo de viver daquela comunidade. As iniciativas locais devem se valer de experiências internacionais, como, por exemplo, as atividades que impulsionam o empreendedorismo feminino em um país e que podem ser utilizadas como modelos para estabelecer ações de empoderamento das mulheres em outro país.

As diferenças regionais no interior de um país devem ser consideradas igualmente quando da elaboração de projetos de empoderamento. Em algumas vezes, existe o reconhecimento de práticas de empoderamento em alguma região que pode ser aplicadas em outro local, pois existe a identidade com aquele grupo de pessoas ou determinada situação. Nessa hora, o reconhecimento perpassa as ações localizadas e estas são transferidas para uma ordem mais global. A respeito dessas relações entre agentes externos, Horochovski e Meirelles (2007) sinalizam que:

As ações, movimentos e organizações de empoderamento não detêm o monopólio do bem e estão sujeitas a cooptação por esferas mais poderosas conforme se institucionalizam. Isso é positivo, quando significa o suprimento de demandas legítimas de cidadania. O outro lado da moeda é a perda de autonomia e do vigor para a luta dos movimentos, principalmente quando se vai para o outro lado do balcão. E não há muito remédio para isso. (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 502).

Programas e ações que considerem a abordagem do empoderamento se deparam com críticas referentes a três aspectos, quais sejam: custos, metodologia e mensuração.

Custos - Segundo alguns estudiosos sobre o assunto, a perspectiva do empoderamento é muito dispendiosa em termos de tempo e recurso. Para justificar o custo como crítica, Cecilia Lorio (2002) cita o posicionamento de Amartya Sen (2000) sobre a ineficiência e desperdício de recursos que envolvem o desenvolvimento de programas de erradicação da pobreza, principalmente por que as pessoas pobres não têm poder para exigir dos políticos uma prestação de contas dos fundos e recursos gastos em nome dos mesmos.

Se os custos são elevados, pelo menos são destinados aos pobres e não gastos em corrupção (LORIO, 2002). Esse é um forte argumento em favor de projetos que tenham como

base teórica e prática a perspectiva do empoderamento, em qualquer contexto político, visto que a democracia, principalmente na América Latina, necessita ser permanentemente vigiada.

A perspectiva do empoderamento é importante em diferentes contextos políticos. Nos países latino-americanos, onde a democracia foi restabelecida combinando mobilização social com processo orquestrado pelas elites, a chamada ‘transição por cima’, é fundamental assegurar o fortalecimento da sociedade civil para que haja governabilidade, para que a cidadania e a democracia finquem raízes sólidas. Tomar os processos políticos existentes nestes países como completos, acabados, é um erro não só de julgamento, mas sobretudo de análise. As situações da Argentina, Venezuela e Colômbia não deixam dúvida quanto às fragilidades existentes na região (LORIO, 2002, p. 34).

Metodologia – Em programas de grande porte pode ocorrer o não reconhecimento por parte dos técnicos sobre o modo de viver das pessoas as que se destinam o conhecimento especializado deles. Com isso, o resultado pode não ser o almejado e, então, a metodologia pode ser apontada como crítica.

Mensuração – Apesar de destacar que essa perspectiva utiliza indicadores qualitativos e quantitativos como em outra abordagem qualquer, Lorio (2002) destaca o quanto é importante que métodos de avaliação sejam construídos e aperfeiçoados onde as respostas das pessoas sejam avaliadas a fim de primar pela qualidade dos programas.

Pois bem, de todas essas limitações ou críticas, talvez a que realmente mereça uma atenção mais apurada seja como tornar sustentável as mudanças ocorridas com as pessoas ou grupos, ou melhor, como garantir as conquistas obtidas, envolvendo tempo e recursos monetários. É compreensível que se não houve mudanças, se não houve alteração nas relações de poder, é por que não houve empoderamento. Então, se não houve capacitação e mudança nas relações de poder, não houve conquistas para a participação política das mulheres e não houve empoderamento político. O conceito a seguir está relacionado com as capacidades humanas.

2.2 CAPACIDADES HUMANAS, EMPODERAMENTO E EXPANSÃO DAS LIBERDADES

Esta seção trata da abordagem das capacidades humanas, desenvolvida pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen¹⁴, o que poderia também ser chamada de

¹⁴ Amartya Kumar Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Seus estudos são direcionados à investigação das condições de vida, principalmente em seu país. Chega a conclusão que a escassez de comida

abordagem do desenvolvimento humano como liberdade. O entendimento de que a Ciência Econômica deve considerar questões relativas a valores individuais e sociais é imperativo nos estudos de Sen (2000). Sendo necessária para isso uma discussão sobre certos fundamentos dessa ciência tais como: escolha, racionalidade, liberdade e debate público. Com base nesses fundamentos, Sen (2000) critica a visão da economia do bem-estar tradicional, cujo fundamento ético é o utilitarismo. Outro pensamento que faz uma crítica a relação do bem-estar com utilitarismo é desenvolvida por John Rawls¹⁵, com a teoria da justiça, com perspectiva normativa do desenvolvimento como um processo de expansão das capacidades humanas.

O empoderamento pode ser entendido como um processo de ação social em que as pessoas nessas bases se reconhecem como personalidades ativas, necessárias e participantes de uma discussão maior. Tem relação com o aumento da capacidade das pessoas de se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas, o que torna possível tratar empoderamento fazendo uso da abordagem das capacidades, em vista que tanto empoderamento como capacidades conduzem à liberdade. O empoderamento eleva o estado de confiança das pessoas, no sentido que lhes permitir atuar em suas vidas e nas dos outros com mais segurança. Resta investigar como isso ocorre.

No livro *Desenvolvimento como liberdade*, Sen (2000) destaca que o desenvolvimento deve ser visto como processo de expansão das liberdades reais, ou seja, como o próprio fim do desenvolvimento, a expansão da liberdade desempenha papel constitutivo e, como meio, desempenha papel instrumental. O sucesso, ou desenvolvimento, de uma nação deve ser avaliado segundo o grau de liberdades substantivas que os cidadãos dessa sociedade desfrutam. A vida humana é enriquecida por essas liberdades, as quais incluem a condição de ter capacidade para fazer tal coisa.

As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer os cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2000, p. 52).

não constitui a principal causa da fome, como acreditam os acadêmicos, e sim a falta de organização governamental para produzir e distribuir os alimentos.

¹⁵ John Rawls (1921-2002), norte-americano, considerado o mais importante filósofo político do século XX, é tido como o principal teórico da democracia liberal dos dias de hoje. O seu grande tratado jurídico-político *A Teoria da Justiça*, de 1971, o alinhou entre os grandes pensadores sociais do século passado. Um legítimo sucessor de uma linhagem ideológica que origina-se em Locke. Os temas que hoje provocam polêmica, tal como o sistema de cotas para os negros nas universidades e nos cargos públicos, deriva diretamente da concepção de sociedade justa estabelecida por Rawls. Fontes: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2003/04/13/001.htm>

Se a expansão da liberdade é meio e fim do desenvolvimento, cinco tipos de liberdades instrumentais servem como caminho para esse desenvolvimento, são eles: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Segundo Sen (2000), esses caminhos contribuem para a capacidade geral das pessoas a fim de levarem uma vida com mais liberdade. Na sequência, apresenta-se os significados dessas liberdades, que ele conceitua como instrumentais.

Liberdade política refere-se à possibilidade das pessoas fazerem escolhas sobre quem irá governar e como será esse governo; sobre ter capacidade de falar e ser ouvido no espaço da política, ou seja, refere-se a direitos existentes nas democracias, o lugar do diálogo. “Referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura” (SEN, 2000, p.55).

As facilidades econômicas são as oportunidades das pessoas terem condições de fazer uso dos recursos econômicos para produzirem ou consumirem bens econômicos. Segundo Sen (2000, p. 55), “à medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população”. No entanto, o próprio autor chama a atenção sobre a questão da distribuição dessa riqueza econômica entre os cidadãos, pois mesmo que exista elevação das condições econômicas em um país, essa renda pode ficar concentrada nas mãos de poucos, como ainda é o caso do Brasil.

A sociedade brasileira, a partir da segunda metade da década de 1980, egressa do regime autoritário, vem experimentando mudanças rápidas e consistentes; primeiramente uma hiperinflação, abertura econômica, privatizações, integração da economia brasileira ao mercado globalizado, ampliação do parque industrial e tecnológico, avanço democrático como maior liberdade da imprensa e maior atuação de órgãos de vigilância das ações governamentais como o Ministério Público e ouvidorias. Porém, a concentração de riqueza permaneceu a mesma desde os anos 1960. Os militares entraram e saíram do governo sem mudar a dinâmica da desigualdade de renda, como demonstram os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, em artigo titulado A Estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil (BARROS et al., 2001; ADORNO, 2002).

As oportunidades sociais são facilidades a que as pessoas terão acessos nas áreas de educação e saúde, principalmente. O acesso à saúde livra as pessoas de morrer prematuramente e proporciona condições para que as mesmas vivam uma vida saudável. Vencer a barreira do analfabetismo, ou semianalfabetismo, é imperativo para uma vida mais participativa e mais livre, pelo simples fato de conseguir ler o destino de um transporte coletivo quando se está sozinho em um local de espera do transporte. Entende-se que acesso a segurança pessoal também é um exemplo de liberdade instrumental, no sentido de exposição a situações de violências e criminalidades¹⁶.

A liberdade também pressupõe transparência, mais precisamente, garantias de transparências. As pessoas precisam manter relações de sinceridade e clareza em suas atitudes, as quais resultam em condições mais favoráveis para negociar financeiramente, menos corrupção no governo e melhor ambiente para consumir e produzir.

Essa categoria de liberdade remete à abordagem institucionalista¹⁷, o quanto é importante a transparência nas instituições, sejam elas formais ou informais. O próprio Sen (2000) destacou que o indivíduo vive e atua em um mundo de instituições. O indivíduo também é ativo e seu comportamento é influenciado pelas instituições, conforme é possível destacar da seguinte passagem:

Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente (SEN, 2000, p. 168).

A última categoria de liberdade instrumental se refere a uma vulnerabilidade que qualquer ser humano está predisposto a sofrer. A segurança protetora oferece a garantia de uma rede de segurança social que inclui benefícios aos desempregados, a exemplo do

¹⁶ A título de exemplificação, Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005) apontam cinco elementos-chave que explicam o processo de hipercriminalidade brasileira nos últimos anos. 1. Crescimento da população urbana, gerando adensamento populacional nas grandes cidades e demanda maior por políticas públicas no setor de habitação, educação e saúde; 2. Exclusão conjugada à desigualdade socioeconômica; 3. Proliferação e uso indiscriminado de armas de fogo pela população; 4. Falência do sistema de justiça criminal, um caminho à impunidade; e 5. Ausência de uma Política de Segurança Pública efetiva, com base na comunidade e uso de informações confiáveis.

¹⁷ O pensamento institucionalista, tanto para os “velhos” como para a NEI, destaca que os indivíduos possuem um comportamento ativo, movido pelos instintos, construtivos ou destrutivos, influenciando o meio e sendo influenciado pelo mesmo, contrariando a análise neoclássica que prevê o comportamento do indivíduo como algo estático, previsível, maximizador de resultados. Os representantes do velho institucionalismo são: Thorsten B. Veblen, John Commons e Wesley Mitchell. Essa linha de pensamento (NEI) teve origem por volta dos anos 60, tendo como principais representantes dessa abordagem institucionalista Oliver Williamson, Ronald Coase e Douglass North. Coase seria a base do pensamento da NEI.

programa Seguro Desemprego, do Governo Federal, e suplementação de renda a pessoas necessitadas, a exemplo do programa Bolsa Família, também do Governo Federal.

No Brasil, foi durante o regime militar que se inaugurou um sistema de assistência social aos idosos e inválidos do setor rural¹⁸. Tal garantia de direitos sociais, mais especificamente o subsistema previdência social, objetiva contribuir para a preservação do aspecto social e produtivo de inúmeras famílias que sobrevivem com rendimentos de aposentadorias e pensões de algum ente familiar.

As liberdades instrumentais, acima referidas, elevam as capacidades das pessoas para atuarem em sua própria defesa e dos outros ao seu redor, visto que as capacidades individuais dependem das disposições econômicas, sociais e políticas. Então, dadas as disponibilidades, mais capacidade resulta em mais empoderamento, em mais condições de as pessoas serem ativas e se envolverem ativamente. Na abordagem do empoderamento e nas capacitações, o Estado e a sociedade são vistos como garantidores da proteção das capacidades humanas. A citação seguinte é explicativa sobre a relação liberdade, capacidade, oportunidade e desenvolvimento.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

A fim de firmar sua posição sobre uma avaliação do bem-estar, liberdade e capacidade das pessoas, Sen (2000) utiliza o conceito de *funcionamentos* de Aristóteles e passa a defini-lo como as várias coisas que uma pessoa possa considerar importante fazer ou ter. Quando uma pessoa consegue combinar alternativas de funcionamentos, esta pessoa possui *capacidade*, e tem liberdade.

Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um ‘conjunto capacitário’ diferente do da segunda (a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda) (SEN, 2000, p. 95, grifo do autor).

¹⁸ Schwarzer e Querino (IPEA, 2002, p. 14) destacam que “paradoxalmente, foi durante o regime militar (1964-1984) que os benefícios monetários regulares foram expandidos a grupos relativamente sem voz e tradicionalmente com pouco poder político nos setores urbanos informais e rurais”. Alguns autores como Delgado e Cardoso Jr. (IPEA - A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90 (2ª edição) e Schwarzer (IPEA - Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil – evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará. 2000) explicam de uma forma mais detalhada esse paradoxo.

Considerando que cada pessoa valora de um jeito as opções que tem, a avaliação de capacidades passa pela necessidade imperativa de observação dos funcionamentos reais das pessoas, acrescida de outras informações.

Liberdade e responsabilidade é uma estrada de mão dupla, pois se a pessoa não tem liberdade substantiva para conseguir realizar algo, também não pode ser responsável por não fazê-la. Mas, quando a pessoa tem liberdade e capacidade para fazer alguma coisa ou simplesmente não fazer, isso sim está relacionado com a responsabilidade individual. A liberdade é necessária e suficiente para atuação com responsabilidade. Então, mais empoderamento, mais liberdade e mais segurança se traduz em elevado estado de confiança e, como consequência, elevação da responsabilidade (SEN, 2000).

Mauricio Mota Saboya Pinheiro (2012) analisa os conceitos de capacidade, oportunidades e liberdade na perspectiva de uma rede conceitual de Amartya Sen, a qual, segundo o autor, é complexa e de pouca clareza. Mas por que uma rede de conceitos? O autor explica que não tem como compreender um conceito independente dos demais, ou seja, as liberdades individuais não podem ser entendidas em separado dos conceitos de oportunidades e processos. A noção de capacidade está atrelada a noção de oportunidades. Ainda, as noções de liberdade, oportunidade e capacidades necessitam de um entendimento sobre funcionamento, não tem como dissociar uma noção da outra, formando a tal da rede conceitual. Então, é necessário apresentar os conceitos de uma forma progressiva e tentando fazer as interconexões entre os conteúdos apresentados.

Primeiramente, é fato entendido que o fim último do desenvolvimento é ser o bem das pessoas, e para alcançar essa situação, a liberdade é condição imperativa no sentido de conseguir levar a vida que racionalmente se deseja. A liberdade fica no centro da abordagem do desenvolvimento, e se traduz em poder, autonomia e autodeterminação, que são as mesmas noções relativas ao empoderamento. Tanto na abordagem das capacidades como na abordagem do empoderamento, as pessoas estão no centro da análise, na condição de agente.

Agente é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com a sua ação livre e racional. O agente não se orienta senão por seus 'motivos internos' (normas, objetivos, razões, valores etc.). Assim, a *condição de agente* [agency] é a capacidade de livre agir das pessoas segundo os seus próprios fins e normas. Por exemplo, quando se planeja a carreira profissional, organizando um conjunto de variadas ações, metas, objetivos etc., ao longo de vários anos da vida, exercita-se condição de agente (PINHEIRO, 2012, p. 14).

O poder de escolha, qualquer que seja o objeto dessa escolha, é importante no sentido que quanto maior o número de opções para escolher, melhor para o agente. Nas palavras de

Pinheiro (2012, p. 19), “o agente está numa situação melhor quando escolhe x dentre muitas alternativas disponíveis, do que quando escolher x com poucas alternativas à disposição”. Na abordagem das capacidades, o poder da escolha não necessita ter relação direta sobre o valor da escolha, e sim com o número de opções.

Outro conceito dessa rede conceitual de Sen (2000) é o de funcionamento. O conceito de capacidade é derivado do de funcionamento, pois o termo funcionamento refere-se a atividades que uma pessoa pode racionalmente valorizar, fazer ou ser, como por exemplo, participar da vida política. Não tem como comparar os funcionamentos no mesmo espaço de análise, pois cada funcionamento define um espaço próprio e depende do valor que cada pessoa apregoar a ele.

Funcionamentos escolhidos se tornam realizações das pessoas. No entanto, deve ser considerado que, nem sempre, o que conta são as realizações, mas as condições do poder de escolha. “As capacidades do indivíduo são representadas por um conjunto de todos os funcionamentos que o indivíduo em questão pode atingir e escolher, e não somente por suas realizações” (PINHEIRO, 2012, p. 20).

Funcionamentos são as várias coisas que uma pessoa considera importante fazer ou ter, e quando ela consegue combinar alternativas de funcionamentos, possui capacidade e liberdade. Sen (2000) desenvolveu uma abordagem mais geral, mais completa, em comparação a abordagem utilitarista, onde a felicidade está na obtenção do útil, no sentido materialista do desejo. A abordagem das capacidades humanas valora o conjunto de realizações sociais do indivíduo, com as mais diversas combinações alternativas. Vista sob esse ângulo, a abordagem das capacitações é mais completa em termos de informações do que a abordagem utilitarista.

A base de informações da teoria utilitarista tradicional é o somatório das utilidades dos estados de coisas. Sen (2000) identifica três componentes de avaliação utilitarista. O primeiro é o “consequencialismo” (*consequentialism*), no qual as escolhas devem ser avaliadas pelos resultados que produzem. O segundo componente é o “welfarismo” (*welfarism*) que limita as avaliações sobre os estados de coisas às utilidades destas nos locais em análises.

Na união entre o “consequencialismo” com o “welfarismo” tem-se que os resultados serão avaliados em termos de utilidades que estão gerando. Para Sen (2000, p. 77) “[...] qualquer ação é julgada segundo o estado de coisas consequente (devido ao consequencialismo), e o estado de coisas consequente é julgado de acordo com as utilidades desse estado (devido ao welfarismo)”.

O terceiro componente é o “*ranking* pela soma”, quando apenas soma-se as utilidades das diferentes pessoas a fim de obter o resultado agregado. Não é considerando, aqui, a distribuição do total das utilidades pelo total de indivíduos, ou seja, não é levado em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades.

Sob a ótica utilitarista, a escolha é julgada a partir da soma total de utilidades geradas por tais escolhas, e a felicidade, ou mais precisamente, a utilidade, é a realização de um desejo. Nas palavras de Sen (2000, p. 79), “o que é relevante é a intensidade do desejo que está sendo realizado, e não a intensidade da felicidade que está sendo gerada”.

Sobre a relação entre renda e a situação de satisfação das pessoas, a abordagem das capacitações identifica cinco fontes de discrepâncias entre essas duas variáveis, são elas: *heterogeneidades pessoais* - são as características de cada pessoa quanto ao porte físico, relacionadas a idade, gênero, ocorrência de doença etc.; *diversidades ambientais* - características do local onde as pessoas vivem; *variações no clima social* - são os acessos à educação, saúde, ocorrência ou não de violências etc.; *diferenças de perspectivas relativas* - são as condições que uma comunidade impõe às pessoas que lá habitam, através dos costumes e regras institucionalizados. São algumas convenções que podem servir de barreiras à participação ativa de pessoas nas decisões da vida da comunidade. Tem a ver com ‘aparecer em público sem passar vergonha’; e *distribuição familiar* - trata da distribuição da renda entre os membros da família, independente de quantas pessoas auferem renda. Essa discrepância em relação a distribuição da renda por membro da família pode mascarar problemas graves ocorridos no seio de uma família, como por exemplo a violência de gênero (PINHEIRO, 2012).

A ideia que está por trás dessa mostra de discrepâncias, entre a renda auferida e o grau de bem-estar das pessoas, é que pessoas com diferentes carências, vivendo em locais e situações também diversas, sujeitas a distintas regras de participação social e com níveis diferentes quanto a distribuição da renda familiar, farão uso diferente da renda e conquistarão diferentes níveis de bem-estar. Cada pessoa pode perceber de uma forma distinta a utilidade do consumo de uma mesma cesta de mercadorias. O utilitarismo não oferece elementos para estudar adequadamente as referidas diferenças pessoais e os seus efeitos sobre o bem-estar das pessoas (SEN, 2000).

No entanto, há quem defenda que a perspectiva seniana¹⁹ não se constitui em alternativa ao discurso dominante na economia, tanto na sua intenção mais analítica quanto na

¹⁹ Abordagem da teoria defendida por Amartya Sen de Desenvolvimento como Liberdade.

sua orientação mais normativa. Oliveira (2007) afirma que Sen (2000) produz um discurso circular e vicioso, que está sempre se retroalimentando, “[...] é a liberdade que deve estar na origem e no final; ela é necessária e suficiente para a responsabilidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 14).

Outrossim, que o discurso de Sen (2000) sobre liberdade não é novo, é muito parecido com Milton Friedman em seu livro *Capitalismo e Liberdade*, de 1977²⁰. Oliveira (2007) considera exagerada a leitura que Sen (2000) faz do poder da razão, o que o torna muito próximo do Iluminismo e na crença da soberania da racionalidade e da liberdade. O autor apresenta a posição de Bourdieu²¹ a respeito da racionalidade limitada, o qual afirma que a mente humana é socialmente limitada e socialmente estruturada. Oliveira (2007) considera que Amartya Sen cometeu um equívoco ao centrar-se nas capacidades individuais, pois o que realmente existe são relações de posições sociais.

Mediante esse discurso, o centro do debate se volta sobre o poder. Oliveira (2007, p. 22) destaca que “o poder está presente em todas as relações humanas e se expressa sob variadas formas”. A fim de fundamentar sua tese de que o poder somente existe na forma relacional, como também para estabelecer sua crítica a Amartya Sen por atribuir grande poder transformador aos agentes enquanto indivíduos, o autor adota as perspectivas de Bourdieu, Foucault e Elias sobre poder.

Oliveira (2007) afirma que a abordagem de Amartya Sen não é inovadora e não acrescenta muito ao que outros autores já pesquisaram, além da existência de um hiato na leitura. Nas palavras do autor: “considero que ao ‘levar ao forno’ essa massa bastante densa de argumentos trabalhada por Sen, o que se extrai não vai muito além daquilo que já se alcançou com outros autores” (p. 26).

No livro *Desigualdade Reexaminada* (2008), Amartya Sen dedica o último capítulo para apresentar as exigências da igualdade, em que o autor defende que a abordagem da capacidade tem sim algo a oferecer tanto à avaliação do bem-estar como à apreciação da liberdade. Quanto à avaliação do bem-estar, essa perspectiva não foca nos meios (mercadorias e recursos) e sim nos funcionamentos (elementos constitutivos do bem-estar), considerando o

²⁰ “Ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o *laissez-faire* internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos, ampliando assim o papel do indivíduo; e apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente. No terreno político, apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos” (FRIEDMAN, 1977, p. 14 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 15).

²¹ Ver: BOURDIEU, P. *Habitus, illusio y racionalidad*. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Respuestas, por una antropología reflexiva*. México: Grijalbo, 1995, p. 79-99.

conjunto de indicativos de funcionamentos que permitem que uma pessoa faça suas escolhas. Então, “o conjunto capacitário’ pode ser visto como a liberdade abrangente que uma pessoa desfruta para obter seu bem-estar” (SEN, 2008, p. 226).

A defesa na igualdade de liberdade para Amartya Sen (2008) fica por conta da importância da escolha de X de funcionamento, dado um conjunto de várias cestas de funcionamento, ou seja, a liberdade fica por conta das alternativas de escolhas. Destaca que a abordagem da capacidade é abrangente e permite tratar tanto da liberdade de escolha no contexto instrumental, quanto da importância por si mesma.

A abordagem das capacidades humanas pode ser vista como um método geral de avaliação de desenvolvimento, em que o foco são as pessoas consideradas sob o aspecto de suas liberdades. A abordagem do empoderamento, segundo entendimento de Gita Sen (2002), também tem o foco de análise concentrado nas pessoas, no sentido de fortalecer a percepção de si mesmas sobre as causas de sua situação. Para a autora, sentimentos de esperança afloram quando ocorre mudança de percepção. Então, as pessoas podem se tornar mais livres. No entanto, como já apresentado antes, o empoderamento não é um processo neutro, assim como a abordagem das capacidades humanas.

Se no empoderamento, a questão central é o poder, na abordagem das capacidades é a liberdade. Alguns estudiosos defendem que se alguém ganha poder, se empodera, é porque alguém ‘perdeu’ algum poder. O empoderamento reflete em maior autonomia e autoestima, proporcionando uma redução da incerteza e elevação da confiança. Empoderamento feminino ocorre quando as mulheres passam a ter mais poder para decidir as escolhas que fazem parte de suas vidas, tanto na esfera privada, como pública. A mulher empoderada tem mais liberdade para decidir o que fazer mediante eventos adversos da realidade.

A abordagem seniana trata do conjunto de capacidades que empodera uma pessoa a fazer suas próprias escolhas de vida, ou melhor, ampliar as liberdades limitadas por falta de prerrogativas. Os provimentos são escolhas abertas por prerrogativas. O próximo autor que contribui para fundamentar a análise sobre empoderamento e capacitações é o intelectual Ralf Dahrendorf, com conceitos sobre prerrogativas, provimentos e chances de vida, temas da próxima seção.

2.3 PRERROGATIVAS E PROVIMENTOS DO EMPODERAMENTO

Neste subcapítulo, trata-se sobre os conceitos de prerrogativas e provimentos segundo Dahrendorf²²; um liberal reformista que não acreditava em soluções finais quando o assunto era sociedades humanas. Ele é conhecido no meio intelectual como o teórico do conflito. E é no conflito que repousa o próprio carácter histórico-antropológico das sociedades humanas, pois a incerteza é intrínseca na realidade social e o conflito é o motor transformador da história da sociedade. As cinco espécies de conflito definidas por Dahrendorf são:

- conflito dentro e entre *papéis* sociais individuais, onde há assimetria de interesses e expectativas (o médico e suas expectativas em relação ao paciente, ao sistema previdenciário, etc; e o mesmo médico e suas tensões como pai de família, membro do clube, etc.);
- conflitos dentro de certos grupos sociais, onde certo grupo luta para tomar parte da diretoria de um clube ou sindicato, etc (trata-se de conflitos mais restritos);
- conflitos entre agrupamentos sociais organizados (grupos de interesse) ou não organizados (quase grupos) dentro de setores regionais nas sociedades, como professores e a administração escolar, ou entre leigos e dignitários numa igreja;
- conflitos entre agrupamentos organizados ou não organizados, mas que afetam toda uma sociedade, como por exemplo, discussões políticas entre dois partidos, antagonismos federativos, etc; e, por fim,
- conflitos entre unidades maiores, como dois países, ou abrangendo outros países, organismos internacionais, etc. (DIAS JUNIOR, 2010, p 207).

Somente pela força se tem uma sociedade sem conflito. Segundo Dahrendorf (1992), somente pelo terror e pela polícia poderia ter uma sociedade sem conflito. O conflito faz parte da natureza humana, então uma sociedade sem conflito é um ato de violência cometido contra o próprio homem em sociedade.

No livro *O Conflito Social Moderno: um ensaio sobre a política da liberdade* (1992), Dahrendorf conta uma história que aconteceu na Nicarágua, em 1986, em uma visita sua àquele país, sobre *provimentos sem prerrogativas e prerrogativas sem provimentos*, a qual ele preferiu definir de *O Paradoxo Martinez*²³. Para contar a história, Dahrendorf (1992) utiliza o conceito de prerrogativa de Amartya Sen em sua escrita sobre Pobreza e Fomes Coletivas. Relata que percebeu que havia poucas opções de comidas e roupas nas prateleiras dos

²² Ralf Gustav Dahrendorf nasceu em 1929, na cidade de Hamburgo. Quando completou 18 anos de idade, em 1º de maio de 1947, ingressou no Partido Social-Democrata alemão (SPD). Nessa época também ingressou na Universidade de Hamburgo, onde estudou letras clássicas, latim e grego, além de filosofia. Quando estava por concluir os estudos, se dedicou mais a filosofia e defendeu a tese de doutorado sobre Karl Marx. Também defendeu outra tese de doutorado sobre trabalho não especializado (DIAS JUNIOR, 2011).

²³ Martinez era Ministro do Comércio Exterior da Nicarágua, em 1986. Ralf Dahrendorf chamou de *Paradoxo de Martinez* por que cada vez que contava a história, as pessoas riam. “A revolução acabou transformou um mundo de abundância para poucos num mundo de poucos para todos”. (DAHRENDORF, 1992, p. 23).

supermercados naquele lugar, quando, em conversa com o ministro do comércio exterior, Martinez perguntou-lhe sobre tal situação quando recebeu a seguinte resposta:

O senhor parece estar criticando o fato de que não há muito para comprar nas prateleiras de nossas lojas. Isto pode ser verdade, mas deixe-me dizer-lhe algo. Antes da revolução, nossos supermercados estavam cheios. Tudo o que se podia encontrar em Miami estava igualmente nas prateleiras de Manágua. Mas a maioria não tinha condições de pagar por isso. O povo achatava seus narizes contra as vitrines das lojas para admirar os bens, mas estes não estavam ali para eles. Nós mudamos tudo isso. Hoje todos no país podem pagar pelo que está lá. E com um pouco de sorte, os Estados Unidos permitindo, rapidamente teremos mais para todos igualmente (DAHRENDORF, 1992, p. 23).

Essa história ilustra o conceito de prerrogativa para Sen (2002). Para este, prerrogativas descreve a relação das pessoas com as mercadorias, por um caminho de legitimação. Ou melhor, se as pessoas têm prerrogativas, elas têm o direito de reivindicar pelas coisas. Quando Sen (2002) analisa as fomes coletivas, ele demonstra que as pessoas não se alimentam por falta de um conjunto de prerrogativas²⁴ e não por falta de alimentos, pois estes existem, mas não estão disponíveis a todos. Sen (2002, P. 25) defende que as pessoas passam fome pela presença de barreiras sociais a que estão dispostas; em suas palavras: “[...] a lei se situa entre a disponibilidade de comida e a prerrogativa de obter comida”.

Dahrendorf (1992, p.28) define provimentos como “suprimentos de alternativas em áreas dadas de atividade”; são coisas materiais e imateriais, econômicas e não econômicas. Prerrogativas são meios socialmente definidos de acesso. Representa o bilhete de ingresso, porém, meio ingresso não é ingresso nenhum, pois não existe a questão de ter direito gradual. “As prerrogativas de uma pessoa representam o conjunto de diferentes pacotes alternativos de mercadorias que ela pode adquirir através do uso de uma variedade de canais legais de aquisição, abertos para alguém em sua posição” (DAHRENDORF, 1992, p. 26).

O Paradoxo Martinez reflete uma situação onde se encontra provimentos sem prerrogativas e prerrogativas sem provimentos. Interessante a comparação que Dahrendorf (1992) faz sobre provimentos e prerrogativas e as revoluções. A Revolução Industrial foi uma revolução de provimentos, pois proporcionou elevado crescimento econômico. Enquanto a Revolução Francesa foi uma revolução de prerrogativas, pois a partir de então se tem um progresso dos direitos do homem e do cidadão.

²⁴ O conjunto de prerrogativas, segundo Sen (2002), é composto por: prerrogativas baseadas no comércio, prerrogativas baseadas na produção, prerrogativas baseadas no trabalho próprio e prerrogativas de transferências.

A análise de Sen (2002) se assemelha a de Dahrendorf (1992) sobre a análise descritiva do termo prerrogativa, ao contrário da prescritiva, pois não é uma questão de analisar sob a ótica de ser boa ou má. Prerrogativas representam os direitos que uma pessoa tem para escolher diferentes pacotes alternativos de coisas econômicas materiais. Sen (2002, p. 27) utiliza o termo ‘legais’ em sua definição de prerrogativas, aproximando esta definição da análise de direitos, “[...] direitos básicos são prerrogativas. Eles incluem direitos constitucionalmente garantidos associados à participação como membro de uma sociedade”.

E quanto ao resultado das prerrogativas e dos provimentos, Dahrendorf (1992) chama isso de chances de vida, as quais são opções, escolhas que tem que fazer. A ampliação das chances de vida pode ser proporcionada por políticas públicas, desde que não busquem o nivelamento das formas de vida. Dahrendorf (1992) defende que o futuro das democracias depende de uma oferta cada vez mais ampla das chances de vidas às pessoas, e que tais chances dependem do crescimento econômico e da pluralidade política. A defesa da democracia também é encontrada em Amartya Sen (2000), assim como o crescimento econômico, a renda, como meio à liberdade. O autor defende as mesmas condições de partida com possibilidades diferentes de pontos de chegada, assim como vários pensadores da abordagem economia da pobreza²⁵.

Para avançar o bem-estar para uma população é necessário ter provimentos e prerrogativas. As pessoas precisam ter acesso às coisas materiais que o mercado pode proporcionar, mas também à política e a cultura, como também os mercados devem oferecer coisas diversificadas às pessoas. “Uma sociedade livre é aquela que oferece chances de vida e não impõe maneiras de fazer uso delas” (DAHRENDORF, 1992, p. 33). Não é aquela situação descrita por Martinez, na Nicarágua.

Como intelectual do liberalismo, Dahrendorf (1992, p. 34) defende que, “nunca há chances de vida suficientes para um número suficiente de pessoas. O liberal que cessa sua busca por novas oportunidades cessa de ser um liberal”. Adianta que, as chances de vida nunca são igualmente distribuídas entre as pessoas, e que não existe uma sociedade em que mulheres e homens tenham as mesmas prerrogativas e mesmos provimentos. O poder é intrínseco em qualquer sociedade. O poder gera desigualdade e conflito. Quem tem poder, tem amplas chances de vida, tem prerrogativas e provimentos, tem capacidades e opções de escolha e, conseqüentemente, tem empoderamento. Sobre as origens da desigualdade,

²⁵ Exemplo do texto escrito por Roemer sobre igualdade de oportunidade, em: ROEMER, J. (1998) Equality of Opportunity. London: Harvard University Press

Dahrendorf (1992) destaca que o poder nunca é benevolente e que a sociedade é necessária, porém não é agradável²⁶.

A questão apresentada por Dahrendorf (1992, p.41) é a seguinte: “[...] como o poder e as desigualdades geradas por ele podem ser transformados em avanços em termos de liberdade?”, já que sociedade civilizada é aquela em que os direitos comuns dos cidadãos combinam com as diferenças de raça, religião ou cultura. A sociedade rural ou urbana propicia prerrogativas, mas também obrigações, pois significa um papel social real.

Dahrendorf (1992) defende que a luta por cidadania e prerrogativas ainda está longe do fim e que três questões ainda constam na agenda: primeiramente, mesmo em países mais desenvolvidos, ainda há muito a ser feito para que as pessoas tenham seus direitos de cidadania assegurados. Os direitos e prerrogativas das mulheres e minorias ainda não são respeitados; em seguida, a pobreza e o desemprego servem como desafios a serem enfrentados pela luta por cidadania e prerrogativas, como também são ameaças aos que estão incluídos e demandam novas prerrogativas; e, por último, é necessário que todas as pessoas do mundo tenham direitos de cidadania, para então ter uma sociedade civil mundial.

Prerrogativas são direitos que permitem acessos, provimentos são os recursos (bens materiais e imateriais) que podem ser demandados por aqueles que possuem prerrogativas. Quando se tem prerrogativas e provimentos, as chances de vida são ampliadas permitindo às pessoas o poder das escolhas, ou seja, opções de escolhas. Quando as pessoas têm capacidades para fazer suas próprias escolhas, porque tem prerrogativas para tal, são empoderadas, tem autonomia e são mais livres.

Considerando os conceitos estudados até então, a tarefa a seguir é analisar o conceito de estado de confiança, definido por John Maynard Keynes, no início do século XX.

2.4 ESTADO DE CONFIANÇA NA DEFINIÇÃO DAS ESCOLHAS

O conceito de estado de confiança não fora analisado como deveria pelos economistas, na visão de John Maynard Keynes (1996). Confiança é um conceito multidimensional que está relacionado com as expectativas que as pessoas têm em relação a si próprias e em relação ao comportamento das outras. Confiança tem relação com segurança, mas também com autonomia e com liberdade para fazer suas próprias escolhas. O grau de confiança determina as escolhas em um ambiente reconhecidamente incerto e impossível de ter o conhecimento

²⁶ Considerando a tese de Dahrendorf da presença permanente do conflito, viver é atuar no conflito.

necessário para agir com racionalidade plena. Segundo os preceitos da escola neoclássica, o indivíduo atua no sentido de sempre maximizar os resultados nas relações de troca, está sempre em busca do equilíbrio nas transações econômicas, tem acesso a informações, é movido pelo interesse individualista, egoísta; enfim, possui uma racionalidade econômica plena.

A seguir será apresentado o conceito de estado de confiança na formação de expectativas, conforme análise de Keynes. Na sequência, são apresentados os conceitos dos instrumentos construtores do estado de confiança.

Quando Keynes (1996) escreve o capítulo 12 sobre o estado da expectativa em longo prazo, ele objetiva examinar fatores que determinam a renda esperada de um ativo. Destaca a importância do fator confiança, ou seja, do grau de entendimento que condiciona as escolhas. O resultado futuro das ações depende do grau de confiança com que se consegue formular os prognósticos. “Se esperarmos grandes mudanças, mas não tivermos certeza quanto à forma precisa com que tais mudanças possam ocorrer, nosso grau de confiança será, então, fraco” (KEYNES, 1996, p. 160).

Apesar do termo estado de confiança ser utilizado com frequência, dedicação e atenção por estudiosos, para Keynes (1996) os economistas não dedicaram a atenção que seria necessária a esse conceito, apenas deixaram a discussão sobre o tema em termos gerais. O estado de confiança está relacionado com as expectativas em relação ao futuro, sendo que é um dos principais fatores que determina um investimento. Ou melhor, dependendo do seu estado de confiança, um agente econômico pode vir a investir, aumentando a produção, ou ficar na inércia, aguardando um ambiente mais favorável. O estado de confiança é imperativo na determinação da decisão por investir ou não em se tratando do mundo dos negócios econômicos. O estado de confiança é um importante fator na formação de expectativas e afetará a tomada de decisão.

Em suas rotinas, as pessoas se deparam com extrema precariedade da base de conhecimento sobre a qual precisam fazer suas escolhas, já que a incerteza é uma variável permanente nas decisões do dia a dia. Os negociantes são meros jogadores que contam com variáveis como habilidade e sorte, pois lhes são desconhecidos os resultados, apenas estimativas. “As decisões se realizam em um contexto de incerteza onde as informações são raras e onde não existem premissas absolutamente verdadeiras” (HENRIQUES, 2000, p. 371).

Se o desconhecido faz parte da rotina, então existe a necessidade de alterar os conhecimentos a fim de as avaliações das pessoas serem as mais corretas possíveis. Os conhecimentos das pessoas serão alterados conforme a disponibilidade de prerrogativas e

provimentos, ou seja, é uma função da elevação das chances de vida, permitindo às pessoas um maior empoderamento e condições para fazerem suas escolhas em um ambiente incerto.

Em artigo sobre comportamento racional e formação de crenças em Keynes, Ricardo Henriques (2000) define que é a partir da crença que é possível definir as imagens sobre o futuro e o estado de confiança que assegure as âncoras que serviram de base para as ações racionais em ambiente de incerteza. Ou seja, o comportamento racional se traduz em crenças racionais, as chamadas ‘regras de ação’, e o estado de confiança se traduz na disposição para agir. Essa mesma leitura é feita por Hanna Pitkin (1967), analisada por Anne Phillips (2001), sobre representação política no sentido de agir. Ou, mais precisamente, a autora defende que, na política representativa, são as atividades que importam, é o que acontece depois da ação que conta.

O estado de confiança de Keynes é analisado a partir das decisões de pessoas racionais, porém essa racionalidade está condicionada aos hábitos, às preferências, aos instintos e vontades. Se existe condição para a racionalidade, então existe limitação e a racionalidade não é ilimitada. Esse fator vai de encontro a tese da racionalidade plena dos neoclássicos e a presença rotineira da incerteza. A confiança pode ser alterada a qualquer momento e não depende somente da pessoa, mas sim do ambiente institucional em que vive.

O conceito de racionalidade limitada foi desenvolvido por Herbert Simon, pioneiro no estudo e defesa de um comportamento humano movido por uma racionalidade limitada²⁷. O conceito de Simon sobre racionalidade limitada tem fundamento em sua crítica sobre a racionalidade plena, pensamento neoclássico. Muitos estudos de Simon foram direcionados a questão da tomada de decisão em processos administrativos.

A capacidade da mente humana para lidar com os problemas complexos do dia a dia é reconhecidamente limitada. Mediante a incerteza, o estado de confiança altera com muito mais facilidade do que imaginavam os neoclássicos liberais. No ambiente político, essa questão é observada com muita facilidade. Quando se lançam aos desafios da política, a incerteza passa a fazer parte da vida das pessoas, afetando seu estado de confiança. No entanto, como ainda é muito limitado o número de participantes mulheres na política brasileira, a formação de crenças ainda se apresenta vulnerável.

A relação entre o comportamento racional e a formação de crenças ajuda a entender o estado de confiança, a partir da aceitação de que as crenças são regras de ação e não tentativas de representação da realidade. A racionalidade de uma ação deriva da crença, sendo que é a

²⁷ Herbert Alexander Simon escreve sobre os limites da racionalidade na obra *Administrative Behavior*, em 1947, entre outras.

partir da crença que se definem as imagens do futuro e o estado de confiança para as ações em ambiente de incerteza. A crença é uma “[...] disposição para a ação: um hábito que só se pode adquirir em relação a um tipo determinado de ação” (HENRIQUES, 2000, p. 372).

A incerteza pode produzir o desconhecimento e limitar a racionalidade, no entanto, a confiança pode acontecer nesse mesmo ambiente de racionalidade limitada, proporcionada pelos poucos conhecimentos que estão disponíveis. As crenças podem proporcionar confiança. “A incerteza não permite escolhas sobre o que é evidente e, ao contrário, implica escolhas sobre o que não é evidente. Por outro lado, nosso conhecimento das coisas do mundo, em um mundo incerto, repousa sobre crenças” (HENRIQUES, 2000, p. 374).

Um estado de confiança elevado se consolida quando uma pessoa possui confiança em si mesmo e em sua relação com o outro. O estado de confiança é a base para uma motivação individual racional, visto que as pessoas não atuam em seus espaços de uma forma irracional e nem de submissão incondicional às regras, e sim atuam conforme suas próprias suposições sobre os fatos. A confiança numa certa expectativa é explicada por suposições, em vez de informações, e da confiança destas suposições. O resultado das ações pode diferir de uma pessoa a outra, dependendo da confiança que cada uma tenha em suas suposições. A experiência de cada um é que irá determinar o estado de confiança.

Tais observações sobre as ideias de Keynes conduzem a outros apontamentos que podem colaborar neste estudo, tais como: a experiência pode ser construída a partir de premissas; alguns instrumentos são necessários para constituir um espaço de experiência; se houver um colapso no estado de confiança de alguns, isso pode refletir nas ações dos demais de seu relacionamento. Ou seja, se mais mulheres acreditarem que o espaço político não é apenas dos homens, podendo também ser ocupado por mulheres, outras mais se lançarão aos desafios do mundo político.

O estado de confiança é visto como uma forma de prerrogativa, de obtenção de direitos por parte de uma pessoa, como também pode desempenhar um papel de integrador nas relações sociais. Keynes (1996) destacou que o estado de confiança é determinado pela experiência de cada pessoa; que as expectativas são estáveis no tempo futuro, apesar de parecerem totalmente instáveis. As decisões humanas não são calculadas matematicamente, como também não são atitudes irracionais.

[...] as decisões humanas que envolvem o futuro, sejam elas pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender da estrita expectativa matemática, uma vez que as bases para realizar semelhantes cálculos não existem e que o nosso impulso inato para a atividade é que faz girar as engrenagens, sendo que a nossa inteligência faz o melhor possível para **escolher o melhor que pode haver entre as diversas**

alternativas, calculando sempre que se pode, mas retraindo-se muitas vezes, diante do capricho, do sentimento ou do azar (KEYNES, 1996, p. 17, grifo nosso).

Desse modo, a possibilidade de estudar o estado de confiança de mulheres políticas em um dado lugar, remete à análise de outro conceito relacionado com o processo de formação do estado de confiança, qual seja: participação.

2.5 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO COMO ALICERCES DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA

Para Hannah Arendt (1999), a política está ancorada na falta de profundidade da qual se ocupa do homem, ao contrário da filosofia que se ocupa do homem, ou seja, do produto da natureza, criado por Deus, não interessando se é um ou dois homens. A política está inserida na pluralidade dos homens. A política se preocupa com a convivência entre os diferentes, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais.

A política surge na relação entre os homens, na ação coletiva e não individualmente. “O homem é a-político. A política surge no entre-os-homens, fora dos homens. A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” conforme Arendt (1999, p. 23). Quando os homens se juntam, move-se o mundo e todos os assuntos humanos aí são tratados.

Sobre se a política ainda teria algum sentido, Arendt (1999) descreve que a resposta é muito simples e não exigiria maiores esforços mentais para encontrar outras respostas. O sentido da política é a liberdade. “O que está em jogo aqui não é apenas a liberdade, mas sim a vida, a continuidade da existência da Humanidade e talvez de toda a vida orgânica da Terra”. (p. 39). É a concepção do sentido da política de Aristóteles, a qual, segundo os gregos, somente existiu na Grécia e por algum tempo. Para o homem exercer a liberdade na *polis* deveria ser possuidor de uma liberdade pré-política.

A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais (ARENDDT, 1999, p. 48).

Um conceito por demais importante a *polis* grega é a isonomia, no sentido de significar liberdade de falar. Não com o mesmo significado da constituição brasileira, mas no sentido de isonomia à atividade política, ou seja, uma atividade de conversa mútua. A

liberdade de falar no sentido de fazer, um fazer que pressupunha o forçar e ser forçado²⁸. Entre os diversos conceitos-virtudes ligados à política, a virtude que mais tem significado neste estudo é a virtude política da coragem, pois ela nos remete diretamente a questão da mulher na política.

Arendt (1999) compreende a virtude política da coragem como condição para alcançar o mundo público comum a todos, visto a necessidade de manter distância da conexão familiar.

A coragem é a mais antiga das virtudes políticas e ainda hoje pertence às poucas virtudes cardeais da política, porque só podemos chegar ao mundo público comum a todos nós – que, no fundo, é o espaço político – se nos distanciarmos de nossa existência privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada (ARENDR, 1999, p. 53).

Arendt (1999) referencia a política entre homens, não diferenciando se é homem ou mulher, e sim o ser humano. Essa afirmação fica clara quando, no esforço de explicar qual o sentido da política, diferencia entre liberdade e necessidade. A política nos tempos modernos constitui-se como um meio para a conservação da vida em sociedade, reduzindo sua intervenção somente ao mais necessário, apostando em que essa atitude de manter-se distante eliminaria as formas violentas do homem sobre o homem na vida em sociedade. “A emancipação da classe operária e das mulheres, quer dizer, de duas categorias que em toda a história pré-moderna foram submetidas à força, indica, da maneira mais clara, o ponto culminante desse desenvolvimento” (ARENDR, 1999, p. 80).

Nos tempos modernos, a necessidade substitui a força; a vida em sociedade não é mais dominada pela liberdade e sim pela necessidade. “Na sociedade moderna, o trabalhador não está sujeito a nenhuma força nem a uma dominação, ele é forçado pela necessidade imediata inerente à própria vida” (ARENDR, 1999, 80).

A condição pós-moderna da sociedade transformou o indivíduo de cidadão político em consumidor de mercado. Segundo Bauman (2000), a passagem para a condição pós-moderna não produziu maior liberdade para as pessoas, no sentido destas terem mais capacidades de negociar o código de escolha. A pessoa política agora é consumidora que possui necessidade, fazendo desta o sentido da própria vida, visto que para o consumidor muitas coisas são necessárias. “O veneno da opressão foi espremido pelo agulhão da falta de liberdade” (BAUMAN, 2000, p. 84).

A arte da política é promover o desmonte dos limites à liberdade dos cidadãos. As leis servem para criar espaços de liberdade, então o que não está nesse espaço, está sem lei, sem

²⁸ Os escravos e bárbaros não tinham condições de manter uma conversa livre, em razão de sua situação.

mundo, um deserto. Segundo Bauman (2000), se a política for democrática, além de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos, também deve libertar as pessoas para capacitá-las a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos. Deve haver um lugar para a cidadania fora do consumismo; uma opção para o agir político entre a ditadura do governo e a do mercado sobre nossas necessidades.

O agir político é composto por quatro elementos, quais sejam: o objetivo que persegue, o qual somente irá aparecer quando a atividade que o motivou chegou ao fim; a meta idealizada que serve de orientação e produzem parâmetros ao agir político; o sentido da execução do agir político; e as convicções básicas que um grupo de ‘homens’ compartilham entre si, ou seja, que os une e os movem (ARENDDT, 1999).

As mulheres brasileiras começaram a fazer parte do agir político somente no início da década de 1930, através do poder reconhecido para participar direta ou indiretamente na administração da gerência pública. Esse reconhecimento do poder é chamado de sufrágio. Com a conquista do sufrágio, as mulheres passaram a participar do agir político através da votação em representantes da população, como também puderam ter o direito de ser votadas.

As limitações de sexo relativas à capacidade eleitoral existiram em geral até o final da Primeira Guerra Mundial. Daí por diante as cruzadas feministas acabaram impondo o voto das mulheres em quase todos os países, reformadas que foram as respectivas legislações eleitorais. O primeiro país onde triunfou o sufrágio feminino foi a república americana. Em 1869, no Estado de Wyoming (BONAVIDES, 2010, 251).

Mas, quem eram as sufragistas? As que pertenciam a elite da sociedade: médicas, dentistas, advogadas, escritoras, poetisas, pintoras, engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas, aviadoras, parentes de políticos da alta elite. Pertencer à elite da sociedade facilitava as reivindicações do grupo, sem a necessidade de pertencer a qualquer movimento social ou partido político (AVELAR, 2001).

A partir da conquista do poder de votar e ser votada, a mulher passa a contar com direitos que lhe permite o acesso ao mundo da política, ou seja, as mulheres conquistaram prerrogativas. O objetivo que as move, a meta idealizada, o sentido do trabalho na política e as convicções básicas que compartilham com as/os demais do grupo a que pertencem, são os provimentos das mulheres na política. De posse das prerrogativas e dos provimentos, o poder de escolha é ampliado, e então as mulheres caminham a passos largos pelo empoderamento; resta saber se outras mulheres, aquelas que não pertencem a elite, conseguiram ingressar nesse processo de empoderamento político.

Cidadania, no conceito de Dharendorf (1992), é um conjunto de direitos, prerrogativas e deveres. Quando uma mulher tem o direito, a prerrogativa, de participar do pleito eleitoral, votar e ser votada, as chances de vida desta se elevam, contribuindo para reduzir a situação de desigualdade em termos de participação política. As cotas políticas colaboram para a promoção da cidadania.

Pelo conceito original, “[...] cidadão é o habitante da cidade e, em primeira instância, o habitante (masculino, livre) de Atenas no século V a.C” (DHARENDORF, 1992, p. 42). Cidadania é um conjunto de prerrogativas, ou melhor, um conjunto de direitos, mas também de deveres. Por exemplo, uma mulher tem o direito, a prerrogativa, de participar em igualdade de condições com o homem do pleito eleitoral e a obrigação fica por conta do respeito à lei.

A luta por cidadania prevê três questões básicas em sua agenda, quais sejam: ainda há muito a ser feito para assegurar a todos os membros da sociedade seus direitos de cidadania; a existência de novos problemas sociais, a exemplo da pobreza persistente e o desemprego por longos períodos²⁹; e, por último, está relacionada com a sociedade civil, que somente estará completa quando houver direitos de cidadania para todos os seres humanos. “Qualquer que seja a influência da cidadania sobre as classes, ela não elimina nem a desigualdade nem o conflito. Ela altera sua qualidade” (DHARENDORF, 1992, p. 58).

Sobre a relação entre as ideias de cidadania e sujeito, Touraine (1994) defende que o exercício da cidadania numa sociedade somente se torna possível com a presença de sujeitos. A cidadania é exercida no sentido do indivíduo preservar uma consciência de pertencimento ao Estado Nação, pois a democracia necessita do sujeito cidadão, visto que por meio de suas ações ele exige mais espaços de liberdade. Para o autor, somente a democracia é o único regime político capaz de garantir as liberdades individuais e coletivas. Ou melhor, a construção da cidadania passa pela referência ao sujeito, aquele que se sente com direitos.

Touraine (1994) afirma que o sujeito é o indivíduo movido pela vontade de agir na sociedade, a fim de transformar o ambiente social e material em que faz parte. Assim, para que o indivíduo se afirme enquanto sujeito é necessário o reconhecimento do outro também como sujeito. Na obra *O Mundo das Mulheres*, Touraine (2011) volta a discutir sobre sujeito, agora analisando o papel que as mulheres assumem na reconstrução da cultura. A ideia de sujeito está relacionada com a construção de si próprio pelo ser humano, ao invés de “[...]”

²⁹ Segundo Dharendorf (1992), os antigos instrumentos do estado social não parecem ser capazes de lidar com as questões referentes a pobreza e desemprego de longo período.

mobilizar-se para conquistar dinheiro, poder ou celebridade – ou não importa quais outros tipos de bens materiais ou simbólicos” (p. 185).

No mundo das mulheres, estas são menos definidas do que os homens pelos papéis sociais e ultrapassam a organização social, por baixo pelo corpo e por cima pelo desejo de superação da ordem social. Elas vivem simultaneamente a experiência da singularidade e o pensamento do universal. As mulheres da sociedade hipermoderna estão reconstruindo a cultura, importando-se mais com o corpo e com a vida dos ‘céus’, condição que serve para críticas dos homens que as acusam de se preocuparem mais com a vida privada, enquanto eles se preocupam com a gestão do mundo público, onde impera a razão. Nas palavras de Touraine:

De fato, o que elas evidenciam é que sua afeição para com a vida do corpo e dos ‘céus’ pode, desde que não se rejeite o mundo da razão, trazer uma reconstrução cujo sentido os homens mais dificilmente compreendem, visto que eles criaram uma civilização alicerçada na separação da razão e do sentimento e no rechaço dos deuses e do corpo. (TOURAINÉ, 2011, p. 186).

As mulheres são as atrizes centrais da reconstrução da sociedade e se interessam mais por si mesmas do que por política. Touraine (2011, p. 189) afirma que a ação das mulheres não se traduz num movimento social, a exemplo do movimento feminista, mas sim num movimento cultural: “Consciência feminina e mutação social já não são mais separáveis, e as constituem um movimento cultural antes que um movimento social”. Essas são as mulheres sujeitos dos pós-feminismo, no qual o conceito de cidadania está relacionado com a construção de si mesmas.

O termo cidadania para as mulheres significa mais do que sua presença nas instituições políticas formais, mas em toda e qualquer participação em movimentos sociais. Avelar (2001) discute alguns mitos em relação à presença da mulher na política, como é o caso da cidadania universal, do ativismo e da participação igual para todos. Conclui que ainda persiste certa cegueira no tocante a abordagem que considere a diversidade social existente entre as mulheres, visto que se trabalha com a categoria mulher como se esta fosse representativa de todas as mulheres, e, no entanto, o que deve ser considerado seriamente é a enorme diferença entre mulher e consciência feminista³⁰.

³⁰ “Feminismo não prega ódio, feminismo não prega a dominação das mulheres sobre os homens. Feminismo clama por igualdade, pelo fim da dominação de um gênero sobre outro. Feminismo não é o contrário de machismo. Machismo é um sistema de dominação. Feminismo é uma luta por direitos iguais. Então se você diz “não sou feminista, acho que todos deveriam ser tratados igualmente e ter os mesmos direitos” você está dizendo, exatamente: “não sou feminista, mas sou feminista”. E se você se diz humanista, bom, acredito que saiba então que o humanismo é uma filosofia moral baseada na razão humana e na ética, que coloca o ser humano acima do sobrenatural, de deuses, de dogmas religiosos, da pseudociência e das superstições e que não

Sobre a presença da mulher na elite política, Avelar (2001) afirma que essa é uma conquista inadiável.

O campo da elite política é o da conquista inadiável. É no poder e na política que o verdadeiro jogo é jogado para a introdução de mecanismos que alterem a secular dominação masculina em todos os campos, transformando as instituições de modo que espelhem os direitos de ambos os sexos, reconhecidos e legitimados por práticas efetivas. (AVELAR, 2001, p. 176).

No mesmo viés da abordagem sobre consciência feminista, Drude Dahlerup (1986), em um estudo onde trabalhou a aplicação teórica da ‘massa crítica’ com mulheres na política, apresentou vários questionamentos, como: 30% de mulheres na política representativa são determinantes para formar uma massa crítica? Os números contam? Quanto, em números, é preciso para formar uma massa crítica? O conceito utilizado de massa crítica se traduz em uma ferramenta analítica para distinguir situações, as quais o aumento do tamanho de uma minoria permita que o grupo minoritário tenha condições de mudar a estrutura de poder imposta, como também, sua própria condição de minoria.

Uma massa crítica é formada quando existe uma mudança qualitativa nas relações de poder, quando o grupo minoritário de mulheres políticas consegue melhorar sua situação e do grupo a que pertence. Dahlerup (1986) utiliza o uso de cotas políticas como exemplo de criação de uma massa crítica, ou seja, uma instituição política com mais de 30% de mulheres pode vir a formar uma massa crítica.

Joan Scott (1995) desenvolve um estudo onde afirma que gênero é uma categoria útil de análise histórica e que a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e feminino. Scott (1995) define gênero a partir de quatro elementos que são inter-relacionados, ou seja, nenhum entre eles pode operar em separado, mas não operam simultaneamente: primeiro, as representações simbólicas culturais, exemplo de Eva e Maria como símbolos da tradição cristã ocidental; segundo, os conceitos normativos que descrevem interpretações dos significados dos símbolos, limitando as possibilidades metafóricas e reduzindo o necessário debate que inclua uma dinâmica intertemporal na representação binária do gênero; terceiro elemento, visão mais ampla, que inclua, além do sistema de parentesco (família e lar como a base da organização familiar),

tem nada a ver com o assunto. Existe essa grande falha lógica que é o sujeito achar que você tem que ser contra uma coisa pra ser a favor de outra; neste caso, "contra" os homens para ser "a favor" das mulheres. O feminismo não luta contra os homens, e sim contra o supracitado sistema de dominação, que, veja só, privilegia os homens e foi criado por... homens". Texto de Clara Averbuck, Feminismo para leigos, publicado na Revista Carta Capital, em 28/06/2013.

concepção de mercado de trabalho, a educação, e o sistema político; e quarto e último elemento, a identidade subjetiva, a qual deve ser trabalhada de uma forma mais histórica.

Neste estudo objetivou-se compreender o empoderamento das mulheres que exercem cargo de representação política. No entanto, quando a análise é sobre a participação da mulher na esfera política tornou-se imperativo um olhar pela história do movimento feminista, visto que, como afirmou Scott (1995), é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e feminino, e a esfera política é dominada por homens. O movimento feminista e o pós-feminismo serão analisados no capítulo três.

O próximo e último assunto tratado neste capítulo teórico é sobre o desenvolvimento local como espaço de feminilidade política.

2.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ESPAÇO DE FEMINILIDADE POLÍTICA

Desenvolvimento local tem estreita relação com o comportamento e envolvimento das pessoas que vivem na localidade e privilegia o espaço dos municípios. O desenvolvimento local é um conceito da abordagem *bottom-up*³¹, que é caracterizada pelo poder de agente das pessoas da localidade no planejamento e tomada de decisões, ou seja, é uma abordagem de desenvolvimento que valoriza a iniciativa, o empreendedorismo das pessoas (BRAUN, 2012).

Nessa mesma ótica do local, o desenvolvimento humano é um conceito que considera a ampliação das escolhas das pessoas para que estas tenham condições para serem e fazerem aquilo que desejam. É um conceito que tem como abordagem a perspectiva da liberdade, tese do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000).

A abordagem sobre mercados e liberdades, ou seja, sobre desenvolvimento econômico, permite distinguir duas formas para entender tal relação. A primeira está relacionada com a negação da oportunidade de transação, por meio de controles arbitrários, que pode ser uma fonte de privação de liberdade. Tal questão não discute a eficácia do sistema de mercado, mas sim a importância da liberdade de troca e da transação sem impedimentos. A segunda é mais popular e defende que os mercados expandem a renda, a riqueza e as oportunidades econômicas das pessoas, sendo que, se houver negação das oportunidades econômicas do mercado às pessoas, estas vão se deparar com privações de toda ordem (SEN, 2000, p. 41).

³¹ Ao contrário da abordagem *top-down*, de cima para baixo. Esta abordagem traduz o racionalismo do planejamento econômico tradicional no Brasil, que passa pelos planos econômicos para todo o país, sem considerar as características de cada local ou região (BRAUN, 2012).

Existem muitas evidências empíricas de que o sistema de mercado pode impulsionar o crescimento econômico rápido e a expansão dos padrões de vida. Políticas que restringem oportunidades de mercado podem ter o efeito de restringir a expansão de liberdade substantivas que teriam sido geradas pelo sistema de mercado, por meio da prosperidade econômica geral.

Para Sen (2000), as pessoas são diferentes, ou seja, atuam diferentemente em suas escolhas. Então, o comportamento do indivíduo é influenciado pelo modo que as instituições funcionam, conforme é possível destacar do seguinte trecho³²:

Esta obra salienta a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa. Concentra-se particularmente nos papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. As disposições sociais, envolvendo muitas instituições (o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública, entre outras), são investigadas segundo sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudanças, e não como recebedores passivos de benefícios (SEN, 2000, p. 11).

Veiga (2001) cita a comparação feita por uma professora da Universidade de Cambridge, Joan Robinson, que comparava desenvolvimento ao elefante, ou seja: ‘difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer’. Para o autor, a obra de Sen (2000) traduz a comparação feita por Robinson que desenvolvimento nada mais é do que um processo de expansão de liberdades das pessoas. Ou melhor, desenvolvimento é uma situação onde as pessoas são livres para viverem da forma como consideram melhor para si e para a comunidade que a cerca.

Considerando as características das cidades onde as mulheres atuam como prefeitas, vices e vereadoras, como a relevância do setor primário de produção, a densidade demográfica, a presença de agroindústrias e cooperativas agrícolas, o conceito desenvolvido é estendido ao desenvolvimento rural, o qual segue a perspectiva do local, pois igualmente privilegia as pessoas da localidade e a diversificação da produção, “é um processo que fortalece a região e, portanto, é endógeno, em que os atores buscam a autonomia e o controle dos processos produtivos” (SIMAN; CONCEIÇÃO; FILIPPI, 2006, p. 52).

³² “Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente” (SEN, 2000, p. 168).

O principal objetivo do processo de desenvolvimento rural é proporcionar bem-estar às populações que vivem no meio rural; proporcionar a provisão dos bens considerados por estes necessários, reduzir suas incertezas, proporcionar acessos a políticas públicas, elevar o auto-respeito, a participação em processos decisórios, enfim, alargar sua autonomia e liberdade. Tudo isso faz parte de um processo, o que é diferente da noção de crescimento econômico, importante conceito à moderna teoria econômica do *mainstream*³³.

Desenvolvimento é um conceito multidimensional, com vários significados, como por exemplo, o bem-estar das pessoas que pode ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que analisa as capacidades de escolhas das pessoas em três dimensões da vida: renda *per capita*, educação e saúde (expectativa de vida). O IDH é um indicador mais amplo que o PIB – Produto Interno Bruto, que considera apenas o crescimento econômico da produção³⁴. No cálculo do IDH, a renda é apenas um dos pilares de cálculo (PNUD, 2014).

Diversas teorias procuram explicar as causas do crescimento econômico das nações, sendo que a primeira que se tem conhecimento foi publicada por Adam Smith³⁵ em seu livro intitulado *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, publicado em 1776, no qual sustentava que a origem da riqueza das nações estava no trabalho e, para tanto, desenvolveu a teoria do valor do trabalho.

Para os mercantilistas, a riqueza de uma nação estava no acúmulo de metais preciosos e um saldo favorável na balança comercial, pois riqueza em ouro significava conquista de territórios. Essa escola de pensamento defendia a intervenção do governo na economia. A escola clássica³⁶, por seus principais representantes Adam Smith, Thomas R. Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say, Stuart Mill, rejeitou o pensamento mercantilista e pregava o liberalismo econômico³⁷, em que “[...] racionalidade e representação são os alicerces do mundo liberal” (PEREZ, 1999, p. 34).

³³ Abordagem da Escola neoclássica.

³⁴ Crescimento econômico para a escola neoclássica é determinado pela variação do PIB (um indicador da produção de bens e serviços num país), ou pela variação do PIB pelo crescimento populacional. Então crescimento é visto como um estoque e não um processo.

³⁵ O economista escocês Adam Smith (1723-1790) foi um dos mais eminentes teóricos da economia clássica. Em sua obra publicada em 1776, exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma “mão invisível” e resultariam no bem-estar coletivo, considerando ainda que essa individualidade entraria também no jogo do mercado dos fatores de produção, enquanto imperasse a livre-concorrência. Contrário a intervenção estatal na economia, também contrário as ideias mercantilistas da Europa na época. Para Smith a verdadeira origem da riqueza estava no trabalho, na ambição boa, sadia, dos trabalhadores, (SANDRONI, 2001, p. 565; THIRLWALL, 2005, p. 17).

³⁶ Assim como a Fisiocracia na França.

³⁷ “Racionalidade e representação são os alicerces do mundo liberal”, segundo escritas de Perez (1999, p. 34).

No entanto, somente mais tarde é que Shumpeter diferencia crescimento de desenvolvimento, bem como o papel do empresário como motor do desenvolvimento em razão das inovações propostas por este.

Shumpeter foi quem definitivamente inter-seccionou a política e a economia, conferindo à primeira o método da segunda. Leitor de Weber, precisou na racionalidade o elo comum das atividades econômica e política. Os empresários e os políticos teriam muito em comum: produziam a demanda a partir da oferta. (SOUZA, 2005, p. 35).

Conceitua-se crescimento como sendo o aumento contínuo do produto interno bruto em termos global e *per capita*, ao longo do tempo. Esse critério implica também uma melhor eficiência do sistema produtivo. E, por desenvolvimento econômico, entendem-se, além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, as modificações que alterem a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. Modelo de desenvolvimento econômico aos moldes capitalista, com base no lucro máximo e no curto prazo.

Para caracterizar o processo de desenvolvimento econômico deve-se observar a existência, ao longo do tempo, de crescimento do bem-estar econômico, medido por meio dos indicadores de natureza econômica, como, por exemplo: produto nacional total, produto nacional *per capita*; diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade; e de melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. Existem evidências de que é possível um país crescer sem desenvolver-se.

Com isso, o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, pois os resultados dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo. Haverá desenvolvimento econômico se houver crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças estruturais e melhorias dos indicadores socioeconômicos e ambientais (SOUZA, 2005).

Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo produtivo. Associado ao crescimento econômico, podem estar ocorrendo outros efeitos perversos, tais como:

A transferência do excedente de renda para outros países reduz a capacidade de importar e de realizar investimentos, e a apropriação desse excedente por poucas pessoas aumenta a concentração da renda e da riqueza; os baixos salários limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo popular, bloqueando a expansão do setor de mercado interno; e há dificuldades para

implementação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno. (SOUZA, 2005, p. 5-6).

Garantir desenvolvimento nacional é objetivo fundamental da nação brasileira, conforme preceito constitucional³⁸. Os governos desejam que seu país prospere economicamente, visto que uma renda mais elevada proporciona educação e mão de obra qualificada, habitação, saúde, saneamento, segurança e aumento do bem-estar.

O aspecto fundamental é que desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto *per capita*. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Desse modo, entende-se ser importante à análise sobre desenvolvimento ter um conjunto de medidas que reflitam as alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda *per capita*, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, capacidade da atividade econômica, poder político, etc.

As teorias da modernização, capitalista e comunista, e a teoria da dependência aceitam a noção de que o desenvolvimento econômico é inevitável. Segundo Little (2002):

Dentro de ambas as teorias da modernização, a capitalista e a comunista, o desenvolvimento tinha claras pretensões universalistas: era algo que todos os países deveriam querer e aceitar, já que sua superioridade em relação às formas tradicionais de produção e organização era incontestável. [...] A teoria da dependência [...] continuou aceitando a noção que o desenvolvimento econômico e tecnológico era algo necessário e inevitável, mesmo para os povos tradicionais; somente criticava o caminho pelo qual esse desenvolvimento deveria prosseguir. (LITTLE, 2002, p. 35).

O modelo de desenvolvimento aos moldes capitalista está assentado na economia de mercado, o que significa um sistema auto-regulável de mercados, uma economia dirigida pelos preços do mercado, nada além dos preços de mercado. O controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade.

As relações sociais estão embutidas no sistema econômico, e não o contrário. O sistema econômico é organizado em instituições separadas por posições especiais e a sociedade tem que estar modelada de tal jeito que permita o funcionamento do sistema baseado em suas próprias leis. Por isso que “[...] uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (POLANY, 2000, p. 77).

³⁸ “...Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: II – garantir o desenvolvimento nacional;” Constituição Federal de 1988.

Conforme Garcia (2009), o desenvolvimento de uma nação é responsabilidade de toda a sua sociedade. A questão passa por construir o futuro de acordo com as vontades expressas da maioria dos atores sociais integrantes da nacionalidade. É um processo complexo, que se manifesta em múltiplas dimensões, demanda diversos e variados recursos, sendo muito exigente em coesão social e liderança política.

O desenvolvimento se manifesta em todas as dimensões da vida (social, cultural, política, institucional, econômica, financeira, científico-tecnológica), se espalha por todo o território (rural e urbano), se articula com todos os poderes da democracia (Executivo, Legislativo e Judiciário) e envolve todas as instâncias federativas (união, estados, o Distrito Federal e os municípios). Segundo Garcia (2009), isso é o que revela os países considerados desenvolvidos.

O desenvolvimento aos moldes capitalista tem como fundamento o curto prazo, a busca pelo lucro máximo e uma mercantilização completa. Ou seja, a força de trabalho e demais recursos se inserem no processo como simples mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como produtos. Dessa forma, considerando a reduzida representatividade política feminina, o significado do desenvolvimento local e a escolha dos conceitos teóricos, a problemática que se apresenta é a identificação e compreensão da efetiva representatividade das mulheres por meio do empoderamento político, das chances de vida e das capacitações adquiridas no processo de desenvolvimento local.

O desenvolvimento de um lugar está atrelado às expectativas presentes e futuras de seus cidadãos e a cidadania democrática completa está atrelada a uma participação igualitária de mulheres e homens em espaços de poder de decisão. O sujeito principal de apreciação neste estudo são as mulheres que exercem função de representatividade política, e é sobre seus olhares sobre o desenvolvimento local que este estudo se debruça.

3 TRAJETÓRIAS E ESPECIFICIDADES DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas mulheres entram na política, muda a política. Michelle Bachelet - Presidente do Chile (PORTAL BRASIL, 2014).

3.1 TRAJETÓRIA NA POLÍTICA REPRESENTATIVA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

O cargo político do mais elevado nível do país sendo disputado por mulheres nas eleições presidenciais em 2014, onde Dilma Rousseff, Marina Silva e Luciana Genro defenderam ideias e práticas, não é utopia, é uma realidade. No entanto, essa realidade não é algo posto, também não é pronto, faz parte de um longo processo que caminha a passos lentos.

3.1.1 Mulheres no ambiente político brasileiro

Participar do ambiente político é um processo de conquista que vem de longa data, com muitos obstáculos enfrentados com sacrifícios. As mulheres que hoje estão desempenhando suas funções na política brasileira são fruto de um movimento de outrora, um tanto individual e um tanto coletivo, que não aceitou as regras impostas pela sociedade em que viveram; foram mulheres que, de alguma forma ou de outra, tiveram coragem para expor a situação de sujeição em que viviam e então lutar com as armas em que dispunham pelo reconhecimento de seus direitos.

Esse movimento também pode ser chamado de feminista; dinâmico e em constante processo de adaptação às necessidades mais urgentes das mulheres, o movimento tem vida, afinal, “[...] no movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz”, na defesa de Ana Alice Alcântara Costa (2005, p. 1). Diz a autora que a política é apenas um viés desse processo de conquista e tem se mostrado a parte mais sensível da trajetória de luta por direitos de cidadania, sejam eles civis, políticos e sociais.

Na Nova Zelândia, no final do século dezenove, em 1893 precisamente, as mulheres conquistaram o direito de votar, no entanto, as brasileiras somente conseguiram votar em 1928, quando o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, alterou a legislação

eleitoral estendendo o direito do voto também às mulheres³⁹. Elas comparecem e votaram, a primeira foi a professora Celina Guimarães Vianna, porém, seus votos se tornaram nulos. O direito de votar somente foi conquistado efetivamente, em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral do governo de Getúlio Vargas⁴⁰, e efetivado com a Constituição de 1934⁴¹, a terceira do país até então.

A organização do sistema político brasileiro pós-situação colonial, as definições sobre quem poderá fazer parte e de que forma será essa participação, assentou-se sob três pilares: quem vota e quem poderá ser votado; garantia de que as minorias seriam representadas; e a eliminação das influências espúrias, seja do governo ou da sociedade. A fase de inovações da República (1889) não incluía as mulheres, que continuavam sem direito ao voto e muito menos poderiam ser votadas. Até então o que vigorava no Brasil era o mesmo entendimento do restante do mundo, “adotava-se praticamente o voto universal masculino” (CARVALHO, 2003, p. 394).

Com a ampliação da participação cidadã, incluindo as mulheres e sem a vinculação com a renda como condição para o voto, o número de votantes elevou-se em torno de 30% entre 1930 e 1945, conforme é possível verificar na tabela abaixo.

Tabela 3 - Participação Eleitoral no Brasil (1894 – 1945)

Ano	Votantes	% de votantes da população total
1894	290.883	2,2
1906	294.401	1,4
1922	833.270	2,9
1930	1.890.524	5,6
1945	6.200.805	13,4

Fonte: Carvalho (2003, p. 395). Obs. Os anos 1872 e 1886 foram excluídos.

As primeiras mulheres que entraram para a política brasileira fazem parte de um processo lento, gradual e constante de lutas, pois, na prática, os direitos de cidadania são uma instituição em desenvolvimento (AVELAR, 2001).

A seguir algumas referências sobre as primeiras mulheres que assumiram cargos de

³⁹ “Foi Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, quem conseguiu que um senador apresentasse o primeiro projeto de lei, em 1919, em favor do sufrágio feminino. O senador Justo Chermont, autor da proposição, sofreu pressões que levaram ao adiamento da discussão do projeto, o que somente ocorreria em 1921, sem, no entanto, jamais ser realizada a segunda e necessária rodada de votação para converter o projeto em lei” (MAIS MULHERES..., [201?], p. 17).

⁴⁰ “Defensor da emancipação feminina”, foi assim que se referiu Alzira Vargas sobre as atitudes de seu pai, Getúlio Vargas, alegando ainda que ele havia se tornado um advogado da emancipação das mulheres (SIMILI, 2008, p. 53).

⁴¹ Constituição que fez parte da fase de intervencionismo estatal do governo Vargas, “Período da Regulação Concentrada: década de 30 até o final de 80 do século XX”, no entendimento de Aguillar (2009).

representatividade política.

Luíza Alzira Soriano Teixeira, Maria do Céu de Araújo e Carlota Pereira de Queiroz, entre outras, foram as primeiras mulheres que assumiram cargos de representação política no Brasil e entraram para o mundo, até então, cem por cento exclusivo dos homens, o que a literatura define como parte do espaço público (TILLY, 1994; AVELAR, 2001). A precursora de manifestações contra a sujeição das mulheres no Brasil, parafraseando o livro de Stuart Mill (publicado em 1869), foi a abolicionista e feminista Nísia Floresta, final do século XIX, com sua preocupação com a educação das meninas (AVELAR, 2001).

Luíza Alzira Soriano Teixeira foi a primeira prefeita do Brasil, na cidade de Lajes/RN. Filha de fazendeiro, pele branca e instruída. A eleição de Alzira Soriano teria sido influenciada pela pioneira feminista Bertha Lutz. Outra conterrânea a se destacar da região norte foi Maria do Céu Fernandes de Araújo, primeira deputada estadual brasileira. Filha de Vivaldo Pereira, coronel e tradicional político da região e irmã do ex-governador José Cortez Pereira de Araújo. Esses fatos colocam o Rio Grande do Norte como pioneiro da ampliação da cidadania no Brasil⁴².

Maria Felizarda de Paiva Monteiro da Silva, professora de piano⁴³, foi a primeira vereadora do Brasil, na cidade de Muqui, no Espírito Santo. Em São Paulo, Carlota Pereira de Queiroz, em 1934, a reconhecida médica se tornava a primeira deputada federal. Sua origem social e seu nome de família rica paulista são elementos que explicam a posição que ocupou, segundo Schpun (1999)⁴⁴. Rita Lobato Velho Lopes foi a primeira vereadora do Rio Grande do Sul, pela cidade de Rio Pardo, em 1934; também foi a primeira médica brasileira, diplomada em 1887. Considerando a cor de pele das mulheres pioneiras na política, Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra eleita deputada estadual em Santa Catarina, em 1935. Após o período do Estado Novo, foi reeleita em 1947.

A diferença de tempo da eleição para prefeitas entre os estados ‘Rio Grande’ foi mais de meio século. Enquanto o RN teve sua primeira prefeita no final da década de 20, o RS

⁴² “Não deve-se, porém, confundir direito de voto e elegibilidade com igualdade de direitos e cidadania plena para todas as mulheres brasileiras. Essas reivindicações ecoavam de uma parcela da população feminina esclarecida, alfabetizada, da classe média. A maioria das mulheres do país, pobres e analfabetas, continuavam sem acesso a direitos mínimos e sem cidadania plena. Para elas, o voto não representava muito. Desde que soubessem assinar o nome, mais importante seria justificar o poder político dos coronéis em troca de trabalho nas plantações de *café* ou de um litro de *leite* para minimizar a fome”. Texto: Os 80 anos do voto de saias no Brasil, disponível no site <http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>.

⁴³ “Conhecida como Nenê Paiva, era filha de Matheus Paiva, um importante fazendeiro da região, dono da Fazenda Primavera”. Dados disponíveis na Câmara Municipal de Muqui, disponível no site http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp?id=139.

⁴⁴ “Ela já pode ser conhecida e identificada antes mesmo de se construir publicamente, antes mesmo de se fazer conhecer. E Carlota não trai tal patrimônio, elemento determinante de sua identidade”. (SCHPUN, 1999, p. 6).

elegeu sua primeira prefeita somente em 1983, mais de cinquenta anos após, na cidade de Cruzeiro do Sul. A professora Iris Altmayer Ranck exerceu o cargo de prefeita entre 1983 a 1988, e como vereadora do mesmo município de 1997 a 2000.

Passado esse primeiro período de conquistas políticas pelas mulheres, em termos de Brasil e RS, o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, não implicou conquista de cidadania nem para os homens, nem para as mulheres. Mulheres que estavam exercendo representação política tiveram seus cargos cassados nesse período, a exemplo da vereadora Rita Lobato Velho Lopes, do RS. Somente em 1945 as mulheres voltariam a exercer o direito do voto, mas não participaram da elaboração da Constituição de 1946 (QUINTEIRO, 2002).

Foi exatamente nesse período sem democracia, que a professora Suely Gomes de Oliveira começou a fazer parte do “Movimento Queremista”⁴⁵. Sua participação no movimento permitiu um breve conhecimento do ambiente político o qual iria fazer parte por vinte quatro anos, a partir de 1951, como primeira deputada estadual do RS (OLIVEIRA, 2007).

A partir de 1946 até 1964, data de início do período militar, as mulheres participaram de diversos movimentos políticos e sociais, atuando em várias frentes. Foi um período de crescimento da participação das mulheres em movimentos reivindicatórios. Participaram de movimentos pela anistia, pela alta da inflação, por melhores condições de trabalho, por salários iguais para trabalho igual, pela ampliação da legislação trabalhista para trabalhadores do campo. Lutaram contra o analfabetismo e fizeram parte das Ligas Camponesas (QUINTEIRO, 2002).

O Senado Federal recebeu a primeira senadora somente 1979, a professora Eunice Mafalda Berger Michellis, pelo estado do Amazonas. No entanto, a primeira senadora eleita para o cargo foi a jornalista e advogada Júnia Marise Azeredo Coutinho, em 1990, por Minas Gerais. Júnia já havia desempenhado função como vereadora, deputada estadual e federal. A primeira senadora do RS foi a professora e ex-vereadora Emília Teresinha Xavier Fernandes, em 1994⁴⁶.

Em 1994 foi eleita a primeira governadora do Brasil no estado do Maranhão, Roseana Sarney, filha do ex-presidente da República José Sarney. Roseana foi governadora do

⁴⁵ Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome “queremismo” se originou do slogan utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”. (OLIVEIRA, 2007 – Perfis Parlamentares 11).

⁴⁶ A senadora Emília foi relatora do Protocolo Facultativo CEDAW/ONU (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher).

Maranhão por quatro vezes⁴⁷. A economista professora Yeda Rorato Crusius foi pioneira na política gaúcha por duas vezes; primeiro, em 1995, como deputada federal pelo RS, e em 2006 foi a primeira governadora do estado. Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher a alcançar o posto máximo de poder político no Brasil. Dilma é a primeira presidenta do Brasil. Eleita para governar pelo período de 2011 e 2014, e reeleita para mais quatro anos, 2015 a 2018. Economista de formação, desempenhou vários cargos políticos no governo de seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva.

O quadro abaixo sintetiza a apresentação das políticas pioneiras do Brasil e RS.

Quadro 2 - As mulheres pioneiras na política eletiva do BR e no RS (1928 – 2011)

Cargo	Brasil				Rio Grande do Sul			
	Nome	Ano	Localidade	Partido / Coligação	Nome	Ano	Localidade	Partido / Coligação
Prefeita	Luíza Alzira Soriano Teixeira	1928	Lajes / RN	Partido Social Democrático	Iris Altmayer Ranck	1983	Cruzeiro do Sul	PDS (antigo)
Vereadora	Maria Felizarda de Paiva Monteiro da Silva ⁴⁸	1935	Muqui / ES	Partido Social Democrático	Rita Lobato Velho Lopes	1934	Rio Pardo	Partido Libertador
Governadora	Roseana Sarney	1994	Maranhão	Partido da Frente Liberal (até 2006)	Yeda Rorato Crusius	2006	RS	Partido da Social Democracia Brasileira
Deputada Estadual	Maria do Céu Fernandes de Araújo	1934	RN	Partido Popular	Suely Gomes de Oliveira	1951	RS	Partido Trabalhista Brasileiro
Deputada Federal	Carlota Pereira de Queiroz	1934	SP	Partido Constitucionalista	Yeda Rorato Crusius	1995	RS	Partido da Social Democracia Brasileira
Senadora	Eunice Michellis	1979	AM	Partido Democrático Social	Emília Teresinha Xavier Fernandes	1994	RS	Partido Comunista do Brasil
Presidente	Dilma Vana Rousseff	2011	BR	Partido dos Trabalhadores				

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral ([WWW.tse.jus.br/](http://www.tse.jus.br/)); Senado Federal (www.senado.gov.br/), Câmara dos Deputados (www2.camara.leg.br/), Secretaria de Política para Mulheres (www.spm.gov.br/) e CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria - www.cfemea.org.br/). Dados coletados em 2014.

Nos municípios, a prefeitura é a instituição que representa o poder local. Como já demonstrado, entre as primeiras políticas eleitas, o cargo de prefeita foi o primeiro a ser

⁴⁷ Roseana renunciou ao cargo em 10 de dezembro de 2014, dando fim a quase 50 anos do grupo político da família Sarney no poder político do Maranhão. “Nos últimos meses, cumpri uma extensa agenda de visitas, vistorias e inauguração de obras em dezenas de cidades do Maranhão. Agora, por recomendações médicas, me recolho para um descanso necessário, pelo bem da minha saúde”. Dados da Folha Online, disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560261-roseana-sarney-renuncia-ao-governo-do-maranhao.shtml>. Acesso em 10/12/2014.

⁴⁸ Maria Felizarda de Paiva Monteiro, conhecida como Nenê Paiva, era filha de Matheus Paiva, um importante fazendeiro da região, dono da Fazenda Primavera (MUQUI, [201?], Museu- Biografia da Nenen Paiva).

ocupado pelas pioneiras. Na época em que se vivia o poder local dos ‘coronéis’, fazendeiros de posses, o cargo político fazia parte do exercício do poder, mesmo que seja uma mulher a assumi-lo. Considerando o poder local dos municípios, verificou-se que o crescimento do número de mulheres que assumem o cargo de prefeita, entre 1996 a 2012, cinco períodos de eleições, não variou mais do que 3% em cada período eleitoral entre as regiões brasileiras, como é possível verificar na tabela 4, a seguir.

Tabela 4 - Mulheres eleitas prefeitas por região e no Brasil (1996 – 2012)

UF	Quantidade de Municípios do Brasil					Mulheres eleitas prefeitas (1996 – 2012)									
						Quantidade de mulheres eleitas prefeitas					% de mulheres eleitas do total				
	1996	2000	2004	2008	2012 ⁴⁹	1996	2000	2004	2008	2012	1996	2000	2004	2008	2012
Acre	22	22	22	22	22	1	1	2	2	0	4,55	4,55	9,09	9,09	0
Amapá	16	16	16	16	16	-	1	2	3	3	0	6,25	12,50	18,75	18,75
Amazonas	62	62	62	62	62	2	2	3	7	5	3,23	3,23	4,84	11,29	8,33
Pará	143	143	143	143	144	6	11	12	14	18	4,20	7,69	8,39	9,86	13,24
Rondônia	52	52	52	52	52	4	4	5	3	4	7,70	7,69	9,62	5,77	8,00
Roraima	15	15	15	15	15	1	3	4	0	2	6,67	20,00	26,67	0,00	14,29
Tocantins	139	139	139	139	139	10	12	17	22	22	7,19	8,63	12,23	15,83	16,79
Região Norte	449	449	449	449	450	24	34	45	51	54	5,34	7,57	10,02	11,38	12,62
Alagoas	101	101	101	101	101	17	13	18	19	15	16,83	12,75	17,65	18,81	15,15
Bahia	415	417	417	417	417	17	25	34	47	53	4,10	6,00	8,15	11,27	13,15
Ceará	184	184	184	184	184	15	22	23	21	29	8,15	11,96	12,50	11,41	16,57
Maranhão	217	217	217	217	216	9	19	24	31	37	4,15	8,76	11,06	14,35	17,45
Paraíba	223	223	223	223	223	12	17	27	36	45	5,38	7,62	12,11	16,29	20,93
Pernambuco	185	185	185	184	183	11	14	10	17	16	5,95	7,61	5,43	9,24	8,94
Piauí	221	222	223	224	223	27	22	26	18	21	12,22	9,91	11,66	8,04	9,77
Rio Grande do Norte	166	166	166	166	166	19	11	25	27	28	11,45	6,59	14,97	16,17	17,83
Sergipe	75	75	75	75	75	5	6	9	13	9	6,67	8,00	12,00	17,33	12,33
Região Nordeste	1.784	1.787	1.788	1.788	1.788	132	149	196	229	253	7,40	8,34	10,94	12,80	14,64
Goiás	242	246	246	246	246	10	20	23	19	23	4,13	8,13	9,35	7,76	9,75
Mato Grosso	126	139	141	141	140	3	7	5	8	15	2,38	5,04	3,55	5,71	10,87
Mato Grosso do Sul	77	77	78	78	79	5	5	9	10	9	6,49	6,49	11,54	12,82	11,69
Região Centro Oeste	445	462	465	465	465	18	32	37	37	47	4,04	6,93	7,96	7,99	10,42
Espírito Santo	77	78	78	78	78	1	1	6	8	7	1,30	1,28	7,69	10,26	9,46
Minas Gerais	853	853	853	853	853	35	41	44	51	64	4,10	4,81	5,17	5,98	7,66
Rio de Janeiro	91	92	92	92	92	4	4	6	7	11	4,40	4,35	6,52	7,61	12,22
São Paulo	645	645	645	645	639	19	24	34	53	62	2,95	3,72	5,28	8,23	9,98
Região Sudeste	1.666	1.667	1.667	1.667	1.662	59	70	90	119	144	3,54	4,20	5,41	7,14	8,89
Paraná	399	399	399	399	399	8	18	24	31	38	2,00	4,51	6,02	7,77	9,79
Rio Grande do Sul	467	497	497	497	497	12	9	17	22	35	2,57	1,81	3,43	4,44	7,04
Santa Catarina	293	293	293	293	295	5	5	9	15	22	1,71	1,71	3,07	5,12	7,53
Região Sul	1.159	1.189	1.189	1.189	1.191	25	32	50	68	95	2,16	2,69	4,21	5,72	7,95
Brasil	5.503	5.554	5.558	5.558	5.556	258	317	418	504	593	4,69	5,71	7,52	9,07	10,67
											-	1,02	1,81	1,50	1,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral– Eleições – Resultados; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contagem da população; e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) – todos os sites já referenciados. Dados coletados em 2014.

Nas eleições de 1996, na região norte, os estados que mais elegeram mulheres prefeitas foram Rondônia e Tocantins, mais de 7% dos prefeitos eleitos. Amapá, nessa

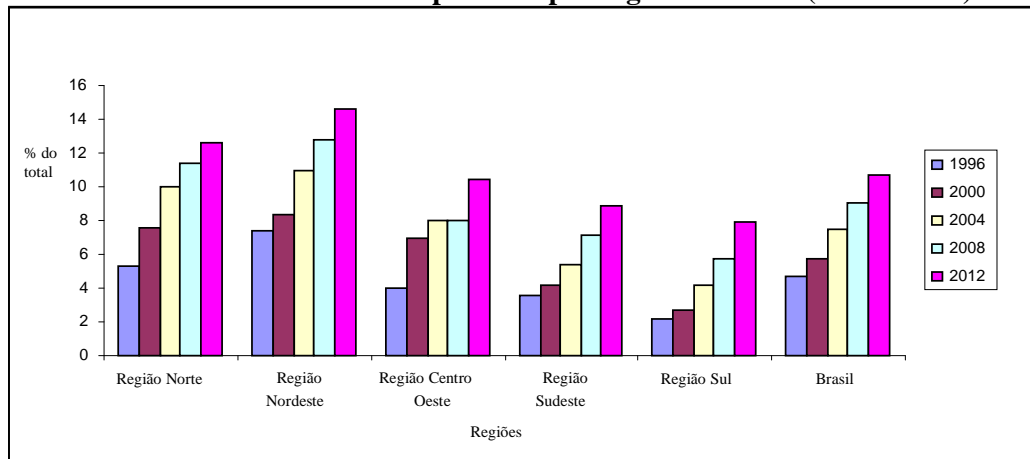
⁴⁹ Brasil ganhou 5 municípios novos no dia 1º de janeiro de 2013. São eles: Pescaria Brava e Balneário Rincão, em Santa Catarina; Mojuí dos Campos, no Pará; Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul e Paraíso das Águas, no Mato Grosso do Sul. Com a nova aquisição, o Brasil passou a ter 5.570 municípios. (Dados do IBGE, 2014). Consta que nenhum dos cinco novos municípios tem mulheres como prefeitas.

eleição, não elegeu nenhuma prefeita. No nordeste, 16% das prefeituras eram chefiadas por mulheres e no Piauí, mais de 12%. Entretanto, na Bahia, apenas 4%. Ou seja, entre 415 municípios, apenas 17 elegeram mulheres. No centro-oeste, Mato Grosso do Sul foi o estado que mais elegeu prefeitas, no entanto, não passou de 7% dos eleitos. Situação pior ficou o Rio de Janeiro, no qual nem 5% dos municípios elegeram mulheres para prefeitura. Mas, o pior resultado nessa eleição pontuou o Rio Grande do Sul, menos de 3% dos municípios tiveram mulheres eleitas, ou seja, dos 467 municípios, apenas 12 elegeram prefeitas (TSE; CEFEMEA).

A primeira eleição do novo século não alterou o quadro degradante em termos de números absolutos a quantidade de mulheres eleitas para prefeitas. Entre as regiões, nenhuma elevou mais do que 3% o número de mulheres nas prefeituras, com destaque as regiões nordeste e sudeste, onde a elevação em números absolutos não pontuou 1%. O estado que apresentou o maior número de eleitas foi Roraima, com 20% dos municípios; os estados que apresentaram os piores resultados no quesito eleição de mulheres para prefeituras elegeram em torno de 1,5% dos eleitos, quais sejam: Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (TSE; CFEMEA).

As mulheres não foram surpreendidas positivamente nas eleições de 2004, os resultados gerais se mantiveram quase os mesmos da eleição de 1996, ou seja, a região nordeste continuou elegendo mais mulheres, quase 11% das prefeituras, e a região sul, os piores resultados, nem 5%. Em 2008, os resultados mudaram em parte, a região nordeste elegeu mais mulheres para prefeituras e a região sul elevou em menos de 2%, exceto o fato de que nas eleições de 2004, o estado de Roraima havia eleito 4 prefeitas num total de 15 municípios, quase 27% do total, e nas eleições de 2008, nenhuma mulher foi eleita. Nas últimas eleições, 2012, foco central neste estudo, o quadro geral não se alterou; nordeste em primeiro lugar, seguido dos estados da região norte, centro-oeste, sudeste e sul (TSE; CFEMEA).

Nas cinco eleições, entre 1996 e 2012, em todas as regiões do país registra-se aumento do número de mulheres eleitas para governar os municípios brasileiros. Porém, tal aumento na quantidade não ultrapassou 3%. No entanto a elevação tem sido constante, conforme ilustração abaixo.

Gráfico 1 - Mulheres eleitas prefeitas por região no Brasil (1996 – 2012)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral– Eleições – Resultados; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Contagem da população; e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) – todos os sites já referenciados. Dados coletados em 2014.

As eleições para vereadoras, a partir de 1996, foram influenciadas pela política de cotas eleitorais. Política de ação afirmativa com objetivo de reduzir a discriminação da mulher no campo político. Essas ações foram concretizadas no Brasil a partir da alteração na legislação eleitoral de 1995, lei nº 9.096, conhecida como Lei dos Partidos Políticos, na qual 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres; em 1997, a lei nº 9.504 altera esse percentual para 30%, mas permanece a condição de somente reservar tal percentual de vagas para mulheres.

A alteração mais significativa nessa área veio com a lei nº 12.034, em 2009, 14 anos depois, na qual permanecem os mesmos 30% de vagas, mas que serão preenchidas com candidatas ou candidatos para os cargos legislativos federais e estaduais. Ou seja, a lei não especifica se é homem ou mulher, mas que o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas será preenchido com candidatos de cada sexo. A lei, além de assegurar outros dispositivos como 5% dos recursos para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, com punição ao não cumprimento, estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (art. 10, lei nº 12.034, 2009)⁵⁰.

A adoção dessas medidas legais positivas no Brasil tem antecedentes no âmbito internacional com as várias e importantes conferências realizadas a fim de assegurar que os

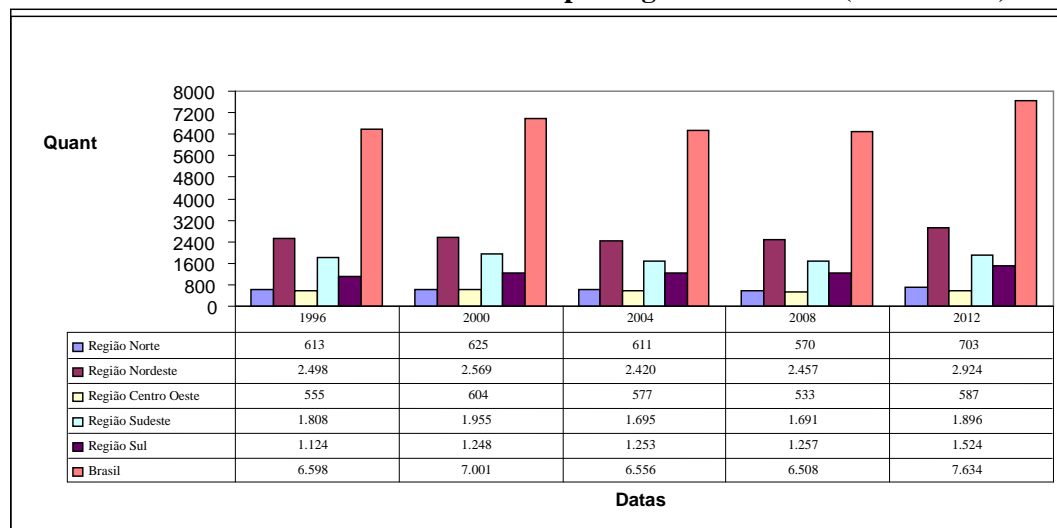
⁵⁰ A descrição dos artigos das respectivas leis que interessam a esse estudo está em anexo. No texto *Livreto Mais Mulheres na Política*, [201?], elaboração conjunta da Procuradoria Especial da Mulher, Senado Federal, Bancada Feminina da Câmara dos Deputados e Câmara dos Deputados, é possível verificar a destinação do Fundo Partidário para promoção da participação feminina por partido político nos anos 2010, 2011 e 2012 (p. 30).

direitos das mulheres fazem parte do que se delimitaram como direitos humanos, desde 1948, com a Carta das Nações Unidas e demais compromissos com a promoção da igualdade entre homens e mulheres.⁵¹ Afinal, “[...] as cotas na política surgem como um mecanismo que objetiva reparar a defasagem da presença feminina no mundo político” (PRÁ, 2005, p. 111).

A partir da adoção das cotas, houve um aumento de mais de 66% entre 1992 e 1996, conforme estudos de Prá (2005, p.111), “[...] a primeira experiência dessa natureza em eleições brasileiras resultou num acréscimo de 2.646 vereadoras em relação ao pleito anterior: 3.952 eleitas para cargos de vereadoras em 1992 e 6.598 em 1996”.

O número de vereadoras eleitas no período de cinco eleições, entre 1996 e 2012, apresentou uma variação positiva de mais ou menos 15%, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Mulheres eleitas vereadoras por região e no Brasil (1996 – 2012)



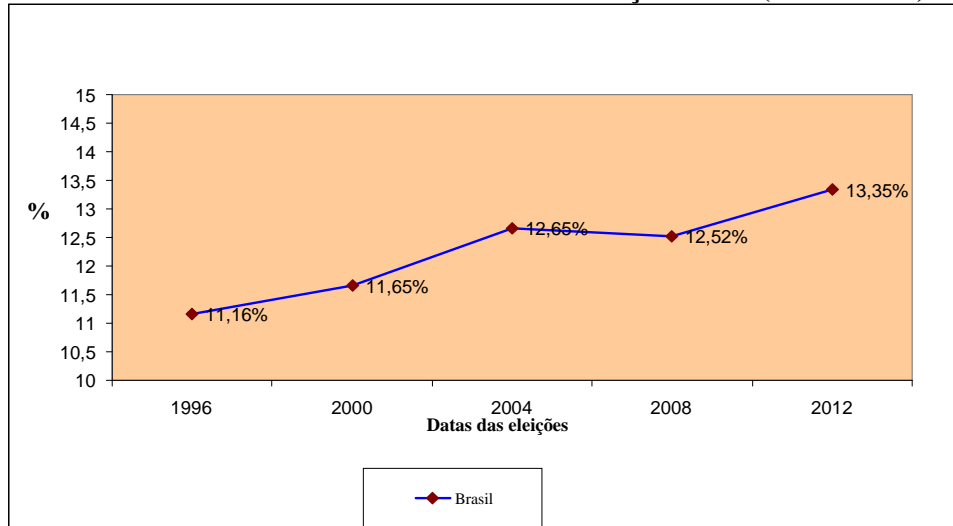
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral– Eleições – Resultados; Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, BR, 2014) – sites já referenciados. Dados coletados em 2014.

Entre o pleito eleitoral de 1996 e 2000, houve um aumento menor de 7%; no entanto, esse pequeno aumento desapareceu nas eleições de 2004 e 2008. Nessas últimas eleições, a representação de vereadoras no legislativo dos municípios brasileiros foi a que apresentou o pior resultado desde a implementação de cotas na política. A decepção nas urnas teve um

⁵¹ “18. Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional. 37. A igualdade de condição das mulheres e seus direitos humanos devem ser integrados nas principais atividades do sistema das Nações Unidas como um todo”. (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993).

fôlego nas eleições de 2012, quando ocorreu um aumento de 17% no número de vereadoras eleitas no Brasil, apresentado nos gráficos 3 e 4. A tabela completa com as informações sobre a eleição de vereadoras entre 1996 e 2012, consta em anexo.

Gráfico 3 - Mulheres eleitas vereadoras – evolução Brasil (1996 – 2012)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral – Eleições – Resultados de vários anos eleitorais. Dados coletados em 2014.

Nesse estudo, analisam-se as mulheres empoderadas politicamente que estão exercendo o cargo de prefeitas, vice-prefeitas e vereadoras eleitas no pleito de 2012 no RS. No entanto, uma visão geral dos resultados para outros cargos políticos permite uma contextualização melhor do assunto analisado. Andréia Orsato defendeu a tese de doutorado em Ciência Política/UFRGS, sobre a presença feminina na Assembleia Legislativa do RS, entre 1951 e 2011, na qual apresenta diversos dados sobre as mulheres políticas no Brasil e em especial no legislativo do RS. Orsato (2013) analisou o perfil das parlamentares, a participação delas em comissões e composição de mesa, como também a possibilidade de vinculação dos projetos e discursos com a relação de gênero. Com isso, concluiu-se que a perspectiva feminista na esfera da política está aquém do esperado no contexto brasileiro, ou seja, que a política eleitoral brasileira ainda continua um espaço de maior presença de homens.

Pelas regras eleitorais, após a lei de cotas, os homens não podem dispor de mais de 70% das candidaturas partidárias. Isso significa que 30% das vagas devem ser compostas por mulheres, no mínimo. No entanto, não é isso que se verifica ao longo das cinco eleições de 1996 a 2012. Na Câmara dos Deputados do Brasil e RS, conforme estudo de Orsato (2013), o

percentual feminino tem-se mantido em torno dos 9% do total de cadeiras ocupadas. Na figura abaixo mostra-se a participação das mulheres nas eleições de 2010 e 2012.

Figura 1 - Participação feminina nas eleições brasileiras de 2010 e 2012

Prefeitas (2012)	591 (11%)
Vereadoras (2012)	7.648 (13%)
Governadoras (2010)	3 (11%)
Deputadas estaduais (2010)	144 (14%)
Deputadas distritais (2010)	5 (21%)
Deputadas federais (2010)	45 (9%)
Senadoras (2010)	7 (13%)

Fonte: Livreto Mais Mulheres na Política - publicação da Procuradoria Especial da Mulher, Senado Federal e Câmara de Deputados, Brasília (sd, p. 30).

Em 2010, a Câmara de Deputados Federais contava com quarenta e cinco mulheres. Em 2014, esse número aumentou para cinquenta, ou seja, ainda nem 10% das cadeiras do legislativo federal são ocupadas por mulheres. No Senado Federal, entre as oitenta e uma vagas, doze são ocupadas por mulheres. Roraima elegeu, pela primeira vez, uma mulher para governar o estado. Suely Campos, além de ser a primeira mulher a comandar o executivo do estado de Roraima, é a única mulher eleita na disputa para governo nos estados brasileiros nas eleições de 2014. Suely é esposa do ex-governador Neudo Campos (1995-2002)⁵².

As eleições de 2014 asseguraram para o Brasil a posição 124^a na classificação mundial de mulheres nos parlamentos nacionais, segundo dados da União Interparlamentar, IPU (*Inter-Parliamentary Union*). Depois de permanecer por muito tempo em primeiro lugar entre os países da América Latina, Cuba perde posição à Bolívia, que na última eleição (2014), dos 130 assentos na Assembleia legislativa, 69 estão sendo ocupados por mulheres, ou seja, 53% do parlamento é feminino. Cuba, país onde também foi realizada pesquisa sobre o empoderamento político das mulheres, a fim de acrescentar informações sobre o cenário feminino da política, tem em seu parlamento mais de 48% das cadeiras ocupadas por mulheres. Na Nicarágua, no Equador e na Argentina, os parlamentos legislativos são compostos por mais de 35% de mulheres. Peru, Venezuela, Uruguai, Chile e Paraguai, todos com mais de 15% de participação feminina na política legislativa. Na tabela abaixo apresenta-se os dados.

⁵² “Na campanha, Suely tentou desconstruir a ideia de que era apenas uma ‘mulher de político’. [...] A única mulher eleita no país foi Suely Campos (PP), que se tornou candidata após o marido ser impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa”. Informações disponíveis no site: <http://www1.folha.uol.com.br>, nos links <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538727-suely-campos-pp-e-a-primeira-governadora-de-roraima.shtml> e <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1572037-governadora-de-roraima-suely-campos-nomeia-12-parentes.shtml>

Tabela 5 - Percentual de Mulheres nos parlamentos dos países latino-americanos e os índices de desenvolvimento

País	Mulheres políticas – classificação mundial (situação em 01 de dezembro de 2014)			Índices de Desenvolvimento e Desigualdade	
	Deputadas (% do total)	Senadoras (% do total)	Classificação mundial	IDG ⁵³ (2013)	IDH ⁵⁴ (2013)
Bolívia	53,1	47,2	2	0,472	0,667
Cuba	48,9	-	4	0,350	0,815
Nicarágua	42,4	-	9	0,458	0,614
Equador	41,6	-	10	0,429	0,711
México	37,4	34,4	18	0,376	0,756
Argentina	36,6	38,9	20	0,381	0,808
Costa Rica	33,3	-	26	0,344	0,763
Guiana	31,3	-	31	0,524	0,638
El Salvador	27,4	-	41	0,441	0,662
Honduras	25,8	-	49	0,482	0,617
Peru	22,3	-	62	0,387	0,737
Colômbia	19,9	22,5	72	0,460	0,711
Panamá	19,3	-	75	0,506	0,765
Venezuela	17,0	-	87	0,464	0,764
Uruguai	16,2	29,0	91	0,364	0,790
Chile	15,8	18,4	93	0,355	0,822
Paraguai	15,0	20,0	96	0,457	0,676
Guatemala	13,3	-	105	0,523	0,628
República Dominicana	12,9	-	108	0,505	0,700
Suriname	11,8	-	113	0,463	0,705
Brasil	9,9	13,6	124	0,441	0,744
Haiti	4,2	0,0	140	0,599	0,471

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site da União Interparlamentar: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif011214.htm> (acesso em 02/01/2015) e do Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014).

A Bolívia, até as eleições de outubro de 2014, estava classificada na 52ª posição. Dos 130 assentos no parlamento, 33 estavam ocupados por mulheres, 25,4%. Esse percentual se elevou para 53,1%, um acréscimo de 36 mulheres. Com isso, sua classificação subiu para o segundo colocado no ranking da classificação mundial. Considerando o desenvolvimento humano do país, a Bolívia está classificada na categoria Desenvolvimento Humano Médio, posição 113º no ranking dos 187 países que participam dessa amostra. Quanto ao nível de desigualdade de gênero, a Bolívia ocupa a 97ª posição, da mesma quantidade de países. Mesmo com essa conquista no campo político, a Bolívia é o país latino-americano que

⁵³ O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) mede a desigualdade de gênero através de três dimensões: saúde reprodutiva (taxa de mortalidade da mãe e a taxa de fertilidade da adolescente), capacitação de representação política e educação em nível médio e superior, e a participação das mulheres no mercado de trabalho. Quanto mais baixo for o índice, menor desigualdade entre mulheres e homens, e vice-versa. (RDH / PNUD, 2014).

⁵⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto pelas seguintes variáveis: longevidade (vida longa e saudável), educação (média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados) e rendimento (Renda Nacional Bruta per capita). (RDH / PNUD, 2014).

apresenta os maiores índices de violência física e sexual contra as mulheres (INTER-PARLIAMENTARY UNION – IPU, 2014).

Cuba perdeu uma posição com a entrada da Bolívia para o time do primeiro escalão da classificação mundial na representação feminina nos parlamentos, mas está entre as melhores posições no IDG e IDH, 44ª nos dois indicadores. A Argentina pontua a 20ª posição, com mais de 36% de participação feminina no Legislativo e 38% no Senado. Na classificação do RDH/PNUD (2014), a Argentina está classificada na seleção dos países que apresentam índices de desenvolvimento humano muito elevados, na 49ª posição, e o IDG com 0,381, ocupando o 74º lugar entre 187 países.

Entre os países latino-americanos que tem mais de 30% dos assentos no parlamento legislativo composto por mulheres, a desigualdade, medida pelo IDG, entre homens e mulheres ainda está elevada na Guiana e na Bolívia. Também, nesse recorte de países, a Guiana e a Nicarágua apresentam os menores índices de desenvolvimento humano. O Chile apresenta um dos menores resultados do IDG, o que significa que a desigualdade entre homens e mulheres chilenas não é elevada (IPU, 2014).

A posição 124ª da classificação mundial, elaborada pela Inter-Parliamentary Union (IPU), que o Brasil ocupa é reflexo da sub-representação feminina nos parlamentos. Em posição pior que a do Brasil ficou o Haiti, com menos de 5% do seu parlamento composto por mulheres. Os resultados da participação feminina na esfera política também se refletem no IDG, o pior resultado de todos os países latino-americanos, demonstrando a elevada desigualdade entre homens e mulheres que existe no Haiti, como também um IDH baixo.

Assim, apresentou-se os dados referentes a presença das mulheres na esfera política do Brasil. Verificando-se que a participação das mulheres na política é reduzida, mesmo com a lei de cotas ao legislativo. Apesar da participação crescente das mulheres na política, os dados demonstram que o caminho para a igualdade nessa área é longo e com muitas curvas.

Na próxima seção apresenta-se a composição da política representativa das mulheres no RS.

3.1.2 Estruturação da política representativa das mulheres no Rio Grande do Sul

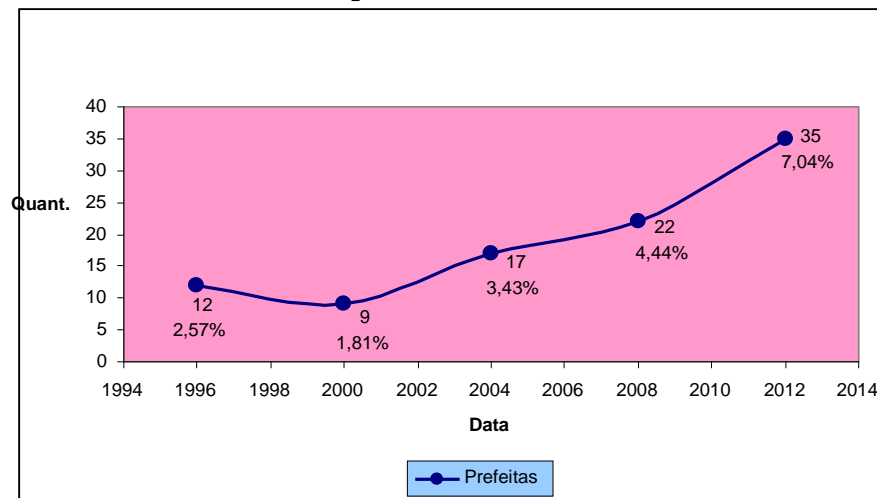
Nesta seção, apresenta-se os dados referentes a política representativa das mulheres no RS. O foco, neste estudo, são algumas das prefeitas, vices e vereadoras eleitas no RS nas eleições de 2012. Considerando que a lei de cotas para o legislativo contribuiu para

empoderar politicamente as mulheres, os dados aqui apresentados são referentes às eleições entre 1996 a 2012, com o roteiro de questões aplicado ao público-alvo.

A primeira política eleita no RS foi em 1934, quando a médica feminista Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) resolve se candidatar a câmara de vereadores de Rio Pardo, tornando-se a primeira política do Estado. Seu mandato, no entanto, durou apenas dois anos, pois em 1937 o governo fechou as casas legislativas. Filha de estancieiro elegeu-se vereadora aos 70 anos (DICIONÁRIO MULHERES DO BRASIL, 2000). Quase cinquenta anos depois, é eleita a primeira prefeita do Estado, a professora Iris Altmayer Ranch, que se tornou prefeita na cidade de Cruzeiro do Sul, em 1983.

A primeira prefeita e vereadora, professora e médica respectivamente, foram pessoas esclarecidas intelectualmente e atuantes na sociedade do seu tempo. Ascenderam profissionalmente em um tempo onde as mulheres estavam gatinhando na conquista de direitos de diversas ordens. Tornaram-se políticas após terem se empoderado profissionalmente. O contato que tinham com a população lhes permitiu acesso aos problemas mais corriqueiros das pessoas, como também a criação de um vínculo de confiança entre ambas as partes do processo político.

No recorte temporal entre 1996-2012, verifica-se que desde 1996 a quantidade de prefeitas eleitas em RS não ultrapassou 7,5% do total dos 497 municípios; de fato, em 2012, o melhor resultado até então, trinta e cinco municípios elegeram uma mulher para ocupar o mais elevado cargo do executivo municipal. Entre 1996-2012, aumentou mais que o dobro o número de mulheres eleitas prefeitas no RS, no entanto, esse aumento não garantiu uma presença efetiva das mulheres no executivo em igualdade com os homens, visto que não representa nem 8% dos municípios gaúchos. No gráfico abaixo se demonstra essa evolução.

Gráfico 4 - Mulheres eleitas prefeitas no Rio Grande do Sul (1996 – 2012)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral – Eleições – Resultados de vários anos eleitorais. (TSE, BR, 2014).

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (2014), entre os vinte municípios que elegeram uma mulher para prefeitura em 2008, duas apenas foram reeleitas em 2012, são eles, São João do Polêsine e Vera Cruz. Em 2004 foram eleitas dezessete prefeitas, dessas, quatro foram reeleitas em 2008. Em alguns municípios, as mulheres parecem ter mais reconhecimento político, considerando as eleições para prefeitas; exemplo é o município de São João do Polêsine que, desde 2000, elege uma mulher para o mais elevado cargo de poder local. Outro exemplo é Ivoti, conhecida como a cidade das flores, que em 1996 elegeu uma vice-prefeita, reeleita em 2000. Em 2004 a vice-prefeita foi eleita prefeita, reeleita em 2008 e, em 2012, outra mulher assume como vice-prefeita.

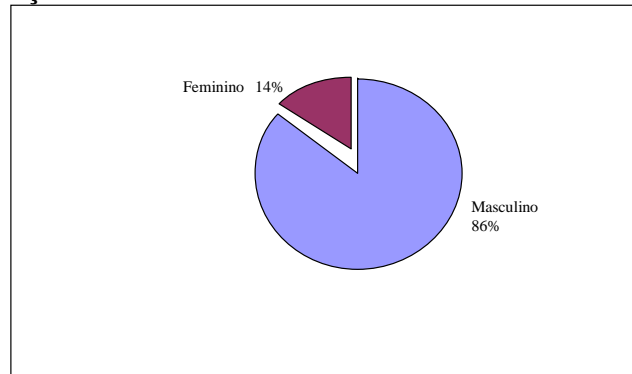
No Brasil, nas eleições de 2012, treze mil e sessenta e três candidatos(as) disputavam cargos de prefeitos nos municípios brasileiros, enquanto duas mil e vinte e uma candidatas participavam do pleito municipal. No RS, quase 50% das mulheres prefeitas eleitas governam em município de até 5.000 habitantes. Em torno de 30% das prefeitas governam em municípios entre 5.000 a 10.000 habitantes; sete municípios, entre 20.000 a 35.000 habitantes, elegeram uma mulher para prefeitura. Apenas o município de Portão, com mais de 75.000 habitantes, elegeu uma mulher. Em Presidente Lucena, município situado a leste do RS, próximo ao município de Novo Hamburgo, foram eleitas prefeita e vice-prefeita.

O partido político que mais elegeu prefeita foi o PMDB, seguido pelo PP, onze e sete prefeitas, respectivamente. Em 2012, quarenta e seis mulheres foram eleitas vice-prefeitas; novamente, os partidos que mais elegeram mulheres foram PMDB e PP, doze cada. Quanto ao tamanho populacional das cidades que elegeram mulheres para vice-prefeita, apesar do

predomínio dos municípios menores, também grandes centros urbanos elegeram mulheres para vice, como Canoas, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Torres.

Em 2012, para o cargo de vereador, houve 25.659 candidatos; destes, 33% eram mulheres (8.443) e 67% homens (17.216). Esse número de candidatos por sexo, está de acordo com a legislação eleitoral, obedecendo a cota por sexo. No entanto, quando ocorre a efetivação da mulher na política, esses números mudam, pois apenas 14% do total dos vereadores eleitos são mulheres, ou seja, 695 mulheres num universo de 4.904 vereadores, o que representa menos da metade do número de candidatas, em números absolutos (TSE, 2014). No gráfico abaixo são apresentados esses dados.

Gráfico 5 - Proporção de mulheres e homens eleitos vereadores – resultado eleição 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral – Resultado eleição 2012. (TSE, 2014).

A maioria dos municípios do RS elegeu mulheres para o legislativo, independentemente de tamanho demográfico ou região do Estado. Os partidos políticos PP e PMDB elegeram quase a metade das vereadoras eleitas, 182 e 160, respectivamente. O legislativo, além de propor e votar leis, também tem a função de fiscalizar e acompanhar a execução do orçamento municipal, além de examinar e julgar as contas públicas. Todo o trabalho legislativo, assim como o executivo, tem como finalidade, o bem-estar da população da localidade.

Os doze municípios das mulheres políticas entrevistadas são apresentados no apêndice VI, juntamente das diversas variáveis econômicas e sociais. Após a delimitação do espaço territorial das mulheres políticas entrevistadas, na sequência, são apresentadas algumas identificações das cidades onde atuam politicamente.

Cachoeira do Sul é conhecida como Capital Nacional do Arroz, apesar de atualmente o principal cultivo ser a plantação de soja. Dois Irmãos é Um Doce de Cidade, sendo o setor

calçadista a base da economia local. Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá e São João do Polêsine, fazem parte da região conhecida como Quarta Colônia, que tem base econômica nos cultivos de arroz e fumo, na agropecuária e no turismo. Júlio de Castilhos conhecida como Capital Nacional do Charolês e, atualmente, a economia tem por base o cultivo de soja. Nova Santa Rita, Capital Nacional do Melão, região de assentamentos que tem sua economia fortificada na agricultura familiar e no cultivo do melão.

Santa Cruz do Sul é a Capital Nacional do Fumo, com forte presença da indústria do tabaco. Santa Maria é conhecida por ser a Cidade Universitária, em razão do número expressivo de oferta de cursos em nível superior, a prestação de serviço movimentada a economia da região. São Pedro do Sul ficou conhecida por abrigar a maior reserva de fósseis vegetais do planeta, sua economia é baseada na produção do arroz, milho e soja. Finalmente, a Capital das Gincanas é Vera Cruz, com forte tradição na produção do fumo e na indústria do tabaco.

Os indicadores socioeconômicos demonstram que a população residente feminina é maior no Estado, como nos municípios selecionados, exceto em apenas dois municípios, onde a população residente masculina é maior, com uma mínima diferença. Entre os doze municípios das entrevistadas, apenas em Ivorá a maior parte da população reside na zona rural, os demais municípios seguem o exemplo do Estado como um todo, ou seja, a maior parte da população reside na zona urbana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2014).

O indicador de mortalidade infantil reflete os cuidados dos representantes políticos com a saúde pública e representa um evento indesejável, pois são mortes precoces e, em sua maioria, evitáveis. Esse indicador utiliza informações sobre o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade, em um determinado ano civil e o conjunto de nascidos vivos, relativos ao mesmo período. É um indicador importante das condições ambientais e socioeconômicas de uma população. Está estreitamente relacionado ao rendimento familiar, ao nível de fecundidade, à escolaridade das mães, à nutrição e ao saneamento ambiental. O número de mortes de crianças no RS é menor do que a do Brasil, e entre as cidades pesquisadas, apenas Dona Francisca e São Pedro do Sul apresentam números maiores da média do Estado. Cachoeira do Sul e Ivorá apresentam os melhores resultados entre os municípios das entrevistadas.

Outra variável representativa das condições de saúde de uma cidade é o percentual de meninas, entre 10 a 17 anos, que engravidam. Os melhores resultados que refletem a prevenção da gravidez na adolescência são das cidades de São João do Polêsine e São Pedro

do Sul. E o destaque negativo dessa situação ocorre em Julio de Castilhos, percentual mais elevado que a média nacional. Quanto da disponibilidade das pessoas de terem em suas casas banheiro e água encanada, nas doze cidades da pesquisa, mais de 91% das casas já contam com esses recursos básicos.

O trabalho pode ser analisado a partir do percentual de pessoas desocupadas na faixa etária entre 25 a 29 anos. Cachoeira do Sul apresentou dados mais preocupantes em relação a essa variável, ou seja, mais de 10% das pessoas nessa idade estão desocupadas; no outro extremo, na cidade de Dois Irmãos, nem 1% das pessoas nessa idade estão desocupadas. Dois Irmãos também se destaca quando o assunto é o quanto a renda é distribuída entre as pessoas, pois apresenta o menor valor do índice de Gini (0,38). No geral, as cidades da pesquisa apresentam valores próximos da média do RS (0,54).

Todas as cidades da pesquisa apresentaram índices de IDHM acima de 0,697, sendo que Dois Irmãos se destaca pelo baixo percentual de pobres no município, que não chega a 0,35% da população. No entanto, em São Pedro do Sul e Júlio de Castilhos, 12% da população é considerada pobre.

No contexto econômico, os municípios selecionados seguem a característica do Estado quanto ao setor que mais influencia no PIB. Ou seja, assim como no RS, o setor de serviços é o mais importante para a composição do PIB dos municípios, seguido da indústria, exceto em três municípios, onde a agricultura é o setor que mais influencia positivamente para a contagem do PIB. As demais variáveis serão apresentadas no decorrer do capítulo.

Nas cidades de Dois Irmãos, São João do Polêsine e Vera Cruz, foram entrevistadas as prefeitas e uma vereadora. Em Ivorá, Júlio de Castilhos e Nova Santa Rita entrevistou-se as prefeitas dessas cidades. Em Cachoeira do Sul e em Dona Francisca foram entrevistadas as vice-prefeitas. Não foi possível entrevistar a vice-prefeita de Santa Cruz do Sul, apesar de estar agendada, em razão de outros compromissos necessitarem a presença dela. Nessa cidade, foi entrevistada uma vereadora. Também foram entrevistadas as vereadoras das cidades de Faxinal do Soturno, Santa Maria e São Pedro do Sul.

Na próxima seção, apresenta-se os resultados das entrevistas com as mulheres políticas; a trajetória percorrida, as especificidades do trabalho, o jeito de fazer política, o olhar sobre o desenvolvimento da localidade onde vivem, os desafios por uma política com mais igualdade de gênero e as expectativas. Quinze mulheres políticas fazem parte do universo da pesquisa, entre prefeitas, vices e vereadoras.

3.2 TRAJETÓRIAS, ESPECIFICIDADES E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO POR MULHERES ELEITAS EM 2012 NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta parte, que ora inicia, apresentam-se informações sobre a origem da família, os estudos que realizaram, bem como as profissões que desempenharam/desempenham as entrevistadas.

3.2.1 Trajetórias e especificidades na política

A apresentação se dará de modo descritivo-analítico e tem a pretensão de responder aos seguintes questionamentos: Como foi a trajetória familiar, educacional e profissional das mulheres políticas? Quais são as especificidades no trabalho das mulheres que exercem funções de representatividade política?

Entre as prefeitas, vices e vereadoras entrevistadas, dez são professoras, quatro tem origem na área da saúde e uma é graduada em Ciências Sociais; todas com formação superior. A maioria das políticas tem origem familiar na própria localidade onde atua politicamente, no máximo são de cidades próximas. Exceto a prefeita de Dois Irmãos, que tem origem em cidade ‘grande’ – Novo Hamburgo; a maioria das políticas nasceu e foi criada em pequenas localidades rurais, são filhas de agricultores, nasceram e foram criadas em zonas rurais.

A família é assunto imperativo e ocupa um lugar que é uma “espécie de santuário” na trajetória das mulheres políticas. Relatam sobre suas famílias de origem com muito orgulho a respeito das dificuldades vividas e do trabalho de todos em casa, independentemente de ser homem ou mulher, como se percebe nessa fala: “sempre fui acostumada a fazer de tudo, trabalho. São seis irmãos. Meus pais ensinaram a ter respeito, colaborar uns com os outros, e não interessava se era homem ou mulher, todos trabalhavam” (Entrevistada nº 2). Ainda, “eu me identifico com as pessoas porque venho de uma família muito pobre” (Entrevistada nº 15).

Quanto ao estado civil e filhos, entre as quinze entrevistadas, dez são casadas e com filhos, uma casada sem filhos, duas separadas com filhos, uma solteira sem filhos e uma casada grávida. Nove mulheres são oriundas de família de políticos; pai, irmão, tio, avô e marido, todos homens que serviram de exemplo para essas mulheres políticas. A seguinte fala transcreve a situação: “vim de família de políticos e sempre fui uma apaixonada pela política” (Entrevistada nº 04). Nessa outra fala, a entrevistada destaca que “a vivência familiar era política” (Entrevistada nº 12).

Nem todas as mulheres casadas foram incentivadas pelos maridos, no entanto, alguns relatos demonstram uma união entre o marido e a política, “meu esposo é um apaixonado pela política e ele se realizou na política por mim [...] meu marido sempre foi muito atuante na política, como presidente de partido, mas nunca concorreu” (Entrevistada nº 04). Ou então: “meu marido sempre foi muito político [...] desde que me casei sempre estive ao lado dele” (Entrevistada nº 02).

Uma vereadora relatou que seu esposo foi seu projetista, que ele trabalhava na Emater e não desejava ser político, mas sempre falava que ela tinha um viés político e que tinha condições de entrar para a política. Seu esposo gostava muito da questão política, mas não queria se eleger a algum cargo político, então se projetava nela (Entrevistada nº 10).

Algumas mulheres se assustaram com a possibilidade de se tornarem o sujeito político da relação marido e mulher, como é o caso de uma vereadora que relatou que sua trajetória política começou a 25 anos, quando conheceu o marido, o qual foi vereador por 20 anos na cidade e, em função do trabalho político dele, também se empolgou, mas somente em 2012 se candidatou pela primeira vez para vereadora. Afirmou que conversaram em casa e decidiram que ela deveria candidatar-se para vereadora e seu marido iria esperar para um cargo maior de prefeito ou vice. Achava que seria uma péssima vereadora e, segundo ela, está realizando um bom trabalho (Entrevistada nº 15).

Além do incentivo de algum familiar ou amigo, a trajetória à esfera política passou por participações em movimentos sociais, como os de emancipação de municípios, por exemplo.

Em 1988, comecei com o movimento de emancipação na cidade de Ivorá. Particpei com programas de divulgação. A gente se reunia com o pessoal. Recém estava começando a vida profissional, então fazia parte do movimento de emancipação de Ivorá da cidade de Júlio de Castilhos, e a partir daí nós nos envolvemos com isso. Até então não tinha partido algum (Entrevistada nº 02).

A participação na comissão de emancipação do município abriu portas para se filiarem em algum partido e então se candidatarem para prefeitas, como é o caso das prefeitas de Ivorá, Nova Santa Rita e São João do Polêsine. Nesses três casos, em especial, todas são professoras e sempre participaram de movimentos sociais relacionados com a educação. A participação efetiva na política aconteceu depois, ou seja, a filiação e a candidatura ao cargo de prefeita.

A filiação partidária ocorreu pouco antes da primeira candidatura, essa é a realidade de muitas mulheres políticas. Filiam-se a algum partido para se candidatarem a cargo político. A fala de uma vereadora retrata exatamente essa questão: “me filiei ao partido em 2007 e

concorri em 2008, com quatrocentos e noventa e seis votos e agora me reelegi com 1096” (Entrevistada nº 13). Outra vereadora informa que se inscreveu como candidata no último tempo, mas não se elegeu, então, a partir daí, começou a conviver com o partido.

Em algumas situações, a política não fazia parte dos planos de vida da mulher, mas aconteceu.

Eu nunca imaginei entrar na política. Há quatro anos me filiei no partido por me filiar, em 2010. [...] Nunca havia participado nem de comitês. Não era de me dedicar a política. Agora to viciada. O que me elegeu, com certeza, nunca fiz política lá dentro, mas foi o sindicato. O meu objetivo é a agricultura e com certeza o que me levou foi o sindicato. Até por que fiquei mais conhecida (Entrevistada nº 11).

O destaque profissional e a desenvoltura com a população se tornam porta de entrada à esfera política. Algumas mulheres relataram que alguém, de algum partido, as convidou para se candidatarem, acreditando ou não nelas, muitas vezes, apenas para cumprir a cota de gênero imposta pela lei eleitoral. Ou seja, independentemente da motivação, a qualidade profissional serviu de degrau para conquistar um espaço na política.

A primeira prefeita negra do RS relatou que, quando chegou a cidade de Dois Irmãos, não tinha muitas famílias negras no município, na verdade só tinha uma, e que começou a trabalhar em todo o município, em todas as escolas, ministrando palestras de prevenção a doenças. Então, segundo seu relato, “alguém do partido pensou: vou levar ela para fazer votos, pra ajudar na legenda, mas sem acreditar que podia me eleger” (Entrevistada nº 05). Filiou-se ao partido PMDB em 1995 e em 1996 foi eleita para vereadora pela primeira vez “para a surpresa de todos”. Informou ainda que sua vida mudou quando viu um anúncio de concurso público para uma vaga de enfermeira em Dois Irmãos, pois quando chegou à cidade, apaixonou-se pelo local, com jardins lindos e sem cercas. No início, ia todos os dias de ônibus, mas ficou grávida um mês após assumir o cargo de enfermeira no município e, em 1994, decidiu morar em Dois Irmãos com os dois filhos pequenos.

A entrada para a política pode acontecer depois de já ter cumprido uma jornada profissional em outra área, como foi o caso de uma vereadora que, somente se filiou em um partido político e se candidatou a vereadora, depois que se aposentou da profissão de professora. “Entre para a política oficialmente somente depois que me aposentei, porque enquanto trabalhava na escola ficava muito difícil lidar com essa questão partidária” (Entrevistada nº 10).

A lei de cotas de gênero na política passa a vigorar a partir de 1996, e esse ato é visível quando várias mulheres passam a se filiar em partidos políticos, muitas, incentivadas pelo marido, algum outro familiar, ou amigos que já são partidários. Uma exceção é uma

vereadora da região da Quarta Colônia de imigração italiana que se filiou em 1984 e somente em 1996 se candidatou ao cargo.

As mulheres têm conhecimento quando estão se candidatando apenas para cumprir a cota de gênero, as chamadas ‘laranjas’⁵⁵. O seguinte relato demonstra o conhecimento de tal condição: “sempre ouvi que mulher não é laranja, que não está só para concorrer, mas na primeira vez que concorri foi exatamente para isso, para servir de laranja. As coisas começam meio assim [...] eu não tinha a menor ideia do que era” (Entrevistada nº 07).

Outra vereadora informou que se candidatou somente para ajudar o partido, pois faltavam mulheres e seu partido precisava fechar a nominata de 33 candidatos. As mulheres ‘fortes’ não tinham condições de concorrer, pois estavam se recuperando da gravidez e estavam de bebê. Disse ainda que se candidatou para fechar um número, mas ganhou. “Entrei para fechar um número, por força da lei, por exigência do partido. Fui muito além do número, não cumpri apenas um número, sou muito ativa” (Entrevistada nº 14).

Por outro lado, tem política que já desempenhava trabalho social antes da filiação partidária, que é o caso da vereadora fundadora do Grupo das Marias, na cidade de Vera Cruz⁵⁶. Relatou que o grupo surgiu quando trabalhava como agente de saúde, e como trabalhava com grupo de saúde com mulheres, disse a elas: “mulherada, vamos fazer um sopão para esse pessoal?”; e quando aconteceu o primeiro sopão, havia vinte e três mulheres, entre as quais dezessete tinham nome de Maria, então formaram o grupo (Entrevistada nº 09).

A trajetória política das mulheres tem vários caminhos, por exemplo, pela participação em movimentos emancipatórios do município, pela filiação partidária, pela excelência e destaque profissional, como também pelo trabalho social junto à comunidade. Entre um caminho ou outro, a participação, seja no trabalho próprio ou junto ao marido ou outra pessoa, é fator decisivo para a eleição em cargo político. Uma prefeita informou que se está na política é por que seu marido lhe disse: vai, porque tens capacidade para isso (Entrevistada nº 02).

O incentivo pode vir como forma de participação indireta de pessoas distantes da política, mas que veem em uma mulher as condições de se tornar uma política que as representem. É o caso de uma vereadora que relatou “que como participava muito de grupos de mulheres, foi influenciada também por essas mulheres a entrar na política e ser a representante das mulheres” (Entrevistada nº 10).

⁵⁵ Laranja em linguagem popular significa o comportamento de alguém que está emprestando seu nome para alguma transação, não é o sujeito da ação, apenas a peça que vai fazer o jogo acontecer.

⁵⁶ A vereadora informou que sua atividade social é anterior a filiação partidária.

Muitas vezes, a mulher que acompanha o marido político está acostumada a fazer o trabalho de mediação, de conversa, de tratativas, de organização da agenda, além, claro, da organização da casa e cuidados com os filhos. No entanto, essa mulher nem se imagina como sujeito da política e quando essa condição chega, “precisa fazer terapia” para aceitar a condição de ser a detentora do poder político e não somente a que organiza a agenda. Foi o caso de uma prefeita que relatou sobre sua passagem de acompanhante do marido para o cargo mais alto do executivo municipal, “precisei fazer terapia para aceitar a concorrer como prefeita” (Entrevistada nº 03).

Neste estudo, analisa-se a trajetória ao empoderamento político das mulheres, não especificamente a trajetória familiar, mas o relato de uma vereadora demonstra a ligação entre a família e o envolvimento político, pois ela se coloca numa posição diferente das demais: “talvez eu seja uma pessoa diferente das demais porque eu me separei antes de ser política. Eu me definia sempre sozinha, criei meus filhos pensando que eu era uma mulher pública” (Entrevistada nº 12).

Verifica-se que os incentivos que as mulheres tiveram para entrar na vida política se deram a partir da atitude individual de cada uma. Ou melhor, tornaram-se políticas pelo trabalho na comunidade, em conselho ou organizações não governamental, para ajudar o partido político, pelo trabalho na comunidade e pelo incentivo da família através dos laços de parentesco, pela excelência profissional. Esse último item reflete o relato de uma política: “a condição de professora na escola proporciona, pois a política começa a ser mais visível” (Entrevistada nº 02).

Em relação à atuação política das mulheres, questiona-se: As mulheres têm características próprias de atuação na política eletiva, diferente dos homens? As mulheres políticas acreditam que atuam na política de forma diferente da atuação dos homens?

A partir desses questionamentos, foi solicitado às mulheres políticas para que relatassem como atuam como representantes políticas e se acreditam que desempenham sua função de forma diferente dos homens. Algumas expressões foram por muitas vezes destacadas, como por exemplo: estilo solidário, ser mais sensível, jeito feminino, psicologia da mulher, organizar a cidade, ouvir mais, ouvir muito, lado social, lado humano, ser mais humana, mais calma, entre outras.

Uma prefeita relatou que tem um jeito bem diferente de fazer política comparando com seu vice. Acha que é mais sensível e não tem o perfil de autoritária: “tenho um estilo solidário de fazer política. Aplico na administração a sensibilidade e o sentimento de comunidade” (Entrevistada nº 02). Outra prefeita destaca que “com o jeito feminino, muitos

problemas são solucionados através do diálogo e compreensões com a psicologia da mulher” (Entrevistada nº 01).

Priorizar o lado humano, olhar para as pessoas de acordo com suas condições de entender a realidade; assim, algumas políticas se definiram quando foram questionadas sobre sua forma de atuação. “Eu sou muito humana, gosto de me doar, às vezes demais, mas gosto” (Entrevistada nº 11). Outra vereadora destaca que procura privilegiar o lado social. Em relação às possíveis diferenças entre seu mandato e a do seu marido, ex-vereador, relata que seu marido consegue separar os assuntos da família com a política, mas acha que a mulher é mais sensível, mais conciliadora, o homem é mais independente. Em suas palavras:

Sou mais espontânea, mais aberta, sou mais de tomar atitude. Meu marido é mais reservado. Sou mais de enfrentar situações, explico mais para as pessoas, coloco para elas se posso ou não. Acho que onde tem essa verdade, tem mais confiança, pois tu colocas com clareza os fatos e o povo tem mais confiança em ti (Entrevistada nº 15).

Outra prefeita defende que “as coisas menores” são deixadas de lado para o homem, e para a mulher não, ela vai levando tudo junto. Disse que seu marido trabalhava mais no sentido de focar em alguma situação, mas que ela não consegue agir assim, que em algumas vezes até consegue, mas no geral, é mais solidária quanto a ouvir as pessoas em seus diversos relatos. Que seu marido é mais partidário, ela é mais solidária com pessoas de outros partidos, pois para poder trabalhar e para que a comunidade consiga enxergar o trabalho da administração municipal, prefere contar com a colaboração de todos os envolvidos naquela gestão (Entrevistada nº 03).

A preferência por trabalhar junto com demais colegas foi defendida por outras políticas, como é o caso de uma vereadora que, para trazer uma instituição pública⁵⁷ para o município, se orgulha em dizer que o trabalho foi em conjunto com outros vereadores, sem se importar se estavam na oposição ou situação: “Sou oposição na cidade, mas trabalho junto com o prefeito, voto em tudo que for bom para a comunidade, não interessando qual é o partido. Esse é meu discurso na Câmara” (Entrevistada nº 14).

Decidir motivada pela posição pessoal, independente de partido, é a posição defendida por uma vereadora que se diz representante do povo, que se importa somente com as pessoas, que seu modo de fazer política é o modo da comunidade, pois atua de forma que a decisão seja construída em conjunto com o povo. A vereadora relata um fato ocorrido na Câmara em

⁵⁷ A vereadora relatou que foi uma luta em conjunto com demais vereadores, sem precisar contar com ajuda de deputados (situação que parece ser uma vitória do trabalho em conjunto dos vereadores), trazer o Instituto Geral de Perícias – IGP, para a cidade.

que sua posição causou certo desconforto com os demais colegas de trabalho legislativo.

Em 2013, teve a votação do aumento do número de vereadores. Fui contra o aumento de mais duas cadeiras no legislativo, de 09 para 11. Percebi que a população não achava que mais dois vereadores fariam a diferença. Fui a única vereadora que votou contra. A minha posição causou certo transtorno na Câmara. Eu decidi que ia ficar do lado do povo e pronto. Somos dois colegas do mesmo partido e ele votou a favor, mas eu não tenho compromisso com ninguém, além do povo. Percebi que não tinha necessidade de mais dois vereadores e que o povo não queria. São oito homens e uma mulher e fui a única que votou contra. Estava sozinha, aguentei uma situação bem difícil com meus colegas, não conversavam comigo, me deixaram sozinha, mas aos poucos as coisas foram se amenizando (Entrevistada nº 09).

Quando a política trabalha em uma localidade pequena, fica difícil agir de forma diferente do que sempre foi e se comportou. É o que defende uma vereadora que se diz uma pessoa muito simples, que é professora de profissão e filha de agricultores. Então, quando se elegeu vereadora, reeleita em 2012, procurou manter a mesma vida simples da vida privada na pública. Disse que “numa cidade pequena as pessoas percebem quando a pessoa muda” (Entrevistada nº 13).

Nesse mesmo viés, uma prefeita destaca que não tem como agir diferente quando está na prefeitura e quando está em casa, no entanto, ela chama a atenção ao fato de as mulheres usarem máscaras. Em suas palavras: “eu acho que nós usamos máscaras constantemente (trabalho, casa, mercado, baile), várias personalidades em uma só” (Entrevistada nº 05).

Algumas mulheres se definiram na atuação política como calmas, de gostar de construir silenciosamente, ou então, de não suportar trabalhar isolada. Uma política relatou que trabalhou por quase 30 anos em um posto de saúde, ouvindo as pessoas e que essa característica é sua marca registrada no trabalho político, que gosta de ser assim.

Acho que sou uma pessoa muito calma, atendo todas as pessoas que chegam para falar comigo, converso muito com as pessoas. Na saúde eu aprendi a chegar e conversar com as pessoas debilitadas, não tenho pressa, se precisar sentar e conversar, faço isso tranquilamente, sempre fiz isso, não mudei quando política (Entrevistada nº 08).

Calma e paciência também aparece no discurso de outra política que defende que seu estilo é de construir silenciosamente, que não gosta de litígios e que sua maneira de fazer política é “quanto menos atrito e dificuldade de relacionamento tiver, eu opto por isso” (Entrevistada nº 12).

Uma vereadora que se filiou e se elegeu depois de se aposentar como professora, e foi também diretora de escola, relatou que se sentiu muito mal no início, pois “saí de uma

atividade que vivia intensamente a relação com a comunidade para uma atividade de quase isolamento”. A solução encontrada foi proporcionar alguns encontros na Câmara de Vereadores, principalmente de mulheres, para suprir a solidão que estava vivendo, ou seja, usou o cargo de vereadora para manter o que estava acostumada. Disse que seus colegas apoiam, mas não ajudam (Entrevistada nº 10).

Outra professora, também diretora de escola, informou que foi criada num sistema de economia que deveria ter muito cuidado com o que ganhasse, que sempre se importou muito com isso. Então, quando se elegeu prefeita⁵⁸, a primeira atitude foi cuidar das finanças. Disse que luta muito por “organizar a sociedade”, que como é de descendência alemã, gosta muito de jardins e passeios públicos. Assim como em sua casa, quer ver a cidade organizada, em suas palavras: “quero implementar a arrumação na cidade, o capricho e o cuidado. Quero dar uma arrumada nessa cidade, quero fazer um passeio público” (Entrevistada nº 06). Acha que é coisa da mulher o cuidado com a cidade como se fosse uma casa. Ainda, disse que cuida das pessoas da cidade como se fossem seus filhos.

Com esse mesmo olhar, outra prefeita, também professora e diretora, e descendente de alemães, disse ter muito orgulho quando consegue manter a cidade limpa e bem cuidada, que procura ter planejamento e organização sempre. Relata que concilia a vida familiar e profissional, ou seja, que a organização e planejamento com que procura tratar as atividades do lar, traz para o trabalho na prefeitura. Tem planejamento até para a questão da beleza, afirmando: “Faço todo meu planejamento da semana no domingo e, se não fosse assim, não conseguiria fazer. Preciso arrumar o cabelo, a unha, mas acho que sou muito prejudicada nesse ponto da minha vida”. A prefeita chama a atenção para a questão do poder político que deve servir para facilitar a vida das pessoas:

A política faz com que a gente facilite a vida das pessoas. Porque nós temos esse poder. Todo o político tem o poder de facilitar a vida das pessoas, porque tem mais acesso, o político tem mais acesso onde os outros não têm; muitas portas se abrem para os políticos, onde as outras pessoas não têm, onde uma pessoa comum não tem, mas que depende muito de nós ir buscar, porque tem o contato com os deputados, o governo estadual (Entrevistada nº 04).

Como atuou nas duas frentes na política eletiva, no legislativo e executivo, é possível ter uma visão mais completa do sistema político e então fazer as escolhas. A política nos relatou que atua da mesma forma quando está em casa e quando está na atuação política, porém, a diferença fica por conta das funções desempenhadas. O relato de uma política que

⁵⁸ Foi a primeira vereadora e também a primeira prefeita do município.

atuou no legislativo e agora atua no executivo é esclarecedora sobre as diferenças por ela verificadas. Disse que se encontrou na gestão, pois não precisa utilizar o discurso e agir como mediadora. Que se achou melhor no executivo, pois afirma não se sentir confortável como figura pública, que não gosta dessa coisa canastrona, que é uma ‘tecnocrata’ (Entrevistada nº 07).

Assim como em qualquer outra atividade profissional, a rotina de trabalho na política também enfrenta diversos obstáculos, mas são obstáculos comuns à atividade, ou é inerente a condição de mulher na política? É o que se pretende esclarecer a seguir, a partir das respostas das entrevistadas.

Algumas entrevistadas relataram que as dificuldades enfrentadas, tanto na trajetória como no desenvolvimento da atividade política, são inerentes ao próprio processo político e sua rotina de trabalho. Informaram que nunca sofrem algum preconceito por serem mulheres na política, pelo menos nunca perceberam que estavam sendo discriminadas por seu gênero. Uma vereadora relatou que sofreu preconceito somente durante a campanha. “Um senhor me contou que um colega da oposição disse que era para votar mais nos homens e menos nas mulheres por que elas não seriam tão capazes como os homens” (Entrevistada nº 11).

“A política não é fácil, é uma carga, é muita pressão e a gente é muito família” (Entrevistada nº 03). Assim, uma prefeita definiu o principal obstáculo no trabalho político relatando que quando seu marido era prefeito, fazia o trabalho de assessoria para ele poder ir e participar das atividades da política, que arrumava as crianças e já o esperava com tudo pronto para os eventos e que, hoje, seu marido não faz isso para ela. Disse que a política aumentou a carga que precisa carregar. Que gosta da política, que faz tudo o que pode, mas sente que é difícil. Destacou que no início teve dificuldade até na sua vida conjugal. Que queria se dedicar mais à política, mas não consegue. Apesar de gostar muito do que faz a política passa, mas a família não.

Relatou que seu marido ainda lhe cobra por não o acompanhar nos compromissos do trabalho dele⁵⁹. Que como a cobrança é permanente, atualmente faz escolhas. Disse que os homens não têm “aquele colo para os filhos”, não sabem levar ao dentista ou ao médico. Declarou que a reeleição é uma autoafirmação, pois na primeira vez foi tudo novo e que agora está se sentindo mais prefeita, mais segura. Acha que vai cumprir seu mandato e depois prefere atuar na política na retaguarda e não mais na liderança (Entrevistada nº 03).

As entrevistadas relataram que a mulher política é uma, a mãe e esposa é outra. Uma

⁵⁹ Informou que o marido atualmente é gerente de uma Cooperativa de Crédito.

política disse que não consegue conversar sobre política com seu marido, que precisa sempre separar os assuntos. Relatou que quando se filiou ao partido político, ainda na década de 1980, era sozinha, que tentava trazer outras mulheres, mas era muito difícil porque se sentiam reprimidas. Disse que passou por muitas dificuldades em trabalhar com homens porque “os homens sempre querem ser mais que as mulheres... tu dava uma ideia e eles diziam, a ideia partiu de mim. Agora está diferente, eles confiam mais em nós. Acho que a gente está conquistando um lugar, mesmo com preconceito, a gente consegue” (Entrevistada nº 08).

Tem vezes que as trajetórias políticas dos maridos e das esposas políticas se confundem. Uma vereadora relatou que não sofreu preconceito porque agora já tem uma trajetória política e por causa do seu marido, vereador por 20 anos. No entanto, disse que sempre acompanhou seu marido nos eventos, mas que ele não age assim com ela. Que era assessora mais atuante para seu marido do que ele é para ela. Que quando seu marido era vereador, ele a mandava para uma cidade fazer uma coisa ou outra, ou algum compromisso que não podia participar, que ia às festas sozinha. Agora, quando pede para ele ir num compromisso que não pode ir, ele não vai e lhe responde que não vai. “Fica muito difícil trabalhar como vereadora, prefeita, se tu não tens o apoio do companheiro... da família” (Entrevistada nº 15).

Duas prefeitas relataram que existe certa dificuldade em atuar na política em cidades pequenas, pois percebem que as pessoas de sua localidade ainda acham que os homens devem tomar as decisões, principalmente sobre alguns assuntos que entendem ser coisa de homem. Uma prefeita relatou que “muitas vezes as pessoas não vêm pedir para a mulher prefeita e sim vão até seu marido ou aos secretários homens para tratar de algum assunto sobre estradas” (Entrevistada nº 02).

Outra prefeita chamou atenção para o fato de que a política ainda sofre com a dúvida sobre a capacidade da mulher por parte da sociedade. Citou um exemplo sobre estrada, “vou arrumar uma estrada, as pessoas vão pedir ao secretário primeiro, depois, quando eles veem que o secretário não resolveu, eles vêm para a prefeita. Eles precisam receber a prova para acreditar”. A prefeita disse que o contrário também ocorre, pois tem algumas pessoas que vão até a prefeitura e dizem “vou pedir para a senhora por que a mulher faz” (Entrevistada nº 04).

A profissão também pode se tornar fonte de preconceito e apresentar obstáculo ao desenvolvimento do trabalho. Esse é o caso de duas professoras, agora políticas eleitas. Uma relatou que nunca havia sofrido preconceito, até se tornar política.

Eu nunca havia sofrido preconceito. Até chegar na Câmara. Eu senti preconceito na hora da presidência da Câmara. A mulher, ela tem uma visão ampliada das coisas, ao fazer qualquer procedimento, qualquer ordem de serviço: ‘Ah, pra que isso? Coisa de professora.’ Eu senti subliminarmente que não era bem aceita, mas tive o cuidado. Já sabendo dessa psicologia masculina, eu tentava ir para o outro lado e deu certo (Entrevistada nº 12).

O pensamento, de algumas pessoas da localidade, de que professora não sabe lidar com dinheiro causou certo transtorno para uma prefeita no início de seu mandato. Mas, segundo seu relato, conseguiu vencer a barreira de mostrar o conhecimento também na parte das finanças; que “precisou provar” que também sabe lidar com dinheiro (Entrevistada nº 06).

A questão partidária foi, por várias vezes, mencionada como um problema para as entrevistadas. Relata uma vereadora que sua maior dificuldade fica por conta de lidar com a questão partidária em uma cidade pequena, pois depois de ter desempenhado por muito tempo uma atividade que lhe permitia ter contato com muitas pessoas, agora a filiação partidária a delimita num grupo de pessoas. Disse que a questão da política partidária é uma situação muito difícil para a mulher, porque em uma cidade pequena é tudo muito próximo, tornando as relações mais partidárias. Entende que a mulher tem mais dificuldade de lidar com a questão partidária, pois ninguém quer perder a condição de viver em paz. Segundo a vereadora, o partido político “te joga num grupo, já que, depois de viver por longos anos na direção de uma escola, na qual tinha contato com muitas pessoas e uma representatividade muito grande, agora, quando entrou para um partido, teve dificuldade em relação aos seus colegas” (Entrevistada nº 10).

Trabalhar como política e seguir as regras da política partidária pode se tornar uma crise para algumas políticas. Esse é o caso de uma vereadora que relatou: “eu não consigo ser tão partidária, eu tenho dúvida até de quem está em tal e tal partido, quem está coligado com quem” (Entrevistada nº 14). Por outro lado, tem exemplo de políticas que os partidos políticos proporcionam uma identificação necessária para a atuação política, afirmando que “o partido é necessário, precisamos disso” (Entrevistada nº 02).

O jeito de vestir também foi assunto destacado pelas entrevistadas. Uma vereadora relatou que antes de tornar política, era uma mulher simples, não pintava unha, não arrumava os cabelos, usava tênis, enfim, era uma mulher muito simples na forma de vestir. Depois de eleita vereadora, precisou mudar a maneira de vestir para mostrar que era mulher, que até lenço (no pescoço) passou a usar. Acredita que agindo assim, chamou o lado feminino para um espaço até então muito masculino, pois muitas mulheres, quando a encontram na rua, elogiam o lenço que estava usando na tribuna da Câmara. Ou seja, ao se arrumar mais, ser

mais vaidosa, as mulheres se identificaram com ela naquele lugar de homens. Disse que nunca havia vestido saia nem salto alto, mas agora faz questão de usar saia, vestido, um saltinho, que está se esforçando muito para que quando apareça, as pessoas saibam que é uma mulher que está entrando ali, apesar de, segundo ela, “ainda não sei sentar de saia” (Entrevista nº 14).

Os homens políticos geralmente usam ternos e camisas durante o trabalho, então as mulheres para serem políticas também vão precisar usar ternos? Ou, terno é vestimenta de homens? “Por que nós mulheres temos que usar terninho?” (Entrevistada nº 05). Quando questionada sobre dificuldades, uma prefeita foi logo fazendo essa pergunta. Ela contou que desde que foi nomeada vereadora teve essa dificuldade e que isso a incomoda muito. O questionamento dela é o seguinte:

Por que nós temos que nos tornar homens para ser política? Tem que se tornar homem para ser política? **Desculpa gente, mas eu tenho seio, ok, eu tenho bunda, eu sou mulher...**o desafio é continuar a nossa feminilidade, ser mulher. Não podemos perder a essência de ser mulher, a nossa vaidade, a forma de vestir. Por que, se perdermos a identidade, a gente esquece daquilo que a gente acredita, porque o que a gente acredita está ligado a nossa identidade (grifos nossos – Entrevistada nº 05).

Disse ainda que tem terninho, mas usa somente quando for muito necessário, que costuma usar as roupas que gosta de usar. Segundo a prefeita, as mulheres não desejam ser mais ou menos do que ninguém, estar na frente ou atrás, mas “estarmos iguais, e estarmos iguais é cada um com sua diversidade”, pois, segundo ela, cada um, homem ou mulher, tem uma forma de comandar.

A prefeita contou que ouviu opiniões do tipo “isso está muito decotado, não combina com uma política”, ao que ela respondeu que está tudo certo, mas entende que não é a imagem que deve importar e sim o que está fazendo no governo. Disse que isso importa para a democracia, para homens e mulheres (Entrevistada nº 05).

A primeira prefeita negra do RS disse que já sofreu preconceito quanto a sua cor de pele, mas que procura ter uma postura positiva para enfrentar esses preconceitos. Quando não a atendem em uma loja, ou atendem mal, tudo bem, vai a outra, e outras.

A mulher política também é dona de casa e quando não tem empregada, precisa ajudar ou até fazer todo o trabalho de casa, como é o caso de alguns relatos; por exemplo: “Não tenho empregada em casa, eu sou uma mulher que quando saio do serviço da Câmara vou para casa limpar, lavar roupa e fazer janta, com ‘a ajuda’ do marido” (Entrevistada nº 14).

O desafio da rotina na família e casa é muito presente nos relatos das mulheres políticas. Quando contam os desafios enfrentados e comparam com a rotina dos homens, as

diferenças se tornam ainda mais intensas.

Por que nós mulheres né? Nós mulheres políticas não é fácil. Por que os homens também, só que o homem, quer queira ou não, bem ou mal, quando tem o conforto da família, quando ele chega em casa, a mulher já organizou a casa, **tem alguma coisa para ele comer, que mesmo que a mulher esteja dormindo, tem alguma coisa para comer, os filhos são atendidos.** Não é uma regra, tem muitas exceções, mas com o político homem acontece isso, ele chega de noite, às 23 horas, sai de manhã às 06 horas, e as coisas na casa andam na sua rotina, as coisas continuam porque **as coisas naturalmente são assim.** Com as mulheres não acontece assim, porque a mulher tem que estar inteira em casa e estar inteira na prefeitura (Grifos nossos – Entrevistada nº 05).

Essa prefeita contou que, quando era presidente da Câmara de Vereadores, tinha um assessor homem e que, quando chegavam aos eventos, as pessoas vinham cumprimentá-lo, “como está presidente, está tudo bem?”, ele, como descendente alemão, ficava muito vermelho e dizia que a presidente era ela. A prefeita destaca que “a figura do homem é ainda muito forte, a gente tem a figura do homem como prefeito e ela como a secretária” (Entrevistada nº 05).

Os homens se reúnem em um bar após o trabalho na Câmara e continuam a conversar sobre política. Conta uma vereadora que em uma situação votou de acordo com o governo (ela está na oposição), que votou diferente do que os outros vereadores pensavam que ela faria, que foi acusada por eles de ter se vendido para o governo e quando foi questionada por isso, respondeu: “opa, sou vereadora, meu voto vale, eu tenho que ser ouvida”. Disse que votou de acordo com o que pensava ser o certo, e também porque não acha correto seus colegas homens decidirem o voto somente entre eles, em reunião após o expediente, sendo que, nesse caso, apenas no outro dia a comunicaram como deveria ser o voto dela. Segundo a vereadora, “fizeram isso pela minha condição de mulher, sinto muito isso, independentemente de partido, é pela minha condição de mulher” (Entrevistada nº 14).

Após o relato sobre a trajetória das mulheres, ou seja, como ocorreu o empoderamento político, sua atuação como prefeita, vice ou vereadora, os incentivos que receberam e seus principais obstáculos, na próxima seção apresenta-se os significados de desenvolvimento local para elas, como também os compromissos e ações com vista à promoção da igualdade de gênero.

3.2.2 Significados, compromissos e ações para o desenvolvimento local

Trabalho digno, condições de saúde e educação com qualidade são alguns significados

de localidade desenvolvida, segundo algumas políticas. A maioria das cidades das entrevistadas é considerada localidade com características rurais⁶⁰, então, valorizar o trabalho e a oferta de emprego nessas regiões se torna questão de sobrevivência, pois, segundo as entrevistadas, os filhos da localidade saem para estudar em centros maiores, e não retornam mais.

Uma prefeita relatou que a maioria da população de sua cidade é composta por agricultores familiares. As pessoas têm qualidade de vida, pela estrutura da cidade, mas não tem trabalho que, no seu entendimento, significa desenvolvimento. Disse que os filhos da cidade vão estudar fora e não voltam mais; que isso é um limite ao desenvolvimento local, pois as pessoas que estudam não voltam para aplicar o que aprenderam na cidade, inclusive em atividades rurais como agronomia, preferindo os grandes centros. Segundo a prefeita, a agricultura é a área que mais deve ser valorizada, até por que a maioria das pessoas da comunidade trabalha na terra e o município produz muito leite. Em suas palavras, “a agricultura familiar é a que mais incentivamos. Tem agroindústria do mel e de sucos. São vocações que devem ser trabalhadas” (Entrevistada nº 02).

A vice-prefeita de outro município próximo também destaca a evasão dos filhos da localidade; segundo ela, “o problema atual é que os filhos da cidade não ficam” (Entrevistada nº 08). A prefeita de outra cidade, região central do RS, também compartilha do problema da falta de emprego para fixar os filhos da cidade que vão estudar em outras cidades, e não mais retornam por falta de trabalho. No entanto, relata que como o motor econômico da cidade é a agricultura, procura incentivar a agricultura familiar, mas que a cidade também conta com produção agropecuária. Destaca que “incentivamos muito a agricultura familiar, sendo 70% da nossa alimentação, proporcionando boas estradas para o escoamento. Isso tudo puxa o resto” (Entrevistada nº 04).

A prefeita da região do fumo se diz uma incentivadora da área rural e que, por ser filha de agricultores, preza muito o campo. Para ela, desenvolvimento local significa interior desenvolvido. Apesar de valorizar muito as condições de saúde, entende que o agricultor precisa de um carro decente que consiga se deslocar para a cidade com mais segurança e com creches onde as mulheres possam deixar suas crianças para trabalharem com tranquilidade (Entrevistada nº 03).

Uma vereadora dessa mesma região do fumo defende que desenvolvimento quer dizer

⁶⁰ Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Vera Cruz, Santa Cruz do Sul, Nova Santa Rita, Júlio de Castilhos, São Pedro do Sul, Cachoeira do Sul, Ivorá, são cidades que por suas características de interiorização, agricultura, agroindústria, pecuária, presença de agricultores familiares de pequeno porte, entre outras características, podem ser consideradas cidades rurais.

bairro com condições dignas de vida. Para ela, os bairros devem ser privilegiados com recursos financeiros para que as pessoas que lá residem possam contar com ruas calçadas e limpas, saneamento em suas casas, segurança para viverem com tranquilidade, escola e creche com qualidade e postos de saúde onde as pessoas sejam atendidas. Destaca ainda que desenvolvimento está relacionado com as pessoas estarem trabalhando (Entrevistada nº 14).

Nesse mesmo viés de trabalho, uma vereadora defende que desenvolvimento tem relação com capacidade das pessoas se autossustentarem com a renda que ganham e de se sentirem úteis. O desenvolvimento nesse conceito está relacionado com ser útil e ser feliz.

Uma cidade desenvolvida é onde as pessoas têm o seu trabalho e podem se auto manter com aquilo que ganham e sentirem-se felizes por serem donas daquele espaço. Desenvolvimento tem muitas facetas. Muito tem a ver com o espaço onde a pessoa se sinta útil. Num momento em que está num espaço em que ela seja importante, ela vai se sentir feliz e comprometida a melhorar cada vez mais. Tem a ver com utilidade e felicidade (Entrevistada nº 12).

A preocupação com a saúde é presente em quase todos os relatos das entrevistadas sobre os significados de desenvolvimento. Uma prefeita afirma que desenvolvimento significa boas condições de saúde e educação, ou seja, que uma cidade pode ser considerada desenvolvida quando as pessoas têm acesso a saúde e educação com qualidade: “As minhas prioridades sempre foram em relação à saúde e educação” (Entrevistada nº 01).

A vereadora da cidade que apresenta o menor índice de pessoas pobres entre a população (0,52% do total) defende que desenvolvimento está relacionado com quais condições de saúde a população dispõe, pois, segundo ela, condições boas de saúde significa a cidade dispor de especialidades e condições de fazer cirurgias (Entrevistada nº 13).

Disse também que seria necessária a diversificação na área de empresas e serviços, pois muitas vezes tem vagas, mas as pessoas não têm a especialização necessária. Critica a oferta de cursos pelo governo federal, pois os cursos que são disponibilizados não preparam as pessoas para a demanda das empresas locais. Por exemplo, a cidade abriga indústria moveleira e os cursos que são oferecidos nos órgãos como SENAC e SENAI não são para esta especialidade.

Outra vereadora defende que “povo com bastante educação é povo desenvolvido” (Entrevistada nº 15). Ainda relacionando desenvolvimento com trabalho e saúde, uma vereadora da região do fumo é enfática ao responder: “para mim, desenvolvimento de uma

localidade significa as pessoas tendo trabalho, moradia e saúde” (Entrevistada nº 09)⁶¹.

Conselhos municipais atuantes foram destacados como significado de desenvolvimento de uma localidade. Uma vereadora da região da Quarta Colônia definiu a atuação dos Conselhos municipais como a ligação comunitária necessária entre as pessoas da localidade e os representantes políticos; que Conselhos atuantes são meios ao desenvolvimento da localidade. Quando as pessoas da localidade participam da administração, as decisões se tornam mais democráticas e mais efetivas, pois existe o controle do trabalho do executivo. A vereadora destacou que “se fosse prefeita, a primeira coisa que faria seria fortalecer os Conselhos” (Entrevistada nº 10).

Para algumas políticas, desenvolvimento tem algo de cuidado com a arborização da cidade, com limpeza dos espaços públicos, com flores, com “deixar a cidade mais bonita”, e “que tenha uma acolhida boa, pois se tiver uma acolhida boa, tudo fica melhor” (Entrevistadas nº 06 e 08).

Desenvolvimento pode significar um capitalismo humanizado, ou mesmo certa nostalgia pelo que a acumulação econômica representa em termos de lucros, como relatado por uma vice-prefeita:

Gostaria de uma outra sociedade, que fosse justa socialmente, que fosse sustentável ambientalmente e que tivesse outro paradigma de acumulação econômica, que não fosse tão baseada no lucro. Sei que é papo de socialismo, que é um projeto que não deu certo em lugar nenhum e a ‘pinta’ ainda sonha com isso. O executivo me ajudou a entender que tu não tens condições de agir diferente do sistema; que tu podes agir com mais ética, mas que tu não foges do sistema (Entrevistada nº 07).

Para uma das entrevistadas, “sabe quando uma localidade é desenvolvida?” Quando as pessoas sentem orgulho de dizer que são daquele lugar. As pessoas têm que ter orgulho do município onde moram, pois então as coisas estão dando certo. Daí significa que o município está em desenvolvimento, ou seja, a comunidade orgulhosa da cidade onde mora. Tudo é importante, saúde, educação e saneamento básico, mas a cultura é muito importante, “a cultura nos resgata, nos tira de casa, nos faz sorrir. É preciso ter pessoas em movimento” (Entrevistada nº 05).

Questiona-se ainda, o que as mulheres políticas têm feito em prol da igualdade de gênero?

A maioria das ações desenvolvidas pelas políticas, considerando a sua área de atuação no executivo ou legislativo, destinadas a promoção da igualdade de gênero é realizada junto

⁶¹ Essa vereadora faz uma crítica ao programa federal Minha Casa Minha Vida, que, apesar de ter em sua cidade, está distante para muitas pessoas.

com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater e Cras. No quadro abaixo apresenta-se as principais ações desenvolvidas e informadas pelas políticas. Nos sites das prefeituras e câmaras municipais podem ser encontradas mais ações, de diversas categorias, no entanto, para o conteúdo deste estudo limita-se às ações desenvolvidas que tenham como objetivo a promoção de atuação das mulheres, em vista ao empoderamento e igualdade de gênero.

Quadro 3 - Ações das mulheres políticas em prol da igualdade de gênero

Nº da entrevista	Cargo	Cidade	Ações para mulheres (2012 – 2015) – informações prestadas pelas mulheres políticas
01	Prefeita	São João do Polêsine	<u>Mulheres rurais</u> : em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SEBRAE, CONDESUS e CRAS.
02	Prefeita	Ivorá	<u>Mulheres rurais</u> : trabalha em parceria com a EMATER. Em 2013 foi desenvolvida uma exposição dos trabalhos de artesanato.
03	Prefeita	Vera Cruz	<u>População rural</u> : estradas e loteamento para habitação. <u>Rural e urbana</u> : Postos de Atendimento – Unidades Básicas de Saúde
04	Prefeita	Júlio de Castilhos	<u>Mulheres rurais</u> : projeto Mulheres Mil – parceria com a Emater. 23 grupos da melhor idade. Associação de Cabeleireiras. Cursos para mulheres de calceteiro, pedreiro, pintor e cabeleireira.
05	Prefeita	Dois Irmãos	Conselho Municipal da Mulher: ministra a prevenção à violência através do entendimento da Lei Maria da Penha. Associação Multiplicar: abrigo para vítimas de violência.
06	Prefeita	Nova Santa Rita	Coordenadoria para a mulher: foco na prevenção da violência. Compromisso de campanha.
07	Vice-prefeita	Cachoeira do Sul	Trabalha em conjunto com as coordenadorias da juventude, da mulher e da igualdade racial.
08	Vice-prefeita	Dona Francisca	A maioria dos cargos da cidade está sendo ocupado por mulheres.
09	Vereadora	Vera Cruz	<u>Grupo das Marias</u> : grupo de mulheres unidas em prol do desenvolvimento da auto-estima de uma localidade, em colaboração com padrinhos. - Sopão, doce de leite, frutas - Feira de roupas e calçados - Festividades: Páscoa, São João, Dia das Crianças, Natal - Repasse de doações – registro das necessidades – trabalho de conscientização do uso das roupas doadas. - Reforço escolar para crianças - Cursos de qualificação para mulheres - Grupo da terceira idade - Promoção do batizado coletivo - Promoção do casamento coletivo – a vereadora disse que acredita que a efetivação do casamento é uma forma de cidadania. - Projeto Reviver: mulheres que sofrem de Alzheimer (incentivar a memória).
10	Vereadora	Faxinal do Soturno	<u>Mulheres</u> : promoção de encontro de mulheres na Câmara de Vereadores. Temas desenvolvidos: a mulher na literatura, cidadania, trabalho, família. Criação do troféu “Mulheres Brilhantes”.
11	Vereadora	São João do Polêsine	Em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (a vereadora trabalha no STR) participa de quase todos os eventos direcionados para homens e mulheres da zona rural. Incentivo a inscrição do curso SENAR ⁶² – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – “Com licença, vou a luta”.

⁶² O Senar-RS é uma instituição responsável por criar e promover ações de formação profissional e atividades de promoção social dirigidas às famílias rurais, a fim de contribuir na profissionalização, integração na sociedade e melhoria da qualidade de vida desse público. Informações disponíveis no site: <http://www.senar-rs.com.br/senar>

Nº da entrevista	Cargo	Cidade	Ações para mulheres (2012 – 2015) – informações prestadas pelas mulheres políticas
12	Vereadora	Santa Maria	Instituição da Semana Municipal da Mulher (Lei Municipal nº 5151, de 25 de agosto de 2008). Criação de uma revista. Natal Literário. É membro da frente parlamentar do deficiente, prevenção ao uso das drogas (faz parte do COMEM), estimula a Capoeira.
13	Vereadora	Dois Irmãos	Trabalha em parceria com Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
14	Vereadora	Santa Cruz do Sul	Participa das ações municipais relacionadas com a prevenção da violência contra a mulher.
15	Vereadora	São Pedro do Sul	Segurança na zona urbana – projeto de câmaras de filmagens. Estradas na zona rural – “o problema de locomoção é grave no interior”.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nas entrevistas com as políticas que fazem parte do núcleo central da pesquisa (Prefeitas, Vices e Vereadoras). Dados coletados em 2014, nas cidades onde as entrevistadas atuam na política.

Nessa seção, foram apresentados os vários significados de desenvolvimento local no entendimento das mulheres políticas entrevistadas, bem como as ações com vista à promoção da igualdade de gênero. Na sequência, como parte do interesse neste estudo sobre o empoderamento da mulher política, e de posse dos dados que mostram a pobre participação das mulheres na política, estimulou-se as entrevistadas para que relatassem seus entendimentos dos motivos que afastam as mulheres da política, retardando a condição de igualdade de gênero no poder político.

3.2.3 Percepção delas sobre elas na política e igualdade de gênero

Por que as mulheres participam tão pouco da política eletiva? A mulher carrega uma sobrecarga, a política aumenta essa carga, a família não apoia, os parceiros não apoiam, os filhos e a casa são de sua responsabilidade, ela se considera uma cuidadora nata, o homem é o líder, os partidos políticos não apoiam, não financiam, elas não conseguem falar, sofrem preconceitos de outras mulheres, elas acham que a política é suja, a história coloca as mulheres em casa e os homens na política, não conseguem participar das reuniões, a política exige tempo demais, elas têm medo de não serem capazes. Enfim, os motivos são vários. Os obstáculos imensos. Na sequência, é apresentada a percepção das mulheres políticas sobre a igualdade de gênero na política.

A política exige muito das mulheres. É a fala de uma prefeita que defende que se a mulher não tiver uma parceria no relacionamento familiar, não consegue dar conta do trabalho político e, muito menos, vai aceitar participar de algum pleito eleitoral. A mulher, segundo a entrevistada, não consegue se desligar do dia a dia, da família, dos filhos, casa, comida, isso tudo ainda depende muito da mulher. A política também exige muito tempo e dedicação e aumenta a carga que a mulher já carrega. Isso pode ser um limitador para a mulher ingressar

na política (Entrevistada nº 02).

A política sempre foi muito machista, é um desafio constante e também um ambiente de muita insegurança. Segundo a prefeita, são poucas as mulheres na política por que lhes falta paz em casa, ou seja, que quando se tem uma parceria em casa, tem incentivo para participar da política, caso contrário, a mulher nem pensa em colocar a participação política em seus planos de vida (Entrevistada nº 06).

Uma entrevistada bastante jovem, grávida no momento da entrevista, destaca duas questões que servem de impeditivos para a participação da mulher na política, ou seja, os filhos e o exercício da liderança.

Tem questões históricas que colocam o homem no ambiente público e a mulher no ambiente privado e que vivem numa sociedade patriarcal. Os dados mostram que as mulheres participam da política ou muito jovens ou depois dos cinquenta, depois dos filhos criados. Os filhos não são limitadores para os homens participarem da política, mas para as mulheres sim. Existe a separação dos cuidados nas famílias. Exercer a liderança é um exercício, não tem como cobrar das mulheres uma liderança se elas nunca estiveram na liderança, então elas têm dificuldade para liderar. Não é raro as mulheres ficarem em situação de coadjuvante, a mulher tem dificuldade para se liberarem para atuar na militância, pois tem a casa, a família, os filhos (Entrevistada nº 07).

Ainda são poucas as representantes femininas que ingressam no mundo político por causa do papel social da mulher em nossa cultura que ainda tem resquícios patriarcais. Ela é a cuidadora dos filhos, idosos, deficientes, entre outros. Ela não tem o mesmo tempo do homem, pois muitas estão chefiando as casas, estudando mais e trabalhando mais horas por dia, mas ainda tem dificuldade para assumir cargo de chefia, muito em razão de precisar dedicar ainda mais tempo para o trabalho, quando já se tem quase todas as horas do dia ocupadas com outros afazeres. Ainda, assim como em qualquer outra atividade profissional, na política “os homens não aceitam muito bem as mulheres” (Entrevistada nº 12).

As mulheres têm medo da política, medo de não serem capazes. Elas acham a política “suja”. Uma vereadora contou que promove encontros para produção de artesanato com mulheres do seu bairro, mas que, na verdade, esses encontros servem também para outros objetivos, pois procura trazer pessoas de fora para conversar com elas sobre as angústias do dia a dia, sobre as violências sofridas, tentando criar uma cultura de consciência do papel da mulher. Nesses encontros, procura motivá-las a participar das discussões políticas e até mesmo de uma eleição, mas escuta muito delas que a política é suja e que não gostariam de participar de tudo isso. A vereadora rebate: “a política não é suja, quem faz a política errada são as pessoas, tanto os políticos, como os eleitores que vendem seus votos e depois reclamam que os políticos não fazem nada. Acho que os políticos deveriam ser mais honestos”

(Entrevista nº 09).

As mulheres têm medo de entrar para a política, mas quando ingressam acabam gostando. Uma vice-prefeita, antiga e atuante política, dispara ainda que “mulher não confia em mulher” (Entrevistada nº 08). Afirmam que no último pleito para vereadoras tiveram quatro candidatas e nenhuma foi eleita, que não entende por que as mulheres não confiam em outras mulheres.

A prefeita da cidade vizinha compartilha desse entendimento e destaca: “nós mulheres somos preconceituosas conosco mesmas. O que eu vejo é a necessidade das mulheres se valorizarem, acreditarem em suas capacidades e serem protagonistas de suas ações. Devemos ser empreendedoras políticas” (Entrevistada nº 01). Segundo a prefeita, quando a lei garantiu o percentual para as mulheres concorrerem a cargos políticos, houve um empoderamento apoiado na lei, porém ainda não houve consciência de seu real potencial político.

A participação da mulher na política está sendo construída gradativamente, ainda está sendo lenta essa construção, mas está ocorrendo. A prefeita da região calçadista destaca que “é muito difícil nas reuniões partidárias as mulheres falarem, os homens são mal educados, eles têm a voz grossa e falam tudo misturado, não ficam com a mão para cima esperando, eles são muito confusos e não tem ordem”. A prefeita contou que às vezes é preciso perguntar: “tá, agora posso falar?” (Entrevistada nº 05).

Para ela, as mulheres não devem bater na mesa, pois ela vai ser testada todos os dias, e é testada pelo fato de ser mulher. É um desafio diário; que todos os dias é preciso ter um posicionamento forte para as pessoas saberem que ali tem uma liderança mulher.

As mulheres estão em desigualdade com os homens na parte financeira, porque os partidos políticos não apoiam financeiramente as mulheres. Esse é o entendimento de uma prefeita da pouca participação das mulheres na política. Disse que os partidos políticos apoiam os homens, mas que as mulheres ainda têm muitas restrições, porque ainda vivemos em uma sociedade muito machista, que ainda coloca em dúvida a capacidade da mulher. A prefeita destaca que “não queremos de maneira alguma ocupar o espaço dos homens, queremos sim o nosso espaço, que é amplo, vasto e que ainda está meio acanhado” (Entrevistada nº 04).

Uma vereadora disse que as mulheres nunca se influenciaram pela política, que ela também é um exemplo disso, pois somente se interessou pela política por causa do seu marido. Participava das reuniões e dos eventos por causa dele, e então passou a se interessar pela política. Disse que o problema da baixa participação política é porque as mulheres não têm trajetória política: “olha a presidente... fizeram ela presidente, pois se ela fosse concorrer,

ela não iria concorrer, assim são outras políticas. Se eu fosse concorrer a prefeita, as pessoas iam dizer: mas que trajetória tu tens?” (Entrevistada nº 15).

Uma vereadora da região do fumo destacou que “mulher não vota em mulher, não sei por que. No RS são quarenta e cinco vereadoras no partido PTB e numa convenção estadual tinha apenas três, cadê as outras?”. Relatou ainda que na Convenção falou aos ouvintes: “eu vou parar de falar gente, porque minhas colegas já elegeram cinco homens e não vi nenhuma mulher, nenhum nome de mulher”. A vereadora contou que isso aconteceu numa convenção para eleger as mulheres que iriam concorrer e nessa convenção só tinha homens (Entrevistada nº 14).

Por que ainda são poucas as mulheres na política? “Por toda nossa história!”. Essa é a defesa de uma vereadora que destacou que a mulher está no trabalho, mas com horário certo para retornar e continuar as tarefas da casa. A carga familiar é muito intensa, segundo ela “no momento que a mulher começa a trabalhar fora, ela continuou a assumir o papel familiar, administradora da casa, profissional, emocional; isso é muito intenso, é muito grande a sobrecarga” (Entrevistada nº 10).

A vereadora lembra que a mulher começa a participar dos eventos públicos quando da criação dos órgãos de voluntariado, os órgãos comunitários. O entendimento machista dizia que ela estava ‘desocupada’, porque era o homem que trabalhava e ela estava em casa e, como não trabalha, não tem o que fazer. Segundo a vereadora, “desocupada, entre nós, é um fardo enorme!” (Entrevistada nº 10).

As mulheres passam então a trabalhar nos órgãos voluntariados como a liga feminina de combate ao câncer, a qual, na cidade da vereadora, tem 60 mulheres que trabalham e isso ficou muito visível. Outras foram tentando alternativas, como a pastoral da saúde, da criança, dos grupos da terceira idade; em todas elas, a base é a mulher.

Isso, na comunidade, funciona e funciona muito bem, mas até querer ser partidária, pois então elas vão perder esse vínculo e, se ela sai desses grupos e assume a questão partidária, se distancia de tudo isso, distancia-se da vida inteira que estava lá, porque muitas fundaram esses órgãos. Essa visibilidade chama para a política, é a vitrine. Mas sabem que, se vão para a política e não se elegendem, ao retornar ficam enfraquecidas, porque cada uma é simpatizante de um ou outro partido e acabam não querendo isso para elas “não quero isso pra mim”, disse a vereadora que ouviu muito essa frase de mulheres que participam de órgãos comunitários, mas se recusam a participar da política (Entrevistada nº 10).

Sobre o homem na política, a vereadora destaca que com o homem não acontece isso, porque o histórico masculino sempre foi assim: política é de homem, se eles são de um ou de

outro partido isso não importa. Eles trabalham bem isso entre si, mas as mulheres são muito detalhistas, trabalham muito com sentimentos, precisamente relacionado à inveja: “nossa, ela se destacou e já quis ir pra política”. Esse discurso nas comunidades funciona muito, então as mulheres não querem isso, porque é vizinha, é amiga, colega e não vai querer ficar com relações truncadas, então preferem não assumir.

No entanto, segundo a vereadora, essas mulheres são as primeiras a levantar a bandeira “que nós temos que ter representantes, mas na hora de apoiar não querer se mostrar”. Foi isso que sentiu quando pediu apoio para as mulheres que tinha convívio no município; elas não foram juntas levantando a bandeira para eleger essa ou aquela mulher, ao contrário, muitas votaram em homem. “Tu vê que é difícil, não é porque não queremos, a gente entende a necessidade, mas não querem assumir porque acontecem essas coisas. O problema não é a política em si, mas é a política partidária” (Entrevistada nº 10).

O objetivo, nessa seção, foi apresentar os motivos que podem explicar a pequena participação das mulheres na política representativa, segundo as próprias políticas, ou melhor, o que as políticas que estão ocupando cargo de prefeitas, vices e vereadoras percebem sobre a baixa participação de outras mulheres na política. Na sequência, e como última parte de apresentação dos dados da pesquisa com as mulheres participantes. A curiosidade ficou por conta de saber como essas políticas estão se sentindo com relação a elas mesmas, uma autoavaliação da sua atuação na forma de nota de zero a dez, suas expectativas e, por final, seus projetos de futuro na política.

3.2.4 Estado de confiança e projetos de futuro

A fim de mensurar o Estado de confiança das políticas entrevistadas e a expectativa que possuem delas mesmas, delimitou-se notas para se pontuarem no sentido de autoconhecimento do trabalho até então desenvolvido⁶³, sendo zero o limite inferior e dez o limite superior.

A seguinte pergunta é norteadora desse questionamento: A Fulana de Tal daria qual nota para a política (prefeita, vice ou vereadora) Sicrana de Tal? As notas variaram entre cinco até nove, ou seja, entre regular até ótimo. No quadro abaixo, sintetiza-se as respostas das políticas:

⁶³ Como conceito as notas variam da seguinte forma: baixo (entre zero até 3); regular (mais de 3 até 5); bom (mais de 5 até 7); muito bom (mais de 7 até 9); e ótimo (mais de 9 até 10).

Quadro 4 - Estado de confianças das mulheres políticas

Nota auto-atribuída	Frequência	Motivos declarados para atribuição da nota
Nove	Duas	Sou muito exigente. Me cobro muito. Acho que estou sendo capaz de fazer tudo.
Oito	Oito	Acho que estou muito bem. Pelas ações e pelo que representa das mulheres na sociedade. Porque gosto muito de gente e gosto de desafios. Sou uma pessoa humilde, aprendi com meu pai. Sou uma vereadora que se desempenha muito! Pela expectativa como mulher no cargo. Porque as pessoas não ficam lhe perguntando “qual a facção política que pertence”. (grifos nossos). Mereço oito porque estou evoluindo muito no trabalho na política. Sou muito crítica comigo mesma e por isso dou oito, porque sei que as coisas que não consigo fazer não são culpa minha, mas em razão do sistema ser assim, muito burocrático e com a estrutura comprometida.
Sete	Duas	Dou nota sete, porque acho que tem muito a aprender e fazer; que gostaria que tivesse curso para prefeita, mas não tem e tem de aprender depois que senta na cadeira de prefeita; que não tem como estacionar, luto para chegar aos nove. Merece essa nota por que a política não está tendo tempo para os eventos com a comunidade e também para visitar as pessoas, pois precisa trabalhar como professora também. Que a vereadora é uma pessoa simples, sincera e com pouca paciência.
Seis	Uma	Dou nota seis para a vereadora, porque procura fazer sempre tudo pelo correto, mas que ainda falta muito, que tem muito ainda a buscar. Que as pessoas olham e a avaliam pelo trabalho e votação.
Cinco	Uma	Eu tenho que me dar nota 5. Eu teria muita coisa para fazer ainda. Estou na metade. Falta tempo para fazer as coisas. Daria 10 se tivesse mais tempo. Até o ano passado eu tinha um conceito de trabalho. Eu fui exigida demais. Aquilo me fez repensar que eu devia ficar mais na retaguarda, fazendo menos ações, porque se tu fizeres menos ações tu vais fazer melhor aquilo e não dará espaço para as pessoas que tem críticas, porque tu vais fazer muito bem aquilo que está fazendo.

Fonte: Elaboração própria a partir das respostas das políticas que fazem parte do núcleo central da pesquisa (Prefeitas, Vices e Vereadoras). As informações foram coletadas nas datas das entrevistas e nas cidades das mulheres políticas.

Uma vereadora não se deu nota, mas relatou que está vivendo um conflito. Afirmou que, antes de se eleger, sempre se doou para povo e isso nunca foi problema, mas que agora continua se doando e as pessoas a olham de um jeito diferente, como se quando ela ajuda alguém fosse sempre por querer votos. A vereadora acha que está fazendo mais assistencialismo individual, não resolvendo. Como está na oposição, precisou o prefeito lhe conhecer para lhe abrir as portas e chamar para trabalhar junto, pois afirma que a questão partidária é muito difícil. Quando venceu a barreira da oposição do prefeito, enfrentou a oposição do seu partido. Não tinha inimigo e agora tem, e isso é muito complicado.

Quando questionada sobre seus projetos futuros, seus sonhos, essa política respondeu que, “se vencer essa fase de revolta política, se superar essa fase, não saio mais da política, deputada acho que não, mas uma vice ou prefeita sim. Deputada não porque viaja muito e cansa. Meu sonho é continuar na política” (Entrevistada nº 14).

Sobre as políticas e programas ao desenvolvimento local, garantir acesso à moradia é

um dos projetos e sonho relatado por várias políticas entrevistadas neste estudo. Querem que mais pessoas do município tenham um lugar para viver em paz, onde possam criar seus filhos com sentimento de pertencimento a um lugar.

A entrevistada nº 03 disse que é uma “sonhadora nata”, que acredita nos sonhos e trabalha para que as coisas aconteçam, pois tem o propósito de concretizar o loteamento e a primeira creche no interior. Não se preocupa com sua continuidade na política. A entrevistada nº 04 disse que seu sonho como prefeita, e para concluir essa fase política da sua vida, é reassentar as pessoas que residem em uma pedreira no município e então fazer de lá um parque florestal.

Ter uma vida digna está relacionado a ter um lar, esse é o pensamento de uma vereadora da região do fumo. Confirma que seu sonho é que o Grupo das Marias tenha uma sede própria, assim como muitas pessoas da região do município que não tem acesso aos programas governamentais de moradia. Desenvolver o sentimento de orgulho por um lugar é o sonho de uma prefeita que deseja tornar a cidade acolhedora para poder ouvir das pessoas o quanto é bom estar na cidade (Entrevistada nº 06).

Duas vereadoras relataram que já se realizaram como mulheres na política, que desejam cumprir seu tempo no cargo e depois ficar mais em casa com a família. Uma delas informou que entrou muito cedo para a política, início da década de 80, quando ainda era sozinha no partido, acha que ficou pouco tempo em casa, e como agora tem uma neta, acredita que chegou a hora de curtir-la (Entrevistada nº 08). Outra contou que enfrentou uma doença (câncer) há pouco tempo e também ficou viúva, e a política partidária lhe afastou de várias pessoas da comunidade. “Deixei de sonhar para o futuro, sonho por dia. Não sonho mais com a política representativa, continuo no partido, mas não como vereadora” (Entrevistada nº 10).

A prefeita da cidade que até então somente elegeu mulheres para o comando do Executivo disse que seu sonho é “ver essa cidade crescendo e ver a nossa população vivendo com qualidade de vida, um dos motivos que me encaminhei para a política e estou no meu quarto mandato de Prefeita” (Entrevistada nº 01). O sonho com o desenvolvimento da cidade não exclui uma realização individual como é o caso da vereadora que sonha em conhecer a Europa. “Eu gostaria muito que a cidade se tornasse um Centro de Desenvolvimento Integral, pleno e tenho trabalhado para isso. Eu gostaria muito de conhecer a Europa” (Entrevistada nº 12).

Segundo a prefeita da região calçadista, têm sonhos que são difíceis de serem realizados. “Eu quero ser feliz, quero manter a minha essência, minha forma de ser, pode ser

nas pequenas e grandes coisas. O propósito de ser feliz não é fácil. O meu sonho sempre vai ser a felicidade!” (Entrevistada nº 05).

Por fim, o trabalho na política pode ser uma descoberta muito satisfatória para a mulher, tanto que ela não queira nunca mais abandonar e sonhe em alcançar outros cargos. Esse é o exemplo de uma vereadora que relatou o seguinte: “É a primeira vez que fui candidata. Entrei, gostei, adorei, foi bem tranquilo. Estou adorando até hoje. Meu sonho é ser prefeita” (Entrevistada nº 11).

Nessa parte, procurou-se apresentar os relatos das mulheres prefeitas, vices e vereadoras que estão trabalhando nos municípios do RS, sobre sua trajetória política, sua forma de atuação, o que entendem por desenvolvimento, suas ações, as dificuldades enfrentadas, os incentivos que tiveram para participar da política, o que pensam sobre a mulher na política, uma autoavaliação e suas expectativas.

No próximo item, apresenta-se os relatos de pessoas que estão envolvidas na política representativa, seja como política, seja como pesquisador sobre o empoderamento político da mulher, são os informantes qualificados, no sentido acadêmico, que conhecem o assunto. Foram entrevistados dezenove informantes qualificados, doze no RS e no BR e sete em Cuba, como complemento de informações importantes para o conhecimento.

3.3 EMPODERAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES: BREVE COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CUBA – CASOS ILUSTRATIVOS

Nessa parte, serão apresentados os relatos de pessoas que fazem parte do que delimitou-se como informações qualificadas. São relatos de entrevistas que foram feitas com uma senadora, duas deputadas estaduais, um deputado estadual, uma presidente de Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a professora Coordenadora Executiva da Organização Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos⁶⁴.

Também fazem parte da base de informação, relatos de algumas mulheres que estão presidentes de associações, como é o caso da Presidente da Associação de Mulheres Produtoras Rurais da comunidade de Riacho dos Negros, em Palmeirais, Piauí. Também são

⁶⁴ “A Themis é uma ONG feminista criada em 1993, em Porto Alegre, para a promoção e defesa dos direitos das mulheres e acesso à justiça. A Themis atua através do Programa das Promotoras Legais Populares (PLPs) e da Advocacia Feminista, que busca criar uma jurisprudência favorável às mulheres e inovar no campo jurídico.” Entrevista com Carmen Hein de Campos. Disponível no site: <http://www.observatoriodeseguranca.org/entrevistas/carmen>

apresentados relatos de duas vereadoras do município de Tejuçuoca, Ceará⁶⁵.

No contexto internacional, o parlamento cubano é formado por quase metade de mulheres, razão que incentivou uma viagem da autora desta tese para esse país a fim de conhecer melhor a situação de empoderamento político das mulheres. Os relatos das entrevistas realizadas em Cuba fazem parte da base de informações qualificadas e constam na sequência.

3.3.1 A participação das mulheres na política representativa: casos ilustrativos

Destaca-se como contribuições ao estudo os relatos de algumas pessoas que ou estão atuando na política representativa ou se dedicam a estudar o empoderamento da mulher. A participação de um homem político nesse estudo se deu em razão deste ter envolvimento com o empoderamento das mulheres rurais e com a agricultura familiar, base econômica de grande parte dos municípios das mulheres políticas do universo da pesquisa. As contribuições ao estudo abaixo descritas versam sobre a trajetória ao empoderamento político, a questão da mulher na política, atuação com vista à inserção da mulher na política e o estado de confiança das(o) entrevistadas(o). Utilizou-se o mesmo roteiro de questões para todas(os) entrevistadas(os).

A trajetória política teve passagem por alguma organização de grupo, desde organizações de estudantes⁶⁶, sindicato de professores⁶⁷, Conselhos Regional de Saúde, como é o caso da entrevistada nº 18, sindicato de trabalhadores rurais e grupo feminista.

O deputado estadual relatou que, antes de ser eleito político, trabalhou com a família na agricultura, na localidade de Serro Alegre, interior do município de Santa Cruz e foi secretário financeiro e presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS, FETAG-RS. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul e Novo Cabrais participou do Grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais, formado em 1995, na

⁶⁵ Essas pesquisas foram inseridas ao estudo em razão da autora desta tese ter participado por duas vezes do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa; uma oportunidade para ouvir das entrevistadas informações sobre o empoderamento político das mulheres. A autora participou como professora na Operação Velho Monge, no Piauí, em 2014, e na operação Mandacaru, 2015, no Ceará. Informações disponível no site: <http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9752/area/C/module/default>

⁶⁶ Como é o caso da entrevistada nº 16, a qual informou que: “Quando jovem participei da União Lagoense de Estudantes. Depois, participei da UBES (União Brasileira de Estudantes), da União Gaúcha dos Estudantes, de congressos estudantis nos anos 60. Essa participação sempre ajudou minha formação política.”

⁶⁷ “Entre 2001 e 2003 foi presidenta do Ceprol Sindicato – o Centro dos Professores do Município. [...] Antes do sindicato dos professores, participei do movimento popular e de juventude.” (Entrevistada nº 17).

localidade de Sanga Funda, distrito de Três Vendas⁶⁸. A professora pesquisadora participou do grupo feminista Germinal, na cidade de Pelotas (Entrevistada nº 27).

Entre as formações profissionais, destacam-se as de professoras, estudantes de graduação e agricultor, no entanto, tem-se uma comunicadora, a qual relata que a decisão por percorrer o caminho da política deu-se por entender que a atividade da comunicação tem muita afinidade com a política. Ainda, que foi beneficiada por ser conhecida, por estar na mídia.

Achei que havia vencido meu prazo de validade na comunicação e não poderia ir para casa e "pendurar as chuteiras". Achei que poderia prosseguir ativa num setor que tivesse afinidade com a área da comunicação e entendi que a política era área que tinha essa afinidade, por isso decidi disputar a eleição majoritária para o Senado, em 2010 (Entrevistada nº 16).

A mulher atua de forma diferenciada do homem na política, segundo os relatos das entrevistas. Características como ser disciplinada, trabalhar com mais seriedade, ser mais participativa, atuar de forma mais democrática, pensar e agir mais com o coração, ser intuitiva, mais metódica, mais organizada, além de focar nos temas de educação e saúde, fazem parte do currículo de atuação política da mulher, conforme esses relatos.

Por formação profissional ou por questão cultural, a atuação da mulher na política é vista de forma diferente, segundo o deputado estadual. “A mulher, por formação e pela questão cultural, é mais metódica, mais organizada, o homem, muitas vezes, atira para todos os lados, dá palpite em tudo e a mulher prioriza duas ou três coisas e vai adiante” (Entrevistado nº 19).

As mulheres políticas são mais ligadas aos assuntos sociais e não estão contaminadas pela corrupção, segundo as entrevistas. A pesquisadora do empoderamento da mulher se diz receosa sobre a questão se existe ou não características próprias do trabalho da mulher na política, pois entende que pode cair em algum essencialismo com essa afirmação. No entanto, em suas palavras “acho que as mulheres são mais íntegras, mas não sei se isso se deve a um fator cultural ou porque, em virtude do reduzido número, as mulheres não foram tão ‘contaminadas’ com as práticas políticas atuais” (Entrevistada nº 27).

A Senadora destaca que, na política, poucos são os casos de mulheres envolvidas em corrupção. Para ela, a diferença principal está na intuição feminina. “A intuição, mais do que qualquer outra coisa, possibilita a mulher uma capacidade intuitiva de percepção das coisas de forma apurada, não só nas questões sociais, mas em outras áreas também” (Entrevistada nº

⁶⁸ A presidenta relata sua conquista: “Início de 2014 fiz a inscrição no Plageder, mais uma conquista vou iniciar o Curso Superior de Desenvolvimento Rural”. (Entrevistada nº 23).

26).

As duas deputadas estaduais defenderam com argumentos muito próximos que a mulher atua de forma diferente do homem. Quando questionadas, responderam que “a mulher tem uma visão diferenciada, é mais sensível aos problemas sociais, preocupa-se mais com o bem-estar do ser humano e também possui um foco maior na economia e no desenvolvimento” (Entrevistada nº 18). A outra destacou: “creio fielmente que as mulheres têm um jeito diferente de fazer política. Conseguem ser mais participativas e democráticas, descentralizadoras, conseguem absorver as demandas de vários segmentos, são mais ligadas nos assuntos sociais” (Entrevistada nº 17).

Sobre a baixa representatividade feminina na política representativa, as entrevistadas destacaram que as mulheres têm medo de enfrentar o machismo e o preconceito, e muitas ainda não conquistaram a autonomia financeira. Também tem a questão da instabilidade da política, essa vertente tende a afastar as mulheres do páreo político, visto que os partidos políticos não disponibilizam tanto espaço para elas atuarem, segundo as entrevistadas.

A pouca representação feminina na política pode ser explicada utilizando os conceitos de oportunidade e condições. Segundo uma deputada, a Lei de Cotas garante a oportunidade formal para que as mulheres possam concorrer a espaços de poder político, mas não garante as condições para que ocorra o processo de eleição em condições de igualdade, tanto nos espaços públicos como privados.

A Lei de Cotas garante a oportunidade (meramente formal) para que as mulheres possam concorrer a espaços de poder político. Mas será que cultura machista e patriarcalista ainda dominantes garantem as condições concretas para que isto possa ocorrer em condições de igualdade? Obviamente que não, a prova está na Assembleia Legislativa, nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional. Além disso tudo, **como ficam as duplas e triplas jornadas que as mulheres têm de realizar no seu dia a dia? O trabalho, o cuidado filhos, familiares e os doentes?** As tarefas domésticas, ainda recaem escandalosamente sobre os ombros das mulheres. Se esta realidade não mudar, as mulheres continuarão fora destes espaços historicamente masculinos e masculinizados (Entrevistada nº 17 – grifos nossos).

O entendimento de que as mulheres competem em condições desiguais também é compartilhado pelo deputado estadual, que destaca que o problema está em concorrer à vereança, pois, segundo o deputado, é uma ‘briga desigual e desumana’ e o que seria uma porta de entrada, um aprendizado, não acontece assim.

A Justiça Eleitoral deveria investigar para ver se não é laranja. Principalmente para vereador, ouve-se a pergunta ‘tu vai concorrer mesmo?’, se não for concorrer mesmo, manda tirar o nome da lista, para efetivar mesmo. Se a investigação confirmar que a mulher está ali somente para completar a nominata, notifica o

partido para tirar um nome masculino da lista para fechar a conta. A justiça eleitoral precisa efetivar a nominata! ‘E deu azar, as mulheres se elegeram, o partido deve estar olhando e dizendo: mas por que nós botamos essa mulher aqui e tiramos a vaga do fulano, do beltrano?’ (Entrevistado nº 19).

São três motivos, segundo o deputado, que afastam as mulheres da política, ou seja: primeiro, o ambiente é muito machista; segundo, “o homem se atira na campanha 24 horas, a mulher não consegue”; e terceiro, “tem o marido que não quer que ela seja política”. Para o deputado, este é o principal motivo e justifica apresentando o exemplo de uma colega deputada que tem filho pequeno.

O trabalho na política não tem horário para nada, as reuniões tem hora para começar e sem horário para terminar. Lembro-me da deputada Juliana, que tinha criança pequena de 6 meses, numa sessão que começou as 14 horas e terminou às 06 horas da manhã do dia seguinte, sem intervalo. Trouxeram a criança para cá, mas depois de um tempo foi embora, fazer o quê, condenar ela? Tinha a questão da maternidade, precisava amamentar. Acho que essa é uma questão complicada para a mulher (Entrevistado nº 19).

Sobre o comportamento de outros políticos em relação ao convívio com as políticas mulheres, o deputado (Entrevistado nº 19) destacou o seguinte:

Perguntinha indigesta né? A gente percebe, digamos assim, e talvez seja uma marca de gaúcho, né? Gaúcho tem muito de patrão, CTG... nós temos aqui na Assembleia 55 deputados, vamos dizer que a metade não se importa com essas coisas, nunca ouvi um comentário, nada, nada, mas tem outra metade que quando, por exemplo, a mulher vai para tribuna, se ele ainda estava ali, levanta e sai. Não dá importância, a mulher não vai falar coisa que interessa e se engana muitas vezes. Acha que a mulher vai falar besteira, não tem nada a ver. Talvez eu tenha exagerado um pouco, mas nós nunca tivemos aqui uma Presidenta da Assembleia e, ao que tudo indica, não vai ser tão próximo.

Nesse espaço, foram destacados os relatos de mulheres políticas e um político a respeito da presença da mulher na política. No próximo item, apresentam-se os relatos de pessoas que estão trabalhando com a política nos estados do Piauí e Ceará.

3.3.2 Contribuições de Palmeirais/Piauí e de Tejuçuoca/Ceará ao estudo sobre empoderamento político das mulheres

Palmeirais é uma cidade com população em torno de 14 mil habitantes (número estimado de 2014), localizada no centro-norte do Piauí. A maior parte da população, 61%, vive na zona rural e mais de 50% é composta por mulheres. A economia é baseada na criação de bovinos e suínos e produção de feijão, milho, mandioca, entre outros produtos. A

composição das pessoas com mais de 18 anos, economicamente ativas, que estão ocupadas não chega a 50%, as economicamente ativas que estão desocupadas é de mais ou menos 16%, e mais de 37% da população está economicamente inativa. Metade da população reside em uma moradia com banheiro e água encanada. O índice de desenvolvimento humano do município é considerado baixo, 0,562 (ATLAS BRASIL, 2013, dados de 2010).

Nesse município, foram entrevistadas quatro mulheres; uma presidente de associação de mulheres produtoras rurais, duas presidentes de associações de comunidades de assentamentos e uma secretária da Gerência da Mulher, em nível do município. Elas relataram suas trajetórias de empoderamento, suas compreensões sobre a mulher na política, sobre o desenvolvimento local e suas ações em prol da igualdade de gênero no ambiente onde atuam.

Percebeu-se que o tempo de escolaridade foi pouco, nenhuma das três presidentes de associações conseguiu concluir o ensino fundamental, foram até o 5º ano. Somente a secretária do município tem formação superior em Pedagogia.

A presidente da Associação de Mulheres Produtoras Rurais (Entrevistada nº 20) trabalha como costureira e sonha em conseguir uma sede própria para a Associação onde as mulheres possam trabalhar. Na localidade de Riacho dos Negros, residem 150 famílias, é a maior em densidade demográfica do município e não tem um posto médico para atendimento.

A presidente relatou que trabalhou de empregada doméstica por alguns anos em Brasília, quando voltou à localidade começou a costurar e verificou que as mulheres não tinham nada para fazer. Chamou uma colega e propôs de montarem uma associação somente de mulheres para trabalharem com sucos de frutas⁶⁹. Ouvia das mulheres “eu não sei fazer nada, só sei parir, acho que nasci no mundo só pra parir”. Pensa que não é nada disso, em suas palavras: “creio que se a gente se unir vai poder produzir algo, aprender, ter um negócio, crescer. As mulheres dessas localidades vão mudar”.

Sobre as mulheres na política, a presidente da associação relata que em Palmeirais as mulheres não conseguem se eleger por que o preconceito é muito grande. Relatou que durante um comício de uma mulher candidata a vereadora, ouviu de uma rodinha de homens: “eu não vou votar nessa daí. Vai fazer o que lá cima? Tem é que lavar roupa e parir. Então eu falei para um: mulher não é só pra parir, não! Então me responderam que ela não ia fazer nada e só iam roubar” (Entrevistada nº 20).

⁶⁹ Disse que viu que o chão é muito rico, com muitas frutas com fartura, “frutas tem bastante”, “que perdem acerola, o chão lotadinho de acerola e tudo perdido”. Foi numa reunião de artesanato em Teresina e falou tudo o que tinha, então o pessoal lhe disse que poderia aproveitar tudo das frutas, tanto para alimento como para bijuteria. Que começaram a fazer tempero caseiro e saem vendendo de porta em porta, mas ainda não conseguiram fazer os doces e as bijuterias por que ainda não tem sede. Que tem mulheres ali que fazem crochê e outras coisas. (Entrevistada nº 20).

Defende que a mulher deveria tomar uma iniciativa de liderança, que no Nordeste a liderança maior é dos homens, que as mulheres estão mais para “lavar, passar e parir”. Acredita que está faltando às mulheres compreenderem que devem assumir seu papel. “**A mulher deve assumir o papel dela**, não só de ser dona de casa, de ser mãe, de parir, mas de ter uma iniciativa, de trabalhar, em igualdade com o homem” (grifos nossos). Nas reuniões da associação, procura desenvolver um trabalho de conscientização de gênero com as mulheres. Se cada um dos moradores da localidade assumir seu papel, a localidade vai se desenvolver (Entrevistada nº 20).

Relatou que nas reuniões da associação sempre fala para as mulheres que elas têm que também trabalhar, tomar iniciativa, não só ser mãe e mulher, mas também ter punho forte dentro de casa como fora, pois tem muitas que falam “eu não vou arrumar emprego porque meu marido não deixa. Não vou trabalhar porque ele não quer, tenho que ficar esperando o salarinho dele”. A entrevistada relatou que respondeu a elas que não pode ser assim. Que elas precisam trabalhar, conversar com o marido, não brigar, mas sentar e falar para ele que também quer trabalhar, crescer, ganhar o seu salário, ser alguém na vida, levantar a cabeça e ir a luta, lutar e vencer, porque se você lutar com fé, com força e coragem você vai aonde você quer (Entrevistada nº 20).

A presidente da comunidade de Penicilina, fundada em 2006, é uma mulher que trabalha na roça com seus cinco filhos, tem curso de horta, doces, salgados e pintura em tecidos. Relata que ganhou a votação e foi eleita para presidente porque disse aos homens nas reuniões que se eles entregassem para as mulheres, elas iam correr atrás, pois a associação estava parada e nada acontecia. Costuma falar às pessoas: “Gente, vamos correr atrás! A associação estava sem se desenvolver, estava tudo atrasado e desorganizado. Fizemos uma reunião, teve votação e eu ganhei. Somos três mulheres. Eu, dona Maria do Socorro e dona Rita de Cássia” (Entrevistada nº 21).

As mulheres não se interessam pela política, esse é o pensamento da presidente da Associação dos moradores de Penicilina. Relata que hoje em dia os direitos são iguais e que essa história de preconceito não deve acontecer, pois a mulher não é mais nem menos que o homem, “somos todos iguais”. Mas ela concorda que a mulher precisa se manifestar para ter alguma coisa, andar sempre com a cabeça erguida e lutar pelo que quer, pois então conseguirá. Pensa que o homem é mais grosso e desiste com mais facilidade das coisas a que se propõe. Depois de estar como presidente, passou a pensar em concorrer ao cargo de vereadora, pois segundo ela, tem poucas mulheres como políticas porque elas não se interessam pela política, mas acredita que desenvolvimento significa trabalho para homens e

mulheres (Entrevistada nº 21).

A presidente da Associação dos pequenos produtores rurais da comunidade de Buritizinho tem três filhos e disse que desde criança trabalha na roça. Está como presidente há quatro anos e a comunidade vive basicamente do auxílio do programa do governo federal Bolsa Família e do Seguro Safra. Produzem arroz, feijão, milho e mandioca para o próprio consumo, mas nada de excedente para venda, pois falta estrutura para puxar a água do rio até a plantação. Gosta muito da política e um dia pretende se candidatar a vereadora, mas sabe que terá de enfrentar situações bem difíceis, que será uma luta, pois as pessoas da comunidade podem pensar que somente trabalhou na associação porque queria mais alguma coisa. As mulheres repreendem as próprias mulheres. “As mulheres não confiam nas mulheres” (Entrevistada nº 22).

A presidente relatou que muitas mulheres da comunidade lhe dizem que não sabem fazer nada e que os homens trazem algum dinheiro para dentro de casa. O entendimento sobre as mulheres terem de ficar em casa, lavar e parir, e o marido não deixar trabalhar, atrapalha as outras que pretendem entrar para a política, pois os homens não votam nas mulheres, não acreditam na capacidade delas, e as mulheres pensam como os homens, tratando as pretendentes à política com preconceito.

A presidente relatou que em reuniões com mulheres na associação, procura conversar sobre esses assuntos com elas, mas que ainda é um assunto muito difícil de tratar, pois as próprias mulheres tratam com preconceito outras mulheres quando essas saem para trabalhar ou participar de algum grupo. Entende que a grande mudança deve começar dentro de casa. Acredita que muito já foi conquistado, mas ainda falta muito, principalmente mais atitude dentro de casa, pois entende que “se a mulher agir dentro de casa, ela fará o mesmo aí fora. As mulheres da localidade vivem uma vida para parir, lavar, passar”.

Se não tem mulheres na política em Palmeirais é porque os homens acham que as mulheres servem para parir, lavar e cuidar da casa e as mulheres não têm força para enfrentar os homens. Os homens também não votam em mulheres por acharem que elas não são capazes de trabalhar como políticas (Entrevistada nº 22).

A secretária de Gerência da Mulher de Palmeirais já foi candidata a vereadora e não se elegeu, mas informou que vai se candidatar novamente. Entende que o desenvolvimento passa necessariamente pela disponibilidade de trabalho, porque “sem trabalho as pessoas ficam muito dependentes do governo e ficam sem atitude”. Quanto à presença da mulher na política, refere-se que ainda existe preconceito, mas não entende como esse sendo o maior dos obstáculos à mulher e sim a disponibilidade de dinheiro nas campanhas. Segundo a secretária,

“ainda existe muito preconceito com a mulher na política e, muitas vezes, pela própria mulher, mas acredito que para conseguir se eleger é preciso ter dinheiro, independente se é homem ou mulher” (Entrevista nº 26).

Tejuçuoca é uma cidade do norte cearense, onde mais de 60% da população vive na zona rural, com uma população em torno dos 17 mil habitantes (número estimado de 2014), onde a maioria é do sexo masculino. A criação de cabras é responsável pela economia da região e o cultivo da palma se torna produção obrigatória, em razão da escassez da água. O índice de desenvolvimento humano do município, assim como em Palmeirais, no Piauí, é considerado baixo, 0,584. As pessoas com dezoito anos ou mais, economicamente ativas que estão ocupadas, somam 51%, e destas, menos de 29% possuem ensino médio. Em torno de 40% da população está economicamente inativa. Em termos de condição de moradia, em torno de 38% da população reside em moradia com banheiro e água encanada (ATLAS BRASIL, 2013 – dados de 2010).

Nesse município, duas vereadoras foram entrevistadas, uma na localidade de Açude e outra na localidade de Vertente, ambas da zona rural do município.

A vereadora de Açude (Entrevistada nº 24) informou que, em 1993, assumiu como vereadora do município e desde então nunca mais saiu da política, sempre se reelegeu, até os dias atuais. Filha de fazendeiro, criou-se vendo o pai dar leite para as crianças de até dois anos da comunidade. Formou-se em Português e trabalhou como professora desde 1980. Relatou que nunca sofreu qualquer preconceito por ser mulher na política, mas entende que falta coragem para outras mulheres entrarem para a política, pois é preciso se dedicar por muitas horas do dia e da noite. Contou que quando sua filha era pequena, a professora da escola lhe chamou e disse que a política passa, mas a vida da sua filha ia continuar e que não deveria olhar somente para a política e sim para sua filha, pois ela ia perder o ano. Disse que chorou muito, mas continuou a trabalhar na política (Entrevistada nº 24).

Relatou que divide seu salário com a comunidade, entende que é seu trabalho. “Levo as pessoas daqui para Fortaleza no meu carro, gasto da minha gasolina. Eu organizo meu salário, deixo um pouco para minhas despesas e outra parte deixo para ajudar alguém” (Entrevistada nº 24).

Esse entendimento sobre ajudar as pessoas da comunidade é compartilhado pela outra vereadora do município. A vereadora da localidade de Vertente relatou que desde criança sonhava em ser vereadora, pois tinha uma tia que foi deputada estadual. A vereadora atua na área da saúde, que costuma levar as pessoas da comunidade em seu carro para consultar ou fazer exames em Fortaleza. Disse que deixa um pouco do seu salário para sobreviver e o outro

pouco deixa para ajudar as pessoas que precisam. A vereadora destaca: “Sou uma agente facilitadora” (Entrevistada nº 25).

As mulheres não se interessam pela política, segundo as duas vereadoras. E em Cuba, como as mulheres se empoderaram politicamente?

3.3.3 O empoderamento político das mulheres em Cuba

Cuba contabiliza uma população em torno de 11 milhões de habitantes distribuídos em 15 províncias e 168 municípios. A maioria da população é de mulheres, a cada mil mulheres são 996 homens. A respeito da educação, consta que 58% das pessoas que cursam a educação superior são de mulheres. As mulheres no exercício do poder e em cargo de tomada de decisões representam os seguintes dados em 2013: parlamentares: 48,86% do total; presidentas de províncias: 66,7%; presidentas municipais: 34,5%; ministras: 33,3%; vice-ministras: 40%; e integrantes de Conselho de Estado: 41,9%⁷⁰.

Num período de nove dias, em Havana, Cuba, foram entrevistadas sete pessoas sobre o empoderamento das mulheres cubanas, entre elas, quatro são professores da Universidade de Havana, uma funcionária de Relações Internacionais da Federação das Mulheres Cubanas (FMC), uma funcionária do Ministério da Agricultura e uma Deputada da Assembleia Nacional.

Num primeiro momento, o Professor Dr. José Bell Lara (Entrevista nº 28) expôs a situação política de Cuba. Destacou que a democracia cubana é diferente da democracia de outros lugares, pois entende que vários partidos políticos não garantem a democracia. O professor relatou que, a partir de 01 de janeiro de 1959, começa uma nova etapa em Cuba, um governo provisional. Fidel assume como primeiro Ministro em uma democracia armada. A população participava com sugestões/ideias para a criação de medidas de desenvolvimento econômico, mas essas medidas afetavam os Estados Unidos e a burguesia cubana. Vai surgindo um novo Estado – Estado Revolucionário. Durante um tempo, não houve eleição, foram outros organismos de escolha em um processo paulatino. Segundo o professor, a Revolução “transita a ser socialista”, se identifica com o socialismo, a partir da criação de vários organismos. A administração destes organismos ficou sob a responsabilidade de

⁷⁰ Outros dados sobre a situação em números da mulher cubana, ou seja, as mulheres constituem: 53% do total dos trabalhadores das unidades de Ciência e Inovação Tecnológica; 16,9% das sócias do setor agrícola cooperado; 48% dos pesquisadores científicos do país; 58% dos médicos; 66,2% da Controladoria Geral da República; 66% do Tribunal Supremo; e 77,8% da Fiscalização Geral da República. Dados da FMC – Cubanas em cifras (novembro de 2014).

pessoas que trabalhavam em prol da comunidade onde residiam.

Entre 1959 e 1976, ocorreu um processo de transformação profunda em Cuba. Em 1974, teve início o processo de desenvolvimento da Constituição cubana e, em 24 de fevereiro de 1976, é promulgada a Constituição da República de Cuba. Nas palavras do professor: “um sistema político que responde aos interesses do país, uma Constituição que proclama os objetivos do socialismo” (Entrevistado nº 28).

A estrutura política de Cuba é assim formada: em nível de nação, a estrutura é composta pela Assembleia Nacional, pelo Conselho de Estado e pelo Presidente do Conselho de Estado; nas 15 províncias, pela Assembléia Provincial; e nos municípios, pela assembleia municipal – são 168 municípios com 81 delegados. Os grupos políticos são representados pelo Partido Comunista de Cuba (PCC) e pela União de Jovens Comunistas (UJC).

A Professora Dra. Elena Diaz explanou sobre a situação da mulher cubana (Entrevistada nº 29)⁷¹. Segundo ela, a Revolução cubana resultou em transformação maior para mulheres, pois antes do triunfo da Revolução trabalhavam como domésticas e em bares, atendendo os fregueses, principalmente atendendo sexualmente. Essas mulheres foram as primeiras a receber o benefício da leitura e da escrita e trabalhar em outros locais, nos quais não precisavam se prostituir. Informou que nessa época começou a trabalhar como professora e tinha o compromisso de retirar essas mulheres dos empregos vulneráveis e deletérios.

Em agosto de 1960 foi fundada a Federação das Mulheres Cubanas (FMC) pela esposa de Raul Castro e em 1975 tem-se a promulgação do Código de Família garantindo direitos iguais para mulheres e homens. No entanto, segundo a professora, somente com garantia de direitos não basta. “Em Cuba, a lei não permite diferenciação salarial entre homens e mulheres, mas Cuba é machista, homens e mulheres são machistas”. Cuba é um dos países que mais avançou na igualdade entre homens e mulheres, destaca a professora.

A professora menciona alguns desafios ainda presentes: primeiro, as mulheres são responsáveis pelos cuidados (família e casa) – a segunda jornada de trabalho; e segundo, as mulheres não estão efetivamente representadas na hierarquia política em Cuba⁷². Relata que em Cuba, não há um grande estímulo para uma mulher exercer cargo de direção, porque exige um grande tempo extra. “Para a mulher é muito difícil trabalhar em excesso e ainda cuidar da

⁷¹ A professora Elena reside em uma localidade chamada de Vedado (proibido) – era conhecida por nela residirem pessoas que tinham recursos (somente para ricos). Ela é graduada em Filosofia e pós graduada em Economia.

⁷² A professora Elena exemplifica esse fato por uma conversa que ouviu de uma Decana (*investigación da Facultad*) quando foi perguntado a ela se queria ser Reitora, a Decana respondeu que não porque não tinha uma esposa. Disse que participou de um debate com mulheres dirigentes de postos de direção de média responsabilidade (tipo gerente no Brasil) que haviam sido promovidas recentemente: foi solicitado que elas detalhassem como seria uma pessoa líder. O resultado foi que as mulheres falavam de um líder masculino.

casa, esse é um grande obstáculo”. Explica que o resultado tem sido um alto índice de divórcio, pois as mulheres exigem mais e os homens não aceitam ser iguais. A cultura patriarcal é muito forte em Cuba e no mundo (Entrevistada nº 29).

As mulheres políticas participam ativamente das decisões políticas, 67% são qualificadas para o trabalho, segundo a professora Elena. No entanto, participam diferente dos homens, pois elas são menos autoritárias e os resultados são mais condizentes com benefícios para a família toda. A mulher é menos competitiva do que o homem. No entanto, mesmo sendo quase a metade no Parlamento (trabalho político voluntário), ainda obedecem a ‘Lei dos Homens’, porque os cargos máximos ainda são ocupados por homens.

A tarefa doméstica para as mulheres pode se tornar mais intensa em alguns lugares, a exemplo de Cuba. Para a professora Elena, “a mulher não vai retroceder”. No entanto, a carga doméstica em Cuba é mais intensa do que em outros lugares, pois a maioria das mulheres cubanas não tem acesso a recursos de bens como micro-ondas e máquina de lavar, ou seja, as mulheres passam por mais dificuldades para cumprir a carga doméstica (Entrevistada nº 29).

A situação das mulheres cubanas, atualmente, enfrenta o limite da mudança de pensamento, ou seja, da consciência de gênero. Para a professora Elena, a teoria feminista é um processo de busca pela igualdade entre homens e mulheres e não uma teoria contrária ao machismo, então acredita que as mulheres cubanas, apesar de terem avançado muito na conquista de direitos e espaços, ainda estão confusas em relação a identificação com o feminismo. O maior limite está na vida privada. Em suas palavras:

Quando a mulher começa a pensar em sua condição para com as demais pessoas da família, educa os filhos de uma forma mais igualitária, cobra do seu companheiro uma atitude mais ativa em relação ao compartilhamento das tarefas do lar, e então quando sai para o trabalho irá exigir também uma postura de compartilhamento com seus colegas de trabalho, como também irá procurar trabalhar essa evolução do pensamento com outras mulheres, criando então um ambiente de maior igualdade de condições entre homens e mulheres (Entrevistada nº 29).

A Professora Dra. Tania Caran (Entrevistada nº 31) trabalha com a questão do empoderamento das mulheres cubanas. Relata que, depois do triunfo da Revolução, toda a mudança aconteceu com a pessoa no centro, não interessando se homem ou mulher. É o total das pessoas no centro, mas não com a consciência de diferenciação de gênero. Utiliza como exemplo, o Código da Família.

As mulheres têm necessidades diferentes do que os homens, então é necessária a consciência de diferenciação de gênero. Para a professora, é preciso capacitar em gênero, deve haver uma transversalização de gênero na educação. Acredita que capacitar em gênero

deve passar por todos os programas que perpassam a família, escolas e na sociedade⁷³. Destaca que “o verdadeiro desenvolvimento de um país, na área rural ou urbana, requer homens e mulheres atuando juntos e sendo respeitados em suas diferenças” (Entrevista nº 31).

As diferenças entre homens e mulheres não são naturais, e sim sociais, pois os homens pensam que o cuidado com os filhos deve ser somente dever da mulher, e isso está errado, pois a mulher tem a condição natural de gerar um filho pela gravidez, mas, depois que nasce, são os dois que devem ter os cuidados para com seus filhos. A professora lembra que as mulheres negras têm dois desafios, pois além de serem mulheres, são negras.

Em Cuba, o empoderamento político da mulher pode ser exemplificado pela pirâmide. Ou seja, são 08 Ministras e 01 vice-presidenta. No ápice, onde se tomam das decisões – somente homens; no meio, participação feminina elevada (48% são mulheres na Assembleia); na base, camada elevada e com muita participação de mulheres. Em suas palavras:

Em Cuba nunca teve uma presidente, ou seja, o poder do uso dos recursos e o poder final sempre foram dos homens, passa pela mente dos homens. Em razão disso, é muito importante a qualificação, pois quando as mulheres assumirem cargos de direção (representatividade política) elas desenvolverão políticas e programas para homens e mulheres. (Entrevistada nº 31).

A FMC deve atuar mais nas comunidades, deve ser mais acessível às pessoas da localidade, pois muitas mulheres não sabem o que é a FMC, segundo a professora Tania. Acrescenta, “o empoderamento da mulher se realiza com qualificação e consciência de gênero”. Relata que Cuba possui 11 milhões de pessoas, e o objetivo primeiro, atualmente, é crescer economicamente, no entanto, as mudanças na economia não podem afetar as conquistas sociais, de responsabilidade do governo.

Não pode haver igualitarismos, e sim focar em alguns grupos sociais, mais vulneráveis. Exemplo: a tendência é que o governo reduza a quantidade de pessoas que receberão os benefícios alimentares e demais ajudas, delimitando essa ajuda somente para as pessoas que realmente precisam, no entanto como saber exatamente quem são essas pessoas? Esse é um grande desafio, pois tem pessoas que quando chega algum fiscal em sua casa para verificar a real necessidade de ajuda governamental, essas escondem o bem-estar (computador, telefone, televisão, DVD) e mentem que precisam sim de ajuda. Pois tem muitas pessoas que recebem remessas do exterior e continuam recebendo do governo (Entrevistada nº 31).

O empoderamento político é um ciclo, é um processo, para a professora Tania, ou seja: ter boas condições de saúde, ter acesso à educação, ao conhecimento dos direitos, acesso ao

⁷³ A professora Tania exemplifica com a seguinte situação que, segundo ela, é comum em Cuba: uma professora quando termina a aula fala para os alunos que eles podem sair, mas que as alunas fiquem para lhe ajudar a limpar a sala.

emprego. A mulher vai pensando, vai criando uma conscientização de gênero, quando ela tem a conscientização de gênero, sua participação é melhor, ela tem voz, e quando ela participa, ela tem condições (qualificação e consciência) de estar no controle, ou seja, assumir cargo de direção (ou de representatividade política).

A Professora Dra. Norma Vassalo é presidente da Cátedra de *La Mujer, Universidad de La Habana* (Entrevistada nº 34). Tem desenvolvido vários estudos sobre a mulher no século XXI. Relatou que existe sim muito preconceito no ambiente político para as mulheres em Cuba. Que depois da Revolução, as mulheres achavam que estavam bem, que já tinham seus direitos garantidos e estava tudo resolvido, que não precisavam mais se preocupar, no entanto, ainda falta consciência feminista (de gênero) para as mulheres políticas.

A professora Norma destacou que as mulheres cubanas enfrentam mais um problema, que são os serviços domésticos, pois esses serviços em Cuba são mais trabalhosos, requerem mais tempo, porque as mulheres não têm acesso a eletrodomésticos como lavadora, forno de micro-ondas, entre outros que facilitam a vida de uma mulher nas tarefas da casa. Esse problema também foi apontado pela professora Elena Diaz.

No Parlamento, não é discutida uma agenda de gênero, de mulher. Para a professora, “não adianta ter mulheres na política. É necessário que as mulheres que ocupam cargo político tenham consciência de gênero. Fidel tem mais consciência de gênero, pois realizou mudanças importantes considerando diferenças entre homens e mulheres” (Entrevistada nº 34).

As mulheres que chegaram a postos elevados na política precisaram se qualificar muito. Segundo a professora Norma, precisaram ser ‘mulher de bigode’, pois tiveram que se comportar como homem. Inclusive tem notícia que algumas mulheres políticas batiam com o punho na mesa quando precisavam ser ouvidas, um gesto masculino de mostrar força física. Ou seja, imitam o modelo masculino (Entrevistada nº 34).

A participação feminina no Poder Popular foi o assunto desenvolvido pela funcionária de Relações Internacionais da FMC⁷⁴, Sra. Maritzel González (Entrevista nº 30). Segundo Maritzel, Cuba não tem sistema de cotas para firmar uma quantidade mínima de mulheres na política, pois entende que não basta ser mulher e sim precisa ter condições para desempenhar

⁷⁴ A FMC é uma organização de massas, não governamental, é um Conselho Consultivo. Fundada em 23/08/1960, é um mecanismo nacional que tem influência sobre as políticas públicas e / ou programas que serão desenvolvidos. A FMC está presente em todos os ministérios do governo; possui representação nos 168 municípios e nas 15 províncias. Conta com mais ou menos 4 milhões de mulheres associadas. Em cada município tem uma Casa de Orientação a La Mujer e La Familia. São 174 casas no total, oferecendo diversos tipos de cursos, também essas casas servem de lugar para a prática de mediação. A FMC sempre é consultada. A FMC possui poder legislativo, elabora leis; possui uma Comissão dentro do Parlamento, ou seja, a FMC possui um poder muito forte no Parlamento, segundo a Maritzel (Entrevistada nº 30).

o cargo. Quase metade do Parlamento é formado por mulheres que defendem os direitos das mulheres.

Informou que, no início, quando do triunfo da Revolução, a preocupação era garantir que as pessoas fossem alfabetizadas, depois, alcançar ao 6º grau e ao 9º grau e, depois, a graduação. “Sem recursos econômicos, mas com estudo, todos os jovens estão na escola. O sistema é assim”. A televisão instrui muito, inclusive com um sistema preventivo de saúde. Relatou que para ser uma Parlamentar, antes precisa trabalhar muito com a comunidade e ser instruída. “Em Cuba, a solidariedade é um argumento muito importante”. 50% dos parlamentares são oriundos das organizações de massas e 50% são personalidades (Entrevista nº 30).

A Dra. Ada Cuesta (Entrevistada nº 32), funcionária do Ministério da Agricultura, explicou o programa IGECSA⁷⁵ – *Igualdad de Género para La Gestión con Calidad de La Seguridad Alimentaria*, uma experiência demonstrativa de um sistema de gestão em igualdade de gênero para o setor agropecuário em Cuba. Essa experiência faz parte do Programa de Apoio Local para a Modernidade Agropecuária em Cuba - PALMA, o qual teve início em 2009. A partir de 2011, o tema de gênero começou a fazer parte do programa PALMA. “Quando se trata de gênero, a sensibilização pela igualdade, igualdade como não discriminação, deve ser constante, afinal estamos falando de homens e mulheres” (Entrevistada nº 32).

A Sra. Maritza Marquette Zaijas é Delegada de Base, Presidente do Conselho Popular Rampa e Deputada da Assembleia Nacional (Entrevistada nº 33). Ela informou que a mais nova parlamentar tem 21 anos e é estudante de Medicina. São 612 parlamentares, sendo que 48% são mulheres; o mandato é de 5 anos (2014 – 2018)⁷⁶.

⁷⁵ Sobre o IGECSA: *IGECSA es un instrumento para que las entidades del sector agropecuario; modifiquen las prácticas de gestión que mantienen o profundizan las desigualdades de género e generen nuevas prácticas de gestión que contribuyan a cerrar las brechas de género que se identifiquen.*

Requiere: Visibilizar las desigualdades de género (brechas) que existen en las entidades; Identificar las prácticas de gestión que afianzan o ignoran esas desigualdades; e Modificar esas prácticas y contribuir al cierre de las brechas para alcanzar una gestión de mayor calidad.

Principios que constituyen guía conceptual, metodológica y política: Igualdad entendida como no discriminación; La equidad entendida como medio para alcanzar la igualdad; Enfoque participativo e incluyente; Mejora progresiva y continua; Transformación de la gestión intraorganizacional para la igualdad de género; Igualdad de género para la gestión con calidad; Comprensión sistémica de la seguridad alimentaria; e Gestión del conocimiento para potenciar la igualdad de género.

Desafíos para la implementación: Continuar siendo acreedora del reconocimiento Experiencia Destacada de la convocatoria regional del PNUD 2014 “Experiencias que marcan la diferencia: Transversalidad de la igualdad de género en las políticas públicas de América Latina y el Caribe”.

⁷⁶ Entre 16 a 18 de dezembro, os parlamentares trabalham em comissão, sendo que pertence a Comissão de Saúde Pública e Saneamento. Em 19/12 tem uma reunião da Assembleia Nacional. Ocorrem duas reuniões por ano, mas podem acontecer outras reuniões chamadas de Assembleia Extraordinária, sempre quando for necessário, como por exemplo, analisar as leis. Municípios: base – delegado de base; Província: Havana –

Quando do triunfo da Revolução, as pessoas escolheram as construções sociais, como hospital, escolas, caminhos, energia elétrica e deixaram as casas privadas. Hoje, as casas precisam ser reformadas. A deputada trabalha também junto a Operação Vitória, que promove ajuda aos filhos dos pais que estão presos e também jovens que estão em situação de vulnerabilidade. Como Presidenta do Conselho Popular tem um dia da semana que se reúne com lideranças da comunidade para discutir assuntos da saúde, educação, casas, fiscalização, polícia, FMC, CDR⁷⁷.

Disse que precisa conversar todos os dias com as pessoas, olhar para elas, ouvir, repassar as informações sem mentiras ou ilusões. É um trabalho muito difícil e também por ser deputada não recebe nenhum benefício monetário, não possui nenhuma preferência, não tem qualquer privilégio ou preferência, muito ao contrário, precisa ser mais humilde, mais sincera, escutar mais o povo, entender e respeitar, pois foi esse povo que a elegeu para cuidar dos assuntos da população e, se a elegeram, é porque confiam nela, então não tem o direito de trair essa confiança.

Relatou que ela e suas colegas deputadas procuram cumprir o trabalho com dedicação, mesmo enfrentando dificuldades, pois não recebem remuneração e mesmo assim trabalham com carinho e preocupação para com o outro. Disse que Cuba é uma potência médica, que é o número um em medicina, que exporta médicos para o mundo inteiro. Ainda, foi o primeiro país da América Latina a erradicar o analfabetismo. Uma localidade bem desenvolvida, segundo a deputada, ou seja, o sonho de Cuba desenvolvida passa por investimento nas casas. Relatou que conhece situações onde são 33 pessoas vivendo em uma peça, sendo que destas, 17 são crianças, mas que mesmo vivendo em situações precárias em termos de estrutura da casa, não passam fome e todas vão a escolas.

“Aqui em Cuba, as mulheres tem voz de mando, aqui os homens respeitam as mulheres, os companheiros ajudam muito no trabalho do dia a dia”. Em reunião da Assembleia, o Presidente fez muitos elogios para o trabalho das mulheres. Quando as deputadas vão falar, os homens respeitam, escutam prestando atenção e depois batem palma, como também ocorre o inverso com as mulheres em relação aos deputados. “Aqui em Cuba

delegado provincial; Nacional: Deputados (para ser deputado tem que ser delegado de base). Assembleia Nacional (deputados e ministros): 50% (306) - delegados de base e 50% (306) personalidades = ministros. Os deputados e delegados de base não recebem remuneração e nem privilégios. Os deputados têm o dever de controlar, fiscalizar, ouvir as pessoas – Comissão permanente de trabalho. Delegada de base: sai do bairro (dois anos e meio). CDR: Comitê de Defesa de La Revolución, criado em 28/09/61. Sai um candidato de cada CDR e cada circunscrição, no mínimo 02, para escolher um delegado, que tem por objetivo defender os direitos do povo. É um trabalho de base. Informações prestadas pela Deputada (Entrevistada nº 33).

⁷⁷ CDR: Comitê de Defesa de La Revolución, criado em 28/09/61

somos muito solidários”. Em sua circunscrição, são 17 delegados (onde tem mais homens do que mulheres) e ela é a Presidenta (Entrevistada nº 33).

A razão de ser do povo cubano é ser alegre. A deputada disse que já ouviu de alguém: ‘você são o único povo que riem da própria desgraça’. Como é uma ilha, aqui não existe regionalismo, “todos somos cubanos”. “Somos Cuba”. “Somos cubanos, somos seres humanos”. “Para trabalhar bem na política, deve primeiro aprender a administrar o lar”. “É preciso ter consciência política, olhar para as pessoas, entender que o centro é sempre as pessoas” (Entrevistada nº 33).

De acordo com os relatos das entrevistas de Cuba, verificou-se que o entendimento central é que são as pessoas que devem estar no centro de tudo. Que é preciso olhar para as pessoas.

Neste capítulo, apresentaram-se os resultados da pesquisa realizada com pessoas, no RS, Piauí, Ceará e em Havana, sobre o empoderamento político das mulheres. Primeiramente, foi apresentada a trajetória das mulheres na política representativa no RS, as mulheres no ambiente político brasileiro, ou seja, o direito de votar, as primeiras mulheres que entraram para a política brasileira, a política de cotas eleitorais, a classificação mundial de mulheres nos parlamentos nacionais; também a composição política representativa das mulheres no RS. Na sequência, apresentou-se o resultado da pesquisa com as mulheres empoderadas na política representativa que fazem parte da pesquisa. Trajetórias e especificidades no trabalho político, os significados, compromissos e ações referente ao desenvolvimento local, as percepções sobre a mulher na política e o estado de confiança destas. Na última parte do capítulo, apresentou-se resultados de pesquisa com os casos ilustrativos.

No próximo capítulo, analisa-se o empoderamento político da mulher. O espaço feminino na política representativa e o reconhecimento da legitimidade e a atribuição da representatividade.

4 O DESENVOLVIMENTO LOCAL PELO OLHAR FEMININO: PARTICIPAÇÃO, LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE NO RS

Pelo fato de ser recém chegada ao mundo dos homens, tem menores possibilidades de êxito. A homens e mulheres igualmente repugna submeterem-se às ordens de uma mulher, têm mais confiança no homem. Simone de Beauvoir – Filósofa (BEAUVOIR, 2009, p. 201)

Neste capítulo, objetiva-se analisar a trajetória de empoderamento, através do espaço feminino da política representativa, as especificidades da participação feminina na política e os significados de desenvolvimento local para as mulheres empoderadas politicamente.

4.1 O ESPAÇO FEMININO NA POLÍTICA REPRESENTATIVA

As conquistas atuais, de um modo geral, e as políticas em especial, refletem muito as lutas incansáveis do movimento feminista. Educação igual para meninas e meninos, mulheres com direito a bens da família, direito de votar e ser votada, são exemplos de conquistas de uma longa luta de reivindicações promovidas pelas feministas. No movimento pós-feminista, as mulheres querem olhar para elas mesmas antes de se relacionar com os outros, querem um relacionamento que priorize sua autonomia. As mudanças estão acontecendo, fazem parte de um processo, é um caminho longo que exige persistência.

4.1.1 O movimento feminista e o pós-feminismo

“Quando for abolida a escravidão de uma metade da humanidade e todo o sistema de hipocrisia que implica, a ‘divisão’ da humanidade revelará sua significação autêntica e o casal humano encontrará sua forma verdadeira” (BEAUVOIR, 2009, p. 935).

A partir das primeiras vozes levantadas em prol da defesa dos direitos da mulher, inicia-se um processo de empoderamento. Inicia-se um processo de busca de poder, até então de posse de somente uma parte da população, é a mudança em perspectiva. Como já referido no capítulo um, a origem do conceito é disputada tanto pelos movimentos de mulheres como pelo movimento *American Blacks*, no século XX, ou seja, o termo empoderamento tem relação com a defesa dos direitos das mulheres com vista à cidadania. A mudança em perspectiva tem início com as vozes do feminismo em várias partes do mundo.

O empoderamento econômico das mulheres é a chave do desenvolvimento do país. “*El empoderamiento económico se define como el hecho de tener acceso y control de los medios necesarios para poder vivir en condiciones sostenibles a largo plazo, y de recibir los beneficios de dicho acceso y contro.* (CARR, 2000, p. 8).

John Stuart Mill, quando escreveu *The subjection of Women*, em 1869, afirmou que o conhecimento que os homens podem adquirir sobre as mulheres é imperfeito e superficial, e que ainda iria passar algum tempo para que as próprias mulheres pudessem, elas mesmas, defender suas ideias. A preocupação do pensador era com a liberdade, no entanto, a discussão sobre a igualdade entre homens e mulheres esteve presente na obra do filósofo liberal, ou seja: “Ao longo de toda a evolução da história humana, a condição das mulheres tem-se vindo a aproximar da igualdade com os homens” (MILL, 2006, p.71).

Mill (2006) se pronunciou oficialmente em defesa do voto feminino. Seu discurso pela igualdade do homem e da mulher na família e na sociedade o transformou em ativista do feminismo. No entanto, a sociedade resistia à argumentação de Stuart Mill e, no final do século XIX, ainda se acreditava que a mulher representasse uma subespécie cujo único destino era a procriação (SAFFIOTI, 2013).

O movimento feminista transformou a condição das mulheres em vários locais do mundo. Luta incansável por igualdade e liberdade resultou em conquistas femininas indiscutíveis, com ações contra a desigualdade e discriminação que modificaram o comportamento das mulheres. Esse movimento teve início ainda no século XIV, através do discurso da poeta francesa Christine de Pisan, defendendo uma educação igual para meninas e meninos.

Pensamento contrário de Jean Jacques Rousseau (1995), que além de defender a ideia de educar diferentemente homens e mulheres, também relata que as mulheres devem reinar em casa como um ministro de Estado. A mulher pertencia ao mundo interno e o homem ao mundo externo, da política. “Ela deve reinar na casa como um ministro de Estado, fazendo com que comandem o que quer fazer. [...] Fora de casa ela é sempre ridícula e mui justamente criticada. [...] Todas essas mulheres de grandes talentos só aos tolos impressionam” (ROUSSEAU, 1995, p. 489-491).

A partir de então, a Revolução Francesa se tornou o palco para outras lutas futuras por mais direitos às mulheres, afinal, estava-se revolucionando por um alargamento de liberdades.

A Revolução francesa foi alimentada por uma coalizão de grupos descontentes com o Antigo Regime, cujo governo era solapado, entre outros, por problemas financeiros. Uma vez derrubado o regime, o espaço estava livre para o combate

entre os grupos que se aliaram para precipitar sua queda. Novos grupos, novos indivíduos, e entre eles as mulheres, politizaram-se em uma extraordinária efervescência de clubes, jornais, circulação e discussão de ideias sobre a estrutura de um novo Estado (TILLY, 1994, p. 60-61).

Olympe de Gouges, escritora francesa que publica *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, foi guilhotinada em três de novembro de 1793. “A sentença que a condenou acusava-a de ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo” (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 34).

Após a Revolução Francesa, mesmo que escassamente, houve certo alargamento das liberdades humanas, mas não para todas as pessoas, nem para os dois sexos de forma igual. “O alargamento das liberdades humanas foi processo que atingiu escassamente a mulher, independentemente da classe social a que pertence” (SAFFIOTI, 2013, 161). Fez-se silêncio por três décadas. Era um indício de que essa luta seria longa.

No início do século XIX, várias vozes se levantaram em prol de mais direitos para as mulheres, sejam eles de ordem econômica, social, sexual ou política. A política é apenas uma parte desse processo de empoderamento, e, como já referenciado, tem se mostrado a parte mais sensível da trajetória de luta por direitos de cidadania.

Uma linha do tempo dos movimentos feministas das mulheres brasileiras é elaborada por Bandeira e Melo (2010), com o objetivo de mostrar que as mulheres estiveram presentes na história do Brasil. O estudo considera como marco inicial o ano de 1822, quando Maria Leopoldina de Habsburgo, princesa do Brasil, assumiu a regência do país em um período de afastamento do marido, D. Pedro.

O século XX foi marcado pela luta crescente das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos políticos. Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz, médica, é eleita a primeira Deputada Federal do Brasil pelo estado de São Paulo. No mesmo ano, Almerinda Gama, trabalhadora negra, é eleita Deputada Classista para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Nas eleições estaduais de 1934 nove deputadas estaduais foram eleitas, mas nenhuma no RS.

As primeiras mulheres que assumiram cargos de representação política no Brasil são instruídas e de origem econômica abastada, como Alzira Soriano, a primeira prefeita, era filha de fazendeiro e de pele branca. Maria do Céu Fernandes de Araújo, primeira deputada estadual, era filha do coronel e tradicional político Vivaldo Pereira, e irmã do ex-governador José Cortez Pereira de Araújo. Carlota Pereira de Queiroz, primeira deputada federal, era médica.

A origem social, o nome de família rica e a presença de homens políticos na família são elementos que explicam as conquistas políticas dessas mulheres, principalmente quando se refere à instrução. Leram, aprenderam, tiveram condições de formular críticas, ou seja, já se encontravam em processo de empoderamento. É normal que as primeiras mulheres na política tenham sido pessoas que avançaram mais no processo de empoderamento, no entanto, essas mulheres tiveram uma grande responsabilidade, pois é a partir delas que as demais se veem no caminho político, elas servem como exemplo.

Quando ocorre pela primeira vez um evento, como é o caso da eleição da primeira prefeita negra do RS, em 2012, o impacto é forte, visto ser uma novidade, com muita publicidade e curiosidade sobre quem é a pessoa, como chegou lá, vários questionamentos sobre suas capacidades, ou a possibilidade de ser apenas voto de protesto, situações essas que enfrentou a prefeita da cidade de Dois Irmãos, de colonização alemã.

Pode se tratar de um evento que se traduz em orgulho, mas também muito perigoso, por se tratar de uma posição de símbolo; ou seja, essa mulher é a representante de outras mulheres no geral, nesse caso específico, das mulheres negras⁷⁸. Para essa mulher símbolo o erro quase não é permitido.

O movimento feminista é assim, recheado de eventos ocorridos pela primeira vez, desde o século XIV⁷⁹. Pelo próprio sentido do feminismo, consideramos o movimento exatamente como um movimento, não para nunca, e se alimenta por cada nova ideia nele inserida. Então, uma sociedade democrática e cidadã passa por desconstruir estereótipos para avançar em direção à igualdade de direitos e à equidade de gênero (PRÁ; EPPING, 2012).

No entanto, tem autor que defende já se estar vivendo a fase do pós-feminismo. Se o

⁷⁸ Dahlerup (1986, p. 130) cita um trabalho realizado por Rosabeth Moss Kanter (1977) sobre o conceito de símbolo e enumera alguns dilemas e contradições para o indivíduos que estão em posição de símbolos. “Las personas símbolos son al mismo tiempo representativas y Excepcionales; – Se las vuelve conscientes de sus diferencias ante los que son predominantes numéricamente, pero a menudo tienen que fingir que las diferencias no existen, o que no tienen implicaciones. – Las personas símbolos están entre los más visibles y dramatizados de los actores, notablemente en escena. – Las personas símbolos son los "individuos" por excelencia en la organización, ya que se mantienen aparte de la masa de los miembros del grupo de iguales. – Aquellas situaciones donde se supone que los miembros de la organización se "relajan" (la hora de tomar una copa después del trabajo, las fiestas, los eventos deportivos) son a menudo las más tensionantes para las personas símbolos. – Las personas símbolos padecen de soledad.

– En tanto son pocas en cantidad, las dificultades de interacción alrededor de las personas símbolos (y sus problemas personales) son vistas por la organización como una gran desviación de sus propósitos centrales, como una pérdida de energía, y conducen a la conclusión de que no vale la pena tener allí a gente como las personas símbolos. – En resumen, la ambivalencia organizacional, social y personal rodea a la gente que está en posición de símbolo”.

⁷⁹ Louise Tilly (1994), utiliza a definição funcional e completa de feminismo com três componentes: 1. A defesa da igualdade dos sexos ou oposição da hierarquia dos sexos; 2. o reconhecimento de que ‘a condição das mulheres é construída socialmente, [...] historicamente determinada pelos usos sociais’; 3. a identificação com as mulheres enquanto grupo social e o apoio a elas.

movimento feminista reflete um movimento pela igualdade entre mulheres e homens, o movimento pós-feminista se volta para a própria mulher: “O pós-feminismo não é um movimento social, mas um movimento de reconstrução cultural pela superação dos conflitos e polarizações que emprestaram sua força principal ao modelo europeu de modernização” (TOURAINÉ, 2011, p. 117).

Touraine (2011) relata que as mulheres do pós-feminismo não querem construir uma sociedade de mulheres e sim criar, a partir delas próprias, um novo modelo de cultura, ou melhor, uma sociedade de homens e mulheres. O feminismo foi importante no sentido que serviu de orientação e ação para mudar as leis, a política e a opinião pública; já no pós-feminismo, as mulheres querem transformar e reconstruir uma relação com elas mesmas; uma busca incessante pelo convívio sem hierarquias entre homens e mulheres. “A nova cultura, conduzida pelas mulheres, não busca nem excluir nem colocar os homens numa posição inferior, mas pretende que todos harmonizem o que tinha sido separado e marcado pela pecha da superioridade ou da inferioridade” (TOURAINÉ, 2011, p. 119).

As mulheres do pós-feminismo, principalmente as francesas do estudo de Touraine (2011), têm um comportamento indiferente em relação à ação política; elas reconhecem que o espaço que o sistema político destina a elas é reduzido, no entanto não acreditam mais na ação política no mundo em que vivem. O pós-feminismo permitiu a construção de uma sociedade de mulheres, onde os homens vivem em uma posição de reciprocidade nas relações:

Hoje, as mulheres têm mais capacidade do que os homens de comportarem-se como sujeitos. Ao mesmo tempo porque elas carregam o ideal histórico que é a recomposição do mundo e a superação dos dualismos antigos e porque elas assumem mais diretamente a responsabilidade com seu corpo, com seu papel de criadoras da vida, com a própria sexualidade (TOURAINÉ, 2011, p. 190).

As mulheres do movimento pós-feminismo não apresentam um interesse considerável pela ação política, talvez por estarem mais preocupadas em construir a si mesmas, onde tenham domínio sobre sua própria vida. As mulheres da geração pós-feminista são menos combativas e menos políticas, porém a política não é lugar de homens e sim lugar de homens e mulheres, considerando suas diferenças, suas ideias e seus interesses.

Existe realmente uma geração pós-feminista? A professora cubana Norma Vassalo (Entrevistada nº 34) não compreende o movimento feminista dessa forma, visto que o termo pós significa uma antecipação de algo que ainda não ocorreu, e o feminismo ainda está acontecendo, faz parte de um processo, é um movimento.

Valcárcel⁸⁰ (1994) define feminismo como sendo uma ideologia e, como tal, deve persistir por muito tempo como uma abordagem ideológica. “*El feminismo há de mantenersse en el nivel, justamente, abstracto y generalizado como causa que es*”. Sua defesa para mais mulheres na política fica por conta da única virtude do feminismo que pode diferenciar as mulheres na política, ou seja, a solidariedade como um imperativo da habilidade gerencial e como parâmetro de cidadania.

O próximo assunto se importa com uma parte desse movimento feminista, o espaço do poder político das mulheres.

4.1.2 A política como espaço de poder para mulheres

O espaço do poder político tem sido ocupado no país pela primeira vez por mulheres de 1928 até 2011, considerando-se as desbravadoras que ocuparam cargo de prefeita até presidenta. São quase um século de primeiras ocupações de cargos políticos por mulheres. Percebe-se que não basta apenas ter o bilhete de ingresso, é preciso manter um grau de confiança elevado que possibilite as escolhas em um ambiente reconhecidamente incerto como o da política partidária e representativa.

Ainda que a cada ano as primeiras se multipliquem, são ainda raras na paisagem do poder as figuras femininas. Ainda hoje, muitas mulheres chegam a espaços institucionais de exercício do poder carregando consigo um desejo secreto de que os ‘outros’ não percebam que são mulheres. ‘Duronas’ ou ‘histéricas’, ‘exibidas’ ou ‘mulherzinhas’, ‘peruas ou machonas’ são adjetivos utilizados quando se trata de caracterizar as mulheres que chegaram ao poder político.

O caminho percorrido até o político é repleto de armadilhas e exige dedicação e abdicção das mulheres que se propõem a percorrê-lo. As mulheres devem se fazer presentes em espaços de poder e tomada de decisões, eletivos ou não, por seus atributos de competência e adequação às funções propostas e não por serem mulheres. No entanto, não podem ser excluídas desses espaços somente por serem mulheres (FREIRE, 2011).

A participação das mulheres na política brasileira ocorreu de forma diferenciada, desde os movimentos feministas, a conquista do sufrágio e a participação no pleito eleitoral. Marcelo S. Rindeti (1990) escreveu sobre a participação política das mulheres no período entre 1960 e 70; demonstrou que foi diferenciada a participação, quer apoiando o movimento

⁸⁰ Amelia Valcárcel, professora de Filosofía Moral y Política de la Universidad de Oviedo. Texto: *El techo de cristal. Los obstáculos para la participación de las mujeres en el poder político* (1994).

de entrada de militares em 1964, quer para combatê-lo e apresentou um dado entre 15 a 20% de mulheres no total de pessoas que participavam dos grupos armados.

Considerando que nessa época, início dos anos 60, a condição da mulher era de submissão, e não somente na política, mas em todas as esferas da vida, exceto na família, onde o título de ‘rainha do lar’ pesava muito em seus ombros. Aliás, os movimentos que apoiavam a entrada dos militares contavam com as mulheres mães, esposas, donas de casa, mulheres religiosas. Rindeti (1990) defende que nos anos 60, das mais diversas formas, mesmo que distantes de uma perspectiva feminista, as mulheres participaram e colocaram a sua marca política na sociedade brasileira. As mulheres passam a contar com prerrogativas, aumentando seu estado de confiança.

Considerando as cinco eleições pós a entrada em vigor da lei de cotas para as mulheres no legislativo, entre 1996 e 2012, é possível verificar que o empoderamento político das mulheres, como instrumento de transformação, é um processo longo, que em muitos casos sua efetivação não irá ocorrer somente pela conquista dos direitos de cidadania. As capacidades das mulheres têm sido ampliadas, elas têm conquistado prerrogativas, ou seja, as mulheres estão sendo empoderadas com aumento de sua capacidade de se tornar agente. O Estado tem sido um agente externo promotor do empoderamento, a exemplo da publicação da lei de cotas para o legislativo. No entanto, o caminho à igualdade democrática de gênero é longo.

No caso do Executivo municipal, que não faz parte da lei de cotas, verifica-se que na evolução das cinco eleições brasileiras entre 1996 e 2012, houve aumento de mulheres eleitas prefeitas em torno de 3% de um período eleitoral a outro. É um número irrisório, considerando que as mulheres são mais da metade da população brasileira. No entanto, se considerarmos a história da mulher e do Brasil, do poder local dominado por ‘coronéis’, mesmo que esse nome seja válido até hoje para vários tipos de empoderamentos masculinos de poder, compreende-se que o caminho que as mulheres percorrem em direção ao trabalho político é em passos lentos e requer paciência e perseverança. Percebe-se que conquistar prerrogativas e aumentar capacitações é processo lento.

Em 1996, o RS com 467 municípios, elegeu somente doze prefeitas, nem 3% do total. Nas eleições de 2000, que inaugura o novo século, foram eleitas apenas nove prefeitas, sendo que o Paraná foi único estado que apresenta os melhores resultados nessas eleições, pois em 1996 elegeu oito prefeitas e em 2000, dezoito mulheres são eleitas prefeitas. A partir das eleições de 2004, o RS surpreende elegendo quase o dobro de mulheres para prefeituras, dezessete no total em 2004, vinte e duas em 2008 e trinta e cinco em 2012, análise central desse estudo.

Mas será que o número absoluto faz a diferença? Drude Dahlerup (1986) trabalhando com o conceito de massa crítica, situação de um grupo minoritário com condições de realizar mudanças na estrutura de poder imposta e também na própria condição do grupo, analisa a questão da mulher quando esta pode vir a estar numa situação de símbolo, com todos os dilemas e contradições dessa condição. Pois, nem sempre uma quantidade maior de mulheres irá constituir uma massa crítica.

As eleições para o poder Legislativo sofreram mudanças com a publicação da lei de cotas, a partir de 1996. Como anteriormente citado, a pesquisa de Jussara Prá (2005) mostrou que houve um aumento de mais de 66% entre 1992 e 1996 nas eleições para vereadoras em todo o Brasil, de 3.952 vereadoras eleitas em 1992 para 6.598 em 1996. No entanto, nas eleições de 2000 não houve o mesmo impulso, aumento somente em torno de 7%. Verifica-se que em 2004 e 2008 não houve acréscimo algum no número de vereadoras eleitas.

Um olhar matemático da situação, sem considerar as trajetórias, os motivos, as condições de entrada e concorrência dentro dos partidos políticos e a aceitação da população para votar em uma mulher para vereadora, verifica-se que a ação afirmativa de cotas na política foi responsável por uma elevação acumulada do período, 1996 e 2012, em torno de 12%. No entanto, se computar os resultados das eleições de 1992 nesse cálculo, constata-se que o acumulado do período eleva para 83%. Se apenas for dividido o número total de vereadoras eleitas no Brasil, em 2012, pelo total de municípios no mesmo ano, percebe-se que foi eleita em torno de uma vereadora por município.

Em estudo de tese sobre a participação das parlamentares gaúchas, Orsato (2013) mostrou que em 16 legislaturas na Assembleia Legislativa do RS, de 1951 a 2015, 29 mulheres assumiram o cargo de deputada, totalizando 3,3% do total das cadeiras de deputados estaduais. A autora apresenta ainda as condições que assumiram os cargos, ou seja, como suplentes ou reeleição.

Apresenta conclusões interessantes sobre perfil e atuação das parlamentares, como por exemplo: a entrada no cenário político é marcada pela divisão entre esfera pública e privada, tinham experiência anterior na política e, a maioria, tem origem no magistério estadual; atuam mais nas comissões voltadas ao debate sobre saúde, educação e direitos humanos, no entanto, legislaram sobre diversos temas importantes à sociedade gaúcha, o que significa, segundo Orsato (2013), que elas não se restringem a determinados temas de atuação. Na Câmara dos Deputados Federais, a participação da mulher tem sido pífia, assim como em outras instituições políticas no legislativo.

Quando se compara a participação feminina no parlamento brasileiro como a dos países latino-americanos, constata-se certa desvantagem do Brasil em relação aos países vizinhos. Durante algum tempo, Cuba pontuou o terceiro lugar na classificação mundial e o primeiro lugar entre os países da América Latina, com 48% do parlamento cubano sendo ocupado por mulheres, no entanto, nas eleições de 2014, o país vizinho Bolívia ultrapassou elegendo 69 mulheres, em um total de 130 cadeiras, ou seja, 53% do parlamento boliviano é composto por mulheres. A Bolívia adota a Lei de Cotas desde 1997, com percentual de 30%. Em 2005, houve alteração na lei quando foi incorporado o percentual de 30% também para eleição de conselheiros municipais.

A composição da política representativa das mulheres no estado do Rio Grande do Sul teve início com uma vereadora e uma prefeita, as quais exerceram o cargo político apenas depois de se empoderarem profissionalmente. Como médica e professora, tinham facilidade no contato com a população, permitindo uma aproximação com credibilidade que resultou em um voto de confiança para que atuassem também na esfera política.

Considerando o período pós-legislação de cotas na política, o aumento de mulheres eleitas para prefeitura entre 1996-2012 não elevou mais do que 2,6%, inclusive apresentando uma queda nesse período. Se em 1996 as mulheres não somavam nem 3% das prefeituras do RS, em 2000, o resultado foi pior, não alcançou nem 2%. Em 2012, 7% das prefeituras gaúchas são chefiadas por mulheres, um aumento pífio levando em conta que as mulheres são mais da metade da população do estado. Essa percentagem traduz a baixa participação das mulheres na política, tanto em nível nacional como no RS, pois apenas em 35 municípios, num total de 497 foram eleitas mulheres para prefeitas, deixando de analisar as reeleitas, como é o caso da prefeita de Vera Cruz.

As prefeitas representam em torno de 13,4% da representatividade política municipal em todo o país. No estado do RS, lócus deste estudo, a situação de subrepresentatividade feminina em cargos de poder político, principalmente para prefeitas eleitas em 2012, segue a composição encontrada no restante do país, com agravante de ser ainda menor o percentual de representação feminina.

Para o cargo de vereadora, o percentual de candidatas seguiu conforme a lei de cotas, 33% do total de pessoas que irão concorrer à vereança são mulheres. No entanto, apenas 14% das mulheres candidatas são eleitas. Um resultado desolador, se for considerado que o exercício da vereança é a porta de entrada para a política, é o cargo que representa o aprendizado, o trabalho com a comunidade na esfera política, a determinação e o início de um caminho de abdicação e comprometimento com a vida política. Uma preparação para a

atuação em cargo de mais alto grau da política, importante ao aprendizado político, visto que a mulher está ingressando num ambiente dominado por homens, com uma estrutura que reflete a 'cara' do homem.

A participação política e o empoderamento das mulheres não são de interesse apenas das mulheres, mas uma parte fundamental do trabalho pela construção de uma verdadeira governabilidade democrática, capaz de promover os direitos humanos e a equidade.

4.2 PRECONCEITO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA REPRESENTATIVA

As mulheres políticas do RS seguiram quais trajetórias de empoderamento? Como elas atuam? Quais barreiras enfrentam? Qual seu entendimento sobre desenvolvimento local? Essas questões serão analisadas a seguir com base nas repostas das entrevistas, bem como uma análise do empoderamento das mulheres em Cuba.

4.2.1 A participação como impulsor da igualdade de gênero

Do total de pessoas entrevistadas, dentre as quais quinze participantes da pesquisa e dezenove casos ilustrativos, dezenove trabalharam, ou ainda trabalham como professora, ou seja, 56% das entrevistadas têm origem na educação. Algumas são oriundas da área da saúde.

A professora Eva A. Blay (1979) pesquisou mulheres prefeitas na década de 1970, a fim de esclarecer qual é o real espaço que é ocupado pela mulher na política brasileira, ainda como e por que o processo político brasileiro absorve a mulher na política local. Os resultados da pesquisa realizada nos anos de 1970 não diferem em muito dos resultados da pesquisa realizada com as políticas eleitas em 2012. As prefeitas são eleitas em regiões de menor desenvolvimento econômico e preferem filiar-se em partido da oposição, naquele caso, o PMBD.

Quanto a caracterização socioeconômica das prefeitas, na principal ocupação das que exerciam atividade econômica predominavam as professoras. A mesma ocupação profissional das entrevistadas neste estudo. Trabalhar como professora é atuar em um cargo de reconhecimento público, com prestígio, gratidão e confiança por parte da população.

Professoras, especialmente professoras primárias, atingem um âmbito e grau de influência muito elevados sobre o público através da escola. No desempenho cotidiano de suas atividades relacionam-se com frequência com os pais dos alunos.

Em pequenas cidades ou vilas elas representam uma fonte superior de conhecimento, uma conselheira, uma orientadora, quando não médica, sacerdote ou psicóloga. Cria-se em torno delas um clima de confiança que certamente pode se revestir de poder político (BLAY, 1979, p. 36).

Outro fato coincidente entre as duas pesquisas é a presença de aposentadas. A maioria das políticas de profissão professora já estava em situação laboral de aposentadorias. Para tanto, uma vereadora informou que somente ingressou na política depois da aposentadoria da escola.

Para as prefeitas, vices e vereadoras entrevistadas a família representa um porto seguro, um lugar especial onde elas têm muito orgulho em relatar sobre suas origens. Falam muito e com muito orgulho sobre sua origem familiar pobre e as dificuldades que passaram em casa, junto com pais e irmãos. Entre as quinze entrevistadas, doze tem filhos e dez são casadas.

A maioria tem políticos na família, geralmente homens: pais, irmãos, tio, avô e marido⁸¹. Algumas relataram que os maridos eram apaixonados pela política, mas não concorriam, então se ‘realizavam’ nelas, eram seus projetistas. Algumas mulheres se assustaram quando tiveram que ocupar um cargo que, até então, era do marido, pois trabalhavam como mediadoras e agora se tornaram o sujeito político do casal, ou seja, passou de mediadora para agente.

A trajetória de empoderamento político contou com participações em movimentos sociais, principalmente os relacionados com emancipações de municípios e os relacionados com educação, área de formação da maioria das políticas. A filiação partidária aconteceu pouco antes da candidatura para algum cargo político. O convite de amigos ou conhecidos partidários foi motivado por reconhecimento da qualidade profissional, destaque e desenvoltura; muitas vezes sem acreditar, somente com a intenção e necessidade de fechar os números, no legislativo em razão das cotas de gênero.

As mulheres políticas entendem que, independentemente da motivação, a qualificação profissional foi fator imperativo para atuar na política. Verifica-se presente a teoria das capacitações de Amartya Sen (2000), com a defesa de que quanto mais capacitações, mais desenvolvimento humano, maior condições de viver em liberdade.

Apesar das mulheres terem o prévio conhecimento sobre quando estão sendo convidadas na condição de ‘laranjas’, quando estão sendo convidadas para ‘ajudar o partido’, algumas candidaturas causaram surpresas aos homens do partido, pois se candidataram e

⁸¹ A exceção fica por conta de uma vereadora do município de Tejuçuoca, Ceará, que informou que sua inspiração à política foi em razão de ter uma tia como deputada estadual.

ganharam, sendo que, segundo as entrevistas, não era esse o plano dos homens do partido político. Relataram que foram mais que um número, são vereadoras e são muito ativas.

Essa situação de surpresa por parte dos homens dos partidos foi relatada pelo deputado estadual (entrevistado nº 19), o qual disse que tem muitas mulheres que entram como laranja apenas para preencher a chapa, mas que “deu azar, as mulheres se elegeram, o partido deve estar olhando e dizendo ‘mas por que nós botamos essa mulher aqui e tiramos a vaga do fulano, do beltrano?’”. Criticou essa situação, sugerindo que a Justiça eleitoral deveria investigar para ver se não é laranja, principalmente para vereador. Defende que a justiça eleitoral precisa efetivar a nominata.

As mulheres atuam na política de forma diferente da dos homens? As entrevistadas relataram que atuam de forma diferente do homem. Disseram que trabalham de forma mais solidária, são mais sensíveis aos problemas da comunidade, ouvem mais as pessoas, conversam mais, acreditam que tem um jeito feminino, mais humano de trabalhar em relação ao homem. Disseram que usam a psicologia da mulher, que gostam de privilegiar o lado social, mais humano das relações.

Informaram que o homem separa muito o trabalho político do familiar, mas que a mulher não consegue fazer isso, pois para elas a política e a família fazem parte de um todo. Inclusive uma prefeita disse que cuida das pessoas do município como se fossem seus filhos, como também a limpeza da cidade como se fosse sua casa. O local das mulheres é a casa e o trabalho, como se os dois fossem apenas um.

As mulheres não são se consideram tão partidárias. Elas disseram que os homens são mais partidários, mais adversários politicamente, e que elas são mais solidárias com pessoas de outros partidos. Gostam e preferem trabalhar em conjunto com políticos de outros partidos. Não gostam da solidão partidária. Que optam por trabalharem colaborando com pessoas de outros partidos a ficarem sozinhas em seu grupo partidário.

Uma professora/diretora que ingressou à política após se aposentar, relatou que sua maior dificuldade no exercício da vereança é viver o partidarismo, a solidão que a filiação a um partido político impõe. Outra entrevistada, que atuou no legislativo e executivo, relatou que prefere o executivo, que gosta de gestão, que não se sente confortável como figura política. Que é uma tecnocrata.

Os assuntos sociais são os que interessam às mulheres. Elas são mais sensíveis aos problemas sociais. “Quando entram para a vida político-partidária as mulheres são vistas como mais interessadas em temas como cuidados com crianças, educação, saúde, qualidade de vida. E, de fato, em suas atuações no poder estes temas são os prediletos” (BLAY, 2001).

Segundo as entrevistadas, as mulheres são mais disciplinadas, são mais participativas, mais democráticas, pensam e agem com o coração. Uma prefeita defendeu que a principal diferença está na intuição feminina, e assim, consegue perceber as coisas ao seu redor de uma forma mais apurada e diferenciada. Mill (2006) escreveu em 1869 que se uma mulher estiver equiparada com experiência e faculdades gerais, ou seja, que tenha sido capacitada, consegue habitualmente discernir muito melhor do que o homem aquilo que tem perante si, o que ele chamou de ‘intuição’.

As mulheres são mais íntegras na política, segundo as entrevistadas. Não se envolvem tanto com corrupção. Na pesquisa de Blay (2001), a imagem de mulher mais trabalhadora e menos corrupta está relacionada com a idealização materna e familiar.

Uma vereadora destacou que as mulheres não se interessam pela política, o que, segundo ela, é uma pena, pois se mais mulheres participassem, diz não saber como explicar essa questão, mas a política poderia ser melhor, pois as mulheres são mais exigentes e trabalham com o coração. As entrevistadas acreditam que atuam de forma diferente do homem, que priorizam assuntos relacionados a questões sociais e são mais sensíveis que os homens no tocante a família; para elas, o cuidado com a família, elas replicam na atuação política. Esse cuidado com a família é uma das mais pesadas barreiras enfrentadas pelas mulheres políticas, conforme veremos adiante. Percebe-se que ao mesmo tempo o cuidado é a maior barreira e o maior diferencial das mulheres na política.

4.2.2 **Barreiras e preconceitos que se reproduzem persistentemente**

As mulheres políticas enfrentam obstáculos no exercício do poder que são inerentes de sua condição de mulher? Sim, segundo as entrevistadas, existem preconceitos, e um dos principais obstáculos que enfrentam é o aumento da carga que a política soma a já elevada que precisam carregar em razão do cuidado com a família⁸². “As tensões existentes na tentativa de conciliar a carreira política e a vida familiar, indicam que a dicotomia entre público e privado, [...] é um ponto central com o qual as mulheres se defrontam no cotidiano, mostrando que estes espaços estão em permanente relação” (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Para as mulheres a ‘política não é fácil’. Esse é o entendimento da maioria das mulheres entrevistadas, e a barreira mais forte é a ausência de divisão das tarefas com a família e casa. As mulheres assessoras políticas faziam todo o trabalho de assessoria e ainda

⁸² Na pesquisa de Miriam P. Grossi e Sônia M. Miguel (2001, p. 181), “a temática da maternidade foi uma das que mais mobilizou a fala das participantes”.

cuidavam dos filhos e da casa. Que os homens não têm ‘aquele colo para os filhos’, que têm dificuldade para levar a médico ou dentista, e então, além do trabalho intenso na política, ainda precisam cumprir as tarefas de mãe e dona de casa.

Estar na liderança política é conviver com um peso para a mulher. O poder político acaba se tornando um espaço de solidão. Uma prefeita disse que assim que concluir seu tempo de mandato, não abandonará a política, pois gosta muito, mas não quer mais estar na liderança, pois é muito difícil para a mulher. Outro relato de uma vereadora sinaliza essa mesma situação de não poder contar com a parceria do marido, tornando o trabalho na política uma carga por demais pesada. “Parece, pois, que casamento e política são incompatíveis para as mulheres. É como se a mulher tivesse que escolher entre a casa e a política, como relatam muitas mulheres” (BLAY, 2001).

A diferença na rotina da mulher e do homem na política é imensa quando se trata do desafio de conciliar a vida pessoal e profissional, pois o homem conta com uma parceira, e ele sabe que pode contar com essa companheira, que sua vida em casa está andando, mesmo que ele chegue às 23 horas, tem alguma coisa para comer, os filhos estão atendidos, e quando ele sai para o trabalho, a rotina da casa continua. Segundo uma prefeita ‘as coisas naturalmente são assim’. Com as mulheres não acontece assim, pois elas estão no trabalho com o pensamento nas atividades que precisam cumprir em casa. Ou seja, elas precisam estar inteiras em casa e inteiras no trabalho. As mulheres não contam com uma primeira-dama.

Os homens quando estão num cargo de poder têm a primeira-dama, uma companheira obrigatória para as atividades da política. Inclusive, se o homem político não tiver a mulher ele corre riscos na sua imagem. E essa companheira, necessariamente, num modelo tradicional, ajuda o marido a fazer política. E, não só faz coisas concretas, mas sobretudo alivia-lhe a tensão e o sofrimento que o lugar do poder carrega (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 182).

As pessoas em uma localidade menor ainda acham que são os homens que devem tomar as decisões. Principalmente sobre alguns assuntos que consideram ser de homens, como por exemplo, estradas. As entrevistadas relataram que quando chega alguma pessoa, na maioria das vezes, homens, na prefeitura para falar sobre estradas, preferem conversar com algum secretário homem, e se caso, ele não resolve, então procuram a mulher, e ainda dizem que a procuraram por que sabe que a mulher faz. A sociedade em uma localidade pequena ainda põe muitas dúvidas sobre a capacidade da mulher.

A figura do homem ainda é muito forte na política. Exemplo o que foi relatado por uma prefeita, que na época estava como vereadora e era presidente da câmara, que seu assessor era um homem, e quando os dois chegavam aos eventos as pessoas vinham

cumprimentar ele primeiro como vereador e presidente da câmara. Percebe-se que quando um homem e uma mulher estão juntos, ele é visto pela sociedade como o vereador, o prefeito, o presidente, ela é a secretária.

As regras da política partidária se tornam um fator de crise para muitas mulheres políticas. Algumas relataram que o partido político ‘te joga num grupo’, te reduz a um grupo de pessoas. O grupo partidário pode se tornar um problema para as mulheres, principalmente em uma cidade pequena, visto ser tudo muito próximo, muito conhecido. Esse foi um dos problemas citados por mulheres que trabalham na política em uma cidade pequena depois de terem atuado como professoras e diretoras de escola.

As participantes informaram que quando estavam na direção da escola tinham contato com muitas pessoas, e quando se tornaram políticas reduziu-se muito seus relacionamentos com pessoas da cidade que antes conviviam. Relataram que seguir as regras da política partidária em uma cidade grande não é tão complicado para a mulher do que quando se está trabalhando em uma cidade menor, onde as pessoas se conhecem, ali nasceram e cresceram e que agora, por causa da política, muitos dos convívios deixaram de acontecer. Que com os homens essa questão partidária quase não existe, eles conseguem muito bem trabalhar com isso, mas que para as mulheres ainda é um fator de crise.

Grossi e Miguel (2001) em pesquisa sobre mulheres no poder, também se deparam com relatos sobre a questão partidária da identidade feminina. Segundo os autores, “a convivência entre mulheres de diferentes partidos é possível, ou menos complicada, do que com os homens de seus próprios partidos políticos”.

Teresa Gallego⁸³ (1994), depois de pesquisar sobre diversos obstáculos para a participação das mulheres no poder político, concluiu que são os partidos políticos, mais especificamente, sua elite masculina, os grandes responsáveis pelos limites impostos ao ingresso das mulheres na política; entende que estes têm a obrigação de atender a dimensão de gênero, como também uma oportunidade de reconstruir-se nesse sentido.

O modo de vestir também é um fator problemático para algumas mulheres na política. A vestimenta pode se tornar um problema, pois, ou precisam modificar seu jeito de vestir, como é o caso de uma vereadora que relatou que depois de se tornar política, passou a usar saia, lenço, salto alto, maquiagem, ou então o desafio passa por manter a forma como que se vestia antes, sem precisar usar o tal do terninho.

O desafio colocado em relação às roupas passa pela questão de não perder a essência

⁸³ Professora de Ciências Políticas da Universidade Autônoma de Madri.

da mulher, a vaidade feminina, segundo alguns relatos, pois segundo uma política, o estilo de vestir faz parte da identidade da pessoa, e se perder a identidade, a pessoa esquece em o que acredita e as crenças têm ligação com a identidade da pessoa.

Na pesquisa de Grossi e Miguel (2001), a questão da aparência também apareceu entre as exigências que as mulheres enfrentam, além das competências profissionais e intelectuais. Ou seja, as mulheres devem estar bem vestidas, têm de serem boas mães e boas esposas.

Ouvindo os relatos das participantes tivemos a impressão de que as mulheres estão fadadas a sentirem-se sempre em falta frente ao mundo da política, pois raramente conseguem se ver no modelo ideal que é esperado delas, modelo que parece se centrar em dois atributos: a beleza e a maternidade (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 181).

As participantes da pesquisa desejam a igualdade na diversidade, é estar em situação de igualdade, cada um do seu jeito, da sua maneira de se comportar e se vestir. No entanto, algumas políticas informaram que precisaram mudar sua forma de vestir para que outras mulheres se identificassem com ela. A forma simples de vestir e se tratar deu lugar, pós assumir cargo de política, a uma forma mais feminina, segundo entrevista, de se tratar e vestir, como pintar as unhas, arrumar o cabelo, usar um lenço no pescoço, enfim, algumas atitudes agora assumidas que não faziam parte de sua rotina.

Os homens políticos adoram fazer reuniões depois do horário de trabalho. Isso é um problema para mulheres políticas, pois além das reuniões serem longas, ainda alguns homens políticos se reúnem em um bar e lá fecham os acordos. Ou seja, os homens se reúnem pós o trabalho e continuam a conversar sobre política, as mulheres não conseguem fazer isso, pois tem a família esperando por elas. Para o participante homem entrevistado, é uma briga desigual, pois o ambiente político é machista, o homem vive a política 24 horas, a mulher não consegue e, em muitos casos, o marido não quer que ela seja política.

No estudo de Drude Dahlerup (1986, p. 146), foi questionado às mulheres o seguinte: “*¿Qué cambiaría si ingresaran más mujeres?*”. As respostas que a autora ouviu levaram a acreditar que os conflitos na política parecem incomodar muito mais as mulheres do que aos homens, bem como as reuniões noturnas e longas. Parece que esse problema assinalado na década de 1980 ainda continua sendo um problema para as entrevistadas políticas da atualidade.

Menos reuniones ‘rudas’; horarios para las reuniones más en función de la gente que tiene familia, menos reuniones nocturnas, menos reuniones entre las 4 y las 7 p.m., no más encuentros en restaurantes; discursos más cortos, dirigidos más "al grano", menos lenguaje formal. El nivel de conflicto en la política parece molestar a muchas de las mujeres que se dedican a ella. (DAHLERUP, 1986, p. 146).

Dahlerup (1986) constatou que existe uma série de problemas por elas enfrentados quando ocupam algum cargo de direção, tais como: alta visibilidade; a questão dos estereótipos criados das mulheres, as mulheres símbolos; conflitos de papéis; carência de autoridade legítima; adaptação; falta de aliados; não é considerado o tempo que precisam para licenças maternidade, as obrigações familiares; entre outros problemas relatados. “Es típico que muchas mujeres crean que sus problemas son consecuencia de deficiencias individuales, y no los vean como consecuencia de la estructura interna de la organización” (DAHLERUP, 1986, p. 129).

No entanto, apesar de todos os obstáculos apontados pelas políticas, uma entrevistada do Piauí apontou que o principal obstáculo é a falta de dinheiro, que quem tem dinheiro se elege, não importa se é homem ou mulher. Ou seja, ela defende que o eleitor não se importa se é homem ou mulher que está como candidato, e sim se tem dinheiro para negociar o voto, no caso do processo eleitoral.

Sobre a existência ou não de preconceitos quanto a condição de mulher na atuação política, algumas participantes primeiramente responderam que não sofreram preconceitos, mas no decorrer da entrevista, muitas retornaram a essa questão para então dizerem que sim já sofrem algum tipo de preconceito. De acordo com as participantes, na atualidade está mais fácil trabalhar na política, pois na década de 1980, quando algumas entrevistadas entraram para a política, se filiando em um partido político, era mais difícil tratar com os homens, pois eles gostam mais de aparecer, de mostrar aos outros que eram eles que estavam fazendo as coisas.

Os preconceitos ora destacados nas entrevistas são de diversas ordens, até a profissão de professora pode ser motivo para desencadear atitudes preconceituosas. Professora não sabe lidar com dinheiro, ou ‘só pode ser coisa de professora’, são exemplos de situações relatadas pelas mulheres. A cor da pele também serviu de motivos para algumas atitudes preconceituosas, conforme o relato da primeira prefeita negra do RS, anteriormente citado.

As mulheres ainda enfrentam muitos preconceitos quando resolvem ingressar na política, desde atitudes como é o caso dos exemplos relatados pelas presidentes de associações no Piauí, que informaram ter ouvido de homens que mulher tem que lavar roupa e parir. Ainda, esse entendimento é dividido também com as mulheres que acabam reproduzindo esse discurso machista e não acreditando no trabalho de mulheres que desejam participar ativamente da política.

Segundo as participantes presidentes de associações no Piauí, mulher não confia em

mulher. Porém, apesar de todas as barreiras e preconceitos enfrentados na rotina da política, muitas mulheres desejam ser vereadoras, prefeitas, deputadas e até presidente. Mas, como destacam as que já estão atuando como políticas: ‘a política não é fácil’.

Segundo Lires Marques (1990, p. 11), quando uma mulher ocupa um cargo importante, não o conseguiu por ser mulher e sim por ser uma pessoa com capacidade profissional para ocupá-lo. “Se alguém me oferecer um cargo ou posição por ser mulher, serei a primeira a recusá-lo”.

A política ainda se pauta em exclusividade e disponibilidade permanente. Partindo para questões relacionadas com a atuação das mulheres políticas no município, o interesse do estudo ficou por conta de saber o que as políticas entendem por desenvolvimento local e quais compromissos assumem em prol do desenvolvimento local e com vista à igualdade de gênero.

4.3 SIGNIFICADOS, COMPROMISSOS E CHANCES DE VIDA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O trabalho predominou entre os significados sobre desenvolvimento. Ou melhor, a falta de trabalho como fator limitador do desenvolvimento.

4.3.1 As mulheres e o desenvolvimento local: significados e compromissos

As mulheres políticas relataram que uma localidade desenvolvida significa as pessoas estarem trabalhando, pois elas irão se sentir úteis e com mais vontade de fazer mais pelo município. As participantes expressaram preocupação nos relatos sobre a falta e / ou reduzida oferta de trabalho em seus municípios.

As prefeitas, vices e vereadoras sempre atuaram na política local, nenhuma delas atuou fora do município. As cidades das participantes são pequenas demograficamente, são consideradas cidades rurais pelas características de produção econômica agropecuária que predomina no local.

As participantes relatam preocupação com o fato dos jovens irem estudar em cidades próximas, maiores e com mais oferta de cursos e especializações profissionais, e não retornarem para trabalhar no município onde nasceram. Conforme os relatos, somente voltam à cidade para visitar os parentes que ficaram.

Uma participante do município com maioria da população vivendo na zona rural relatou que as pessoas de sua localidade vivem com qualidade de vida, pois têm contato com a

natureza, tem atendimento médico, escola de ensino com qualidade para as crianças e adolescentes, contam com um sistema de segurança pública que funciona, costuma plantar e negociam o excedente, têm espaços de lazer, conhecem uns aos outros, enfim, no entendimento da prefeita, sua cidade é local de qualidade de vida, ou seja, ela percebe que a cidade é desenvolvida no sentido de oferecer os serviços de qualidade para as pessoas que ali residem. Mas, há algum tempo percebe que os filhos da cidade vão estudar e não retornam mais. Esse fato, relata, está lhe preocupando muito. Ou seja, qualidade de vida sim, emprego não.

Desenvolvimento local significa interior desenvolvido, segundo uma participante da região do fumo. Como filha de agricultores, defende que as pessoas que moram no interior da cidade precisam contar com uma estrutura de fornecimento de energia, boa estrada para o deslocamento, creche e escolas para os filhos, atendimento de qualidade de saúde e também espaços de lazer. O agricultor precisa dispor de um carro decente para seus deslocamentos até a cidade. Nessa região de fumo, o crescimento econômico da zona urbana depende do interior, então, segundo a prefeita, uma cidade desenvolvida significa um campo desenvolvido, onde as pessoas que lá estão consigam trabalhar com tranquilidade e produtividade.

O desenvolvimento acontece nos bairros, segundo o entendimento de uma vereadora dessa mesma região do fumo. O espaço dos bairros deve ser valorizado pelo poder público local, pois é nesse local que as pessoas vivem, se fortalecem e conseguem ser mais felizes no trabalho. Quando as pessoas vivem em um bairro onde possam transitar com segurança, com locomoção decente para o centro da cidade, com ruas calçadas, limpas e iluminadas, com atendimento de saúde para quando precisar e com creche e escola de qualidade, sua qualidade de vida melhora muito e, conseqüentemente, será mais produtiva no trabalho. Para a vereadora, desenvolvimento somente ocorre quando as pessoas têm trabalho, pois conseguem se autossustentarem e, com isso, passam a se sentirem com mais autonomia e felizes.

Neste estudo, o trabalho, ou melhor, a falta dele, monopolizou o discurso sobre os significados do desenvolvimento. A pesquisa de Eva Blay (2001), conclui que quando entram para a vida político partidária as mulheres se envolvem mais com temas como cuidados com crianças, educação, saúde, qualidade de vida. Esses temas são seus prediletos.

O acesso a saúde com qualidade também fez parte da maioria dos relatos sobre desenvolvimento. Porém, a ênfase maior a esse tema foi dada por participantes que tem origem na área da saúde, como enfermagem, por exemplo. Afirmaram que o atendimento básico é fundamental, principalmente nas localidades mais distantes dos grandes centros, mas que o atendimento especializado é imperativo ao desenvolvimento de uma localidade. Contar

com um hospital com estrutura para atendimento em diversas especialidades foi relatado como fato visível de desenvolvimento de uma localidade. Além da disponibilidade de médicos, contar com a estrutura adequada para o atendimento é o referencial do desenvolvimento.

Quando as pessoas do município contam com uma estrutura educacional, escola em boas condições, transporte escolar, livros, merenda, professores e alunos interligados, o desenvolvimento ocorre naturalmente, segundo as entrevistadas. Apesar das mulheres políticas destacarem que sem educação não tem desenvolvimento, ainda a questão do trabalho imperou nas conversas das entrevistadas.

A população deve participar das decisões que envolvem o município, essa é a conclusão de uma vereadora que defende o fortalecimento dos Conselhos Municipais como fator de desenvolvimento da localidade. Segundo ela, quando as pessoas opinam nas reuniões dos conselhos, elas se sentem fazendo parte de um sistema onde os representantes políticos são apenas uma pequena parte de um todo. Conselhos atuantes são meios necessários ao desenvolvimento, ou seja, são parte do processo de capacitações que empoderam as pessoas, além de formar ou identificar lideranças entre a comunidade.

Algumas participantes de descendência alemã⁸⁴ defendem que desenvolvimento está relacionado com a aparência da cidade, ou melhor, uma localidade com ruas e calçadas limpas, arborizada, com muitas flores, com espaços públicos bem cuidados. Entendem que quando a cidade está mais bonita, mais bem cuidada, é por que as pessoas daquela localidade também estão cuidando melhor de suas casas e de si mesmas. Percebe-se nas repostas a relação entre casa e trabalho, já referenciado anteriormente.

A ideia de pertencimento a algum lugar pode ser um indício que aquela localidade está ‘dando certo’. Segundo uma participante, quando as pessoas da cidade sentem orgulho de dizer de onde são, isso é sinal de desenvolvimento de uma localidade. Para ela, desenvolvimento é isso, as pessoas com orgulho do local onde moram, para tanto, defende que a cultura deve ser incentivada. A prefeita destaca que a cultura coloca as pessoas em movimento; as retiram de casa e as fazem sorrir, colaborando muito para o aumento da auto-estima.

Todas as quinze mulheres participantes deste estudo estão inseridas, como promotoras ou participantes, em ações em prol da igualdade de gênero. Todas defendem que desenvolvimento somente ocorre com igualdade de gênero. No capítulo dois foi apresentado o

⁸⁴ Mulheres políticas participantes deste estudo que se autodeclararam possuírem descendência alemã.

quadro (nº 3) com as ações desenvolvidas pelas mulheres políticas em prol do desenvolvimento com igualdade de gênero. A maioria das ações ocorre em parceria com o Sindicato de trabalhadores rurais, Emater, Cras, SEBRAE, e grupos de voluntários.

No próximo tópico, trata-se sobre o desenvolvimento como espaço do cuidado, ou seja, que vai além do crescimento econômico e se torna espaço de chances de vida.

4.3.2 O desenvolvimento local como espaço de cuidado

Uma cidade desenvolvida é uma cidade bem cuidada. A cidade deve ser cuidada do mesmo jeito que é cuidada uma casa. A relação casa-cidade pode ser considerada como uma característica da feminilidade política? A mulher empoderada politicamente pratica certa extensão dos cuidados da casa ao ambiente público?

Verificou-se que o empoderamento é um instrumento transformador da pessoa e de outras pessoas que estão a sua volta. Que sua efetivação se dá pela conquista dos direitos de cidadania. Que empoderamento está relacionado com os poderes que as pessoas têm para fazer ou deixar de fazer coisas, ou seja, está relacionado com as capacidades conquistadas pela sociedade. Neste estudo, considera-se as expectativas da atuação das mulheres empoderadas politicamente ao desenvolvimento local do município, compreendido como espaço de feminilidade política.

Em entrevista à Revista da Cultura, Clarin, Touraine (2014)⁸⁵ destaca que o caráter nobre da ação política somente pode renascer da ética, pois o que já foi chamado de política é “*es ahora una realidad muy degradada y distorsionada*”. Quando lhe foi perguntado o que mudou nas últimas décadas, Touraine (2014) respondeu que se vivencia o declínio do capitalismo industrial, e junto nessa queda, suas categorias e instituições que ajudaram a construir a sociedade, como Estado, democracia e a família. Então o que fazer? Foi questionado na sequência. O sociólogo respondeu que é necessário encontrar novas categorias, reconhecer a importância do relacionamento com você mesmo. Esse entendimento é descrito na obra de Touraine ‘O Mundo das Mulheres’ (2011), onde defende que as mulheres do movimento pós-feminista são menos combativas e menos políticas. Elas estão mais interessadas nelas próprias, em conhecer-se a si mesmas.

Touraine (2014) defende que o indivíduo pode voltar a ser um ator social, mas somente depois do reconhecimento da primazia do relacionamento com ele próprio. É uma

⁸⁵ Disponível do site: http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Alain-Touraine-llamamos-politica-hoy-realidad-degradada_0_1062493967.html

questão de direitos fundamentais como liberdade, igualdade e dignidade. É necessário partir de uma exigência ética para ser transformado em ações concretas. Nas palavras de Touraine (2014,s/p), *“Pensemos en los derechos de las mujeres. La condición femenina ha pasado a ser uno de los elementos determinantes para evaluar el grado de desarrollo de una sociedad”*.

As mulheres compreendem que a promoção da cultura é algo necessário ao desenvolvimento do município, conforme verificou-se nos relatos. Touraine (2011, p. 115) confirma isso em sua obra sobre o mundo das mulheres, pois depois de ouvir suas entrevistas, conclui-se que: “elas dão grande importância aos problemas culturais, aqueles que mexem com a vida pessoal, com as relações interpessoais, com as normas morais, com as representações da vida, do amor e da morte”.

Para as mulheres, os problemas públicos mais importantes são os que dizem respeito à vida privada. No entanto, segundo Touraine (2011, p. 84), “[...] é falso dizer que as mulheres só se preocupam com a vida privada e os homens com a vida pública”. Homens e mulheres têm representações muito diferentes da vida pública; para os homens, a vida pública tem um conteúdo político, para as mulheres, os problemas privados devem ocupar o lugar central da vida pública. Os homens separam a vida pública da privada, as mulheres as unem.

As mulheres desejam que as mudanças sociais ocorram a partir da vida privada antes da vida pública. Touraine (2011, p. 89) se questionou quem são os inimigos das mulheres? Contra quem elas lutam? Concluiu que o inimigo número um delas não é aquele homem dominador, mas a ideia que a vida social e política devem estar separadas da vida privada. “Contrariamente, as mulheres pensam que é necessário partir da vida privada para transformar este espaço público”.

A explicação para uma maior participação de mulheres na política local, segundo Quinteiro (2002), fica por conta da proximidade com seu eleitorado, perto de sua casa, entre pessoas conhecidas, onde ela já atuou como professora ou enfermeira, por exemplo. Em decorrência da, ainda persistente, responsabilidade com os cuidados com a família, a autora conclui que a mulher prefere atuar na política local, nos municípios, por que é uma maneira de conciliar os trabalhos da política com os trabalhos de administração da casa, com os filhos, com o marido e outros familiares.

A falta de trabalho, o precário atendimento às pessoas que precisam de atendimento de saúde, a busca pela estruturação das escolas como ambiente de aprendizado com qualidade, a insegurança, foram os destaques nos relatos das mulheres políticas a respeito do que seria uma localidade desenvolvida. Mas, principalmente, elas descreveram um município desenvolvido

como aquele onde as ruas e calçadas, espaços públicos, estão limpas, sem lixo espalhado, iluminada, arborizada, com flores, onde a cultura seja promovida e estimulada, e onde as pessoas tenham orgulho de dizer que pertencem aquele lugar.

O desenvolvimento passa a ser uma questão de cuidado com a aparência da cidade, tanto na área rural como urbana. Em Cuba também nos foi relatado que desenvolvimento significa casas melhores, ‘mais bem arrumadas’, visto que as vivendas por lá se encontram em estado de necessidade de reformas.

Diversos estudos, entre eles o trabalho das teóricas políticas feministas Sara Ruddick (1989) e Jean Bethke Elshtain (1981 apud MIGUEL, 2011), defende que o ingresso de mulheres na política terá como consequência maior valorização da solidariedade e do cuidado, a chamada ‘política do desvelo’. Áreas ditas sociais, saúde, educação, meio ambiente, têm mais espaços com as mulheres na política. Nessa ótica, vê-se a união da esfera familiar e a laboral.

O componente essencialista dessa abordagem naturaliza a atribuição das mulheres em estender ao campo político os cuidados que são responsáveis na vida doméstica. O problema não é o interesse da mulher nas áreas sociais e no cuidado, é o campo político, dominado por homens, fixar estereótipos de sensibilidade, solidariedade, cuidados femininos para todas as mulheres que assumem cargo políticos. (MIGUEL, 2011).

As mulheres pensam diferentes, e não é por que se dizem menos competitivas que irão abrir mão da disputa efetiva do poder. Sobre as medidas de empoderamento político às mulheres, Miguel (2011, p. 153) destaca que “[...] uma distribuição equitativa do trabalho doméstico é, neste sentido, uma medida tão efetiva de empoderamento político feminino como as cotas eleitorais”.

A leitura dos relatos das políticas é a que o desenvolvimento passa pelo cuidado com o ambiente onde elas estão desempenhando a função na política representativa, sem excluir a esfera privada. O desenvolvimento ocorre num espaço de liberdade, de promoção de chances de vida, de confiança e expectativas elevadas. E esse espaço pode ser concretizado em um ambiente arborizado e com muitas flores.

4.4 RECONHECIMENTO DA LEGITIMIDADE E DA REPRESENTATIVIDADE

“Eu represento as mulheres da sociedade”.⁸⁶ As mulheres que exercem cargo de representação política possuem poder, ou segundo Max Weber (2005), detêm a possibilidade que suas ordens sejam obedecidas. Essa obediência pode ser resultado de três situações: em razão de interesses das pessoas que obedecem; pelo costume ou hábito; ou por razões afetivas de quem detêm o poder, nesse caso, poder político.

O poder é legitimado por três razões: pela legalidade, lei ou regulamento, nesse caso, pelo sistema eleitoral brasileiro; pela tradição, crença nos costumes que o ambiente político é lugar de homens, a dominação patriarcal; e pelo carisma, que segundo Weber (2005, p.12), “o poder carismático é uma relação especificamente inabitual, uma relação social puramente pessoal”.

As mulheres políticas que participaram deste estudo ocupam um cargo de representatividade política legitimado por um sistema de normas formais, ou seja, o poder político é legitimado pela legalidade do sistema eleitoral brasileiro. A relação pessoal que muitas políticas afirmaram manter com as pessoas, por saber ouvir, ser solidária, conversar sobre diversas situações da vida de pessoas da comunidade é exemplo do poder legitimado pelo carisma. Algumas das participantes assumiram cargos que já pertenceram ao marido, o que traduz em pontos favoráveis na corrida eleitoral pela disputa ao cargo, em razão do conhecimento da família por parte das pessoas do município, é o exemplo do poder legitimado pela tradição.

Um sistema justo de representação deve incorporar tanto ideias quanto presença, ou seja, as ideias não podem ser separadas da presença. Sobre participação e promessas Anne Phillips (2001, p. 271), defende que, “[...] nós podemos não ter mais muita esperança de participar nas atividades de governo, mas resta, ao menos, a possibilidade de exigir que nossos políticos façam aquilo que prometeram fazer”.

A discussão da autora passa pela questão que os interesses tendem a ser mais protegidos quando são representados por alguém que compartilha de experiências e interesses. A fim de justificar sua discussão sobre ideias e presença, extraiu da leitura de Hanna Pitkin (1967) que representação significa agir. “São as atividades, mais do que as características, que importam, e o que acontece depois da ação, e não antes dela, é o que conta. Representar

⁸⁶ Resposta já citada de entrevistada.

significa agir no interesse dos representado, de uma forma responsiva a eles”. (PHILLIPS, 2001, p. 271).

A defesa do sistema justo de representação ganha reforço quando a autora discorre que fica bem mais difícil satisfazer demandas por inclusão política sem também incluir as pessoas de tais grupos. Discorre que é compreensível que homens consigam substituir as mulheres no tocante a representação de políticas, programas ou ideais com os quais ambos concordam. Faz o seguinte questionamento: “Um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*?” (PHILLIPS, 2001, p. 273). A adoção do sistema de cotas eleitorais é um exemplo de preocupação com o sistema justo de representação.

Touraine (2011) analisou que as mulheres do pós-feminismo não querem construir uma sociedade de mulheres e sim criar uma sociedade de homens e mulheres. Essa análise remete o descrito por Phillips (2001), que as mulheres estão reivindicando reconhecimento como mulheres exatamente em uma época da história quando elas estão vivendo próximo do estilo da vida dos homens, seja nas profissões ou no trabalho. A autora entende como muito arriscado defender uma política de ideias em separado das pessoas, ou então focar somente as pessoas, sem considerar as ideias e políticas defendidas por estas. A defesa de Phillips (2001) se traduz na relação, não oposição, entre ideias e presença a fim de encontrar um sistema justo de representação.

O ingresso de mais mulheres, por menor que seja a quantidade, já causa mudanças na esfera política. Drude Dahlerup (1986) destaca que para muitas mulheres é importante quando mais mulheres ingressam na política. No entanto, algumas mulheres são capazes de se beneficiar por ser únicas, e não desejam a entrada de outra, pois podem entender que sua condição de ser a única representante feminina nesse ambiente masculino possa lhes trazer vantagens. A única mulher pode receber flores, mas não tem influência.

Os partidos políticos não refletem a atuação feminina, conforme Brito (1993). São universos masculinos de expressão política, onde o trabalho desenvolvido tem muito das mulheres, ou melhor, elas estão por toda a parte, mas não tem poder de decisão. Os partidos políticos ainda resistem em apoiar as candidaturas femininas.

Um estudo do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, organizado por Patrícia Rangel (2014), adota a noção de representação de Manon Tremblay⁸⁷, ou seja: representação simbólica – uma ideia, um símbolo; formal – as normas que elegem os

⁸⁷ Manon Tremblay. *Women and legislative representation: electoral Systems, political parties, and sex quotas*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007. Informações de Rangel (CFEMEA, 2014).

representantes, o sistema eleitoral; Descritiva – refletem as semelhanças e diferenças entre os representantes e representados; e Substantiva – as responsabilidades dos representantes e representados. O estudo analisa as mulheres nas eleições entre 1996 e 2012 sob o foco da democracia indireta⁸⁸ e representação descritiva.

As mulheres somam mais de 50% da população brasileira e do eleitorado brasileiro, e não chegam a 10% de representatividade política, então algumas pesquisas defendem que são necessárias a inclusão de mais mulheres (mais especificamente, massa crítica) e a incorporação de temas de interesse feminino os quais os homens políticos não costumam tratar. Esse entendimento vem ao encontro do descrito anteriormente sobre política de ideias e presença de Anne Phillips (2001). Um sistema justo de representação requer mais mulheres massa crítica na política e não apenas homens que defendam ideias femininas.

“Mas será que seria suficientemente democrático termos espaços políticos repletos de homens atuando em prol das mulheres? Não definitivamente”. Tal foi a resposta do estudo de Rangel (CFEMEA - 2014), utilizando a abordagem teórica da política de ideias e de presença desenvolvida por Phillips (2001); afirmando que é necessário ter representantes que pensem parecido com aquelas que representam, como também se pareçam com elas. Segundo o estudo, a paridade entre homens e mulheres deve ser prioridade, visto ser prerrogativa à construção da igualdade. No entanto, a igualdade somente será construída se as mulheres que assumem cargos de representatividade política se identificarem e dialogarem com o movimento feminista, ou seja, tiverem consciência feminista.

Como tornar o sistema eleitoral mais igualitário entre homens e mulheres? O estudo de Rangel (2014) apresenta quatro sugestões: primeiramente, aprimorar o mecanismo de cotas, através da adoção da lista fechada com alternância de sexo, e estender a política de cotas para as eleições majoritárias (prefeita, governadora, senadora e presidente); em seguida, fortalecer outras ações, como por exemplo, a ampliação do percentual de reserva de tempo para propaganda partidária e do Fundo Partidário para às ações de candidaturas de mulheres; após, adoção do financiamento público das campanhas, visto que as mulheres são as mais prejudicadas na competição eleitoral; e por último, combater o racismo na política através da adoção do critério raça/cor nas fichas de candidaturas, a fim de gerar dados sobre a

⁸⁸ A sociedade pode participar das decisões políticas de três tipos: direta, indireta e semidireta. “A primeira supõe o exercício do poder político pelas cidadãs/ãos, reunidas em assembleias e exercendo, por si próprias, os poderes governamentais: legislando, administrando e julgando. A democracia indireta ou representativa é aquela em que a sociedade se governa por meio de representantes periodicamente eleitas, que tomam decisões políticas em nome da coletividade. Por fim, a democracia semidireta ou participativa é caracterizada pela coexistência de mecanismos da democracia representativa e da direta (referendo, plebiscito, iniciativa popular). (RANGEL-CFEMEA, 2014, p. 14).

participação dos negros e indígenas nas eleições, para então ter base de informações que sustente programas de combate ao racismo.

Abreu (2011), ao tratar sobre os fundamentos republicanos das cotas para mulheres, destaca que é necessário deslocar a discussão sobre se as mulheres teriam direito a ocupar as cadeiras do legislativo ou se teriam interesses específicos a serem representados, para a reivindicação de que as mulheres devem poder exercer a liberdade de serem representantes. A autora defende que, considerando os dados no legislativo brasileiro onde nem 10% das cadeiras são ocupadas por mulheres, há ‘algo errado’ com a liberdade das mulheres, pois não há qualquer obstáculo para que as mulheres se candidatem e, se eleitas, sejam representantes. No entanto, o poder político em questão é algo escasso, pois o número de cadeiras no legislativo é limitado, e para que mais mulheres ocupem tais lugares, alguns homens perderão seus lugares, gerando uma disputa pelo poder. “Nessa situação, mulheres e homens estão em conflito, pois disputam recursos escassos”⁸⁹ (ABREU, 2011, p. 09).

A opção republicana, no sentido de oposição entre dominação e liberdade, é a escolhida por Abreu (2011) para lidar com o problema da representação e participação política das mulheres, com também para fundamentar a discussão sobre as mulheres terem certa desvantagem em relação aos homens nas eleições; isso posto, elas precisam ter alguma vantagem inicial para compensar tal perda, a exemplo das cotas políticas.

Eva A. Blay (1979) após entrevistar treze prefeitas, definiu três situações típicas de atuação política, são elas: coronel, esposa e a prefeita por iniciativa própria. A prefeita coronel faz parte da tradição de dominação do poder local, além de assumirem a posição dos grupos familiares, daqueles que ali nasceram e os chamados agregados⁹⁰. A prefeita esposa é aquela que exerce o cargo como delegação do marido, ela não tem a liberdade de decidir por conta própria seu futuro na política, e seu trabalho acaba sendo uma missão difícil. A prefeita por conta própria é aquela que aprende ser política, muitas vezes na própria casa, em razão de ter familiares políticos, ou então em outros canais, como associações comunitárias, grêmios estudantis, entre outros.

As entrevistas para este estudo apresentaram dados muito próximos dessa tipificação de Blay (1979). Apesar de ter indícios de políticas com as características de esposa, a maior parte das participantes entrevistadas apresentam comportamento condizente com a tipificação

⁸⁹ Abreu (2011) destaca que as cotas políticas são diferentes das cotas para a universidade, por exemplo, pois estas últimas, caso alguma pessoa que tiveram suas possíveis vagas cedidas para as cotas, poderão estudar em outra instituição, já na esfera do legislativo, isso não é possível. Então, as cadeiras são recursos limitados.

⁹⁰ Os agregados se referem às pessoas que passam a fazer parte da família em razão do casamento, os empregados, os filhos de empregados e os adotivos.

de políticas por iniciativa própria. Seja pela aprendizagem política em casa, seja pela participação em movimentos sociais, a política é um processo pedagógico de aprendizagem e ensinamentos constantes.

No Brasil é adotado o sistema de cotas na política a fim de minimizar o hiato enorme a representação das mulheres e dos homens, em Cuba não tem esse tipo de ação afirmativa, pois para o povo cubano o que importa é a capacidade e a participação. Esse assunto será tratado a seguir.

4.5 AS MULHERES POLÍTICAS EM CUBA – ENFOQUE COMPARATIVO

Os relatos das entrevistas realizadas em Cuba demonstram que o país ainda é dominado por uma cultura machista, reproduzida por homens e mulheres, apesar de todo o avanço em termos de legislação e criação de instituições responsáveis pela promoção da igualdade entre homens e mulheres. Cuba é um dos países da América Latina que mais avançou na promoção da igualdade de gênero, mas ainda predomina a cultura patriarcal.

Se adoptaron leyes que las beneficiaron sin excepción, restituyéndoles sus derechos, tales como: las Leyes de Reforma Agraria (1959,1961), Reforma Urbana (1961), la Nacionalización de la Enseñanza (1961), la Campaña de Alfabetización, que fue la extensión de servicios educativos gratuitos para todos los ciudadanos del país. Esto les facilitó a las mujeres el pleno acceso a la enseñanza de todos los niveles, incluyendo la politécnica y la universitaria. También, para su beneficio, se aprobaron el Códigos del Trabajo y el de la Familia en 1975, lasleyes de la creación de Círculos Infantiles en 1961, y la de Maternidad en 1974, modificada en el 2000 y el 2003, la de Protección e Higiene del Trabajo en 1977, la de Seguridad Social y Código Penal 1979 y la General de la Vivienda”. (GONZÁLEZ, 2014)⁹¹.

A participação política das mulheres cubanas não tem influência do sistema de cotas eleitorais, pois predomina entendimento que para trabalhar na política é necessário ter capacidade e condições para desempenhar o cargo. Os requisitos para atuar na política em Cuba são trabalhar com a comunidade e ser instruída.

A Revolução cubana foi mais intensa para as mulheres, segundo os relatos das entrevistas. A partir da Revolução, as mulheres foram as que mais se beneficiaram em termos de educação, o aprendizado da leitura e escrita como meio para reduzir o alto nível de prostituição a que estavam submetidas em trabalhos degradantes e serviçais, principalmente sexual. A professora Elena Diaz, da universidade de Havana, foi uma das professoras

⁹¹ Funcionária da FMC. Disponível no site: <http://www.cubainformacion.tv/index.php/genero/58490-las-mujeres-dirigentes-del-poder-popular-y-sus-concepciones-de-genero>

responsáveis por alfabetizar outras mulheres, principalmente as que estavam em empregos vulneráveis. A educação em Cuba tem enfoque humanista.

La educación en Cuba se basa en el principio de la coeducación y en el enfoque humanista de la universalidad. Se reconoce como un derecho de las personas a la enseñanza sin distinción de raza, territorio, clase, orientación sexual, identidad de género o cualquier otra condición socio cultural. En el sistema educacional se incluye la enseñanza para personas con necesidades especiales. Los rasgos que tipifican esta política son: su carácter público, planificado y sostenible. (FEDERAÇÃO DAS MULHERES CUBANAS - FMC, 2014).

As mulheres estão em maioria em quase todas as áreas, por exemplo: Medicina (todas as especialidades tem mais mulheres), Filosofia, Biologia, Economia, apenas na Matemática e na Física ainda a maioria dos alunos são homens. Em Cuba não existe profissão específica para homens ou para mulheres.

As mulheres políticas em Cuba participam da política de uma forma diferente dos homens, segundo os participantes da pesquisa, pois assim como no Brasil, as ações são pensadas de forma que produza benefícios para toda a família. Existe uma relação forte entre a rotina da família e do trabalho em cargo de direção, mais especificamente, na política; no geral, elas não conseguem separar totalmente a vida privada no lar do trabalho na política, existe uma forma de vínculo laboral-afetivo muito presente na atuação da mulher na política.

No entanto, as atividades domésticas presentes tanto na vida das brasileiras como das cubanas, não é desenvolvida da mesma forma e com o mesmo sacrifício em termos de condições e de tempo. A tarefa doméstica é mais intensa para as mulheres cubanas, pois elas não têm a sua disposição eletrodomésticos como máquina de lavar e micro-ondas, que facilitam o trabalho doméstico no Brasil. A maioria das entrevistas em Cuba destacou a falta de eletrodomésticos como um forte desafio ao trabalho da mulher, pois exige mais tempo na prática dos serviços domésticos.

O papel de cuidadora tende a limitar o ingresso e a forma de participação da mulher no ambiente político. Dayma León e Teresa Junco (2014)⁹² analisam se as mudanças ocorridas na sociedade cubana, nos últimos cinco anos, proporcionam mais oportunidades para as mulheres e concluem o seguinte:

⁹² “La situación en que se encuentran las mujeres al inicio de este proceso condiciona el impacto de las medidas en sus vidas y en las relaciones de género. Si bien, de forma general, las mujeres cubanas están capacitadas para recibir el cambio, los estilos masculinos de dirección, los roles asignados como cuidadoras y la división de las mujeres en la actividad económica para asimilar positivamente las transformaciones”. (LEÓN; JUNCO, 2014, P. 136).

Las mujeres y los hombres tienen responsabilidades muy diferentes en lo relacionado con el trabajo doméstico y el cuidado de los miembros del hogar, que generan patrones desiguales de utilización de su tiempo, lo cual incide directamente en las decisiones acerca del empleo y la actividad económica. Además, existe un acceso diferenciado a los activos productivos, como tierras, viviendas: las mujeres con esta condición son minoría. (LEÓN; JUNCO, 2014, P. 136).

As mulheres cubanas compreendem que a competição na política não é tão intensa como os homens a retratam. Segundo as participantes, os homens vivem mais a competição na política do que as mulheres. Essa característica foi verificada também na fala das entrevistadas brasileiras, as quais relataram que não se consideravam tão competitivas na esfera política quanto os homens, que são mais partidários e acirrados competidores.

Outrossim, parecida no Brasil e em Cuba, é a condição da mulher que tem pele escura, pois, segundo as entrevistadas cubanas, a mulher de cor de pele escura ou negra enfrenta um desafio duplo, pois além dos limites impostos por uma cultura patriarcal sobre a condição de mulher, ainda enfrenta a discriminação pela cor da pele.

Identifica-se outra situação similar no que se refere ao comportamento da mulher parecido ao do homem, por exemplo, bater com o punho na mesa, a forma de se vestir, o tal do terninho, como destacou a professora Norma Vassalo (entrevistada nº 34), algumas políticas imitam o jeito masculino, ‘usam bigode’. Essa situação de se comportar como os homens na política, foi relatada em entrevista onde uma vereadora disse que precisou bater na mesa para que seus colegas vereadores homens lhe ouvissem e respeitassem sua decisão.

Conforme Maritzel González (2014, sp) as mulheres políticas cubanas ainda tem que lidar com manifestações do tipo: *“Hay mujeres dirigentes que son más hombres que los propios hombres dirigentes. Y habría que preguntarse: ¿Es que una mujer no puede dirigir como una mujer?”*.

Em se tratando de diferenças na participação e atuação das mulheres na política, a composição, a condição de participação na política entre Brasil e Cuba foi relatada como importante fator de diferenciação na atuação. Em Cuba as mulheres na política estão em situação parecida a uma pirâmide, ou seja, na base e na parte intermediária, as mulheres têm participação elevada, mas não chegam ao topo da pirâmide. No BR, ocorre o contrário, tem-se uma mulher como presidente do país, mas a base é fraca em participação feminina. Conforme a deputada participante, quando uma mulher vai falar, os homens prestam atenção, e o inverso também ocorre, ao contrário do relatado pelo deputado brasileiro que informou que tem colegas homens que quando uma mulher vai para a tribuna falar, levanta e sai, dizendo que não vai ficar para ouvir bobagens.

Quanto ao papel da Federação das Mulheres Cubanas, apesar da funcionaria da FMC, Maritzel (entrevistada nº 30), relatar o quanto a federação atua junto às mulheres em todos os municípios, ainda foi espalhada a crítica que essa instituição deveria estar mais próxima das mulheres, pois tem muitas mulheres que nem imaginam o que é a FMC. Em documento publicado pela FMC, Maritzel (FMC, 2014) descreve que a revolução foi o primeiro programa de igualdade das cubanas, sustentado por, pelo menos, vinte elementos, entre eles, a própria criação da FMS como mecanismos nacional para o avanço da mulher cubana, onde conta com 89% das cubanas de idade maior de 14 anos⁹³.

Em uma pesquisa publicada pela FMC sobre as problemáticas da mulher no poder político, autoria de Mayda Alvarez Suarez e outras (1994), foram entrevistados representantes homens e mulheres do Poder Popular sobre diversos assuntos a respeito da mulher no poder, seus avanços e limites. Ao analisar o paradoxo entre a escassa presença de mulheres na política municipal e o frequente êxito no desempenho de suas funções, as respostas das entrevistas foram as seguintes: as mulheres possuem maior capacidade de convocatória, pois tem mais tendência a buscar ajuda e permitir ser ajudada por homens e mulheres; possuem maior capacidade de sensibilizar-se com os problemas da vida cotidiana na medida que elas próprias são em suas casas as protagonistas dessa vida cotidiana.

No entanto, as autoras definem que a principal razão do êxito das mulheres delegadas políticas é a mesma pela qual estão subrepresentadas, ou seja: *“el alto nivel de exigências que se les imponía y que las sometía a una suerte de selección artificial mediante la cual quienes resultaban elegidas poseían regularmente capacidades muy superiores a la media de los hombres de igual condición”*. (SUAREZ et al, FMC, 1994, p.18).

O maior desafio de Cuba na atualidade é crescer economicamente, segundo as participantes. Durante a década de 70, quase todas as casas tinham luz, equipamentos eletrônicos, muitas comida - uma época de ‘ouro’, de bonança. Os produtos vinham da Alemanha Oriental e dos países comunistas. Durante 30 anos, Cuba viveu uma época de bonança, com benefícios para toda a população. Na década de 90, com a queda do mundo

⁹³ Os elementos que sustentam o programa de igualdade das mulheres cubanas são: criação da FMC; 1ª Conferência mundial sobre a mulher na década de 70; em 1976, 1ª constituição socialista que consagra os princípios da igualdade; promulgação do Código de Família; criação da comissão que trata dos direitos da mulher na Assembleia do Poder Popular; Lei da Seguridade Social; Regime de Assistência Social; o trabalho da FMC em prol da igualdade de direitos e oportunidades; a FMC como organismo responsável pelo desenvolvimento de leis, políticas e programas para as mulheres cubanas; educação como meio de conquistar a autonomia econômica, física e de tomada de decisões; criação de casas de orientações para a mulher e família; criação de Cátedras da Mulher na Universidade, entre outros. Informações repassadas por Maritzel González, da FMC (2014).

socialista (Alemanha/queda do muro de Berlim), Cuba começa a enfrentar uma crise muito grande, é o início do que o povo cubano chama de período especial.

A partir de então, tem início um período de mudanças, tendo como principais pilares a promoção do turismo, com a nova lei de imigração, e a entrada de recursos internacionais na forma de investimentos estrangeiros, resultando em um processo profundo de mudanças. Uma consequência importante desse período de recessão econômica é o aparecimento de uma epidemia de neurites⁹⁴.

Segundo a professora Elena Diaz (entrevistada nº 29), “há quem diga que ainda se vive no período especial”. O turismo produz consequências positivas e negativas, segundo a professora; positivas no sentido do desenvolvimento do aprendizado, entrada de recursos, troca pessoal e cultural, no entanto influencia negativamente os jovens, pois cria imagens fantasiosas de riquezas. Os jovens cubanos pensam que a vida que o turista leva em Cuba é a mesma que ele vai levar durante todo o ano em seu país, ou seja, de diversão e passeio. Além da aparência de riqueza, o turismo também refletiu na moeda, pois em Cuba prevalecem duas moedas: CUP, para cubanos e CUC, para turistas.

“Ultimamente está se vivendo uma grande crise econômica e também de valor da produção do trabalho”, segundo a professora Elena⁹⁵, que citou como exemplo o caso de uma pessoa que trabalha na limpeza de um hotel que recebe turista, principalmente do Canadá, recebe em gorjeta (propina) mais que um profissional, como médico e professor. Em seu entendimento, Cuba enfrenta quatro desafios na atualidade: a carência material (econômica); a diferenciação econômica – afeta muito, pois acredita que a diferenciação deve se concretizar pelo resultado do trabalho via qualificação; influência de vida da fantasia dos turistas, que não existe na realidade, além da elevada importância do dinheiro; e uma crise de valores, o qual entende ser o maior desafio.

As mulheres cubanas, assim como as brasileiras, se deparam com o desafio do empoderamento feminino, visto ser um processo onde algumas condições de capacitações

⁹⁴ Cuba se enfrenta a una grave epidemia de neuritis que pone en peligro su fama de potencia médica. Una epidemia de neuritis, -enfermedad que causa una pérdida progresiva de la visión- que afecta ya a 25.000 personas, según fuentes oficiales, y que está provocada por la falta de vitaminas, ha colocado a la sanidad cubana ante una crisis sin precedentes. La epidemia se produce en un momento en que el país está sometido a un fuerte racionamiento de alimentos, carece de medicamentos, los hospitales sólo operan urgencias y los pacientes deben llevar sus propias sábanas y cubiertos. Por primera vez, Cuba ha pedido ayuda al mundo para enfrentar un problema de salud. Informações de MAURICIO VICENT La Habana 8 MAY 1993. Disponível no site: http://elpais.com/diario/1993/05/08/sociedad/736812009_850215.html

⁹⁵ “Na época da Revolução era jovem e tinham os bens, provisões, também tinham esperança de melhorar sempre, não imaginavam que iriam passar por uma época de necessidade de recursos. Os jovens de hoje estão passando por dificuldades financeiras e também em razão da Nova Lei da Imigração, muitos saem do país e retornam com novas ideias”. Professora Elena Diaz (entrevistada nº 29).

devem ser adquiridas a fim de atingir a próxima etapa do ciclo. A professora Tania C. León (2013) escreveu artigo sobre o empoderamento feminino, um desafio das mulheres cubanas⁹⁶, onde analisou a situação atual da mulher cubana, pós Revolução, utilizando o conceito de empoderamento definido pela UNICEF, como níveis de empoderamento: bem estar, acesso, conscientização, participação e controle.

Após a análise da situação da mulher nos cinco níveis, concluiu-se que as cubanas alcançaram êxitos significativos, no entanto, alguns limites ainda persistem, entre eles: a permanência da carga doméstica e familiar, a qual a autora definiu como a maior barreira que a mulher enfrenta; a insuficiente divulgação e assimilação de conhecimentos sobre a teoria de gênero; as condições socioeconômicas do país; a tradicional cultura sobre a liderança masculina; o sentimento de culpa em relação aos cuidados dos filhos; e conflitos com o parceiro que venham a resultar em divórcio.

O empoderamento das mulheres é uma utopia, conclui Tania León (2013, p. 107): “*El empoderamiento a esta meta es parte del proceso de transformación social, en aras de una sociedad más justa, donde predomine una nueva forma de vivir y pensar, necesariamente inserta en una cultura que debe construirse cotidianamente*”. A parte mais difícil do feminismo e do empoderamento político é a consciência de gênero, e essa forma de pensar e viver começa na vida em casa.

No Brasil ou em Cuba, segundo as entrevistas, verificou-se que não adianta ter mais mulheres na política se não houver consciência de gênero. Em Cuba, a presença das mulheres no parlamento ultrapassa os 30%, condição para melhorar sua situação e do grupo a que pertence, no entanto, lembrando Drude Dahlerup (1986), nem mesmo uma maioria de mulheres na política, constitui uma massa crítica.

⁹⁶ Dados da referência: Desarrollo Social en Cuba. Un enfoque múltiple. Colectivo de Autores. Publicação da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Programa Cuba, Centro Feliz Varela, 2013.

5 CAPACITAÇÕES, CHANCES DE VIDA E ESTADO DE CONFIANÇA DAS MULHERES EMPODERADAS POLITICAMENTE

“Por que nós temos que nos tornar homens para ser política?” Tânia T. da Silva - Prefeita de Dois Irmãos / RS / BR (Entrevistada)

“Para trabalhar bem na política, deve primeiro aprender a administrar o lar”. Maritza M. Zaijas - Deputada cubana (Entrevistada)

“Qualquer mulher que entenda os problemas de cuidar de uma casa estará mais próxima de entender os problemas de cuidar de um país”.

Margaret Thatcher - Primeira ministra britânica – (G1, 2013)

Nesta tese, trata-se da participação direta da mulher na política representativa. O problema estudado trata especificamente das mulheres empoderadas que passaram pelo processo eletivo e foram eleitas para assumir cargo de representatividade política. O estudo está centrado nas mulheres que ocupam cargo de prefeitas, vices e vereadoras.

O exercício da política é fundamental para a criação das condições para que a sociedade determine os rumos do desenvolvimento e propicie espaço para confronto das ideias e interesses. A presença das mulheres na política e sua atuação é um caminho em construção, não é algo pronto. No Brasil, teve início pela emergência dos movimentos feministas com foco nos direitos relativos à política e ao trabalho, através da criação de duas organizações que mobilizaram um número considerável de mulheres no início do século XX, são elas: o Partido Republicano Feminista, criado por Leolinda Daltro, a fim de lutar pelo direito ao voto, sufrágio universal; e a Associação Feminista, de cunho anarquista, que muito influenciou nas greves operárias de 1918, em São Paulo (COSTA, 2005).

O ingresso de cada mulher na esfera política é efetivado por sua participação nas lutas sociais que apontam para mudanças nas condições de participação e representação. Esse desafio feminista, nas palavras⁹⁷ de Jussara Prá em sua palestra, envolve conhecer, analisar e transformar a cena política. Construir e preparar cenários de representação política gera tensões e essas tensões resultam do confronto de interesses das decisões das mulheres na política.

A década de 1990⁹⁸ foi um período de conquistas nas lutas por direitos das mulheres em diversas áreas, como exemplo do reconhecimento da mulher como sujeito de direitos

⁹⁷ Durante sua apresentação na Oitava Capacitação IN - Mercocidades, em Porto Alegre, de 01 a 05 de setembro de 2014. A Professora Jussara Prá ministrou *Taller de Género* no dia 02/09.

⁹⁸ Jussara Prá e Léa Epping (2012, p. 35) apresentam em um quadro explicativo as seis conferências realizadas nos anos 90 no âmbito da Agenda Social das Nações Unidas. Também as outras três conferências que antecederam tais eventos (México, Copenhague e Nairóbi).

humanos. Tratados internacionais, que trabalham com questões de violência e discriminação, são resultados de lutas no contexto do movimento feminista.

Como exemplos de resultados das lutas por uma proteção especial a mulher tem-se: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁹⁹; Convenção Mundial de Direitos Humanos de Viena; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher¹⁰⁰. Com a campanha “sem as mulheres, os direitos não são humanos”, mais uma conquista da luta por direitos das mulheres se efetiva, pois o resultado da conferência foi pelo reconhecimento de que os direitos humanos das mulheres são indivisíveis dos direitos humanos universais¹⁰¹.

Os trabalhos teóricos sobre a mulher na Ciência Política podem ser classificados em três etapas quanto à presença ou não em estudos, são elas: a etapa da invisibilidade – é a ausência das mulheres em estudos gerais, desde trabalhos teóricos até projetos de pesquisa; a etapa da visibilidade limitada – a partir do modelo masculino de cidadania, explica-se os diferentes padrões de participação e comportamento feminino na política; e a visibilidade – consiste no desenvolvimento de estudos científicos do pensamento feminista, como também na utilização de um vocabulário político que traduz as especificidades das mulheres na política (COSTA, 1998)¹⁰².

A partir do século XXI, mais e mais estudiosos têm procurado conhecer, analisar e explicar a esfera política brasileira através de investigações sobre a mulher na política representativa. Essa realidade estava distante no final da década de 1990, mesmo com todos os acontecimentos da década de 70 e início dos anos 80, pois em razão do regime militar o tema despertou pouco interesse. Essa falta de interesse deixou um espaço vago no entendimento sobre a presença da mulher na esfera política institucional e sua relação na prática da vida na esfera privada (COSTA, 1998).

Quando inicia o processo de empoderamento das mulheres, duas situações são visualizadas, conforme Léon (2000): primeiramente, o empoderamento das mulheres trará um

⁹⁹ CEDAW, ONU (1979) – Convenção que foi ratificada pelo Brasil em fevereiro de 1984, que garante a defesa em âmbito mundial.

¹⁰⁰ Convenção de Belém do Pará, OEA (1994) – Convenção ratificada pelo Brasil em novembro de 1995, que define os parâmetros tratados no âmbito nacional para tratar do problema da violência – Como um resultado dessa convenção é a edição da Lei Maria da Penha (11.340/2006), de trata sobre a violência contra a mulher.

¹⁰¹ Em 1993, na Conferência Mundial de Direitos, em Viena, os direitos humanos das mulheres foram reconhecidos. Nessa conferência foi produzido o documento Declaração de Direitos Humanos de Viena, e no seu § 18, consta que: "os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais".

¹⁰² Ana Alice Costa (1998) cita o estudo desenvolvido por Kathleen Jones (1992): JONES, Kathleenb. Hacia una revisión de la política. *Revista Política y Cultura*. México, 1992. Este trabalho foi citado por MASSOLO, Alejandía. Las medias y los modos. *Participación política y acción colectiva de las mujeres*. México: PUEG/El Colegio de México, 1994.

desempoderamento dos homens; o desempoderamento de um poder dominante e subordinador. Um poder que limita a capacidade de movimento em todas as esferas da vida da mulher, desde o corpo, a vida em família e até nas relações públicas. Esse empoderamento masculino que foi mantido pelo sistema patriarcal. O desempoderamento dos homens como consequência do empoderamento das mulheres reafirma o discurso que este não é um jogo de soma zero, pois haverá ganhadores e perdedores. Igualmente, não se traduz em um processo neutro e sim repleto de conflitos, pois as pessoas que já estão, ou na iminência de estar, no poder não desejam perdê-lo, confirmando Gita Sen (2002).

Na esfera política, quando uma mulher entra, um homem sai, caso mantivesse o mesmo número de cadeiras no legislativo, por exemplo. No executivo local, a cadeira é única, ou assume um prefeito ou uma prefeita. Ou seja, o cargo político é um bem escasso, sendo disputado por homens e mulheres. No entanto, mesmo que não haja qualquer restrição legal para as mulheres participarem do pleito eleitoral, verifica-se que a competição é desleal no sentido de que as mulheres ainda têm medo da competição e da incerteza política, além da sobrecarga que pesa sobre seus ombros com o acréscimo do trabalho político, conforme o que ficou demonstrado nas entrevistas. O medo, a dúvida, o receio e a certeza da sobrecarga ficam por conta da cultura patriarcal ainda presente nas relações sociais. O desempoderamento dos homens como resultado do empoderamento das mulheres na esfera da política não é jogo fácil, ao contrário, é um jogo difícil, com etapas que devem estar bem definidas e com amplo conhecimento por parte da sociedade.

Outra situação é a que o empoderamento das mulheres resultará em empoderamento dos homens. O poder da solidariedade, que promove a remoção da carga enorme posta nos ombros dos homens pela sociedade, a qual representa toda uma responsabilidade pelo sustento da casa, bem como por atitudes permanentes de fortaleza, de raciocínio, sem ter direito de mostrar sensibilidade ou fraqueza. Esse é o empoderamento positivo, que possibilitará a esse novo homem expressar seus sentimentos e sua ternura, de fazê-los entender que eles também têm um lado feminino, o qual a psicanálise insiste que é preciso que seja reconhecido (LÉON, 2000).

As mulheres políticas estão empoderadas, mas isso não diminui as condições de fragilidades em suas atividades no dia a dia, pois apesar de elas terem chegado ao poder, os homens ainda não as veem como mulheres empoderadas, como foi possível verificar em vários relatos de barreiras e preconceitos enfrentados pelas participantes. Destas mulheres, espera-se que ajam com mais autonomia, tanto na família como no trabalho e, neste caso, na política. Ninguém consegue ser coerente vinte e quatro horas por dia, pois, por mais que se

tenha um discurso progressista, muitas mulheres acabam adotando no dia a dia, ações que refletem o contrário do discurso defendido, confirmando o destacado por Prá (2008) em entrevista.

A abordagem nesta tese centra a análise nas pessoas, no sentido de que tenham condições de perceber suas próprias condições para então lutar por transformação de suas vidas e, no caso deste estudo, na vida de outras pessoas, em razão de sua atuação na política representativa. Entende-se que quanto mais uma pessoa se empodera, mais autônoma e livre ela fica. Então, tem-se o que Ralf Dahrendorf e Amartya Sen destacam como necessário às pessoas: possuírem liberdade. Quando uma pessoa consegue combinar alternativas de funcionamentos, esta possui capacidade e então tem liberdade.

A luta por direitos políticos das mulheres, no Brasil, não apresentou as mesmas características dos movimentos feministas em massa, a exemplo da Inglaterra, Estados Unidos e França. Apesar de não se confundir com o movimento feminista, a luta pelo sufrágio das mulheres fez parte deste movimento porque reivindicou a participação delas nos processos de decisões políticas. O feminismo não é necessariamente um movimento de massa, organizado publicamente, pode também ser articulado na vida privada, em casa, ou seja, em todas as esferas onde o raciocínio dominante seja para que as diferenças femininas e masculinas não se traduzam em relação de poder hierárquico de um sexo sobre o outro¹⁰³ (ALVES e PITANGUY, 2007).

O processo de conquista por direitos políticos às mulheres foi sendo construído aos poucos, muitas vezes retroagindo e outras avançando. Às vezes retroage numa intensidade maior do que avança, pois é um processo lento, em razão da tradição da cultura patriarcal, ainda muito forte no Brasil e no restante do mundo. Entende-se que as mulheres na política representativa conquistaram três bilhetes de ingresso, desde a atitude do governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, quando em 1928 alterou a legislação eleitoral estendendo o direito do voto também às mulheres, mesmo que depois os votos tenham sido anulados.

As prerrogativas das políticas brasileiras tiveram origem a partir da luta do movimento sufragista e, mais especificamente, a partir de 1932 com o direito ao voto, que permitiu a mulher votar e ser votada. Esse foi o primeiro bilhete de ingresso das mulheres na política.

¹⁰³ As mulheres abolicionistas, como por exemplo, Maria Firmina dos Reis, Maria Josephina Mathilde e Maria Amélia de Queiroz, as três Marias – foram exemplos de mulheres que lutaram, apesar da especificidade de suas reivindicações, por direito de liberdade das pessoas, independente de sexo. Mais informações sobre as mulheres do Brasil podem ser acessadas no Dicionário Mulheres do Brasil (2000).

Representa também a conquista da liberdade instrumental política, parte da formação das capacitações de Amartya Sen.

A partir de então, algumas mulheres, capacitadas profissionalmente, além das que tinham familiares políticos, adentraram para o ambiente da política representativa. As primeiras mulheres abriram portas para outras que vieram a seguir, mas o caminho até a efetivação da eleição é longo e ainda causa medo nas mulheres, segundo relato das participantes entrevistadas. Como acima informado, as primeiras que ingressaram na esfera política representativa foram mulheres esclarecidas e algumas com vínculos familiares políticos. Eram filhas de fazendeiro, professoras, médicas, jornalistas, advogadas, oriundas de família rica, como também filha de ex-presidente da República.

Durante o Estado Novo, governo Getúlio Vargas, houve um tempo de inércia nas lutas feministas, principalmente políticas, em razão das próprias características do regime. Esse tempo de inércia no processo de conquista de espaço político pelas mulheres se repetiu novamente durante o comando militar. Em razão do regime autoritário adotado pelos militares e também pela conjuntura econômica do período, principalmente a partir da década de 70, as lutas por direitos das mulheres não encontram muito espaço e nem sensibilidade pela causa.

No entanto, nesse período houve mobilização de mulheres, mas essa mobilização foi organizada pelos líderes do movimento militar em 1964, que viam na caminhada das mulheres uma forma de legitimação do próprio movimento pela entrada dos militares ao poder, pois estava se defendendo a instituição familiar.

Apesar de viver sob a cultura patriarcal, as mulheres participaram ativamente do movimento que ficou conhecido como ‘Deus, Pátria e Família’, no qual a imagem de dona de casa e mãe de família era muito valorizada. As mulheres foram chamadas a participar da luta política como ajudantes dos homens responsáveis pelo destino da nação. Nesse momento, elas se tornaram protagonistas, mas não nos assuntos políticos e sim na luta pela defesa do bem-estar da família e da propriedade e pelos assuntos do ambiente privado. Não estava se valorizando a mulher cidadã e sim a mulher dona de casa e mãe, aquela que conseguia levar para a esfera pública as características da situação de subalterna em que viviam na esfera privada.

Essa é uma parte da participação das mulheres na política brasileira no período sob o regime militar que estava a favor da ditadura militar; a outra parte da participação diferenciada das mulheres é composta por aquelas que eram contra o regime, principalmente as que lutaram com armas, que participavam de organizações políticas clandestinas e grupos

guerrilheiros. Da forma mais branda a mais extremada, as mulheres participaram de diversas maneiras da política antes e depois do regime militar (RIDENTI, 1990; COSTA, 1998).

As mulheres pioneiras na política representativa, no quadro demonstrativo no capítulo dois, iniciam suas carreiras políticas como prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais e federais, em 1928 e seguem até 1951; esse é o primeiro momento de representação política das mulheres. Durante o regime militar, apenas dois cargos pioneiros são ocupados por mulheres: em 1979, assumiu a primeira senadora, e em 1983, a primeira prefeita no Rio Grande do Sul.

A situação econômica do país não estava bem, a inflação começava a mostrar seu lado mais cruel, além do baixo crescimento econômico, medido pelo Produto Interno Bruto. Sendo que o primeiro presidente militar que assume em 1964 dá início ao Plano de Aceleração Econômica do Governo (PAEG), que visava reduzir a inflação através das reformas: fiscal, tributária, externa, trabalhista, monetária e financeira¹⁰⁴.

O Brasil ficou conhecido no mundo internacional como o país que apresentou a maior inflação entre 1970 e 1995, e também teve como reconhecimento negativo o fato de ser o país com a maior desigualdade de renda da América Latina e do mundo. No entanto, a partir de 2001 a desigualdade de renda do país entrou em declínio, fruto de diversas políticas econômicas adotadas, a exemplo do plano Real articulado desde 1993. Quando um país vive um período de crise na economia, reivindicações por direitos de pessoas que estão em condições vulneráveis, de uma forma geral, dificilmente encontra espaço de luta, e isso pelas próprias razões de necessidades que vivem uma grande parcela das pessoas, não importando se são homens ou mulheres (NERI, 2006).

Somente na segunda metade da década de 80, através da elaboração de uma nova Constituição, é que foi delimitado quem da sociedade seria beneficiada com os direitos legais. O artigo 5º apresenta então que são as pessoas sujeitas de direitos legais, ou seja, os homens e as mulheres, sem distinção de qualquer natureza, toda a sociedade é igual perante a lei¹⁰⁵. A elaboração da Constituição de 1988 representou um bilhete de ingresso em rumo ao alargamento das chances de vida.

¹⁰⁴Demais esclarecimentos sobre a política econômica nesse período pode ser encontrada no seguinte trabalho: BACHA, Edmar L.; BONELLI, Regis. **Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 3 (99), pp. 163-189, julho-setembro/2005.

¹⁰⁵“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”. (BRASIL, 1988).

Então, o segundo bilhete de ingresso foi conquistado com a elaboração da Constituição de 1988, quando mulheres se uniram e buscaram o direito de participação da construção da chamada Constituição Cidadã, através da criação, em 1987, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da campanha pela efetivação de que ‘Constituição pra valer tem que ter palavra de mulher’. As políticas constituintes elaboraram uma carta para ser entregue aos constituintes, a ‘Carta das Mulheres aos Constituintes’. A partir de então teve início uma discussão em torno da formação de uma bancada feminina, cujas ações ficaram conhecidas por provirem de um grupo formado por senadoras e deputadas, conhecido como ‘Lobby do Batom’¹⁰⁶.

O terceiro bilhete de ingresso foi efetivado quando da alteração na legislação eleitoral de 1995, lei nº 9.096, Lei dos Partidos Políticos, onde 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres. Alterada dois anos depois pela lei nº 9.504, elevando o percentual para 30% de vagas para mulheres, no entanto ainda continua o verbo reservar. A alteração mais significativa veio somente em 2009, quase quinze anos após a primeira lei, alterando o verbo de reservar para preencher com o mínimo de 30% e o máximo de 70% as vagas com candidatos de cada sexo.

Os três bilhetes de ingresso conquistados pelas mulheres na política ampliaram as chances de vida, as opções de escolha, ou seja, os provimentos. Considerando que o empoderamento aumenta a percepção da pessoa sobre si própria, eleva sua autonomia e autoestima, proporcionando redução de incertezas e a elevação da confiança, a mulher política passa a ter mais poder para realizar as escolhas que fazem parte de suas vidas, tanto na esfera privada, como pública, como também sobre a vida de outras pessoas a sua volta.

Assim, os bilhetes de ingresso ainda garantiram a entrada e elevaram as condições de provimentos à atuação das mulheres na esfera política, no entanto, a quantidade de mulheres que se candidatam a cargos eletivos é pequena, e menos ainda as mulheres que se elegem. As cotas políticas, por si só, não garantem a capacidade igual de participação em processos de decisões políticas ou de influência nos resultados. Sem uma representação quantitativa na ordem de 30%, no mínimo, a criação de uma massa crítica fica comprometida, o poder político não é integralmente democrático e não representa a totalidade da sociedade e, quando as instituições políticas não representam toda a sociedade, o desenvolvimento está comprometido. A formação de uma massa crítica, confirmando Dahlerup (1986), representa

¹⁰⁶Mais informações sobre as ações das mulheres senadoras e deputadas que fizeram parte do Lobby do Batom, bem como as bandeiras defendidas por estas, podem ser localizadas no site do CEFEMEA, http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4088:o-feminismo-e-os-25-anos-da-constituente&catid=213:noticias-e-eventos&Itemid=148

uma minoria de mulheres com capacidade de realizar mudanças qualitativas nas estruturas de poder, criando condições para melhorar sua própria situação, como também da comunidade a que pertence.

As mulheres políticas entrevistadas relataram que ascenderam ao cargo político por meio de participação em movimentos sociais, emancipatórios e profissionais, por meio de convites de amigos e familiares, pelo desempenho profissional, pela rede de contatos que construíram ao longo de sua carreira profissional, como também por indicação de familiares, muitas vezes até para assumir cargo já ocupado anteriormente pelo marido, pai ou irmão.

5.1 REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ESPAÇOS DE DECISÕES POLÍTICAS

A hipótese a ser testada nesta parte do capítulo é de que a representatividade feminina em funções eletivas emana da legitimação democrática conquistada através da participação em organizações, em redes solidárias, em movimentos sociais e em espaços de decisão política, os quais proporcionam sua inserção nos processos e políticas de desenvolvimento local. Para tanto, o objetivo é explicar a trajetória de empoderamento político das mulheres a fim de compreender os significados, os compromissos e as ações de desenvolvimento local.

Casadas, com filhos, professoras, filhas de agricultores, participantes de movimentos sociais, nasceram e passaram grande parte de suas vidas em áreas rurais na localidade onde atuam. Esta é uma representação geral das mulheres empoderadas politicamente que fizeram parte da análise central deste estudo. As trajetórias de empoderamento dessas mulheres apresentaram características condizentes com a teoria seniana das liberdades instrumentais e capacitações. Suas trajetórias confirmam que as mulheres tiveram acesso aos provimentos necessários, como o acesso, principalmente, à saúde e à educação, à conquista de prerrogativas que possibilitaram a participação em esferas de poder político.

A trajetória de empoderamento político das mulheres a cargo eletivo pode ser explicada de três formas, são elas: pela profissão desempenhada, pela participação em movimentos sociais e como resultado de uma decisão na esfera privada, em que a mulher, ao se candidatar a cargo eletivo, está cumprindo uma decisão dos familiares, mais precisamente, do marido/companheiro. A três formas de integração à esfera política não são excludentes em si, ao contrário, podem ser complementares.

O trabalho profissional desempenhado na área de educação e saúde, principalmente, incentiva o lobby por parte de partidários que veem, nessas mulheres, possibilidades de

preencherem o percentual obrigatório da lei de cotas dos partidos e também de angariar votos para o partido, pois, num primeiro momento, a possibilidade dessas mulheres ganharem a eleição é, ainda, um mito.

A profissão de professora é, naturalmente, um trabalho de desenvolvimento de uma rede social, de reconhecimento e prestígio por parte da população, facilitando ao público um voto de confiança em uma pessoa que já demonstrou trabalho e envolvimento social quando do desempenho como educadora. O estudo de Orsato (2013) reforça a tese de maior participação das mulheres que se identificaram profissionalmente como professoras, onde 72% das deputadas estaduais eleitas no RS, entre 1951 e 2015, exerciam essa profissão.

O trabalho na área de saúde também apresenta especificidades parecidas de reconhecimento positivo do público, como ocorre na educação, pois as profissionais da saúde tratam com pessoas quando estas, muitas vezes, encontram-se em momentos de fragilidade humana, quando estão mais vulneráveis, mais receptivas e tendem a não esquecer uma atenção recebida, a qual pode ser reconhecida na hora do voto. Os caçadores de talentos políticos tendem a enxergar essas virtudes, eis então os convites para que essas mulheres façam parte da nominata do partido.

A criação e desenvolvimento de uma rede social das profissionais da área da educação e da saúde, principalmente, somado ao destaque e qualificação no trabalho, são atributos apreciados por partidários, que veem naquela profissional uma possibilidade de angariar candidatas ao pleito eleitoral, muitas vezes sem acreditar na real condição de eleição, mas sim para cumprir a cota da lei eleitoral dos 30%. Essa mulher se filia ao partido político, participa do pleito eleitoral e ganha a eleição, para a surpresa de todos. Tal situação pode explicar a situação em que a mulher se filia pouco antes da candidatura.

A participação em movimentos sociais, como os de emancipação de municípios, também legitimou a representatividade em cargos eletivos como uma das formas de integração à esfera política a partir de um processo de construção de cidadania. A participação em redes solidárias e lutas sociais possibilitaram às mulheres a busca e reconhecimento dos provimentos e das liberdades instrumentais necessárias à conquista da cidadania e da autonomia, efetivada no estado de confiança dessas mulheres na política. A participação em espaços públicos de lutas sociais e organizações reforça sua atuação de forma mais solidária, no sentido que o trabalho na política é visto como uma forma de doação, um trabalho mais coletivo, confirmando os estudos de Prá (1992), Costa (1998), Grossi e Miguel (2001), Miguel (2011) e Orsato (2013).

Contar com familiares na política representa um recurso importante para as

pretendentes a cargo político, pois eleva sua condição de serem bem sucedidas no pleito eleitoral, a medida em que as pessoas da comunidade já a conhecem indiretamente, através do marido, pai, irmão. Esse foi o caso de várias participantes que relataram suas origens políticas na família.

Chegar à política por participação em movimentos sociais é um ato ‘enobrecedor’, de autonomia e de esforço pessoal, mas quando as mulheres chegam à política pelas relações de parentesco seria algo ‘desabonador’, como se fossem eleitas ‘ilegitimamente’, por terem se beneficiado das alianças feitas pelo pai ou marido. No entanto, com outras profissões, a exemplo do exercício da medicina ou advocacia, continuar a profissão dos pais é considerado algo positivo, inclusive no palavreado popular diz-se que ‘a fruta não cai longe do pé’, mas na esfera política isso não é positivamente considerado (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Abandonar a posição secundária de assessora e assumir a condição de sujeito na política não foi a ideia principal de algumas entrevistadas, mas em razão da possibilidade de vitória, não havia outra saída do que aceitar ser candidata e vencer as eleições. Essa situação pode ocorrer a partir de duas possibilidades: de início, o homem é quem tem a expectativa da política, ele é o político da família, mas não deseja concorrer, prefere trabalhar nos bastidores da política e passa a ver na mulher (esposa, filha, irmã) uma possibilidade de realização, mesmo que esse não seja o sonho dela, mas sim o dele, como foi o caso de políticas que relataram que o esposo é um apaixonado pela política e então ele se realizou por ela. Confirmando o pensamento e atitudes patriarcais do poder masculino e a situação subalterna de aceitação por parte da mulher, visto que a realização profissional é do homem e não da mulher.

A outra possibilidade é que o homem político não deseja se afastar da política, mas por alguma razão se vê impedido de participar, então vê na mulher a condição necessária de continuar no poder por meio dela, ou seja, é o caso da mulher política que assume o cargo do marido, por exemplo, de prefeito. A família não perde o poder político local. Em outros casos, o homem assume cargo em nível estadual ou federal, mas não deseja perder o poder local, então a mulher assume o cargo, eliminando qualquer possibilidade do poder local ir parar em outras mãos. Esse entendimento encontra respaldo no estudo de Blay (1979, p. 41), através da criação do tipo de prefeita esposa, aquelas que “embora a contragosto, até mesmo profundamente contrariadas, algumas mulheres se sujeitam a participar do jogo político”.

Para ajudar o partido político as mulheres aceitam a condição de estarem participando das eleições como ‘laranjas’, condição conhecida pelas mulheres. No entanto, algumas candidaturas causaram surpresas nos homens do partido, pois se candidataram e ganharam. A

aceitação das mulheres em integrar à esfera pública pela condição de ‘laranja’, se dá a partir do sentimento de pertencimento a um grupo, da necessidade de fortalecimento do espírito de equipe, como também do entendimento que atender a um pedido de ajuda é uma forma de participação solidária, uma doação.

No entanto, elas foram além dos números e se elegeram. A partir de então, duas possibilidades de vivências passam a fazer parte da rotina dessas mulheres que, inicialmente, não tinham planos de atuarem na política representativa; primeiramente, elas se assustam mediante a condição de empoderamento político que estão vivendo, trabalham muito, se cobram muito, percebem que na esfera política o trabalho requer atitudes permanentes de estratégias em ambiente de incertezas, mesmo assim se apaixonam, passam a crer que a política faz parte de seus sonhos futuros e lutam por essa conquista.

A outra possibilidade se apresenta de uma forma mais problemática, pois elas continuam trabalhando e se comprometendo com os compromissos assumidos, mas sofrem com as manobras utilizadas por uma cultura política desenvolvida até então. Com isso, decidem que precisam concluir a tarefa a que se comprometeram para então deixar a política representativa com o sentimento de dever cumprido.

Muitas mulheres que seguiram as tradições políticas de seus familiares, que contaram com ajuda e prestígio político de seus pais ou maridos, tomaram a frente de suas decisões, se empoderaram politicamente, sendo que em muitos casos, superaram o prestígio dos familiares homens, como foi o caso de uma prefeita da região do fumo do RS.

Os obstáculos que as mulheres enfrentam no dia a dia da política são de diversas ordens, desde limites nos cuidados com as pessoas da família, principalmente com os filhos, a continuação do trabalho em casa, a desconfiança por parte da população sobre sua capacidade de trabalho, o pouco incentivo dos partidos políticos, a figura do homem como sinônimo de capacidade, força e competência, as intermináveis reuniões, e os encontros após horário de trabalho, quando, em muitas vezes, as estratégias são delineadas e as decisões são tomadas.

As dificuldades em manter os cuidados com a família e a casa com seu trabalho são oriundas do próprio sistema de cultura patriarcal ainda enraizado no país, pois mesmo que as mulheres trabalhem fora de casa, e tenham sua profissão, os cuidados ainda permanecem sob sua responsabilidade, não ocorre uma redistribuição das tarefas. A mulher se sente responsável pelo cuidado com os filhos, mesmo quando não existe uma cobrança por parte dos mesmos, como foi possível verificar em várias entrevistas onde as políticas relataram que se sentem culpadas por muitas vezes não terem tempo de ‘dar um colo’ quando precisam, pois os pais não sabem fazer isso. Elas aprenderam com as mães que quem deve cuidar dos filhos

são elas, mesmo exercendo sua profissão. A gravidez é apenas uma parte da responsabilidade da maternidade, o que deveria ser diferente, pois a responsabilidade da gravidez é da mulher, mas depois do nascimento o filho passa também a ser compromisso do pai ou da outra pessoa que se propõe a dividir a criação e educação dos filhos.

Manter o funcionamento da casa, ser a responsável pelas pessoas da família e ainda desenvolver um trabalho eficiente na política é uma missão difícil. Para a maior parte das mulheres que cumprem com as duas jornadas, casa e trabalho, três no caso de continuar estudando, essa missão se torna uma carga pesada, podendo vir a resultar em debilidades na saúde física e mental. No caso do trabalho na política, as próprias características do cargo se encarregam de aumentar o grau de exigência da mulher, como a necessidade de maior envolvimento com os eleitores, as tarefas do dia a dia, a conquista permanente por manter e elevar os votos, pelo ambiente hostil de desconfiança e cobrança constante, e pela necessidade da mulher estar sempre precisando comprovar sua capacidade em um ambiente de homens, em que a presença dela ainda está em fase de estágio probatório, tanto pelos colegas como pela sociedade no geral. No entanto, a política eleitoral tem a característica de ser “atemporal”, exigindo disponibilidade permanente.

Desde Alzira Soriano Teixeira até as mulheres políticas que estão em plena atuação, elas continuam em pleno estágio probatório, sempre precisando provar que têm capacidade de trabalho e merecem ser efetivadas. É um período de estágio que não termina, que mesmo com a publicação da lei de cotas e com campanhas eleitorais por mais mulheres na política, os partidos políticos e a sociedade em geral ainda não efetivou o contrato de representação política visando à igualdade de gênero, possibilitando a realização de uma democracia de fato, onde homens e mulheres estejam efetivamente representados, a fim de que cada gênero possa lutar por interesses que lhes dizem respeito e se preocupam, como por exemplo de alguns interesses femininos, o banimento da violência contra a mulher, construção de mais creches, cuidados com a saúde da família, ruas calçadas, limpas e arborizadas, entre outras questões.

A mulher se sente afastada de alguns acertos informais delineados da esfera política representativa, a exemplo das reuniões depois do horário de trabalho. Os homens estruturaram um ambiente de atuação na política que requer a participação deles em tempo integral, ficando à esposa/companheira as responsabilidades outras, como família, casa, assessoria política, agenda, visita a eleitores, entre outras tarefas.

Quando a mulher é o sujeito na política institucional, o marido/companheiro não reage da mesma forma e não cumpre essas tarefas que, culturalmente, estão sob a égide das mulheres. Estas, não querendo, muitas vezes, e não podendo, em outras, abrirem mão de suas

atividades domésticas, não conseguem acompanhar as reuniões em bares para continuar a discutir estratégias políticas. Precisa ir para casa atender a família que deseja a companhia e cuidados dela, que ela acha que somente ela pode dar.

As mulheres relatam certa dificuldade em participarem de reuniões em horário noturno, depois de um dia inteiro de trabalho. As estratégias e decisões resultantes dessas reuniões não contêm a participação da mulher e, muitas vezes, ela é apenas informada das decisões tomadas e como deve ser sua atitude mediante tal situação, como foi o caso de entrevistadas que relataram que tais reuniões extras geraram conflitos, visto que não aceitaram as decisões e tomaram atitudes diversas do combinado pelos colegas, alargando ainda mais o viés político entre homens e mulheres.

Os partidos políticos são redutos masculinos, segundo os relatos das participantes deste estudo e pesquisas sobre a mulher na política¹⁰⁷. É correto afirmar que houve maior participação feminina nos partidos políticos desde a conquista do voto pelas mulheres na década de 30, no entanto, conforme o relato de uma vereadora que filiou-se nos anos 80, era difícil a convivência de uma mulher com os colegas homens. Mais de trinta anos depois, os partidos políticos ainda continuam sendo lugares sob o comando de homens.

Os partidos políticos têm uma responsabilidade muito grande com relação a igualdade de gênero na política, visto que é a partir das filiações e trabalho partidário que mulheres e homens chegam ao poder político. No entanto, os incentivos financeiros não se traduzem em colaboração às candidaturas femininas, preferem apoiar as candidaturas masculinas. Os presidentes de partidos são homens e apostam em outros homens, encorajados pela cultura de que são eles que têm capacidade, força e competência para a política. O poder masculino nos partidos políticos reflete a cultura patriarcal e machista da esfera privada, que passa de geração a geração, em casa e na escola.

O obstáculo central parece ser a forma de organização da política, que persistentemente considera ser este um mundo masculino, no qual as competências exigidas para tal desempenho somente os homens são possuidores. Para as mulheres, conquistar o empoderamento político é possível, desde que não abandone as obrigações com a família e a casa. Essa é a regra, e quem conseguir realizar as duas atividades continua na política, quem não conseguir que abandone o trabalho político, por quanto que as obrigações com a esfera privada não devem ser alteradas.

Qual o significado de desenvolvimento local para as mulheres que exercem cargo de

¹⁰⁷ Como por exemplo: Blay (1979, 2001); Prá (1992; 2008); Costa (1998); Avelar (2001); Miguel (2011); Freire (2011); Araújo (2011); e Orsato (2013).

representatividade política?

O desenvolvimento local tem relação de proximidade com os temas sociais, como educação com qualidade, acesso à saúde e trabalho para que as pessoas tenham autonomia de suas vidas, creches para deixar os filhos para que as mães consigam trabalhar com tranquilidade, transporte público eficiente tanto no espaço rural como no urbano. Uma cidade com ruas calçadas, limpas e arborizadas ganha o significado de desenvolvimento local; igualmente para o entendimento do pequeno espaço do bairro estruturado, onde os serviços públicos sejam ofertados com eficiência.

Se a mulher política compreende o desenvolvimento local de uma forma humanizadora¹⁰⁸ é porque ela vive sob o império da família/casa/esfera privada, onde os assuntos relacionados com a vida das pessoas são os mais importantes. Mesmo destacando que é preciso ter trabalho e renda para ter desenvolvimento, as políticas compreendem que o importante da vida são as pessoas e são em função delas que todas as apostas do desenvolvimento devem ser feitas.

Nenhuma das entrevistadas relacionou o desenvolvimento local com a produção agrícola, por exemplo, mas sim uma preocupação com o destino da própria localidade, visto que a maioria dos municípios das entrevistadas é considerada rural. Com isso, a tendência é que os jovens que saem para estudar não retornam mais a residir na cidade onde nasceram e foram educados, como é o caso de Ivorá e Dona Francisca, na região central do estado.

Se tiver demanda por trabalho, os jovens estudam e retornam para trabalhar na cidade gerando um processo de desenvolvimento local através da oferta de trabalho, ganho de renda, consumo, produção. Ou seja, mesmo que haja uma defesa por criação de postos de trabalho por empresas, ainda a primeira preocupação é com as pessoas da localidade, pois, confirmando o relato da prefeita de Ivorá, as pessoas da cidade vivem com qualidade de vida, mas não tem trabalho e isso pode comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento local. O mercado de trabalho é compreendido como construção social, como produto da interação social.

A maioria das entrevistadas tem origem na área rural, são filhas de pais agricultores, então referenciar desenvolvimento local é o mesmo que estar tratando sobre o interior desenvolvido, onde as estradas devem ser 'boas' para transportar a produção. Conforme a fala de pessoas que residem na zona rural, o transporte deve ser eficiente, tanto escolar como o

¹⁰⁸ O pensamento humanista abordado aqui compreende o ser humano racional, onde a pessoa está no centro da análise. Para este estudo não é objetivo analisarmos o empoderamento das mulheres políticas sob a teoria humanista.

público coletivo, para facilitar o acesso com o centro da cidade, é ter a disposição um posto de atendimento à saúde, um espaço para encontros de finais de semana e às festas da comunidade. Enfim, interior desenvolvido é um local onde as pessoas vivam com qualidade de vida.

Novamente percebe-se que a compreensão do desenvolvimento tem relação com a vida das pessoas e não com o grau de crescimento da produção da terra, por exemplo. O desenvolvimento local é visto como espaço onde as pessoas têm suas liberdades instrumentais na ótica seniana (política, econômica, educação e saúde, transparência e segurança protetora); liberdades que se traduzem em capacidades individuais que proporcionam condições de escolha racionais a uma pessoa, ou seja, escolhas que uma pessoa racionalmente valoriza fazer ou não. A produção econômica de uma localidade faz parte do menu de provimentos que uma pessoa pode demandar quando se tem as prerrogativas para tal.

O olhar atencioso pelo bem-estar das pessoas que residem no bairro e no interior faz parte das preocupações das políticas em razão da própria vida delas, pois mesmo atuando na esfera política, fora de casa, ainda preservam a responsabilidade pelo bem-estar de suas famílias, vizinhança, a comunidade próxima. A preocupação com o bairro e interior desenvolvido faz parte de uma autoidentificação, um sentimento de pertencimento com o local de origem, o qual não se esgota quando passa a residir no centro urbano.

A responsabilidade do cuidado pelas pessoas da família e pelo espaço da casa, ainda pertence às mulheres, mesmo para aquelas que já se encontram empoderadas politicamente, é a velha ordem patriarcal ainda muito presente na vida das mulheres. Talvez seja por isso que a mulher se eleja mais em cargos políticos locais, mais próximo de sua casa e das pessoas que convive. Para tanto, é no município que a mulher exerce seu poder de ação com mais proximidade de sua casa, então a maior participação é no nível local.

Outro fator que confirma a estreita relação entre casa e trabalho para a mulher, é a importância a que elas se referem a criação e sustentabilidade dos conselhos municipais, como foi possível verificar nos relatos das entrevistadas. Prá (1992) trabalhou com a questão da experiência da criação dos conselhos da condição feminina e os objetivos a que se propunham como a promoção de políticas para a mulher. Os resultados deste estudo confirmam o estudo de Prá (1992) sobre o papel dos conselhos como organizações mediadoras entre a sociedade e o Estado, proporcionando formas alternativas de representação política, além da possibilidade de maior envolvimento e responsabilidade das pessoas pelo desenvolvimento local.

Conselhos municipais atuantes vêm a ser um pré-requisito ao processo de

desenvolvimento local por suas próprias características de participação, fiscalização, envolvimento das pessoas para com as questões da comunidade e de cobrança junto às outras instituições públicas. Não é novidade que as mulheres participam mais de conselhos do que os homens, desde conselhos ligados a igreja até os profissionais, de âmbito voluntário ou não, especificamente de mulheres, feministas ou até os de características mais masculinas, como os conselhos de segurança dos municípios. A partir de então, compreende-se o porquê da defesa por conselhos atuantes em prol do desenvolvimento local.

Quanto mais liberdades instrumentais, mais capacidades têm uma pessoa, ou a sociedade geral, para realizar suas escolhas, suas condições para fazer ou desempenhar algo ou, simplesmente não fazer, como por exemplo, atuação na política eleitoral; quanto mais prerrogativas, ou seja, quanto mais direitos conquistados contar a sociedade, mais condição terá de demandar os provimentos, os recursos que entender importantes, e então as chances de vida, o bem estar se elevará. Em ambiente de incerteza, quanto maior o estado de confiança, melhor disposição para agir, e, conseqüentemente, a condição da participação. O estado de confiança é influenciado pelas expectativas sobre as condições do presente e do futuro, e a incerteza faz parte da esfera política.

Esse enfoque resumido de Sen, Dahrendorf e Keynes serve para explicar a compreensão das entrevistadas sobre a ligação entre desenvolvimento com a ideia de pertencimento ao local. Uma localidade está desenvolvida quando as pessoas que ali residem sentem alegria e prazer ao informar a outras que pertencem aquele lugar.

Se a sociedade nutre carinho e responsabilidade por um lugar é porque aquele lugar corresponde com a ideia de bem-estar formada pela comunidade que ali vive. É porque as coisas que a sociedade compreende são importantes em sua vida, podem ser encontradas naquele local. É o que Sen delimita como a via de mão dupla entre liberdade e responsabilidade. Esse significado de desenvolvimento local abre espaço à promoção da cultura de diversas formas, defendida por uma prefeita como uma ação que passou a ser fortalecida no município como atividade para o desenvolvimento.

Considerando os problemas financeiros enfrentados pelos municípios há longa data, e a elevada demanda por parte da sociedade por bens públicos de qualidade, o poder de ação das mulheres da política municipal é restrito. Em termos gerais, as políticas trabalham no sentido de desenvolver as áreas que consideram importantes, como elevar a demanda das empresas por mão de obra e também a criação de novos postos de trabalho, o que entende-se ser a parte mais sensível vislumbrada neste estudo.

Outros desafios como educação com qualidade e melhoria no atendimento da saúde,

no sentido de ter a disposição da sociedade atendimentos especializados em diversas áreas médicas e uma estrutura hospitalar mais eficiente, são uma constante na vida política das mulheres prefeitas e vereadoras pesquisadas. Abertura e conservação de estradas foi o foco das ações, segundo algumas das entrevistadas.

Apesar de várias pesquisas¹⁰⁹ indicarem que a falta de segurança é um problema para os brasileiros, as entrevistadas não demonstraram preocupação mais elevada nessa área, houve a indicação dessa área, mas sem ênfase. Ao contrário do interesse com a manutenção da cidade limpa, a qual foi referida como uma preocupação de grau maior de envolvimento por parte das entrevistadas. A explicação para essa aparente falta de interesse pela segurança pode ficar por conta dos municípios das mulheres entrevistadas serem de menor contingente e não apresentarem taxas de criminalidade elevadas, causando sensação de segurança; ainda, por serem menores, os problemas do dia a dia da segurança tendem a serem resolvidos de forma mais direta e mais rápida do que, costumeiramente, acontece em grandes centros urbanos, muitas vezes em razão do tempo despendido em trâmites burocráticos.

Além disso, existe, por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), um incentivo para que as polícias, militar e civil, trabalhem com o enfoque da polícia comunitária, onde os policiais devem estar em contato direto com os moradores das comunidades, a fim de manter uma relação de responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade para manter uma cultura da paz. Em cidades menores, esse contato entre as polícias e a comunidade é mais frequente e tende a ser mais promissor em seus objetivos. No entanto, o IPEA¹¹⁰ publicou uma pesquisa sobre a interiorização da criminalidade e da violência em todos os estados brasileiros, apresentando dados da evolução da criminalidade em cidades menores.

As ações desenvolvidas nos municípios têm estreita relação com o que as políticas compreendem como importantes ao desenvolvimento. Busca permanente por instalação de novas empresas no município que demandem mão de obra; investimentos na área da educação, como é o caso da construção de quadras de esporte em escolas na cidade de Nova Santa Rita; investimento na melhoria do atendimento em saúde, principalmente em termos de estrutura hospitalar; aberturas e conservação de estradas, mais precisamente na área rural. Esses são apenas alguns exemplos de investimentos gerais para o município relatados pelas

¹⁰⁹ Pesquisas desenvolvidas pela SENASP, IPEA, CRISP / MG (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), entre outros.

¹¹⁰ Pesquisa de 2009 do IPEA: A criminalidade avança pelo interior. Pode ser acessada no endereço: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=124%3Acriminalidade-avanca-pelo-interior&catid=10%3ADisoc&directory=1&Itemid=1

entrevistadas.

Tais ações ao desenvolvimento fazem parte das preocupações políticas tanto de mulheres como de homens que estão no poder, e não é privilégio de interesse de apenas um dos gêneros. Trabalho, saúde, educação, estradas e transporte fazem parte da lista de preocupações e busca permanente por novos investimentos em qualquer esfera de poder político, sob o comando da mulher e do homem.

Em relação ao desenvolvimento com igualdade de gênero, o que as mulheres em cargo de poder político estão fazendo para que mais mulheres participem mais e melhor das decisões políticas da sociedade, elevem ainda mais sua autonomia e se empoderem?

A maioria das ações em prol da igualdade de gênero acontece em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater, Cras e Conselho Municipal da Mulher. As ações se concentram em grande medida no combate à violência contra a mulher, essa é a área mais sensível e de maior demanda por parte das mulheres, tanto da área rural como urbana. Oferta de curso em diversas áreas, desde produção de doces até obreira e sapateira, também faz parte das ações empreendidas pelas políticas para as mulheres do município.

Percebe-se que as ações desenvolvidas convergem aos interesses demonstrados pelas mulheres da localidade, ou melhor, se na área rural a mulher tem interesse pelos assuntos relacionados à posse da terra, acesso a crédito rural, produção de agroindústria e artesanato, por exemplo, essas são as demandas que as mulheres políticas defendem que devem ser supridas com atividades que atendam às necessidades dessas mulheres. Na área urbana percebe-se que as ações se concentram em ofertas de cursos de embelezamento, setor econômico de prestação de serviço que tem apresentado crescimento considerável no país, e também na promoção de encontros onde os principais temas discutidos tratam sobre a família e o trabalho.

Apesar das ações para as mulheres serem desenvolvidas de forma diferenciada conforme as demandas existentes no município, e do local de residência das mulheres, rural e urbano, verifica-se, neste estudo, que dois temas são de interesse geral, ou seja, o tratamento por parte das organizações públicas para o combate de todas as formas de violência contra as mulheres e as atividades ligadas aos grupos da melhor idade. O primeiro trata-se de um problema que atinge as mulheres de um modo geral, não importando a posição socioeconômica que ocupe e nem se reside em área rural ou urbana. A violência contra a mulher representa o ápice da cultura patriarcal machista, quando o homem tem a certeza que a mulher é sua propriedade e para tanto não pode tomar atitudes de forma autônoma. Se a

violência e o crime¹¹¹ existem desde o início dos tempos da humanidade, a mulher é a vítima potencial desde então.

A mulher que sofre violências está muito distante do empoderamento, pois ela não detém o elemento intrínseco necessário, o poder. A autoestima da mulher é baixa e ela não adquire o poder de dentro ou poder interior, conforme analisado por Deere e Léon (2002, p. 54), “o poder de dentro aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros e rejeitar exigências indesejadas”.

O segundo faz parte da promoção da cidadania e da inclusão, facilitando às pessoas, homens e mulheres, que estão vivendo uma fase da vida onde as racionalidades profissionais e econômicas não são tão importantes quanto na fase ativa laboral. Verifica-se que nos grupos da melhor idade o número de mulheres participantes é mais elevado que dos homens.

Apenas uma entrevistada relatou que quando assumiu como vice-prefeita, em concordância com o prefeito, priorizou nomear mais mulheres para ocupar cargos de decisão no município. Essa é uma atitude isolada verificada neste estudo. No entanto, se for considerado que a política eletiva é um ambiente de competição e de incerteza, pois os cargos são de número limitado, é previsível que as mulheres que ascendem aos cargos eletivos não desejem potenciais concorrentes por perto. É uma forma de preservar o poder conquistado.

No entanto, ser uma única ou apenas algumas pode transformar essas mulheres em símbolos, ou melhor, a mulher é considerada uma representante das outras mulheres, e tal condição pode lhe trazer muitos problemas em razão da intensa visibilidade e cobrança por atitudes que a sociedade em geral tem a expectativa que ela deverá desempenhar, e que quase sempre são construídas a partir do pensamento patriarcal dominante. Essa ideia confirma a tese da necessidade de formação de uma massa crítica na política, de Dahlerup (1986).

Quanto mais mulheres participarem de movimentos sociais e demais organizações de rede, mais qualidade essa participação terá e, conseqüentemente, mais mulheres com consciência de gênero ocuparão os cargos eletivos. Quanto mais mulheres concorrerem a cargos eletivos, mais liberdade e poder de escolha a sociedade terá para efetivar seu voto.

Por fim, neste estudo, considera-se que as mulheres empoderadas politicamente possuem três formas de integração à esfera política: pela vitrine que a profissão desempenhada proporciona, pela participação em movimentos e redes sociais e por um acordo em família. Comprometidas ou não com os direitos das mulheres, elas chegaram à política representativa, e compreendem o desenvolvimento local com as pessoas no centro, visto a

¹¹¹ Crime aqui é considerado toda e qualquer prática (ou omissão) de ato que seja descrito em contratos sociais / jurídicos nacionais como proibido pela pessoa.

proximidade com os temas sociais que defendem por mais importantes que a produção de bens.

As mulheres lidam com o poder de uma forma diferente, valorizam mais o diálogo, o debate e a negociação. A defesa por uma cidade com ruas calçadas, limpas e arborizadas como sinônimo de desenvolvimento local é exemplo dessa compreensão humanizada, onde o importante da vida são as pessoas e são em função delas que todas as apostas do desenvolvimento devem ser feitas.

5.2 O ESTADO DE CONFIANÇA DAS MULHERES EMPODERADAS POLITICAMENTE: UM OLHAR PARA SI E PARA AS OUTRAS

A segunda hipótese a ser testada é a de que as mulheres que ascendem a posições de representatividade política apresentam elevado estado de confiança, no entanto, não vislumbram expectativas futuras em alcançar cargos mais altos da política, refletindo em uma percepção pessimista sobre a igualdade de gênero na política.

Enquanto estão atuando ativamente na política, as mulheres estão motivadas e são muito exigentes com os resultados do seu trabalho, mas não sonham em avançar a posições mais elevadas na política, como por exemplo, deputada ou senadora, no mais, desejam disputar o cargo de prefeita, ou então, apenas concluir sua missão. A partir desta hipótese, esta parte objetiva explicar as percepções das mulheres sobre a própria atuação, suas expectativas de futuro na política e como compreendem a baixa participação das mulheres na política representativa.

Após a conquista dos bilhetes de ingresso, a liberdade instrumental política de Sen (2000), as mulheres estão empoderadas politicamente, algumas o ingresso se deu por participação em movimentos, outras por convite ou indicação, enfim, estão atuando na política; então, como se sentem em relação às suas expectativas a partir do ingresso no cargo? Como está o seu estado de confiança em relação ao seu próprio desempenho? Quais são suas expectativas quanto ao futuro na política?

O estado de confiança das participantes que compõem o universo de pesquisa está elevado, muito bom. Dez, entre quinze participantes, se autoatribuíam nota entre sete e nove, quatro respostas entre regular e bom, e uma entrevistada preferiu não se atribuir nota em razão de estar vivendo uma fase de conflito, segundo ela. As participantes que responderam estar realizando um trabalho muito bom, e justificaram a nota por entenderem que mantêm uma relação de diálogo com as pessoas da comunidade.

O desempenho profissional que serviu para o ingresso na política, bem como o envolvimento com movimentos sociais, foram fundamentos fortes para a atuação na política. Essas mulheres afirmam serem muito exigentes com elas próprias. Percebe-se que, apesar da maioria não ter tradição na política, mas sim qualidade no exercício de suas profissões e participação em movimentos sociais profissionais, a partir de quando assumiram o cargo eletivo, têm procurado desempenhar com eficiência o trabalho para o qual foram eleitas.

Mesmo aquelas que antes eram as assessoras dos maridos e agora estão como sujeitos na política, demonstram estarem satisfeitas com o que estão aprendendo. A política que relatou ter feito tratamento psicológico para aceitar ser prefeita no lugar do marido, acredita que está realizando um ótimo trabalho, pois está sendo capaz de fazer tudo, mesmo atividades que achava muito difícil, como a cobrança por respostas sobre trabalho pelos secretários municipais.

O conceito de muito bom autoatribuído representa que elas estão surpresas com a própria capacidade de atuação na política; é como se olhassem de fora um mundo que lhes parecia inatingível, difícil, exigente e de muito trabalho, mas entraram mesmo assim, por diversos caminhos. Já dentro desse mundo, começaram a perceber que precisavam trabalhar muito, se dedicar muito, pois, por sua condição de mulher, precisam provar a cada dia sua capacidade, tanto para os colegas de trabalho, como para a sociedade. No linguajar popular e de várias políticas participantes: ‘matar um leão por dia’.

Depois de um tempo de atuação política perceberam que não existe curso para atuar como vereadora ou prefeita, que é preciso sentar na cadeira para começar a aprender e trabalhar. Perceberam que a esfera política é ambiente de incerteza e que não existe uma racionalidade plena em seus atos. Que é muito diferente de quando atuavam como diretoras de escola ou como enfermeiras, onde mantinham relação de confiança com a maior parte das pessoas da comunidade. Onde as pessoas as viam com carinho e atenção.

Na esfera política tem a questão partidária, a competitividade faz parte da rotina, seu trabalho precisa ser visível se quiser continuar na política, além de constantemente precisar conquistar seus eleitores. É preciso conhecer as regras do jogo político. Então começam a perceber que têm capacidade para jogar, talvez não com as mesmas regras dos homens, mas com regras que tem conhecimento e experiência: as regras da esfera privada, onde sim dominam e sabem muito bem como jogar.

Percebendo que é possível jogar na esfera política com algumas regras que utilizam na esfera privada, começam a formar suas expectativas e tomada de decisão. No entanto, a segurança no trabalho pode se efetivar somente no segundo mandato, segundo muitas

políticas, principalmente as prefeitas. É o estado de confiança refletido na disposição para agir.

As políticas condicionam a nota que se autoatribuem a questão da exigência. Por exemplo: “acho que mereço nove, mas é porque me exijo muito”. A cobrança, a mostra por capacidade, os desafios diários fazem parte da vida das mulheres na política eletiva, pois elas sabem que estão atuando em ambiente masculino, com fortes elementos patriarcais, onde eles atuam na política de forma diferente, com mais independência das questões da vida privada, ou seja, com certa liberdade, a qual a mulher não consegue ter, em razão de ainda ser a principal responsável pelos cuidados com a família.

Em quase todos os ambientes laborais, anteriormente essencialmente masculinos, como as forças de defesa nacional, polícias, setor de transportes, mecânica e construção civil, apenas para citar alguns, a entrada das mulheres não foi pacífica, sendo que ainda precisam demonstrar sua capacidade para o trabalho, mesmo que de uma forma mais sutil, não declarada. Aos homens isso não é necessário, pois parece que eles já nascem prontos para exercerem uma função construída socialmente como sendo masculina; as mulheres não, elas podem ingressar, mas precisam provar a cada dia que tem capacidade para estarem no cargo.

Na política eletiva, além de enfrentarem os mesmos obstáculos de outros ambientes profissionais masculinos, as mulheres ainda necessitam provar capacidade profissional para a sociedade, bem como lutar diariamente para não perder o voto conquistado, caso deseje continuar atuando na política. No entanto, o poder resultante da participação e da decisão política é surpreendente e contagia as mulheres, mesmo àquelas que nem pensavam em atuar na esfera política, mas que ingressaram, seja no lugar dos homens da família, seja pelo convite de amigos e conhecidos, se veem com elevado estado de confiança para enfrentar os desafios diários. Um exemplo é o caso de uma vereadora que ingressou na política para ajudar o partido e agora sonha em continuar na política.

Apesar de apresentarem estado de confiança elevado, continuar na política representativa não é o sonho da maioria das mulheres entrevistadas, segundo elas. Apenas duas vereadoras afirmaram que sonham em serem prefeitas; deputadas não por que viaja muito. A maioria das prefeitas e vereadoras deseja concluir o trabalho que se comprometeram em fazer e depois retornar à vida doméstica, no máximo voltar a candidatar-se ao mesmo cargo. Nenhuma aspira postos mais elevados, longe do município, entendem como uma situação de muito sacrifício.

A participação na política é vista como uma missão que elas precisam cumprir em prol de ajudar a família ou ao grupo político que se relacionam. É uma missão que exige muito

sacrifício, o que reflete em suas perspectivas para o futuro, ou seja, apenas cumprir o que foi acordado, sem sonhos políticos em longo prazo.

Continuar na política somente em extrema necessidade, mesmo para aquelas que se candidataram a cargos eletivos após sua aposentadoria profissional e já terem os filhos criados. Essa leitura atual das perspectivas das mulheres políticas entrevistadas confirma o estudo realizado por Ana Alice A. Costa, em 1998. Não houve mudanças significativas em 17 anos. O município continua sendo o mais importante horizonte político das mulheres. Ainda compreendem a atuação política representativa como um sacrifício, como uma missão que deverão cumprir. “Ir mais além do poder municipal, além da família, ‘abandonar’ o lar, não é uma perspectiva que se apresenta para essas mulheres. Este é um sacrifício que terão que fazer só em caso de extrema necessidade” (COSTA, 1998, p. 226).

A explicação para o aparente pessimismo quanto a projetos futuros na política, relatado pelas participantes, é a própria quantidade de representatividade feminina, como são poucas mulheres atuando em um ambiente masculino, elas se sentem deslocadas e com pouca força para alterar algumas regras que persistem há décadas, e que não representam sua realidade de compromissos entre a esfera privada e pública. Às mulheres existe um problema de falta de identificação com as regras do jogo político elaboradas por homens.

Quanto a presença de mais mulheres na política, quando se compara Brasil e Cuba, percebe-se que em Cuba as mulheres na política estão em situação parecida a uma pirâmide, ou seja, na base e na parte intermediária, as mulheres têm participação elevada, quase metade do parlamento cubano é ocupado por mulheres, no entanto, não chegam ao topo da pirâmide. No Brasil, ocorre o contrário, pois desde 2011 tem-se uma mulher como presidente do país, mas a base é fraca em participação feminina.

Qual a percepção das mulheres políticas entrevistadas sobre essa situação?

Mais mulheres participarão da política se for ensinado a elas quando ainda crianças-meninas que a política eletiva é um trabalho valoroso em prol dos anseios da comunidade e que a disputa eleitoral é apenas uma fase do processo. Que todos os assuntos são importantes e necessários para que se tenha uma sociedade esclarecida de seus deveres e direitos e que lute para viver em uma localidade desenvolvida, onde possam ter chances de vida para decidir sobre o que as fazem felizes, considerando a pluralidade de interesses, a diversidade de identidades e a autonomia de suas ações.

No Brasil e na maioria dos países desenvolvidos, as mulheres não enfrentam qualquer restrição legal que as impeça de participar ativamente da política eletiva, os entraves não são de ordem normativa, mas de caráter subjetivos e objetivos. O medo de não ter capacidade para

exercer cargos de liderança tem espalhado certa aversão por participar ativamente da política, além dos impeditivos da falta de parceria do marido com os cuidados dos filhos e a administração da casa. Se a mulher não tiver uma parceria que lhe transmita paz e segurança, ela nem cogita em colocar a política eletiva em seu plano de vida.

Percebe-se nos relatos das entrevistadas que os impeditivos às mulheres participarem da política não são estruturais, como é o caso de uma denúncia na Índia¹¹², onde a falta de banheiros públicos faz com que muitas mulheres dedicadas à política comecem a considerar sua saída em razão de terem de fazer suas necessidades no mato, ao ar livre, e virem a sofrer violências, principalmente sexual. Situação impensável no Brasil, onde os impeditivos são de outra ordem, mais indicativos do ambiente familiar.

A emancipação política das mulheres se dá quando para elas se criam condições de participação, mesmo em lugares onde o crescimento econômico é baixo (BLAY, 1979). Após a cota eleitoral que garantiu percentual de participação feminina, houve empoderamento apoiado na lei, porém ainda não houve consciência de seu potencial político.

Os relatos das participantes demonstraram que, apesar de todo um processo de conquista de espaços, as mulheres enfrentam o medo do fracasso. A cultura do medo do exercício da liderança é muito forte e presente. Os filhos e o exercício da liderança são fatores impeditivos à participação política às mulheres, mas não aos homens, eles conseguem se desvincular dos filhos quando em exercício político, as mulheres não. Os homens lideram com mais facilidade porque estão mais centrados na atividade política, as mulheres não conseguem se desligar do dia a dia da casa e família, por isso o exercício da liderança acaba se tornando um fardo pesado para carregar.

Algumas entrevistas relataram que mulher não confia em mulher, esse é o entendimento da cultura patriarcal e machista, pois o ser humano adulto é o somatório das coisas que ouviu e sentiu quando criança, então se ouviu que as mulheres não têm capacidade para a política, certamente que não votará em uma mulher, seja a pessoa homem ou mulher. Falta conhecimento sobre o significado de igualdade de gênero, sobre as conquistas feministas, sobre a necessidade que homens e mulheres sejam considerados iguais em suas diferenças.

As mulheres estão destronando o mito da feminilidade quando afirmam sua independência para viver integralmente sua condição de ser humano, mas não sem muito sacrifício (BEAUVOIR, 2009). A sociedade é machista e está sempre pondo em dúvida a

¹¹² Notícia disponível no site: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2014/07/ultimas-noticias/falta-de-banheiros-na-india-expulsa-as-mulheres-da-politica/> Acesso em 23/11/2014.

capacidade da mulher, por isso que a mulher política não deve bater com a mão na mesa para ser ouvida, pois ela vai ser testada todos os dias, e será testada por ser uma mulher. Questões como vencer o medo, acreditar mais em si, em suas capacidades de serem protagonistas de suas ações podem conduzir a uma outra forma de fazer política.

A participação em organizações voluntárias sempre fez parte da vida das mulheres, afinal, quando estavam em casa, eram consideradas desocupadas, então poderiam participar de algum trabalho voluntário. Muitas mulheres políticas iniciaram suas carreiras políticas em movimentos sociais voluntários na cidade, se destacaram e foram disputar o pleito eleitoral, algumas por convite de pessoas partidárias, outras por própria apreciação do exercício político.

No entanto, a política partidária exige um posicionamento de parte, diferente do trabalho social; algumas mulheres têm dificuldades em lidar com a questão partidária, outras nem tanto, as diferenças de atuação entre as políticas são de diversas ordens em se tratando de política partidária. Percebeu-se nos relatos das entrevistas certa decepção com os partidos políticos em relação ao apoio financeiro em campanhas políticas; o destaque fica por conta que os partidos políticos não apóiam na mesma proporção homens e mulheres candidatas.

A partir da conquista do sufrágio feminino e, mais recentemente, a lei de cotas, os partidos políticos precisaram se adaptar as demandas das mulheres. No entanto, em relação ao apoio financeiro a candidatas, verifica-se que quando não existe número suficiente de mulheres para completar a nominata exigida pela lei eleitoral, sendo necessário convidar alguma mulher para concorrer, é possível que os partidos não destinem o mesmo percentual de apoio financeiro a candidatos com maior probabilidade de vitória nas eleições, sejam homens ou mulheres.

Os partidos políticos são instituições que refletem a política dos homens, foram criados e comandados por eles, desde o princípio até a atualidade. É quase um clube do bolinha, onde somente entra meninos. Ceder espaço para mulheres não será um processo sem conflitos. Essa situação é confirmada pelo número de mulheres que estão como presidentas de partidos, entre trinta e dois partidos políticos registrados no TSE, nível nacional, apenas em dois tem mulheres como presidentes, são elas: Cristiane Brasil, do Partido Trabalhista Brasileiro, e Telma Ribeiro dos Santos, do Partido da Mobilização Nacional. No RS, são quatro mulheres que estão como presidentes de partidos, sendo: Manuela D'Ávila, Partido Comunista do Brasil; Vera Guasso, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; Izabel Paludo, Partido Humanista da Solidariedade; e Ana Cláudia Bitencourt, Partido Social Liberal (TSE, 2012).

A aceitação de mulheres nos partidos políticos está acontecendo, por força de lei ou voluntariamente, não com a rapidez que as mulheres envolvidas nessa temática gostariam, mas é possível verificar muitos avanços. No entanto, o convívio em condições de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos partidos políticos ainda é uma utopia.

Esta tese trata sobre as mulheres na política eletiva, mas por que se discute a participação da mulher na política? Primeiro, por que homens e mulheres devem contar com as mesmas oportunidades em todos os espaços da vida, inclusive em espaços de poder de decisão, visto que os dois sexos possuem capacidades para tal e um sexo não deve sobrepor ao outro; segundo, por que o trabalho na esfera política é um exercício de cidadania, ou seja, é um trabalho voltado para si e para outras pessoas, então os dois sexos, se quiserem, devem participar; terceiro, homens e mulheres possuem alguns interesses que são diferentes, então é necessário que a sociedade seja representada pelos dois sexos; e, por fim, as mulheres têm demonstrado que é muito difícil separar família e vida pública, questões sociais de econômicas, diferentemente dos homens, quando mais mulheres participarem da política haverá transformação da própria política, iniciará um processo de despatriarcalização¹¹³, o fim da relação antagônica entre homem e mulher, onde o homem é superior a mulher.

O interesse maior das mulheres em cargos de representação política fica por conta da necessidade destas desenvolverem o empoderamento político social. Considerando a história de sujeição das mulheres, as que estão empoderadas devem desenvolver ações para que outras mulheres tenham condições de buscar sua autonomia.

O empoderamento político social deve ter como base o discurso da conscientização e não na imposição, sendo a família e a escola as principais instituições para serem desenvolvidas políticas de conscientização de gênero, em prol de uma cultura mais igualitária de maior parceria e de não aceitação da dominação de um sexo sobre o outro. O maior ensinamento deve ser que nenhuma mulher deve ser discriminada por sua condição de gênero, as críticas devem ocorrer em razão da atuação laboral e não pela condição de ser mulher.

Alguns programas socioeconômicos como Bolsa Família¹¹⁴ e Minha Casa Minha Vida, do governo federal, estimulam o empoderamento material das mulheres, mas não

¹¹³ Conceito utilizado por Gabriela Montañó, presidente da Câmara de Deputados da Bolívia, em uma entrevista para o jornal Opera Mundi e publicado por Aline Gatto Boueri, jornal Brasil de Fato, em 16 a 22 de abril de 2014, página 13.

¹¹⁴ “Os resultados da pesquisa “O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero” demonstrou o papel do PBF no empoderamento das mulheres. Neste sentido, receber o benefício significava uma possibilidade de expansão da “maternagem” – assim entendida como o desempenho do papel de cuidar das crianças, seja na qualidade de mãe, seja na de mãe substituta –, que garante o fortalecimento do seu papel central na coesão social do grupo doméstico pelo qual são responsáveis. Neste aspecto, os principais efeitos do PBF na condição social das mulheres corresponderam à visibilidade das beneficiárias como consumidoras,

adentram em questões referentes à sua condição de sujeição em termos de violências (física e emocional) e nem sobre as responsabilidades de homens e mulheres na família. Tais programas são reconhecidos como impulsores da redução da desigualdade de renda e também do fortalecimento do papel da mulher na sociedade (CASTRO; MODESTO, 2010).

Uma mulher na presidência do país e algumas outras em cargos de liderança não eliminam as contradições e recuos no âmbito do governo, do ponto de vista do feminismo (SAID, 2012). “Portanto, como sugere o feminismo, desconstruir estereótipos e falsas dicotomias e caminhar em direção à igualdade de direitos e à equidade de gênero são condições indispensáveis para quem vislumbra uma sociedade democrática e cidadã” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 49).

A esfera política deve contar com mais participação feminina porque tem algumas demandas que somente as mulheres, através de suas experiências vividas ou observadas, têm condições de atender, como por exemplo, políticas de prevenção ao combate a violência, construção de mais creches, espaços políticos mais condizentes com as necessidades femininas, escolas com mais qualidade na educação, atendimento mais humanizado em locais de oferta de serviços de saúde, entre outras questões onde verifica-se ser necessário um olhar mais detalhista. A participação social das mulheres deve ser orientada a lograr sua inclusão plena na comunidade política de modo que suas demandas e propostas se incorporem na agenda política (FASSLER, 2007).

Neste estudo, verificou-se que a formação de uma massa crítica que seja suficientemente grande para provocar alteração qualitativa na esfera de poder político, não é a realidade da representatividade feminina no Brasil. A existência de uma massa crítica poderá promover o empoderamento político social, pois participar significa manter uma relação de solidariedade com outras pessoas. Mais mulheres participantes do pleito eleitoral tendem a melhorar as condições de escolha dos eleitores, mesmo considerando que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser alcançada (DAHLERUP, 1986; BLAY, 2001).

Pela via da participação em movimentos sociais ou pela facilidade de poder contar com ajuda e prestígio dos familiares, em relações clientelistas, ou até mesmo, para ajudar o partido, ou melhor, como protagonista ou como laranja, as mulheres devem fazer parte da política eletiva, para ter poder de decisão em políticas econômicas e sociais de

uma vez que o benefício lhes confere maior poder de compra, inclusive com a afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico, decorrente muito mais da capacidade de compra suscitada pelo benefício do que da mudança nas relações tradicionais de gênero. O PBF permite também uma mudança da percepção das beneficiárias sobre si próprias, passando a se ver como cidadãs, fato que está intimamente relacionado com a necessidade de lavar documentos” (CASTRO; MODESTO, 2010, p. 77 e 78).

desenvolvimento, pois a visão do econômico está diretamente ligada ao social. Afinal, é na relação entre ideias e presença que se encontra as melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra (PHILLIPS, 2001).

Falta muito para que homens e mulheres possam exercer seus direitos em equidade contribuindo para seu próprio crescimento e para o desenvolvimento local. A sociedade espera que as mulheres ajam com bondade na família e na vida política, esta seria uma atitude prudente de convívio, qualquer outra que destoe dessa condição de submissão é interpretada como prática de mulher-macho; quem sabe surja outro Maquiavel para escrever às princesas.

5.3 A INSEPARABILIDADE ENTRE FAMÍLIA E POLÍTICA COMO ESPECIFICIDADE DA MULHER EMPODERADA POLITICAMENTE

A hipótese que serve de pano de fundo para compreender os significados e compromissos das mulheres eleitas para com o desenvolvimento local é que as especificidades como afetividade, sensibilidade, cuidado, comunicação e um olhar atencioso das mulheres com as pessoas da família e em na casa, seriam transferidas para o exercício de representatividade política, proporcionando que as conquistas femininas resultantes do empoderamento político sejam mais solidárias. Por quanto, nesta parte do capítulo propõe-se analisar como as mulheres atuam quando em cargo eletivo.

O estilo solidário de fazer política, os problemas alheios sendo tratados com mais sensibilidade, o jeito feminino de trabalhar, o uso da psicologia da mulher, o lado social, mais humano, das relações na sociedade sendo priorizado. Estas são as especificidades relatadas pelas mulheres na política eletiva quando descreveram sua forma de atuar. Como já demonstrado, as mulheres não costumam separar os cuidados que preservam em casa com seus interesses na esfera política. Parece existir uma linha tênue entre a esfera privada e pública para a mulher, a qual pode se tornar um verdadeiro sacrifício a tentativa de separação.

Na literatura encontram-se teses que defendem uma forma diferenciada de fazer política, como é o caso da interpretação de Avelar (2001) sobre o estilo feminino de fazer política, em que as experiências vividas pelas mulheres na esfera privada seriam transferidas à esfera pública, influenciando a formulação de políticas públicas, as quais passam a contar com temáticas de interesse das mulheres, somadas as de interesse dos homens, considerando que homens e mulheres possuem diferentes prioridades.

Quando as entrevistadas relataram as especificidades de sua atuação em comparação com os homens, principalmente quando estão em cargos oriundos de herança política ou então

com os colegas de partidos e de governo que trabalham juntos, destacam que são mais solidárias ao fazer política, no sentido que procuram pensar e atuar de forma que as pessoas estejam no centro de qualquer iniciativa de desenvolvimento local, como é o caso da preocupação por arrumar a cidade, ruas calçadas, limpas e arborizadas, para as pessoas se sentirem bem e aconchegadas, como se estivessem em casa.

Se homens e mulheres possuem alguns interesses diferentes, então a ideia de interesses gerais não se sustenta, e o que realmente vale é a singularidade da representação, confirmando a interpretação de Avelar (2001, p. 133) que define de tal forma o que é politizar: “é então reconhecer necessidades não consideradas, não representadas, invisíveis do mundo político, mesmo que correspondam a vivências de grupos majoritários de uma sociedade”.

Um exemplo de singularidade da representação é a defesa pela necessidade de uma estrutura de proteção à mulher em casos de violência, bem como dos filhos que são vítimas potenciais dessa relação com violência. Isso não é de interesse primeiro dos homens na política. Outro exemplo é a importância que as mulheres políticas dão a construção de creches e de escolas que sejam efetivamente um segundo lar aos estudantes.

Afirmar que existe uma linha imaginária entre os interesses de homens e mulheres, como se todos os homens pensassem da mesma forma e todas as mulheres pensassem iguais, é uma inverdade. O que se reconhece é que têm algumas temáticas que interessam mais às mulheres do que aos homens, sendo que algumas mulheres não irão se interessar por tal assunto, assim como acontece com os homens. É como se existisse uma escala de assuntos, e neste contexto, as mulheres políticas fossem colocando por ordem de prioridade o que entendem ser mais importantes, a partir das vivências experimentadas tanto enquanto sujeito como enquanto espectadoras.

Sendo a política eletiva um lugar ainda ocupado majoritariamente por homens, bem como as temáticas desenvolvidas por estes como prioritárias, é compreensível que as mulheres sejam reconhecidas como apolíticas, que não se interessam por política a ponto de rejeitá-la, como é o caso do estudo de Tourraine (2011), onde uma pesquisa com mulheres francesas o levou a concluir que as mulheres estão mais interessadas na construção de si, tendo como sustentáculos a sexualidade e a combinação da afetividade e da razão, necessários a construção de um mundo de reintegração onde o masculino e o feminino estejam juntos, sem a dominação de um gênero sobre o outro.

As mulheres de Tourraine (2011) não se identificam como feministas por que entendem que esta é uma definição política, com maior foco em mudanças das leis, e elas não se preocupam tanto com a mudança da lei, mas com a mudança cultural que a construção de si

própria pode causar. As mulheres políticas deste estudo não conseguem colocar em lugares distintos e sem conexão as demandas advindas da esfera privada e da pública.

É compreensível tal visão, pois os homens conseguem dedicar mais horas por dia para a atuação na política, visto que os assuntos do lar estão sendo tratados pelas mulheres, no entanto, quando elas assumem cargos de decisão, não se desprendem de seus compromissos de casa, culturalmente construídos como femininos, apenas acumulam mais uma função. Então ocorre o que Grossi e Miguel (2001) definem como a política de sensibilidade, quando as mulheres transformariam a política mais dura, mais racional, em política mais leve, com mais emoção e práticas de solidariedade. Ou então, a política de desvelo, em razão do cuidado do outro como se fosse sua família (MIGUEL, 2011).

Quando se comparam com os homens políticos que convivem, como os maridos ex-prefeito ou ex-vereador, consideram-se mais espontâneas e mais simples para tratar com as pessoas, por que percebem que as coisas menores são deixadas de lado para os homens e para elas não, pois se tiverem que parar o que estão fazendo para ouvir uma pessoa, relatam que fazem isso sem problema algum.

Em outra comparação, defendem que são mais solidárias com colegas de outros partidos, os homens são mais partidários; a questão não é que as mulheres se considerem apartidárias, apenas são menos competitivas que os homens em se tratando da política eletiva. Esse comportamento é explicado pelo fato de as mulheres não viverem em função da política, ou melhor, a atuação da política eletiva não está em primeiro lugar em sua vida, mas sim a família. O trabalho na política é mais um compromisso em sua vivência, além dos cuidados com ela própria, com as pessoas da família, da casa, parentes e vizinhos, como também os estudos para aquelas que além de tudo isso, ainda continua estudando.

O uso de “máscaras” o tempo inteiro ajuda o desempenho em várias frentes, segundo o relato de uma prefeita. As mulheres usam máscaras na rotina dos compromissos partidários, nas tramitações inerentes a atuação política, além de seus compromissos com a família, parentes, amigos, vizinhos, no mercado, nos eventos sociais. Mesmo as mulheres da classe mais alta economicamente, que pode contar com várias ajudantes no dia a dia, quando assumem cargo eletivo, não se desviam dos cuidados com a família e “usam máscaras”.

Resta saber com qual das máscaras a mulher se identifica melhor; se é com a que utiliza na política representativa ou se é a que usa em casa, com a família. A julgar pela importância com que se referem à família, não é difícil conhecer a resposta, as máscaras da esfera privada a identificam melhor. A defesa pelo uso de máscaras reflete um obstáculo importante para o ingresso das mulheres na política eletiva: a distinção entre a esfera privada

e pública. Enquanto as mulheres forem as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e demais pessoas da casa, vão continuar usando máscaras como recurso para enfrentar a dupla, tripla jornada, que a política impõe.

As mulheres tentam eclipsar as linhas de divisão entre trabalho, casa e comunidade local. A forte relação entre família e trabalho relatada pelas entrevistadas remete ao conceito de *homem cordial* de Ribeiro Couto¹¹⁵, desenvolvido por Sergio Buarque de Holanda (1995), onde este faz uma contextualização sobre o comportamento do brasileiro e da falta de impessoalidade nas ações do governo, misto de família e Estado. O homem cordial é aquele que confunde Estado e família, possui um comportamento afetivo e pessoal, e não encontra sentido nas relações impessoais, características do Estado.

O vínculo partidário pode significar tempos de solidão, principalmente para aquela mulher que desempenha uma profissão que tem contato direto com a comunidade, como é o caso de várias mulheres que trabalhavam como diretoras de escola, antes de assumir cargo eletivo. Não precisava competir, ao contrário, seu trabalho era de soma não de divisão.

As mulheres preferem trabalhar em paz, sem atritos e com o menor grau de competição entre as pessoas que fazem parte do seu dia a dia. No entanto, não promover a competição não significa abrir mão da disputa efetiva pelo poder, pelo contrário, é uma forma diferente de atuar na política, onde a solidariedade feminina permite o desenvolvimento de políticas públicas que melhorem as chances de vida para homens e mulheres.

Para aquelas pessoas que compreendem que o Estado não é uma ampliação da esfera privada, que não pode ser uma extensão da família, pois esta tem base pessoal e no Estado impera a impessoalidade, e que a família e o Estado devem estar em situação oposta, a forma de atuação das mulheres na política eletiva causa certa confusão, visto que para elas, esfera política e privada não são figuras da mesma moeda, ao contrário, estão do mesmo lado.

Percebe-se nas entrevistas das mulheres políticas traços de cordialidade, no sentido de que suas relações no público são em nível pessoal. A mistura entre atuação na esfera privada e na esfera política é verificada no trabalho de algumas das entrevistadas, como por exemplo, o relato sobre cuidar das pessoas e da cidade como se fossem seus filhos e sua casa. A mulher política não segue rituais de comportamento em ambientes profissionais, ao contrário, se comporta de forma cordial e afetiva, trata com familiaridades o governo, confirmando Holanda (1995).

Quem são os inimigos das mulheres na vida política? Touraine (2011) concluiu que o

¹¹⁵ Para Ribeiro Couto, autor de *Cabloca* (1931), romance já adaptado para telenovelas, a cordialidade seria a contribuição brasileira à obra da civilização.

inimigo está longe de ser o homem dominador, mas sim a ideia de separação da vida privada e política, pois compreendem que devem utilizar as experiências da vida privada para transformar a esfera política.

As mulheres empoderadas politicamente atuam na esfera política com especificidades adquiridas socialmente na esfera privada, como afetividade, sensibilidade, cuidado, comunicação e um olhar atencioso para as pessoas e o local onde estão exercendo o cargo, transformando suas conquistas em ações políticas mais solidárias. Até então, não tem nada de errado com esse agir político, apenas fica a questão de saber se essa forma de atuar tem sobrecarregado muito as mulheres a ponto de outras não visualizarem condições para participar da política eletiva, visto a sobrecarga que terão de enfrentar.

Algumas possibilidades podem ser vislumbradas, como por exemplo, caso mais ações sejam desenvolvidas no sentido de aumentar a consciência feminista em casa, sendo que as tarefas do lar sejam divididas de uma forma que não sobrecarregue homens e mulheres, estas não iriam se sentir tão responsáveis pelas pessoas e pela casa; isso as estimularia a enfrentar novos desafios na esfera pública e, principalmente, a atuação na política eletiva não seria um fardo tão pesado como é até então.

Outro resultado do aumento da consciência feminina é que meninas e meninos vão ter igualdade de deveres e direitos, podendo resultar em mais meninas fazendo parte de grêmios estudantis e outros movimentos de participação política, como também pode vir aumentar o número de mulheres filiadas a partidos políticos. Mais mulheres filiadas, mais flexibilidade os partidos terão para apresentarem sua nominata de candidatas, não precisando lançar as 'laranjas'.

No entanto, mesmo que mais homens dividam as responsabilidades pelas tarefas da casa com as mulheres para que estas não se sintam tão sobrecarregadas, pode acontecer que muitas mulheres, por muito tempo, ainda se sintam na obrigação de cuidar das pessoas da casa. Ainda, pode ser que nunca desapareça essa obrigatoriedade, que haja certo prazer em fazer isso. Continuando ou não com a responsabilidade total ou apenas parcial das tarefas da vida privada, o que importa é que a mulher tenha liberdade de escolha.

As tarefas domésticas podem se tornar uma carga ainda mais pesada quando não se tem os elementos que facilitam o dia a dia da responsável pelos cuidados com a casa, como é o caso das mulheres cubanas, que além de enfrentar as condições inerentes de uma sociedade patriarcal, ainda lhes faltam eletrodomésticos como a máquina de lavar e o forno de microondas, tornando o trabalho de casa ainda mais sacrificado, além do maior dispêndio de tempo nessas funções.

Esta tese afirma que a representatividade feminina em funções eletivas resulta de duas trajetórias de empoderamento político, quais sejam: emanam da legitimação democrática conquistada através da participação em organizações solidárias e profissionais e em movimentos / lutas sociais; e, dos vínculos familiares e amigáveis com pessoas que fazem parte de algum grupo político. Esta última traduz uma espécie de comportamento solidário da mulher com relação a sua família e amigos, pois ela aceita participar do pleito para ajudar a família, imperativamente o marido/companheiro, como também o grupo político que tem contato.

Com as mulheres em cargos eletivos, as políticas de desenvolvimento local têm significados mais condizentes com as questões ditas sociais, como educação, saúde, trabalho, cultura e cuidados com o espaço público. A maior preocupação da mulher política em relação aos assuntos especificamente femininos é com a questão da violência, em todas suas formas. Esta está em primeiro lugar entre os compromissos assumidos perante as demandas das mulheres. Os outros compromissos dizem respeito aos filhos, o trabalho e a saúde, como é o caso da necessidade de construção de creches e postos de saúde.

O assunto violência de gênero interessa mais a mulher do que ao homem. O tema é delicado e muitas vezes menosprezado e ridicularizado por homens e mulheres. Em 2014, o IPEA divulgou uma pesquisa que confirma essa situação, quando apresentou resultados referentes ao entendimento de homens e mulheres que são as próprias mulheres vítimas de estupro, as culpadas pela agressão sofrida em razão da roupa e do comportamento, deixando a entender ao agressor que estavam querendo ser estupradas.

As mulheres políticas transferem para o exercício de representatividade política especificidades do lar, como a afetividade, sensibilidade e o cuidado com as pessoas e com o local, proporcionando que as conquistas femininas resultantes do empoderamento político sejam mais solidárias em âmbito de desenvolvimento local. No entanto, em razão da cultura patriarcal ainda presente e da incipiente consciência feminista por parte das mulheres que ascendem a cargos de representatividade política, como também da própria característica de competição da atuação na política, os espaços que poderiam ser abertos para outras mulheres ainda não empoderadas politicamente não estão a contento.

A política eletiva não foi idealizada pelas mulheres e nem pensada para elas, mas se tornou tão importante ao desenvolvimento da vida da sociedade que, atualmente, quando se imagina o trabalho político sem as mulheres é como imaginar uma floresta sem as árvores, ou seja, está faltando algo.

A visão de que a mulher é sinônimo de bondade, muito por causa de sua capacidade de

gerar filhos, perpetua-se desde os primórdios dos tempos, inclui as escrituras religiosas e as escritas filosóficas gregas e romanas. As mulheres conquistaram muitos espaços, luta de outras mulheres e homens inconformados com os costumes e hábitos de seu tempo, a exemplo de John Stuart Mill, que em 1869 escreve uma obra sobre a indefensável subordinação de um sexo a outro.

Ao longo do tempo, as mulheres conseguiram muitas vitórias que repercutiram em mudanças substanciais na vida privada e pública. Donas do próprio corpo podem decidir quando e com quem desejam ter filhos, e se desejam ter, trabalham com ganhos de renda e não mais trabalho solidário e em comunidade. Não são mais propriedade do pai, irmão ou marido, podem viver intensamente a educação e a política e, acima de tudo, têm liberdade de dizer que não ao homem parceiro, mesmo que isso lhe custe a vida.

Todas essas conquistas são reconhecidas por homens e mulheres, mas as mudanças daí decorrentes nem sempre são aceitas. No entanto, algo permanece, a bondade. A sociedade espera que as mulheres vivenciem permanentemente a disposição de fazer o bem, que cultivem o valor da bondade. É um fardo muito grande depositado nas costas das mulheres e uma condição impossível de atitude permanente de vida.

Às mulheres é esperado que agissem com bondade, aos homens que ajam com força, equilíbrio e raciocínio. Então, alguns espaços, como a esfera política, ainda são vistos por homens e mulheres como redutos eminentemente masculinos. O caminho é longo para mudar esse pensamento, que alguns chamam de consciência feminista, algo que precisa ser lentamente construído todos os dias, na família e na escola, principalmente, por razões que dispensam justificativas e explicações.

A bondade se transformou em subordinação e na efetividade do poder de um sexo sobre outro. Quando algumas mulheres não demonstram atitudes de bondade, a sociedade destaca: 'ela nem parece que é uma mulher'. A bondade não é valor intrínseco do sexo feminino, homens e mulheres podem agir com bondade, mas também podem assumir atitudes cruéis, exemplo é o relato da historiadora americana Wendy Lower (2014) sobre o papel das mulheres alemãs no Holocausto, em que o genocídio também é assunto de mulher.

Na esfera política, a bondade pode ser vista como sinal de fraqueza e assuntos considerados sem prestígios são disponibilizado às mulheres. Todos os assuntos que tenham relação direta com as pessoas, como as condições para o alargamento das liberdades e elevado estado de confiança, são mais importantes quando se discute políticas públicas de desenvolvimento local. É sobre o bem-estar das pessoas que está se tratando. Numa visão comparada, é a ótica da agricultura familiar que põe as pessoas no centro da análise em

detrimento à produção agrícola.

Os assuntos que as mulheres políticas mais se comprometem apresentam caráter de invisibilidade, representam que não são importantes. Sobre invisibilidade, Jussara Prá (2012) questiona o seguinte: com um percentual de menos de 10% de representação política, as mulheres são invisíveis, ou os setores que mais se comprometem (ditos sociais, onde há maior concentração de mulheres) podem ser considerados invisíveis?

As mulheres atuam na esfera política com virtudes e defeitos inerentes a qualquer ser humano, seja do sexo feminino ou masculino. O período de estágio probatório para as mulheres na política acabou. A inclusão de mais mulheres no poder político depende mais da mudança na vida no lar onde elas consigam viver realmente uma condição de parceria nas responsabilidades que hoje ainda estão sob sua carga, como os cuidados com os filhos e casa, do que medidas em âmbito legal, ainda que necessárias.

A partir dos relatos das pessoas participantes deste estudo, verifica-se que para que mais mulheres participem da política representativa é preciso que às filhas e filhos sejam ditas e proporcionadas as mesmas possibilidades de sonhos. É preciso que crianças e adolescentes não vivenciem qualquer tipo de violência e não reconheçam relação de subordinação entre as pessoas que tem a responsabilidade de cuidá-las. Nas escolas, é necessário que sejam desenvolvidas políticas de incentivos à entrada de meninas em grêmios estudantis e que ser uma grande política também faça parte dos sonhos e escolha de meninas. É importante que seja difundida a ideia de que é possível ser feliz em casa e na liderança política. É urgente que novas mensagens culturais sejam transmitidas, a fim de vislumbrar um número maior de mulheres em espaços de decisão política.

Outrossim, quando mais mulheres ingressarem na política representativa pela trajetória da participação em grêmios estudantis, organizações solidárias e movimentos sociais, a qualidade da participação política tenderá a se elevar. Essa participação com qualidade refletirá em um processo de desenvolvimento local construído diariamente, fundamentado na responsabilidade solidária da sociedade e promoção das chances de vida. Assim como pensar em desenvolvimento local sem considerar as capacidades das pessoas é uma construção incompleta, a política eletiva sem a presença de uma massa crítica de mulheres é uma representatividade política democrática incompleta. É gastar tempo e dinheiro para construir uma bela casa, mas onde ninguém quer morar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se os mundos feminino e masculino fossem completamente distintos, simples seria a tarefa do cientista. Dada, porém, a natureza complementar das relações entre homens e mulheres, cabe buscar-se, nas oposições estruturais de certa formação social, as determinações essenciais do sistema de produção de bens e serviços capazes de explicar, a um só tempo, os papéis masculinos, os papéis femininos e a natureza complementar de ambos na família e na sociedade. Heleieth Saffioti – Professora (SAFFIOTI, 2013, p. 505).

Neste estudo, tratou-se sobre mulheres, política e desenvolvimento. Compreendeu-se que, quando uma mulher exerce função de representatividade política e passa a fazer parte da elaboração de políticas de desenvolvimento local, as experiências vivenciadas no lar a acompanham em suas ações e então o desenvolvimento passa a ter outros significados além do crescimento econômico. O escopo de análise é a mulher sujeito do desenvolvimento na esfera de decisão política representativa e o desenvolvimento local como sinônimo de melhoria das condições de vida das pessoas no meio onde vivem.

A participação feminina massiva em espaços de poder e decisão ainda representa uma utopia para mulheres brasileiras. No Rio Grande do Sul, nem 10% das prefeituras são ocupadas por mulheres. Resultados que não diferem muito do restante dos estados brasileiros, em que as mulheres estão sub-representadas politicamente. Como se verificou, a cultura patriarcal machista de homens e mulheres coloca a mulher no ambiente privado e o homem no ambiente público, sendo que na política o domínio é dos homens com argumento de que mulheres não sabem ou não gostam de política.

Perante tal situação da realidade, decidiu-se investigar o tema a fim de compreender como está sendo construído o espaço de poder político por meio da trajetória de mulheres percorrida na política, as especificidades de seu trabalho, suas compreensões sobre desenvolvimento e suas expectativas em relação ao futuro na política. Dessa forma, a problemática que motivou o desenvolvimento deste estudo foi a seguinte: Qual trajetória de empoderamento constituiu a vida das mulheres que exercem funções de representatividade política, tornando-as cidadãs participativas, com maior poder de escolha e estado de confiança, e se sua atuação no desenvolvimento local apresentou características dessa trajetória?

Os questionamentos específicos que orientaram o desenvolvimento deste estudo foram: Em que medida as mulheres estão participando efetivamente da política eletiva, no sentido da presença feminina na esfera política, e o que elas compreendem por

desenvolvimento local? Qual é o estado de confiança das mulheres empoderadas politicamente e quais suas expectativas em relação ao seu futuro e de outras mulheres na política eletiva? Quais as especificidades apresentadas pelas mulheres que exercem funções de representatividade política?

A partir da definição da problemática, o objetivo central passou a ser: Analisar e compreender a trajetória do empoderamento político de mulheres que exercem funções de representatividade no Rio Grande do Sul e suas compreensões sobre desenvolvimento local. Mais especificamente, analisar as condições que proporcionaram chances de vida na construção do estado de confiança das mulheres empoderadas politicamente, influenciando seu entendimento sobre desenvolvimento local.

A fim de alcançar os objetivos propostos, definiram-se algumas hipóteses que explicam tal situação de mulheres na política. Primeiramente, a representatividade feminina em funções eletivas emana da legitimação democrática conquistada através da participação em organizações e movimentos sociais, que proporcionam sua inserção nos processos e políticas de desenvolvimento local de forma que suas experiências anteriores de trabalho e na responsabilidade do lar estejam presentes. Em seguida, as mulheres que ocupam posições de representatividade política interferem no desenvolvimento local apresentando elevado estado de confiança, mas não vislumbram expectativas futuras de ascensão a cargos mais elevados da política eletiva. E, por fim, as especificidades culturais femininas como afetividade, sensibilidade e cuidados são transferidas para o exercício político, proporcionando que as conquistas femininas, resultantes do empoderamento político, sejam mais solidárias, no sentido da redução das desigualdades de gênero.

A ideia central nesta tese é que, independentemente de suas trajetórias de participação, a atuação e envolvimento de mulheres políticas no desenvolvimento local refletem suas experiências vivenciadas na esfera privada. Para tanto, os conceitos desenvolvidos por Dharendorf, Sen e Keynes sustentaram teoricamente esta tese para explicar a trajetória política, a relação da mulher política com o desenvolvimento local e suas expectativas futuras.

Para fundamentar teoricamente a compreensão da realidade observada, valeu-se dos conceitos sobre empoderamento, em razão do poder da representatividade política; chances de vida, provimentos e prerrogativas, de Ralf Dahrendorf; estado de confiança, expectativas, de John Maynard Keynes; e a abordagem das capacitações de Amartya Sen que fundamenta a ideia do desenvolvimento como liberdade.

O conceito de empoderamento fundamentou o estudo por sua relação com a utilização positiva do poder, um poder que valoriza e afirma a condição de agente, e também com o

desenvolvimento das capacidades das pessoas para fazer ou deixar de fazer coisas que entendam ser apropriadas para sua vida. As pessoas tornam-se mais independentes, como também sua participação na localidade onde vivem é de mais qualidade, pois participam ativamente das decisões que envolvem a rotina da localidade, ouvem e são ouvidas.

O conceito de chances de vida - as prerrogativas e os provimentos - contribuiu para entender as condições de empoderamento. As prerrogativas permitiram às mulheres acessos como a conquista do sufrágio e, mais atualmente, a lei de cotas no Legislativo. No entanto, muitos provimentos ainda não foram alcançados por essas mulheres políticas, pois os limites que enfrentam para desenvolver sua atuação na política são de diferentes ordens, mais intensamente na esfera privada.

A defesa de Amartya Sen (2010) sobre a participação e liderança política, econômica e social das mulheres como aspecto crucial do 'Desenvolvimento como liberdade', fundamentou teoricamente esta tese. A abordagem das capacitações segue a concepção de uma vida boa, um ciclo de vida completo dentro de um contexto social, quando as realizações humanas ocorrem por escolhas livres e racionais. O conceito de capacitações fundamentou teoricamente a inserção, participação e representatividade das mulheres que exercem funções de representatividade política no RS, também para examinar se as mulheres políticas reproduziram capacitações em prol de mais qualidade de vida na localidade.

As expectativas das mulheres políticas quanto ao seu futuro político, foram analisadas com base no conceito de estado de confiança, que, juntamente com os conceitos de empoderamento, capacitações e chances de vida, possibilitaram um entendimento sobre o que incentiva e sustenta a participação das mulheres no espaço político e também no trabalho delas junto a localidade onde vivem.

Foram entrevistadas quinze mulheres, sendo seis prefeitas, duas vice-prefeitas e sete vereadoras, eleitas no pleito de 2012, no RS e atuantes politicamente. Estas quinze mulheres fizeram parte do universo da pesquisa, no entanto, mais dezenove informantes qualificados, entre homens e mulheres, foram entrevistados, somando um total de trinta e quatro pessoas entrevistadas.

As principais questões sobre a participação feminina na política ao que se propôs neste estudo são as seguintes:

Primeiramente, a respeito da trajetória percorrida e os significados de desenvolvimento local, verificou-se que a trajetória de empoderamento político de mulheres é compreendida de três formas: pela profissão desempenhada anteriormente, principalmente na área de educação; pela participação em movimentos sociais; e como resultado de uma decisão

na esfera privada, onde a mulher ao se candidatar a cargo eletivo está cumprindo uma decisão de familiares. Destaca-se que essas três formas de integração à esfera política não são excludentes em si, ao contrário, podem ser complementares.

A mulher política compreende o desenvolvimento local de uma forma humanizadora e solidária aos moldes do que vive na família/casa/esfera privada, onde os assuntos relacionados com a vida das pessoas são os mais importantes. Verificou-se que mesmo destacando a importância do trabalho e renda para o desenvolvimento local, as políticas compreendem que o importante da vida são as pessoas e é em função delas que todas as apostas do desenvolvimento devem ser feitas.

Em seguida, sobre o estado de confiança e as expectativas em relação ao futuro político, verificou-se que o estado de confiança das participantes da pesquisa é elevado, caracterizado como muito bom, segundo as entrevistadas. A justificativa na auto-atribuição de uma nota elevada ficou por conta da cobrança permanente e por manterem uma relação de diálogo com as pessoas da comunidade.

Percebeu-se que, mesmo sem tradição na política, após ingressarem nela têm procurado desempenhar com eficiência o trabalho para o qual foram eleitas. Esse entendimento é o mesmo para aquelas que antes eram somente as assessoras dos maridos e, agora, são elas que estão no poder.

Quando estavam do lado de fora da política, viam como um lugar apavorante, sem condições de atuar, que não abria espaço para elas, no entanto, quando precisaram entrar, por diversos motivos, ficaram surpresas com a própria capacidade de atuação. Já pertencentes a esse mundo, perceberam que havia necessidade de trabalhar muito, dedicar-se muito, pois, por sua condição de mulher, precisam provar a cada dia sua capacidade, tanto para os colegas de trabalho, como para a sociedade. Perceberam que a esfera política é muito diferente de quando atuavam como diretoras de escola, onde mantinham relação de confiança com a maior parte das pessoas da comunidade, sem distinção partidária. É preciso conhecer as regras do jogo político.

As mulheres reconhecem que a política ainda é um ambiente dominado por homens, no entanto, também reconhecem que têm capacidade para jogar, não com as mesmas regras que os homens utilizam, mas com regras que tem conhecimento e experiência: as regras da esfera privada. Porém, neste estudo verificou-se que a formação de uma massa crítica que seja suficientemente grande para provocar alteração qualitativa na esfera de poder político, ainda não é a realidade da representatividade feminina no Brasil.

Por último, percebeu-se que as mulheres que atuam na política não costumam separar

os cuidados que preservam em casa com seus interesses na esfera política. Existe uma linha tênue que separa a esfera privada e pública, a qual pode se tornar um verdadeiro sacrifício na tentativa de separação, pois compreendem que devem utilizar as experiências da vida privada para transformar a esfera política.

Verificou-se, também, que a maior preocupação da mulher política em relação aos assuntos femininos é com a questão da violência em todas as suas formas. A prevenção e combate a violência contra a mulher está em primeiro lugar entre os compromissos assumidos perante as demandas das mulheres. Os demais compromissos são os relacionados com os filhos, o trabalho e a saúde.

Sendo assim, as mulheres atuam diferente dos homens na esfera política. Neste estudo, demonstrou-se que a inclusão de mais mulheres no poder político depende mais da mudança da vida no lar, onde elas consigam viver, realmente, uma condição de parceria nas responsabilidades que, hoje, ainda estão sob sua carga como o cuidado com os filhos e com a casa, do que de medidas em âmbito legal, ainda que necessárias.

Por fim, compreende-se que, quando mais mulheres ingressarem na política representativa pela trajetória da participação em movimentos sociais, a qualidade da participação política tenderá a se elevar e refletirá em um processo de desenvolvimento local fundamentado na responsabilidade solidária da sociedade. Afinal, para as mulheres políticas, desenvolvimento tem relação com sentir-se bem em um local e afirmar esse entendimento para outras pessoas.

Ao final deste estudo, destaca-se a necessidade de pesquisas que analisem, além da presença, dos significados e compromissos, as práticas das mulheres políticas no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Cotas para mulheres no legislativo e seus fundamentos republicanos**. Brasília: IPEA, agosto de 2011. (Texto para discussão, 1645).
- ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. El Salvador: PNUD, 2002. (Ciclo de Conferencias Sociedades sem Violência).
- AGUILLAR, Fernando H. **Direito Econômico: Do Direito Econômico ao Direito Supranacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Entrevista para Agência Patrícia Galvão**. 2014. Publicado em 09 de julho de 2013. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/noticias-politica/entrevista-jose-eustaquio-diniz-alves-doutor-em-demografia-e-professor-titular-do-mestrado-em-estudos-populacionais-e-pesquisas-sociais-da-escola-nacional-de-ciencias-estatisticas-enceibge/>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- ARAÚJO, Clara. As mulheres e o Poder Político - Desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 92-136.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores, 2)
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- AVERBUCK, Clara. Feminismo para leigos. **Carta Capital**, São Paulo, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-para-que/feminismo-para-leigos-3523.html>>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Memórias das lutas Feministas no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute V. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 125 -150, jan./abr. 2007.
- BAQUERO, Rute V. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, mai./ago. 2006.
- _____. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012.

BARCELLOS, Olinda; COMIM, Flávio V. Compreensões de pobreza: os distintos sentidos encontrados na Literatura Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 40., 2013, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: ANPEC, 2012. p.1-20. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia /download/ mesas/ CompreensoesDePobreza.pdf](http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/CompreensoesDePobreza.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2013.

BARROS, Ricardo Paes de (Org.). **Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 800).

BARSTED, Leila Linhares. **Os avanços no reconhecimento dos direitos das mulheres**. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLAY, Eva Alterman Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. Política e Participação. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 82-97, mar./mai. 2001.

BLAY, Eva Alterman. **As Prefeitas: A participação Política da Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BOUERI, Aline Gatto. “Hoje somos protagonistas”, diz boliviana que preside Legislativo. **Jornal Brasil de Fato**, de 16 de abril de 2015, p. 13.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao /constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2013.

BRAUN, Augusto (Coord.). **Manual de Desenvolvimento dos Municípios**, 2. ed. Brasília: CNM/SEBRAE, 2012.

BRITO, Noemi Castilhos. **O gênero, a história das mulheres e a memória: Um referencial de análise**. 1993. Disponível em: <http://www.unesco.lacult.org/docc/oralidad_05_22-27-o-genero-a-historia-das.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

CALDAS, Nádia et al. A evolução recente da Previdência social rural em quatro regiões do Rio Grande do Sul. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco/Acre: SOBER, 2008. p. 02-22.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das Ciências Sociais no

Brasil. **Sociologias**, Porto alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, set./dez. 2012.

CARR, Marilyn. **El empoderamiento econômico de las mujeres**: clave del desarrollo. Nueva York: Fondo de Desarrollo de Las Naciones Unidas para la Mujer, 2000.

CARVALHO, Fernando C. de. O Retorno de Keynes. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 83, p. 91-101, mar. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem**: a elite política imperial: Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). **Bolsa família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 2 v.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre X. de. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, 1144).

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **30 Anos sem Margarida Maria Alves**. 2014. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=9792&data=12/08/2014&nw=1&mt=1> Acesso em: 10 out. 2014.

CORAZZA, Gentil (Org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Donas do Poder - Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM / UFBA – Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres**. 2012. Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, jan. 2005.

DAHLERUP, Drude. **De uma pequena a uma gran minoria**: uma teoria de la “masa crítica” aplicada al caso de las mujeres em la política escandinava. Mujeres al Timón en la Función Pública, 1986. (Manual de Liderazgo Social). Disponível em: <<http://www.redfeminista.org/nueva/uploads/masa%20critica.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DEERE, Carmem Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DIAS JUNIOR, Antonio C. Classe, política e conflito social no capitalismo: a contribuição de Ralf Dahrendorf. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 202-218, jul./dez. 2010.

_____. Ralf Dahrendorf (1929-2009): Réquiem para um sociólogo liberal. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 321-334, nov. 2011.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA – DPAV. **Viena**, 14-25 de Junho de 1993. 1993. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 08. mar. 2014.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Santa Cruz do Sul, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FARIA, Nalu. **Desafios para construção da autonomia econômica para as mulheres**. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2011.

FASSLER, Clara. Desarrollo y participación política de las mujeres. In: VIDAL, Gregorio; GUILLÉN, Arturo R. (Org.). **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización**. Clasco, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/vidal_guillen/22Fassler.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG. **Estrutura**. 2014. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/estrutura.php>>. Acesso em: 16 out. 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Perfil socioeconômico: municípios**. 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

FERNANDES, Maria Angélica. **O papel das mulheres no novo ciclo do Brasil**. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2011.

FEDERAÇÃO DAS MULHERES CUBANAS - FMC. **Cubanas em cifras**. 2014. Beijing + 20 1995 / 2014. Havana, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, Nilcéa. Mulheres e Poder. Uma relação delicada? In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011. p. 137-139.

_____. Porque políticas para as mulheres? In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Cartilha para prefeitas**. Brasília, 2010. p. 01-12.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIAS, Sónia. **Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

GALLEGO, Teresa. El techo de cristal. Los obstáculos para la participación de las mujeres em el poder político. In: **Las Mujeres y el Poder Político**. Madri: Ministério de Asuntos Sociales: Instituto de la Mujer. Senado, 11 de marzo de 1994. p. 21-26. (Debates Senado, 16).

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Alguns Desafios ao Desenvolvimento do Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, 1373).

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto (Org.). Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 20-26, jan./jun. 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GONZÁLEZ, Maritzel. **Realidades de la mujer cubana**. Havana, Cuba: Federação das Mulheres Cubanas, 2014.

_____. **Las mujeres dirigentes del Poder Popular y sus concepciones de género**. Havana, Cuba. 2014. Disponível em: <<http://www.cubainformacion.tv /index.php/genero/58490-las-mujeres-dirigentes-del-poder-popular-y-sus-concepciones-de-genero>>. Acesso em: 15 dez. 2014

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 9, p. 167-195, jul. 2001.

GUIMARÃES, Gisele M. **Racionalidade Identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na Quarta Colônia-RS**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2011.

HENRIQUES, Ricardo. Comportamento Racional e Formação de Crenças em Keynes. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 359-379, jul./sep. 2000.

HERNANDEZ, Carmem Osório. **Política de Crédito Rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

HEWITT, Hugh. **Blog: entenda a revolução que vai mudar o seu mundo**. de Janeiro: Thomas Nelson, 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485-506.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades Rio Grande do Sul**. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=43&search=rio-grande-do-sul&lang>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

INTER PARLIAMENTARY UNION – IPU. **Women in national parliaments**. 2014. Word Classification. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 03 fev. 2015.

JORDÃO, Fátima P.; CABRINI, Paula. **Mais Mulheres na Política**. Realização: Ibope/Instituto Patrícia Galvão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEÓN, Dayma Echevarría; JUNCO, Teresa Lara. Câmbios recientes: oportunidad para las mujeres? **Revista Anales de la Ciencias de Cuba**, Havana, Cuba, v. 4, n. 2, p. 125-137, 2014.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá, 2013. Disponível em: <<https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/m-lec3b3n-versic3b3n-final-nov-10-2013.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

LEÓN, Tania Caram. **El empoderamiento femenino: un reto de las mujeres cubanas**. In: Desarrollo Social en Cuba. Un enfoque múltiple. Colectivo de autores. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Programa Cuba, Centro Felix Varela. Havana, Cuba, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento”. **Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 5, n. 1, p. 35-47, jan./jun. 2002.

LORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta Antunes (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002. p. 21-44.

LOWER, Wendy. **As mulheres do Nazismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MAIS MULHERES na Política: Mulher, Tome Partido!. 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

MARQUES, Lires. Política é só para homens? Mulher. **Revista Mundo Jovem (203)**, Porto Alegre: PUCRS, v. 28, n. 221, p. 11, novembro de 1990.

MARTELLO, Laura França. Mulheres, Política e Poder. **Revista Em Debate**. Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 76-83, ago. 2012.

MARTINEZ, Rossana Vitelli. **Capital Social, Participação Social e Cidadania no Meio Rural**: uma perspectiva de gênero. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Sociais e Humanidades, Porto Alegre, 2010.

MATOS, Marlise. Mulheres e Política: da cidadania inacabada das mulheres no Brasil a um projeto de desenvolvimento brasileiro sustentado. In: AUTONOMIA econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2011. p. 207-228.

MÉNDEZ, Manuel Toscano. Oportunidades de vida: el significado de las ligaduras sociales en el liberalismo de Ralf Dahrendorf. **Revista Interdisciplinar de Filosofía**, Málaga (España), v. 6, p. 161-180, 2001.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Mulheres e espaços de poder no Brasil**. Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 139-155.

MILL, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Coimbra: Edições Almedina S. A. Julho, 2006.

MULHER, TOME PARTIDO! **Livreto Mais Mulheres na Política**. Brasília, Procuradoria Especial da Mulher, [201?].

MUQUI (ES). Câmara Municipal. **Biografia da Nenen Paiva**. [2014]. Disponível em: <http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp?id=139>. Acesso em: 15 dez. 2014.

NOVELLINO, Maria S. F.; BELCHIOR, João Raposo. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambú. **Anais...**Caxambú/MG: ABEP, 2008.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de. **A trajetória da mulher na política brasileira**: as conquistas e a persistência de barreiras. Texto para discussão. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2013.

OLIVEIRA, Suely Gomes de. **Perfil Bibliográfico, depoimentos e discursos (1951-1975)**. 2007. Coordenação do projeto: Divisão de Biblioteca e Memória Parlamentar (Perfis Parlamentares, 11). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007.

OLIVEIRA, Valter L. de. Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 9-31, jan./jun. 2007.

ORSATO, Andréia. **“Como mulher e deputada”**: A presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011). 2013. Tese (Doutorado em Ciência Humanas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Sociais e Humanidades, 2013.

PLANO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES – PECIGEM; COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. **Secretaria de Políticas para as Mulheres/Articulação Internacional**. 2010. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/cplp/plano-estrategico-versao-final-cplp.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

PEÑA, Gabriel B. Pobreza e Cidadania. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2011

PEREZ, Reginaldo T. **O Pensamento de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PERISSINOTTO, Renado M. Hannah Arendt, Poder e a crítica da “Tradição”. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 61, p. 115-138, nov. 2004.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTAL BRASIL. **Dilma celebra posse de Bachelet no Chile**. Relações bilaterais. Publicado por Portal Brasil, em 11/03/2014. Disponível: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/03/dilma-comemora-a-posse-de-bachelet>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres permanecem à margem da arena política. **Jornal Beira do Rio**, Manaus, n. 66, ano 2008, p. 125. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/beiradorio/novo/index.php/2008/12-edicao-66/125--mulheres-permanecem-a-margem-da-arena-politica>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____. O Custo Político das Desigualdades de Gênero e a Teoria do Capital Social. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, Unisinos, v. 9, n. 2, p. 99-115, mai./ago. 2005,

_____. **Representação política da mulher no Brasil, 1982-1990: a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional**. 1992. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 1992.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 01, p. 33-51, jan./abr. 2012.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>>. Acesso em: 05/10/2014.

_____. **Aprofundar a democracia num mundo fragmentado**. UN Plaza, New York, 2002. (Relatório do Desenvolvimento Humano)

_____. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. 2104. UN Plaza, New York, 2014. (Relatório Do Desenvolvimento Humano).

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Mulheres em busca do poder político. In: CENTENO, Rui; GONÇALVES, António Custódio (Org.). **As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa, balanços e desafios**. 2002. p. 251-260.

RANGEL, Patrícia. **Série Histórica Mulheres e eleições: 1996-2012**. Brasília: CFEMEA. 2014. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4460:serie-historica-mulheres-e-eleicoes-1996-2012&catid=402:publicacoes&Itemid=182>. Acesso em: 12 jan. 2015.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social – Revista Social USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 113-128, jul. 1990.

SAID, Magnólia de Azevedo. Ser mulher no Brasil: desenvolvimento e desigualdades de gênero. In: Dawid Danilo Bartelt. (Org.). **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 106-117.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As mulheres não são homens**. 2011. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/As-mulheres-nao-sao-homens/19489>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHPUN, Mônica Raisa. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 12, p. 331-377, nov. 1999.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Gita. **El empoderamiento como un enfoque a la pobreza**. 2002. Empowerment as an Approach to Poverty, 1997.

SIMAN, Renildes F.; CONCEIÇÃO, Octávio A. C.; FILLIPI, Eduardo E. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **Perspectiva Econômica**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2006.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Ed.UNESP, 2008.

SOUZA, Nali Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SPOLAOR, Silvane. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia-RS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociência) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociência, Santa Maria, 2010.

SUAREZ, Mayda Alvarez et al. **Mujer y Poder: las cubanas em el Gobierno Popular**. Nieves Alemany et al. Ciudad de la Habana, 1994.

THIRLWALL, Anthony Philip. **Natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. Brasília: IPEA, 2005.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, p. 29–62, jul. 1994.

TOURAINÉ, Alain **Lo que llamamos ‘política’ es hoy una realidad muy degradada**. Entrevista concedida à Revista da Cultura. Por Fábio Gambaro. 2014. Disponível em: <http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Alain-Touraine-llamamos-politica-hoy-realidad-degradada_0_1062493967.html>. Acesso em: 27 dez. 2014.

_____. **O mundo das mulheres**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE - TRE/RN. **Os 80 anos do voto de saias**. Institucional/Centro de Memória. 08 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 12 set. 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Eleições – resultados**. 2014. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>>. Acesso em: 13 out. 2014.

VALCÁRCEL, Amelia. El techo de cristal. Los obstáculos para la participación de las mujeres em el poder político. In: **Las Mujeres y el Poder Político**. Ministério de Asuntos Sociales. Instituto de la Mujer, n. 16, Senado, 1994.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, set./dez. 2001.

VENDRUSCULO, Rafaela. “**Somos da Quarta Colônia**”: os sentidos de uma identidade territorial em construção. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, 2009.

VILLACORTA, Alberto E.; RODRÍGUES, Marcos. Metodologias e ferramentas para implantar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta Antunes (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 45-66.

WEBER, Max **Economia y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos: ensaio**. Lisboa: Tribuna da História, 2005. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MULHERES ELEITAS

Data da entrevista: ____/____/____

I. Identificação

Nome:

Estado Civil:

Tem filhos? Quantos?

Trajatória da família: origem, etnia, números de familiares, situação social, ruralidade.

II. Estudos e profissão: base de estudos, a profissão

III. Trajetória política: caminho percorrido, organização de grupo (Sindicatos, Partido político, Cooperativas, Associações comunitárias, conselhos municipais, grupos religiosos), incentivos (familiares, amigos, agentes políticos, conhecidos, outros).

IV. Atuação na política: estilo de fazer política, valores (afetividade, solidariedade, cuidado, sentimento materno, conciliação, especificidades do ambiente familiar), consciência feminista (atuação feminista na política versus mulher na política), incentivos (ajuda no trabalho), desafios (problemas).

V. Desenvolvimento local: significado, temas relevantes (temas importantes a serem politizados e defendidos na arena política), o papel da mulher política para o desenvolvimento.

VI. Ações para o desenvolvimento: práticas, projetos, mulheres rurais

VII. Mulher na política e igualdade de gênero: preconceito, incentivos (para outras mulheres ainda não empoderadas), representatividade feminina, fatores de sucesso, consciência feminista, condições de empoderamento político.

VIII. Estado de confiança: autonomia (auto reconhecimento, reconhecimento pelos outros), exercício da política (o que a presença da mulher pode acrescentar à prática política), expectativas (condição da mulher entrevistada na política):

() Baixo (entre zero até 3)

() Regular (mais de 3 até 5)

() Bom (mais de 5 até 7)

() Muito bom (mais de 7 até 9)

() Ótimo (acima de 9).

IX. Projetos futuros (sonhos): na vida familiar, na vida profissional, na política.

APÊNDICE B – RELAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS ELEITAS EM 2012

Nº da entrevista	Nome	Cargo	Cidade	Partido Político / Coligações	Atividade profissional/Área de formação	Data da entrevista	Local da entrevista
01	Valserina Maria Bulegon Gassen	Prefeita	São João do Polêsine	PMDB (PMDB / PSDB)	Professora Estadual – Letras/Português	25/03/2014	Prefeitura Municipal de São João do Polêsine
02	Vera Beatriz Rossato	Prefeita	Ivorá	PMDB (PT / PTB / PMDB)	Professora Estadual – Letras Português e Inglês; Administração	26/03/2014	Prefeitura Municipal de Ivorá
03	Rosane Tornquist Petry	Prefeita	Vera Cruz	PP	Professora Municipal – Pedagogia e Pós em Educação Infantil	01/04/2014	Prefeitura Municipal de Vera Cruz
04	Vera Maria Schornes Dalcin	Prefeita	Júlio de Castilhos	PSDB	Professora Estadual – Magistério	07/04/2014	Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos
05	Tânia Terezinha da Silva	Prefeita	Dois Irmãos	PMDB (PP / PTB / PMDB)	Enfermeira- Enfermagem	23/04/2014	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos
06	Margarete Simon Ferretti	Prefeita	Nova Santa Rita	PT	Professora Estadual – Magistério	25/04/2014	Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita
07	Mariana Silva Carlos	Vice-prefeita	Cachoeira do Sul	PT	Ciências Sociais	14/04/2014	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul

Nº da entrevista	Nome	Cargo	Cidade	Partido Político / Coligações	Atividade profissional/Área de formação	Data da entrevista	Local da entrevista
08	Maria do Carmo Tronco de Vargas	Vice-prefeita	Dona Francisca	PP (PDT / PT)	Funcionária do Posto de Saúde – Técnica em Administração	06/05/2014	Prefeitura Municipal de Dona Francisca
09	Maria de 227átima Gomes dos Santos	Vereadora	Vera Cruz	PT (PT / PR)	Agente de Saúde – Ensino Médio	01/04/2014	Casa do grupo “As Marias”
10	Carmem Gutheil Zacarias	Vereadora	Faxinal do Soturno	PP (PP / PSDB)	Professora Estadual – Magistério	11/04/2014	Residência da vereadora
11	Agueda Elisabete Recke Foletto	Vereadora	São João do Polêsine	PMDB (PMDB / PSDB)	Funcionária do STR – Gestão Pública; Pedagogia; Especialização em Gênero e Raça (UFSM)	11/04/2014	Creche Municipal de Faxinal do Soturno
12	Sandra Maria Rebelato	Vereadora	Santa Maria	PP	Professora Estadual – Pedagogia; Direito	11/04/2014	Câmara de Vereadores de Santa Maria
13	Eliane Becker	Vereadora	Dois Irmãos	PP (PP / PTB / PMDB)	Professora – Educação Física e Especialização em Mídias na Educação	23/04/2014	Câmara de Vereadores de Dois Irmãos
14	Solange Finger	Vereadora	Santa Cruz do Sul	PTB (PTB / PT do B)	Funcionária de cargo de confiança por 16 anos na Prefeitura	25/04/2014	Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul
15	Ziania Maria Bolzan	Vereadora	São Pedro do Sul	PTB (PP / PTB / DEM)	Professora Estadual - Magistério	16/06/2014	Residência da vereadora

APÊNDICE C – RELAÇÃO DE INFORMANTES QUALIFICADOS NO BRASIL

Nº da entrevista	Nome	Cargo	Cidade	Partido Político / Coligação	Atividade profissional/Área de formação	Data da entrevista	Local da entrevista
16	Ana Amélia Lemos	Senadora	Brasília/Brasil	PP	Jornalista – Comunicação Social	07/03/2014	Recanto do Maestro, Vale Vêneto, São João do Polêsine
17	Ana Affonso	Deputada Estadual	Porto Alegre/RS	PT	Professora Municipal – Magistério; acadêmica de Ciências Sociais/Unisinos	11/06/2014	Assembléia Legislativa
18	Zilá Breitenbach	Deputada Estadual	Porto Alegre/RS	PSDB	Professora - Magistério	13/05/2014	Assembléia Legislativa
19	Heitor Schuch	Deputado Estadual	Porto Alegre/RS	PSB	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da FETAG	13/05/2014	Assembléia Legislativa
20	Luiza Maria Nunes da Silva	Presidente da Associação de Mulheres Produtoras Rurais	Comunidade de Riacho dos Negros - Palmeirais - Piauí	-	Costureira – 5ª série	24/01/2014	Residência
21	Vina Maria de Souza da Silva	Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Penicilina	Comunidade de Penicilina - Palmeirais - Piauí	-	Trabalha na Roça – 3ª série do ensino fundamental	25/01/2014	Residência
22	Vera Lucia Ferreira Pontes	Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Buritizinho	Comunidade de Buritizinho - Palmeirais - Piauí	PSB	Trabalha na Roça – 5ª série do ensino fundamental	26/01/2014	Residência
23	Cleudia M. R. Camargo	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul e Novo Cabrais	Cachoeira do Sul	-	Agricultora – Acadêmica no PLAGEDER – Curso Superior de Desenvolvimento	02/05/2014	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Nº da entrevista	Nome	Cargo	Cidade	Partido Político / Coligação	Atividade profissional/Área de formação	Data da entrevista	Local da entrevista
					Rural		
24	Maria Ilza Mesquita	Vereadora	Tejuçuoca / Ceará	PSB	Professora Municipal - Português	22/01/2015	Escola Municipal da localidade de Açude
25	Iracema Fonseca	Vereadora	Tejuçuoca / Ceará	PDT	Curso superior incompleto	26/01/2015	Escola Municipal da localidade de Vertente
26	Bernadete Silva Soares Torquato	Secretária da Gerência da Mulher – Secretaria de Assistência Social do Município	Palmeirais - Piauí	Políticas Públicas para Mulheres	Professora Municipal - Pedagogia	31/01/2014	Prefeitura de Palmeirais/Piauí
27	Carmem Hein de Campos	Coordenadora Executiva da Organização Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos	Porto Alegre/RS	Empoderamento das mulheres	Professora Dra. e Advogada - Direito	1/04/2014	Polícia Civil – Porto Alegre

APÊNDICE D – RELAÇÃO DE INFORMANTES QUALIFICADOS EM CUBA

Nº da informação	Nome	Cargo	Tema	Instituição	Atividade profissional	Data da entrevista	Local da entrevista
28	José Bell Lara	Professor	Situação Política de Cuba	Universidade de Havana	Professor Dr.	27/11/2014	UH/Havana/CU
29	Elena Diaz	Professora	Situação da Mulher Cubana	Universidade de Havana	Professora Dra.	27/11/2014	UH/Havana/CU
30	Maritzel González	Funcionária de Relações Internacionais da FMC	Participação Feminina no Poder Popular	Federação das Mulheres Cubana	Licenciada	28/11/2014	FMC/Havana
31	Tania Caran	Professora	Empoderamento das mulheres cubanas	Universidade de Havana	Professora Dra.	01/12/2014	UH/Havana/CU
32	Ada Cuesta	Funcionária do Ministério da Agricultura	Programa IGECSA	Ministério da Agricultura	Funcionária Dra.	02/12/2014	Ministério da Agricultura
33	Maritza Marquette Zaijas	- Deputada - - Delegada de Base - Presidente do Conselho Popular Rampa	Mulher na Política Cubana	Assembleia Nacional	Secretária Taquimeca Bilingue	02/12/2014	Residência da Professora Elena Diaz
34	Norma Vassalo	Professora	Situação da mulher cubana	Universidade de Havana	Professora Dra. Presidente da Cátedra de La Mujer	03/12/2014	UH/Havana/CU

APÊNDICE E – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO UNIVERSO DE ESTUDO

Espacialidades	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres	Índice de Gini ¹¹⁶	Taxa de desocupação - 25 a 29 anos	% da população em domicílios com banheiro e água encanada	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	Mortalidade infantil ¹¹⁷	População total	População rural	População urbana	IDHM ¹¹⁸	População residente masculina	População residente feminina	% de 15 a 17 anos no fundamental	Renda per capita	% de pobres ¹¹⁹
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	22,78	0,6	8,77	87,16	2,89	17	190.755.799,00	29.830.007,00	160.925.792,00	0,727	93.406.990,00	97.348.809,00	27,11	793,87	15,2
Rio Grande do Sul	15,64	0,54	5,86	96,46	2,23	12	10.693.929,00	1.593.638,00	9.100.291,00	0,746	5.205.057,00	5.488.872,00	24,81	959,24	6,37
Cachoeira do Sul	15,64	0,54	10,76	95,35	1,83	8	83.827,00	12.127,00	71.700,00	0,742	40.378,00	43.449,00	28,45	793,67	9,04
Dois Irmãos	6,9	0,38	0,99	99,86	1,09	12	27.572,00	296	27.276,00	0,743	13.653,00	13.919,00	25,09	921,37	0,52
Dona Francisca	10,54	0,46	3,54	96,23	1,27	13	3.401,00	1.255,00	2.146,00	0,697	1.678,00	1.723,00	45,23	698,57	8,83
Faxinal do Soturno	10,72	0,47	3,3	91,28	1,29	11	6.672,00	2.497,00	4.175,00	0,72	3.274,00	3.398,00	43,01	760,86	6,92
Ivorá	9,12	0,44	3,03	98,9	1,51	9	2.156,00	1.451,00	705	0,724	1.097,00	1.059,00	34,13	670,27	7,13
Júlio de Castilhos	20,66	0,59	6,43	96,46	3,41	13	19.579,00	3.473,00	16.106,00	0,716	9.626,00	9.953,00	34,44	765,91	12,13
Nova Santa Rita	8,76	0,43	8,05	93,92	1,63	11	22.716,00	3.241,00	19.475,00	0,718	11.441,00	11.275,00	23,4	686,87	5,51
Santa Cruz do Sul	11,75	0,49	5,39	97,11	0,77	12	118.374,00	13.184,00	105.190,00	0,773	56.943,00	61.431,00	26,29	1.036,87	3,68
Santa Maria	16,91	0,55	9,29	96,95	1,37	12	261.031,00	12.684,00	248.347,00	0,784	123.634,00	137.397,00	24,61	1.127,25	5,47
São João do Polésine	14,55	0,53	1,93	96,49	0,74	12	2.635,00	1.281,00	1.354,00	0,748	1.272,00	1.363,00	52,15	841,33	5,1
São Pedro do Sul	12,25	0,48	6,45	95,9	0,8	14	16.368,00	4.439,00	11.929,00	0,709	8.050,00	8.318,00	26,84	614,89	12,07
Vera Cruz	10,91	0,47	3,33	96,38	1,03	12	23.983,00	10.663,00	13.320,00	0,737	11.749,00	12.234,00	20,21	790,95	5,84

¹¹⁶ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

¹¹⁷ Mortalidade de crianças com menos de um ano de idade

¹¹⁸ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade com pesos iguais

¹¹⁹ Pobres: proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 reais mensais, em agosto de 2010.

APÊNDICE F – COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS DO UNIVERSO DE ESTUDO

Município	Produto Interno Bruto (R\$ mil)			PIB - (R\$ mil)
	Agricultura	Indústria	Serviços	
Cachoeira do Sul	179.427	320.151	759.792	1.259.371
Dois Irmãos	7.522	258.499	351.170	617.191
Dona Francisca	12.086	6.668	22.618	41.372
Faxinal do Soturno	12.970	35.884	64.845	113.699
Ivorá	13.842	1.407	20.706	35.955
Júlio de Castilhos	120.342	26.481	247.419	394.242
Nova Santa Rita	15.012	148.516	338.977	502.505
Santa Cruz do Sul	111.660	1.708.139	1.900.276	3.720.076
Santa Maria	96.058	593.135	3.045.352	3.734.545
São João do Polêsine	9.095	4.114	23.085	36.294
São Pedro do Sul	46.854	32.998	122.932	202.784
Vera Cruz	50.625	125.526	223.637	399.787

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Disponível no site: <http://dados.fee.tche.br/>

**APÊNDICE G – MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL COM MULHERES
ELEITAS EM 2010**

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
ACEGUÁ			2
ÁGUA SANTA			2
AJURICABA		1	3
ALECRIM			
ALEGRETE		1	4
ALEGRIA			1
ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL			5
ALTO ALEGRE			2
ALTO FELIZ			5
ALVORADA			2
AMARAL FERRADOR			1
ANDRÉ DA ROCHA		1	0
ANTA GORDA			2
ARAMBARÉ	1		2
ARROIO DO PADRE			2
ARROIO DO SAL			2
ARROIO DO TIGRE		1	1
ARROIO DOS RATOS		1	4
ARROIO GRANDE			
ARVOREZINHA			2
AUGUSTO PESTANA			2
ÁUREA		1	0
BAGÉ			3
BALNEÁRIO PINHAL			2
BARÃO DE COTEGIPE			3
BARÃO DO TRIUNFO			1
BARRA DO GUARITA			1
BARRA DO QUARAÍ			2
BARRA DO RIBEIRO			0
BARRA DO RIO AZUL			1
BARRA FUNDA		1	6
BARRACÃO			2
BARROS CASSAL			2
BENTO GONÇALVES			2
BOA VISTA DO CADEADO		1	0
BOA VISTA DAS MISSÕES			2
BOA VISTA DO BURICÁ			2
BOA VISTA DO INCRA			2
BOA VISTA DO SUL			2
BOM JESUS			1
BOM RETIRO DO SUL			
BOQUERÃO DO LEÃO			
BOSSOROCA			1
BRAGA			1
BROCHIER			
BUTIÁ			1
CAÇAPAVA DO SUL			3
CACEQUI			2
CACHOEIRA DO SUL		1	1
CACHOEIRINHA			4
CAIBATÉ		1	1
CAIÇARA			1
CAMAQUÃ			1

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
CAMARGO		1	1
CAMBARÁ DO SUL			1
CAMPESTRE DA SERRA	1		2
CAMPINA DAS MISSÕES			1
CAMPINAS DO SUL			1
CAMPOS BORGES	1		1
CANDELÁRIA			2
CÂNDIDO GODÓI			2
CANDIOTA			2
CANELA		1	1
CANOAS		1	0
CANUDOS DO VALE			1
CAPÃO BONITO DO SUL			1
CAPÃO DA CANOA			1
CAPÃO DO CIPÓ			2
CAPÃO DO LEÃO			1
CAPELA DE SANTANA			1
CAPITÃO			1
CAPIVARI DO SUL			2
CARLOS BARBOSA			1
CARLOS GOMES			1
CASCA			3
CATUÍPE	1	0	0
CAXIAS DO SUL			2
CERRITO			1
CERRO GRANDO DO SUL		1	0
CERRO GRANDE			1
CERRO LARGO			1
CHAPADA		1	1
CHARQUEADAS			3
CHARRUA			2
CHIAPETTA			2
CHUÍ			2
CIDREIRA			1
COLINAS			2
COLORADO			3
CONSTANTINA			1
COQUEIROS DO SUL			2
CORONEL BARROS			1
CORONEL BICACO			1
CORONEL PILAR			2
COTIPORÁ			2
CRISSIUMAL			2
CRISTAL	1		2
CRISTAL DO SUL		1	0
CRUZ ALTA			2
CRUZALTENSE			1
CRUZEIRO DO SUL			3
DAVID CANABARRO			1
DERRUBADAS			1
DILERMANDO DE AGUIAR			2
DOIS IRMÃOS	1		1
DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES			1
DOIS LAJEADOS			1
DOM PEDRITO		1	1
DONA FRANCISCA		1	1
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO			1
ENCANTADO			1

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
ENCRUZILHADA DO SUL	1		1
ENGENHO VELHO			1
ENTRE RIOS DO SUL			1
ERECHIM		1	3
ERNESTINA		1	1
ERVAL GRANDE			1
ERVAL SECO			3
ESMERALDA		1	0
ESPERANÇA DO SUL			2
ESPUMOSO			1
ESTÂNCIA VELHA		1	2
ESTEIO			3
ESTRELA			1
ESTRELA VELHA		1	3
EUGÊNIO DE CASTRO			3
FAGUNDES VARELA		1	1
FARROUPILHA			2
FAXINAL DO SOTURNO			2
FLORES DA CUNHA			1
FLORIANO PEIXOTO			1
FONTOURA XAVIER			5
FORMIGUEIRO			1
FORQUETINHA			2
FORTALEZA DOS VALOS			3
FREDERICO WESTPHALEN			1
GARIBALDI			
GARRUCHOS			1
GAURAMA			1
GENERAL CAMARA			
GENTIL			4
GIRUÁ			1
GRAMADO			2
GRAMADO DOS LOUREIROS			3
GRAMADO XAVIER			1
GRAVATAÍ			1
GUABIJU			1
GUAÍBA			4
GUAPORÉ			1
GUARANI DAS MISSÕES	1	0	0
HERVEIRAS			1
HORIZONTINA			1
HULHA NEGRA		1	1
HUMAITÁ			1
IBARAMA	1		1
IBIAÇÁ			3
IBIRAIARAS			
IBIRUBÁ			1
IJUÍ			3
ILÓPOLIS			3
IMBÉ			1
IMIGRANTE			2
INDEPENDÊNCIA			1
INHACORÁ	1		3
IPÊ			2
IPIRANGA DO SUL			1
IRAÍ			1
ITAARA			2
ITACURUBI			1

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
ITAPUCA			2
ITAQUI			3
ITATIBA DO SUL	1	0	0
IVORÁ	1		1
IVOTI		1	3
JABOTICABA			1
JACUIZINHO			2
JACUTINGA			2
JAGUARÃO			2
JAGUARI			3
JAQUIRANA			2
JARI			1
JULIO DE CASTILHOS	1	0	0
LAGOA BONITA DO SUL			2
LAGOA DOS TRÊS CANTOS		1	4
LAGOA VERMELHA		1	1
LAJEADO			1
LAVRAS DO SUL		1	0
LINDOLFO COLLOR			2
LINHA NOVA			4
MAÇAMBARÁ		1	4
MACHADINHO			
MANOEL VIANA	1		3
MAQUINÉ			1
MARATÁ			1
MARAU			2
MARIANA PIMENTEL			1
MARQUES DE SOUZA			2
MATA			1
MATO CASTELHANO			1
MATO LEITÃO	1		1
MATO QUEIMADO			2
MAXIMILIANO DE ALMEIDA			3
MINAS DO LEÃO	1		2
MIRAGUAÍ			1
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS			1
MONTE BELO DO SUL			1
MONTENEGRO			1
MORMAÇO			2
MORRINHOS DO SUL			1
MORRO REDONDO			2
MORRO REUTER			2
MOSTARDAS			2
MUCUM			
MUITOS CAPÕES			3
NÃO-ME-TOQUE		1	1
NICOLAU VERGUEIRO			1
NONOAI			2
NOVA ALVORADA			2
NOVA ARAÇÁ			1
NOVA BASSANO			1
NOVA BOA VISTA			2
NOVA BRÉSCIA			2
NOVA CANDELÁRIA			2
NOVA ESPERANÇA DO SUL			1
NOVA PÁDUA			2
NOVA PALMA			1
NOVA PETRÓPOLIS			1

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
NOVA RAMADA			1
NOVA SANTA RITA	1		2
NOVO BARREIRO			2
NOVO CABRAIS			2
NOVO HAMBURGO			1
NOVO MACHADO			1
NOVO TIRADENTES			1
NOVO XINGU			1
OSÓRIO			2
PAIM FILHO			0
PALMARES DO SUL			2
PALMEIRA DAS MISSÕES			1
PALMITINHO			2
PANAMBI			2
PANTANO GRANDE			2
PARAÍ			2
PARAÍSO DO SUL			2
PARECI NOVO			1
PAROBÉ			1
PASSA SETE			1
PASSO DO SOBRADO			2
PASSO FUNDO			1
PEDRAS ALTAS			1
PEDRO OSÓRIO			1
PEJUÇARA			2
PELOTAS		1	0
PICADA CAFÉ	1		0
PINHAL			1
PINHAL GRANDE			
PINHAL DA SERRA			3
PINHEIRINHO DO VALE			1
PINTO BANDEIRA		1	1
PIRAPÓ			1
PIRATINI			1
POÇO DAS ANTAS			2
PONTÃO			2
PONTE PRETA			2
PORTÃO	1		1
PORTO ALEGRE			5
PORTO MAUÁ			2
PORTO VERA CRUZ	1		1
PORTO XAVIER			1
POUSO NOVO			1
PRESIDENTE LUCENA	1	1	2
PUTINGA			2
QUARAÍ			2
QUEVEDOS			1
QUINZE DE NOVEMBRO	1		1
RELVADO			3
RIO DOS ÍNDIOS			2
RIO GRANDE			2
RIO PARDO			3
RIOZINHO			2
RODEIO BONITO			1
ROLADOR			2
RONDINHA			3
ROQUE GONZALES			2
ROSÁRIO DO SUL		1	2

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
SAGRADA FAMÍLIA			1
SALDANHA MARINHO			3
SALTO DO JACUÍ		1	2
SALVADOR DAS MISSÕES			3
SALVADOR DO SUL	1		1
SANTA BÁRBARA DO SUL			2
SANTA CECÍLIA DO SUL	1		1
SANTA CLARA DO SUL			2
SANTA CRUZ DO SUL		1	2
SANTA MARGARIDA DO SUL			1
SANTA MARIA			5
SANTA MARIA DO HERVAL			2
SANTA ROSA			3
SANTA TEREZA			2
SANTA VITÓRIA DO PALMAR			1
SANTANA DA BOA VISTA	1		0
SANTANA DO LIVRAMENTO			3
SANTIAGO			2
SANTO ÂNGELO		1	2
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA			3
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES		1	2
SANTO ANTÔNIO DO PALMA			2
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO	1		1
SANTO AUGUSTO			3
SANTO CRISTO			2
SANTO EXPEDITO DO SUL			2
SÃO BORJA			2
SÃO DOMINGOS DO SUL			2
SÃO FRANCISCO DE ASSIS			1
SÃO GABRIEL			2
SÃO JERÔNIMO			1
SÃO JOÃO DA URTIGA			1
SÃO JOÃO DO POLÊSINE	1		2
SÃO JORGE			2
SÃO JOSÉ DAS MISSÕES			1
SÃO JOSÉ DO HERVAL			1
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO			4
SÃO JOSÉ DO NORTE			2
SÃO JOSÉ DO OURO			2
SÃO JOSÉ DO SUL			2
SÃO LEOPOLDO			2
SÃO LOURENÇO DO SUL			3
SÃO LUIZ GONZAGA			2
SÃO MARCOS		1	2
SÃO MARTINHO	1		2
SÃO MARTINHO DA SERRA			1
SÃO NICOLAU			1
SÃO PAULO DAS MISSÕES	1		2
SÃO PEDRO DAS MISSÕES			2
SÃO PEDRO DO SUL			3
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ			1
SÃO VALENTIM DO SUL			1
SÃO VALÉRIO DO SUL			2
SÃO VENDELINO	1		2
SAPIRANGA	1		2
SARANDI			2
SEBERI		1	2
SELBACH		1	3

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
SENADOR SALGADO FILHO			2
SENTINELA DO SUL			2
SERAFINA CORRÊA			2
SÉRIO			2
SETE DE SETEMBRO	1		2
SEVERIANO DE ALMEIDA			2
SILVEIRA MARTINS			3
SOBRADINHO			1
SOLEDADE			2
TABAÍ			1
TAPEJARA			1
TAPES			2
TAQUARA			2
TAQUARI			
TAQUARUÇU DO SUL			3
TAVARES			4
TENENTE PORTELA			3
TEUTÔNIA			1
TIO HUGO			1
TIRADENTES DO SUL			1
TORRES	1		2
TRAMANDAÍ			2
TRAVESSEIRO			1
TRÊS ARROIOS			1
TRÊS CACHOEIRAS		1	1
TRÊS COROAS			1
TRÊS FORQUILHAS			1
TRÊS DE MAIO		1	0
TRÊS PALMEIRAS			1
TRÊS PASSOS			1
TRIUNFO			2
TUCUNDUVA			1
TUNAS			1
TUPANCI DO SUL			2
TUPANCIRETÃ			2
TUPANDI			2
TUPARENDI			2
TURUÇU			1
UBIRETAMA			1
UNIÃO DA SERRA			1
UNISTALDA			2
URUGUAIANA			2
VACARIA		1	2
VALE REAL			2
VALE VERDE			1
VANINI			3
VENÂNCIO AIRES			3
VERA CRUZ	1		1
VERANÓPOLIS			1
VESPASIANO CORRÊA			3
VIAMÃO			1
VICENTE DUTRA			
VICTOR GRAEFF			1
VILA FLORES			2
VILA LÂNGARO			2
VILA MARIA	1		3
VILA NOVA DO SUL			2
VISTA ALEGRE			1

MUNICÍPIO/RS	PREFEITAS	VICE-PREFEITAS	VEREADORAS
VISTA ALEGRE DO PRATA			3
VISTA GAÚCHA		1	2
VITÓRIA DAS MISSÕES			2
UNIÃO DA SERRA			
WESTFALIA			2
XANGRI-LÁ			1
Totais	35	46	672

Fonte: Prefeitas, vice e vereadoras - TSE (Eleições de 2012)

ANEXO A - LEI Nº 9.100, DE 29 DE SETEMBRO DE 1995

Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

.....

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

ANEXO B – LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

.....

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

ANEXO C - LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 44.**

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total.

§ 5º O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa.” (NR)

“**Art. 45.**.....

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento).

Art. 3º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 10.**

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.....” (NR)